**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS CLÁSSICAS E MODERNAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA**

MILAN PUH

**RECONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE CONCEITOS:
CRISE ECONÔMICA EM REVISTAS CROATAS E
BRASILEIRAS ENTRE 2007 E 2010**

(versão corrigida)

**SÃO PAULO
JUNHO DE 2012**

MILAN PUH

**RECONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE CONCEITOS:
CRISE ECONÔMICA EM REVISTAS CROATAS E
BRASILEIRAS ENTRE 2007 E 2010**

(versão corrigida)

**Dissertação apresentada a Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências da
Universidade de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Filologia e
Língua Portuguesa**

**Área de Concentração: Filologia e
Língua Portuguesa.**

De acordo

Orientador: Dr. Valdir Heitor Barzotto

**SÃO PAULO
JUNHO DE 2012**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P311r Puh, Milan
Reconstruções discursivas de conceitos: crise econômica em revistas croatas e brasileiras entre 2007 e 2010 / Milan Puh ; orientador Valdir Heitor Barzotto. – São Paulo, 2012.
212 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. CH793.4.4.2 . 2. CH764.5.2 . 3.
CH742.4.10.2.13.6 . I. Barzotto, Valdir Heitor, orient. II. Título.

Milan Puh

Reconstruções discursivas de conceitos: crise econômica em revistas croatas e brasileiras entre 2007 e 2010.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Letras: Filologia de Língua Portuguesa, sob a orientação do Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto.

Banca examinadora

Aprovado em:

São Paulo, ____ de _____ de ____.

Agradecimentos

a minha avó baka Zlata que, além de me apoiar sempre, fez o esforço de entender os “porquês”;

a meu avô dida Milan, pela incansável fé em mim e preocupação de me mostrar como ser sempre mais humano;

a minha mãe Marica, por aqueles momentos de sintonia e telepatia.

ao Valdir Heitor Barzotto, por ter me acolhido tão bem no mundo brasileiro e, especialmente, por ter me mostrado o que é ser pesquisador;

ao André Luís Castilho Pitol, sem muitas palavras, obrigado por tudo;

e ao Danijel Bićanić, pela amizade e apoio de cá para lá e de lá para cá;

às amigas Suelen Gregatti Igreja, Lisiane Fachinetto e Cibele Krause Lemke, pelos conselhos, e o que é mais importante, pela amizade;

ao Marcelo Roberto Dias, pelas conversas sinceras e diretas;

aos colegas do GEPPEP, pela convivência tão enriquecedora para a minha formação como acadêmico;

aos professores Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade e Carlos Piovezani Filho pelas contribuições teóricas e metodológicas.

à FAPESP, pelo apoio financeiro.

Resumo

Neste trabalho será apresentado um estudo sobre a mídia croata e brasileiro e as reconstruções discursivas do conceito de crise econômica atual. De modo geral, nós nos propomos a estudar as semelhanças e diferenças nas revistas croatas (“Globus” e “Nacional”) e brasileiras (“Veja” e “Época”) quanto à construção e reconstrução discursiva temporal do conceito de crise econômica no período entre 2007 e 2010. Queremos confirmar a tese de que o hibridismo da mídia politizada é influenciado culturalmente ao tratar a construção discursiva de fenômenos presentes na sociedade, como o da crise. Por isso, verificamos como a mídia utiliza processos de persuasão para divulgar suas ideias aos leitores, tal como, particularmente, segundo nossa análise, o de legitimar sua fala, por meio de uma estratégia que atribui a seu discurso uma dimensão e uma função política, aproximando seu discurso ao do político, de acordo com Carlos Piovezani Filho (2003). Depois da abordagem teórica dos conceitos de discurso, ideologia, texto, persuasão, legitimação e manipulação e da relação entre o discurso político e midiático, serão definidas as práticas discursivas pertencentes a esse tipo de discurso midiático politizado presente nos artigos que tratam da crise, conforme o aparato teórico-metodológico de Perseu Abramo (2003), Teun Van Dijk (2002, 2007), Theo Leeuwen(2006) e Norman Fairclough (2001). No final, faremos uma análise comparativa do corpus brasileiro e croata, propondo, a partir das leituras teóricas, uma concepção metodológica múltipla, com a qual queremos mostrar de que modo e em que sentido a construção discursiva do conceito da crise econômica atual foi reconstruída em dois países e culturas diferentes.

Palavras-Chave: discurso; mídia; política; crise; cultura

Abstract

In this work there shall be presented a study on Croatian and Brazilian media and discursive reconstructions of the concept of the current economic crisis. The objective is to demonstrate the connection between the discursive strategies of the media and the politics, in the formation and constitution of the notion of the current economic crisis, as presented in the Brazilian magazines "Veja" and "Época" and Croatian magazines "Nacional" e "Globus" between 2007 and 2010. We want to confirm the thesis that the hybridism of the politicized media is culturally influenced when dealing with the discursive construction of social phenomena, as the crisis. Therefore, we examine how the media uses processes of persuasion to promote their ideas to the readers, and by so approaching its discourse to the one of politics, according to the definition of Carlos Piovezani Filho (2003). After the theoretical approach of discourse, ideology, text, persuasion, and manipulation and legitimacy and the relationship between political discourse and media has been made, we shall specify the discursive practices which belong to this kind of politicized media discourse present in the articles dealing with the crisis, using the theoretical *apparatus* of Perseus Abramo (2003), Teun Van Dijk (2002, 2007), Theo Leeuwen (2006) and Norman Fairclough (2001). In the end, we will make a comparative analysis of the Brazilian and Croatian corpus, in order to propose, from the theoretical readings, a multi-methodological conception of analysis, with which we want to show how and in what sense the discursive construction of the concept of the current economic crisis was reconstructed in two different countries and cultures.

Keywords: discourse; media; politics; crisis; culture

Sumário

Considerações iniciais: onde estamos e com que(m) trabalhamos_____	10
---	----

Capítulo I -

1.1 Enquadramento teórico: principais conceitos de discurso, ideologia e texto_____	15
1.2 O discurso midiático e o discurso político: uma relação situada entre a persuasão, a legitimação e a manipulação_____	18

Capítulo II - Jornalismo em revistas: como entender o discurso midiático _____ 35

2.1 O jornalismo: uma profissão de mediadores políticos_____	35
2.2 Narratividade no discurso político e jornalístico_____	42
2.3 Um breve histórico de alguns aspectos dos campos midiáticos brasileiro e croata _____	51
2.3.1 Elementos da história da publicação de revistas e da posição dos jornalistas no Brasil_____	51
2.3.2 Elementos da história da publicação de revistas e da posição dos jornalistas no Croácia _____	53
2.3.3 Relações e comparações – a mídia brasileira e croata na encruzilhada estratégica com a política_____	57

Capítulo III - Culturas híbridas e contatos curiosos: comparação linguístico-cultural

da Croácia e do Brasil_____	65
3.1 Cultura Croata_____	66
3.2 Cultura Brasileira_____	73
3.3 Hibridismo: ponto de partida para comparação_____	80

Capítulo IV – Material: quatro revistas, dois *corpora* e múltiplas etapas de uma metodologia____ 85

4.1 Perfis das quatro revistas _____	85
4.1.1 Veja_____	86
4.1.2 Época_____	86
4.1.3 Nacional _____	87
4.1.4 Globus_____	87
4.2 <i>Corpus</i> : dois <i>corpora</i> – croata e brasileiro_____	88
4.3 Contextualização crítica do <i>corpus</i> _____	92

4.4 Considerações metodológicas – por uma abordagem analítica multifacetada	93
Capítulo V - Construindo uma concepção de crise	100
5.1 Definição de crise nos dicionários croatas e brasileiros	100
5.2 Contribuições teóricas à tematização da crise	102
5.3 Dimensão objetiva da crise atual	103
5.4 Dimensão subjetiva na construção de uma crise	104
5.5. Análise Situacional	106
5.5.1. Definição situacional de crise nas revistas croatas e brasileiras	107
5.6 Análise da reconstrução discursiva do conceito da crise em “Nacional” e “Globus”	112
5.7 Análise da reconstrução discursiva do conceito da crise em “Veja” e “Época”	136
5.8 Análise final comparativa	157
Considerações finais	165
Bibliografia	168
ANEXOS	178
ANEXO A	178
ANEXO B	180
ANEXO C	182
ANEXO D	183
ANEXO E	185
ANEXO F	187
ANEXO G	188
ANEXO H	192
ANEXO I	195
ANEXO J	196
ANEXO K	203
ANEXO L	208

Somos tios da pobreza social
Somos todos pára-brisas do futuro nacional
Eu sou tio, ela é tia
O pavio tá aceso, aqui é quente
País é quente
O mundo é quente

E quem te disse que miséria é só aqui?
Quem foi que disse que a miséria não ri?
Quem tá pensando
que não se chora miséria no Japão?
Quem tá falando que não existem tesouros na favela?

A vida é bela
Tá tudo estranho
É tudo caro
Mundo é tamanho

Paraíso, pára-raios, capital
Parabólicas, pirâmides, trem-bala
Coisa e tal
Lá faz frio, cá é noite
Os açoites nos navios são história
Mas não é glória
Memória triste
E quem ressite faz a raça evoluir
Mas ainda existe guerra
Querendo fazer o mundo ruir
Não tem medida o amor em certos casos
O ódio atinge generais, soldados rasos.

Pedro Luís e a Parede – Miséria no Japão

Considerações iniciais: onde estamos e com que(m) trabalhamos

A sucessão rápida de crises nos últimos quatro anos, como a crise financeira americana de 2008, seguida pela crise europeia da dívida de 2009 e, consequentemente, pela intervenção financeira estatal massiva dos governos europeus e norte-americanos, com, aproximadamente, 1 trilhão de dólares investidos nos EUA e na Zona do Euro em 2009, não indica somente que as consequências do neoliberalismo chegaram “à cobrança”. Mostra, também, que a integração política e financeira global, a qual possibilitou um ritmo tão rápido de expansão da instabilidade, está muito mais forte do que se esperava. Porém, nem todos os países sentiram efeitos com a mesma intensidade no campo econômico, político, financeiro etc. Alguns países tanto aqueles mais desenvolvidos (por exemplo, Austrália) quanto aqueles menos desenvolvidos (por exemplo, África do Sul), passaram pela crise com índices de desenvolvimento econômico e social relativamente alto, o que não significa que não tiveram resultados negativos em alguns setores.

De qualquer modo, entendemos a multiplicação da instabilidade econômica passada entre os mais diferentes países do mundo, em um ritmo extremamente rápido, se comparado com outras crises econômicas do século passado, e de duração relativamente curta (do início ao ápice em um ano, 2008-2009), como um possível índice de que estamos vivendo em um mundo globalizado, interconectado. Certamente, entendemos o processo de globalização do mundo como um dado e não como um fato. Assim, do ponto de vista da política, no entendimento de Vandenberghe (2011), a globalização significa, primeiro e principalmente, a desnacionalização do Estado. O conceito de desnacionalização do Estado implica colocá-lo em um ambiente transnacional, fazendo com que se governe para além do nível nacional. Agora, se o Estado está reconfigurado em uma escala mais ampla e intensa, ele precisa monitorar e canalizar o fluxo de informações, transações, opiniões, tecnologia e dinheiro para sobreviver a essas flutuações que o inserem em um mundo mutável. Essa mudança de escala, como a define Bayart (2004, p.13), “intervém quando imensos fluxos de capital, bens, serviços, pessoas, informações, tecnologias, políticas, regulações, ideias, signos e imagens tornam-se integrados em redes globais que transcendem os Estados-nação”. Esses fluxos, elabora Bayart (idem), são

desterritorializados, pois possibilitam os processos de transmissão de informação de modo dinâmico, através das fronteiras, formando redes transnacionais.

Desse modo, os processos de globalização, reforçados pela reposição e integração do Estado em uma escala maior, com consequências diferentes do que era o caso nas crises econômicas anteriores, e por novas concepções de comunicação, aceleraram, como afirma Giddens (1994), o “reescalamamento”, isto é, a “quebra” da concepção tradicional de tempo e espaço como fluxos somente lineares e concretos, estendendo e intensificando as relações sociais mantidas à distância, e assim possibilitando a ascensão de uma “sociedade global interconectada”, segundo definição de Castells (1996). Porém, como pretendemos demonstrar neste trabalho, embora as sociedades sejam colocadas em uma rede interconectada, globalizada e midiaticizada, elas ainda são inseridas e dependem da cultura e das condições históricas de cada país em que essas sociedades e seus atores atuam.

Por isso, entendemos que a mídia, de certo modo, está se tornando cada vez mais presente, seja pelo fácil acesso a ela, seja pelo número de “canais” que permitem maior acesso às informações que na maior parte dos casos são as mesmas. Como demonstraremos na elaboração teórica e na análise, a mídia é importante como objeto de estudo para entendermos por meio de quais estratégias de reconstrução discursiva (podem ser voltadas tanto para a criação quanto para a repetição) ela atua em busca de uma resposta a novas circunstâncias mundiais, na pretensão de formar as opiniões e atitudes dos indivíduos como sujeitos políticos e dos próprios políticos.

Na nossa visão, a mídia segue a tentativa de se instalar ao lado da política, com o objetivo de influenciar a construção e a mudança de um conceito, ainda mais se este conceito é passível de ser definido dentro de diferentes áreas sociológicas, linguísticas, políticas etc. Assim, a mídia pode ser concebida como “esfera pública”, conforme Habermas (1989), um lugar “livre”¹ onde atuam diferentes atores sociais e políticos, discutindo e repensando as ideias e assuntos de interesse comum. Porém, ao contrário do que Habermas constatou, pelo que podemos concluir, ao fazer esta pesquisa, a esfera pública é lugar de luta e alvo dos atores que atuam nela e seu objetivo é o de modelar (in)conscientemente a opinião pública sobre certo tema, na tentativa de incentivar a

¹ Certamente, conceito de liberdade é essencial para que possamos estabelecer uma esfera pública onde atuam diferentes atores, uma vez eles por serem livres podem discutir, interferir, lutar etc. neste espaço. Porém, no momento que esse espaço foi estabelecido entram em jogo, na nossa visão tanto forças que favorecem e estimulam a expansão desta liberdade quanto aquelas que procuram “cercear” esta liberdade e subjugar-la.

mudança de certo posicionamento político em relação a dado assunto e a uma esperada ação.

Voltando ao tema do nosso trabalho, percebemos que o conceito de crise é um dos mais utilizados para discutir e explicar a situação econômica desde setembro de 2008, como afirma Conceição (2009). Também, temos levar em consideração o fato de que nos artigos e textos publicados ainda em 2007 esta questão já era tratada como problema econômico e financeiro - talvez não de modo direto e explícito -, e de que os artigos posteriores seguiam suas questões com os mesmos argumentos, como conseguimos perceber ao consultar as revistas selecionadas para a análise. Também, conforme essas revistas analisados, a crise é vista como causa e, às vezes, resultado de numerosas transformações sociais, políticas e culturais. Embora pareça óbvio, é importante salientar que ela é definida de maneira diferente por cada um dos sujeitos, fato importante se considerarmos a abundância de revistas e jornalistas. Mesmo assim, pensamos ser possível restringir essas definições a certo número de temas e conceitos (aos quais foram atribuídos significados negativos ou positivos, dependendo da revista e país), o que é necessário ter se queremos fazer uma análise cujo objeto é tão facilmente transformado e reconstruído.

Ademais, julgamos importante comparar como é definida a crise que, como mencionado anteriormente, tornou-se pauta após 2007, em diferentes lugares, como Croácia e Brasil. Em países pequenos, como no caso da Croácia, a crise teve impacto mais forte em comparação a países com uma história política, social e econômica diferente, como o Brasil, e a países que receberam e enfrentaram a divulgação da crise de modo diferente, especialmente no que diz respeito ao posicionamento subjetivo (pessimismo), o que demonstraremos no fim desta dissertação, com as características que esses países possam ter em comum. Esse fato é interessante se ponderarmos a maneira como as revistas se posicionaram ao divulgar dados de cunho econômico, social, político, etc. relacionados à crise econômica.

Desse modo, a pesquisa nessa área vale tanto pela necessidade de entendermos como a política e a mídia, em conjunto, constroem e propagam esse conceito quanto pela necessidade de termos mais clareza no que diz respeito aos discursos sobre a crise, o que possibilitará identificar as questões e os problemas que ocorrerão ou ocorreram devido a ela.

Para ressaltar a importância de realizar esta pesquisa sobre as construções discursivas sobre a crise, sabendo que se trata de um conceito importante para a explicação das mudanças na economia mundial, consideramos pertinente a realização de uma breve pesquisa sobre a crise, em função do tema tratado, que constitui o quinto capítulo deste trabalho. Mencionando Grespan, que entende a crise econômica do seguinte modo: “Muitos vêm utilizando o termo crise no sentido mais imediato e mais diretamente econômico [...] trata-se, pois, das crises cíclicas ou conjunturais” (2009, p.59). O autor continua, “nos últimos quarenta anos ocorreu uma redução nos intervalos temporais entre as crises econômica conjunturais” (2009, p.60) e conclui do seguinte modo, “essa condensação das crises conjunturais do capital configuraria na atualidade uma situação de crise econômica latente e permanente” (ibidem). Essas afirmações, junto com as que apresentaremos mais adiante, em nossa opinião, são algo sobre o qual se deve refletir, porque, como concluem Sampaio Junior e Arcary (2009), a crise é um fenômeno recorrente na história da humanidade e que, de certo modo, a economia mundial, devido a sua interconexão e interdependência, provavelmente sempre estaria numa posição de desequilíbrio, de incerteza ou, simplesmente, de crise. Devido a esses fatos, compreendemos ser imprescindível pesquisar como e com qual intenção a crise (em qualquer de seus sentidos) está sendo propagada (sem ou com a intenção da própria mídia).

Dito isso, apresentaremos nossos objetivos, pois eles representam os pontos de orientação desse trabalho. De modo geral, nós nos propomos a estudar as semelhanças e diferenças entre as revistas croatas (“Globus” e “Nacional”) e brasileiras (“Veja” e “Época”) quanto à construção e reconstrução discursiva temporal do conceito de crise econômica no período entre 2007 e 2010.

Mais especificamente, procuramos identificar os marcadores e modalizadores linguísticos de pessoa e tempo, com o intuito de delimitar o ponto de vista apresentado no discurso e a transformação desse ponto de vista, no decorrer do tempo. Queremos definir as estratégias persuasivas, os processos de persuasão, legitimação e manipulação, utilizados pela mídia na tentativa de aproximar-se da política, para percebermos de que modo o discurso midiático se transforma em um discurso híbrido, ao (re)construir conceitos de domínio cultural e social. É preciso dizer também que o caráter híbrido é indício de uma oscilação encontrada entre as posições que a mídia e a política assumem ao discutir o tema e a ambiguidade que a situação é dada a ver funciona como uma maneira de

veremos o meio difuso que a globalização. Determinaremos o contexto cultural e as práticas sociais que podem influenciar a aceitação de uma ideologia na formação de seu discurso em artigos jornalísticos.

Queremos confirmar a tese de que o hibridismo é influenciado culturalmente ao tratar a construção discursiva dos fenômenos sociais, como o da crise.

O trabalho será dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo apresentaremos e elaboraremos os conceitos centrais para este trabalho: discurso (midiático e político e suas relações), ideologia, texto, persuasão, manipulação e legitimação. No segundo, discorreremos sobre as características fundamentais do jornalismo, pois entendemos necessário tratar a área de produção midiática, cujos produtos (textos) tomaremos como *corpus* posteriormente, discutindo, de modo resumido, a relação entre o jornalismo informativo e o opinativo, com o objetivo de entendermos melhor nosso *corpus*; também discutiremos a relação entre a narrativa jornalística e política na construção discursiva e, em seguida, abordaremos a história e a posição do jornalismo nos dois países em questão - Croácia e Brasil-, procurando encontros e desencontros entre eles. No terceiro capítulo, trataremos dos principais traços culturais brasileiros e croatas, uma explicação do hibridismo² - conceito importante tanto para o entendimento das duas culturas quanto para suas respectivas produções midiáticas. No quarto faremos a apresentação do *corpus* e do material (as revistas croatas e brasileiras) e da metodologia a ser usada na análise. No quinto capítulo, faremos a análise crítica do *corpus* midiático constituído pelos artigos selecionados, finalizada pela análise comparativa da reconstrução discursiva temporal do conceito da crise economia atual nos dois países mencionados. No final da dissertação, apresentaremos as considerações finais, às quais chegamos durante o processo de realização desta pesquisa.

2 Ao utilizar este conceito, estamos pensando em dois momentos do processo de hibridização em seu sentido mais amplo: ncomo processo que resulta em algumas características culturais típicas dos dois países e como processo em andamento, no qual focamos na parte da análise das revistas selecionadas.

CAPITULO I - 1.1 Enquadramento teórico: Principais conceitos de discurso, ideologia e texto

Os valores morais e os ideais, as crenças e as identidades fazem parte de qualquer indivíduo e de sua narrativa, e a isso chamaremos de ideologia. A ideologia é parte fundamental de qualquer ação social tanto de um indivíduo, como de um ator político, jornalístico, etc. É a maneira como alguém entende e estrutura o mundo ao redor de si, pois cada indivíduo é incluído nas estruturas sociais, as quais possuem qualidades polivalentes usadas como base por esse indivíduo para a criação de opiniões e atitudes. Como explica Fiorin (1988, p.29), “a ideologia é um conjunto de ideias ou de representações que servem para justificar e explicar certos fenômenos sociais, as condições de vida do indivíduo dentro da sociedade e as relações que ele mantém com outras pessoas”. A ideologia é também definida, por Hodge e Kress (1988, p.4), como complexos ideológicos “como aqueles que servem para delimitar o comportamento, estruturando, em diferentes maneiras, as formas de realidade nas quais o agir social se baseia”.

Segundo Van Dijk (2002 e 2007), afirmamos de modo mais detalhado que o conceito de ideologia não é necessariamente negativo. Os indivíduos, ao se encontrarem na condição de atores sociais, utilizam determinado número de premissas com as quais procuram explicar o mundo em que vivem, passando a agir como sujeitos conscientes. Assim, a ideologia é, como afirma Van Dijk (2007, p.201), “um termo complexo definido por multiplicidade de níveis entrelaçados entre si que, assim, constituem um determinado esquema cognitivo de um indivíduo”. O autor posteriormente explica que

um sujeito **linguista, jornalista ou político** (grifo nosso) pode expressar sua opinião de certa maneira conforme cada situação, mas ele também faz parte de um sistema mais ou menos democrático e plural dentro do qual ele se situa e faz sua ação social (VAN DIJK, idem, p.204).

Isso porque cada ator social possui um conhecimento sobre um tema, determinado pela cultura e pela sociedade. Dentro desse tema, apoiado no conhecimento prévio sobre a cultura e a sociedade e as informações recebidas na hora, ele vai estruturar sua fala, para depois influenciar o processo de criação do saber (político, histórico, social, etc.).

O discurso, como a unidade linguística de ordem maior pela qual se materializa a ideologia de todos os indivíduos, será definido em diversos aspectos. Destacamos a definição de Fiorin (1988, p.5), que entende o discurso como “a combinação dos elementos linguísticos que os falantes usam com a intenção de expressar o seu pensamento, de falar do mundo exterior ou de falar do seu mundo interior”. Embora creamos ser difícil expressar o próprio pensamento para sujeitos alheios, acreditamos nesta definição como válida porque salienta o fato de que o falante sempre está expressando aquilo que está em sua mente, com ou sem a consciência plena do que está fazendo. Por mais que tente passar o que está em seu pensamento, ele só consegue falar de si ou do mundo ao seu redor. Em nossa opinião, os jornalistas não conseguem fugir da posição pessoal, profissional, ao relatar os fenômenos, as pessoas e os acontecimentos mundiais; sempre perdemos alguma coisa dita por outro ao relatar uma notícia, pois nossa formação pessoal e profissional é determinada por uma série de fatores históricos, culturais, sociológicos, discursivos, psicológicos etc. que interferem no entendimento do “pensado”.

Já para Hodge e Kress (1988, p.6) o discurso é “o lugar onde as formas de organização social entram em interação com o sistema de signos para produzir textos”. Como aos falantes o discurso não é acessível diretamente, sempre existe alguma narrativa que o recobre, usando o termo fala *lato sensu* para tratar do processo de exteriorização do discurso. Concomitantemente, a fala entra numa rede de relações que se forma dentro do agrupamento de elementos linguísticos que chamaremos de sistema. Se entendermos o discurso como um sistema organizado, é possível discernir, como propõe Fiorin (1988), dois elementos que o definem: o “eu” subjetivo e o objetivo. Dependendo da situação, o “eu” do falante ou escritor, ou seja, a ideologia do seu discurso é mais ou menos transparente, isso variando de acordo com a situação histórico-social.

Como já mencionamos, o discurso é definido pelas restrições e circunstâncias socioculturais (políticas, históricas etc.) que, agindo sobre a língua, o permeiam para reconstruí-lo, limitando a liberdade de expressão do indivíduo, oferecendo algumas respostas ou pistas e não outras. Aqui acrescentamos a definição de Charaudeau (2009, p.40) de que,

o discurso resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações interdiscursivas que produz sentido.

A noção de discurso é importante porque oferece uma possibilidade de complementarmos a noção de contexto que não é qualquer coisa de cunho social, mas não no sentido de não produzir efeito. Aqui, introduziremos Fairclough (2001), que defende a posição de que o discurso é uma prática política e ideológica, o que se aproxima da visão de discurso de Van Dijk (2002; 2007)³, pois o trabalho dos dois autores foca na análise crítica do (ab)uso do poder pelas elites políticas para agir contra o “outro”. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Como prática ideológica, ele constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados elaborados sobre o mundo nas mais diversas posições das relações de poder. Para Fairclough (2001), o discurso é tanto um modo de ação (como as pessoas agem sobre o mundo e umas sobre as outras) como um modo de representação (há uma dialética entre ele e a estrutura social), o que é pertinente para a nossa discussão sobre o jornalista: o discurso, além de representar ou descrever as estruturas sociais, interage com o leitor e exerce algum tipo de ação sobre ele. O discurso, ainda, é tanto moldado como restringido pela estrutura social, como já foi mencionado. “Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados” (Fairclough, 2001, p. 91).

Por isso, Fairclough (2001, p.100) sugere uma análise tridimensional, explicando que qualquer evento de produção simbólica do ser humano pode ser considerado, simultaneamente, como um texto (análise linguística), como um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e como um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo). Nele é possível notar que as três categorias não se encontram nem sobrepostas, nem fundidas uma na outra, o que possibilita um diálogo entre elas, que consiste no fato de que as categorias textuais permitem que se recuperem os discursos que com elas coincidem, para explicitar as causas sociais, políticas, econômicas, históricas, etc., codificadas no

³ Embora os dois autores estejam colocados na mesma linha teórica, conhecida como Análise Crítica do Discurso - por tratarem de assuntos de manipulação e abuso, principalmente da produção midiática definida por racismo, xenofobia, preconceito etc. -, não podemos constatar que o trabalho deles seja igual a ponto de podermos considerá-los, nem como fundador e seguidor, nem como seguidores do mesmo fundador. Podemos, sim, considerá-los como cofundadores de uma concepção analítico-discursiva que se define pelo diálogo e inclusão de contribuições de outros pesquisadores e áreas de conhecimento. E essa posição epistemológica foi tomada por nós ao aproximar Van Dijk e Fairclough, mas também em outros momentos durante a realização desta pesquisa.

texto. As particularidades dessa proposta (de fazer uma análise tridimensional), também a relação que ela possui com nossas concepções teóricas e metodológicas, serão explicadas posteriormente.

1.2 O discurso midiático e o discurso político: uma relação situada entre a persuasão (a legitimação e a manipulação)

Who controls the past controls the present
And who controls the present controls the future
The battle for the past is for the future
Must be the winners of the memory war
Cover ups are covered up in the name of the law
Presidents and royalty caught red handed
And you won't know about it for fifty years or more
Come pay attention to the re-educator
The battle for the past is now the battle for the future
Fire for the messengers of this fake nostalgia

Memory Wars
Asian Dub Foundation

Neste item do capítulo, cabe-nos explicar, além das noções básicas de discurso midiático e discurso político, a relação formada entre eles, através dos procedimentos persuasivos gerais e particulares, e, às vezes manipuladores (pois nem sempre o discurso midiático é manipulador) que se constituem no discurso que podemos chamar de político, ou politizado. A mídia utiliza esses procedimentos, desenvolvidos por atores políticos, desde a antiguidade na esfera pública, para legitimar seu discurso e a sua visão do mundo diante do leitor, para que ele acredite e siga a sua intenção. Se aceitarmos a existência de duas linguagens discursivas diferentes (midiática e política), podemos afirmar que a mídia, na tentativa de se distanciar de determinadas práticas discursivas (apresentadas posteriormente), procura aproximar-se do discurso político para conseguir o maior número de leitores adeptos à visão que a própria mídia apresenta sobre certo assunto, no caso, a visão da crise. E assim, através dos jornais e revistas, as editoras conseguem mais poder,

aproveitando para se sustentar, optando por seguir uma ideologia própria (determinada pelas circunstâncias sócio-políticas e econômico-cultural), o que resulta nas mudanças do discurso midiático. Porém, antes de discorrermos mais a fundo sobre os procedimentos discursivos utilizados pela mídia, é necessário explicitar o que entendemos por discurso midiático.

Como explica Charaudeau, o discurso midiático é definido pelo ato de informar⁴, o que significa “possuir um saber que outro ignora (‘saber’), ter a aptidão que permite admiti-lo a esse outro (‘poder dizer’), ser legitimado nessa atividade de transmissão (‘poder de dizer’)” (2006, p.67). E continua constatando que “toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social”.

O fato de o discurso midiático ser capaz de atuar no âmbito da sua legitimidade e mostrar não ser limitado dentro de um domínio restrito da experiência é, a nosso ver, resultado da apropriação de discursos e de experiências de outras áreas de conhecimento. Ora, para conseguir, na sua intenção, o ato de apropriação por esse discurso mostra a tendência de, senão de nulificar ou eliminar, no mínimo de naturalizar as intenções de legitimação do discurso - base, construído em seu tempo e momento pelos representantes oficiais das instituições de produção de conhecimento ou opinião.

Elaborando mais detalhadamente o conceito de discurso midiático dentro do campo de nossa atuação teórica e analítica, apresentaremos o trabalho de Van Dijk, pertinente para este assunto. Na visão de Van Dijk (2005), a notícia pode ser vista como discurso, definido por marcas de todas as práticas discursivas - que consideramos importante para nosso trabalho – com os elementos polifônicos, dialógicos e polissêmicos, formadas, necessariamente, em contextos e processos múltiplos. Dando continuação a seu pensamento, Van Dijk (idem) explica que existe, mais especificamente no discurso jornalístico, uma atitude particular quanto à possibilidade de fabricação de notícias. Esta atitude, segundo o autor, deve ser cogitada dentro de suas condições de produção e de uma prática institucional pré-definida, que segue as linhas editoriais motivadas ideologicamente por seus donos e dirigentes, o que pode influenciar o discurso produzido.

⁴ Isso para nós representa uma definição coerente para explicar o que se diz acontecer no nível superficial. No nosso trabalho propomos ultrapassar essa noção somente informativa na busca das possíveis estruturas discursivas localizadas em um nível mais profundo, como apresentaremos em seguida.

Na intenção de conseguir credibilidade por parte do leitor (que nesse caso seria um leitor específico, receptivo a determinadas construções discursivas e não a outras), o discurso da notícia, constata Van Dijk (2005), deve ser dividido em categorias estruturais com funções específicas, como, por exemplo: o tópico, o lead, o fato principal, o contexto, os comentários, etc. Os tópicos são resultado de uma sumarização do texto, explicitando a sua informação principal que, normalmente, é o tema. Pelos temas ou tópicos, é dada a resposta do que trata o discurso, incluindo-o, de acordo com seu significado em um contexto global. No discurso das notícias, a ideia principal do artigo, ou sua macro-estrutura, é normalmente definida no título e no parágrafo do lead. A organização dos tópicos costuma ser feita segundo um esquema abstrato, definido a partir das categorias consideradas como convencionais, para especificar a função global dos tópicos no texto.

Esses esquemas são definidos por Van Dijk (2005, p.66) como superestrutura, um conceito que será utilizado não somente para entender como uma notícia ou um texto noticiado é construído, mas para indicar quais são os procedimentos persuasivos e/ou manipuladores embutidos no discurso proferido por ela. Na definição de Van Dijk (idem), um fato interessante, nas histórias do discurso de notícias, é de as categorias estruturais serem expressas ao longo do texto, de acordo com macro-regras específicas, sendo que é expressa, primeiro, a informação mais importante, seguida pelas menos importantes de cima para baixo, em uma estratégia que é determinada pela relevância da informação para o texto. Sabendo que as categorias estruturais, definidas pelos esquemas e pelas macro-regras, encaixam-se na ordem (canônica) do discurso, entendemos qual é o papel significativo, explicado por Van Dijk (idem), que elas desempenham dentro do discurso midiático, assinalando a importância e a relevância das informações e opiniões apresentadas.

No entanto, pensando em nosso tema de trabalho, que é a reconstrução discursiva do conceito da crise econômica entre 2007 e 2010, trataremos, utilizando as classificação de Van Dijk, do “noticiamento” da crise como discurso. Não podemos esquecer-nos de colocar em discussão o fato de que o próprio discurso midiático se vale, ou seja, se legitima pelo uso do conhecimento científico ou especializado sobre o fenômeno para elaborar um conceito e/ou acontecimento como, em nosso caso, é a crise econômica. Assim, apresentamos o aporte teórico de Moirand (2007) que, em um primeiro momento, entende o discurso midiático pelo funcionamento tripartido. Sua função é comumente

reconhecida através do discurso de divulgação do conhecimento científico que, segundo a autora, é utilizado nos processos de descrição e caracterização, de acordo com três instâncias envolvidas: o “mediador” (geralmente a imprensa), o público leitor e a comunidade científica que fornece as fontes.

Em segundo lugar, Moirand (idem, p.16) observa que os momentos discursivos⁵ devem ser analisados, de fato, em uma situação de interação mais complexa, tendo em consideração a inclusão de outras vozes, além das de cientistas, os discursos de outras comunidades, representadas por ministros, economistas, empresários, sindicalistas e outros "especialistas" que filtram, reformulam ou dissimulam o discurso científico. O texto jornalístico transforma-se em um intertexto “multivocal” por natureza, caracterizado pela diversidade de gêneros, locais e locutores envolvidos, dito por outras palavras – híbrido.

Este caráter “multivocal” é marcado pela diversidade de locutores e, portanto, de mundos sociais, mas também pela inclusão de falas ou instruções referentes a discursos e momentos recentes ou antigos. Ele mostra a complexa relação entre ciência e sociedade, pondera Moirand (2007). Assim, ela observa que,

por meio dessa viagem (intertextual e interdiscursiva), incontável na enunciação, as palavras especializadas ou sua formulação mediatizada ganham novos significados, às vezes, a custa de seu significado original, e acabam por operar sob a alusão em vez de sob a designação" (idem, p. 20).

Ao final, esses conceitos não designam mais o objeto, mas já o evento (dentro de um período), isto é, um fato transformado em uma opinião. Fazendo a ligação com os procedimentos discursivos de estruturação da notícia mediatizada, entraremos na área de ação na qual o jornalista tenta, por meio de persuasão, fazer com que o leitor aceite as premissas oferecidas no texto como verdadeiras e corretas. Ou seja, o jornalista quer que o leitor considere as premissas apresentadas como informações e fatos, porém definidas pela opinião do próprio jornalista e/ou editora, como legítimas e que se solidarize com elas, se quiser ver o problema se resolver com eficácia (no nosso caso, o problema é a crise econômica e seus efeitos negativos resultantes).

⁵ Definidos pela autora como aqueles que são mais longos, elaborados e apresentam maior impacto no público leitor, ao contrário dos acontecimentos discursivos considerados como efêmeros.

Ao falarmos das técnicas persuasivas, surge a necessidade de discorrer sobre o que é a persuasão, para termos mais clareza em que nível ela se relaciona com a manipulação.

De um lado, Van Leeuwen (2008) define a persuasão como legitimação presente no discurso, como nova explicação, ou seja, argumentação que se diferencia do entendimento do próprio sujeito, por uso de diferentes narrativas no discurso. Retornaremos a esse autor posteriormente. De outro lado, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) definem a persuasão, separando-a da argumentação. Segundo os autores, é possível encontrar diferença se pensarmos no auditório, ou seja, no público, porque os discursos argumentativos se dirigem a públicos particulares, dotados de capacidade de confrontar e avaliar várias ideias; já os persuasivos se dirigem a públicos universais, comuns, que não possuem muito conhecimento sobre o tema em discussão, portanto mais suscetíveis ao convencimento.

Por isso, neste trabalho continuaremos abordando os processos persuasivos e não os processos argumentativos, devido ao fato de que as revistas de grande circulação procurem se comunicar com um público universal, ou geral, em vez de particular, focando menos na argumentação de suas colocações ideológicas, e, ao invés disso, tentando persuadir o público a aceitá-las. Mesmo se e quando forem utilizados os procedimentos argumentativos, os procedimentos persuasivos recobrem-nos, afirmando-se, em nossa opinião, como procedimentos predominantes na reconstrução discursiva de fenômenos de cunho social como, por exemplo, o caso da crise econômica atual. Isso coincide com o posicionamento ideológico das próprias revistas e suas editoras como sujeitos político-partidários, segundo definição de Abramo (2008).

Como a persuasão, junto com a legitimação e manipulação, é definida e processada psicologicamente, como afirma Van Dijk (2002, 2006, 2007), aqui pensamos ser necessário dispor algumas colaborações da área de processamento psicológico da linguagem, oferecendo, primeiramente a definição do processo de persuasão, dada por Batista (2009), que entende a persuasão como uma ação de informar e expor argumentos, válidos ou não, que conseqüentemente convençam o indivíduo à adoção ou não de determinados posicionamentos. Ainda no campo psicológico, os psicólogos Fishbein e Ajzen (1981) perceberam que, para uma persuasão bem sucedida, é preciso mudar algumas das premissas iniciais ou introduzir novas premissas. A persuasão terá sucesso se a mensagem influenciar a crença principal pela qual o indivíduo se orienta ao pensar sobre determinado assunto. Para conseguir persuadir os leitores, é necessário usar meios

disponíveis no campo cognitivo, bem como no campo emocional, assemelhando-se ao que Aristóteles chama de *logos e pathos* (conceitos a serem tratados posteriormente).

Porém, ninguém pode criar emoções ainda não existentes. Assim, segundo Fishbein e Ajzen (1981), a persuasão se limita a evocar ou estimular as atitudes adequadas entre todas as já existentes em seu público, atitudes que podem ser inatas, como usualmente podem ser também socialmente adquiridas. Nesse cenário, um texto jornalístico pode recorrer às emoções, sentimentos, informações a fim de causar impressões úteis ao seu objetivo. Estímulos muito distantes e pouco conhecidos ou estímulos muito agressivos e visíveis podem causar atrito. Segundo Fishbein e Ajzen (1981), neste cenário é necessário apontar uma ameaça em forma de um inimigo, um desastre etc., para culpar suas frustrações ou um herói para aclamar. Isso parece assemelhar-se com a ideia de “ameaça” elaborada por Baudrillard (1991) que a separou em dois momentos. No primeiro momento o jornalista cria a noção de ameaça, definindo a crise como possível ameaça à economia, sociedade, bem-estar do indivíduo, etc., listando os problemas que precisam ser resolvidos. No segundo momento, podemos supor a aceitação das respostas oferecidas pelo jornalista, as quais deveriam resolver os problemas relacionados com a crise. Também podemos correlacionar a ideia de ameaça acima mencionada com a concepção de ameaça de Charaudeau (2011), definida pelo autor francês como a base para o funcionamento do discurso político que, se apresenta como “a existência de uma ameaça que repousa sobre ele (um **indivíduo** – grifo nosso) e que poderia colocá-lo em uma má situação se ele se recusasse a cooperar, ou a existência de uma gratificação” (CHARAUDEAU, idem, p.255)”.

Aqui aproveitaremos de contribuições de Charadeau, assim introduzindo o conceito que o autor francês emprega para falar do posicionamento de um sujeito político ou politizado, frente a uma ameaça, o qual percebemos ser recorrente em artigos jornalísticos que tratam da crise econômica. O conceito decisão é, essencialmente, uma palavra de ação e que reside na legitimidade da posição de poder do sujeito. No campo político, como lemos em Charaudeau (2011), o significado da decisão é definido por três momentos:

- 1) com a afirmação de existência de uma desordem social (uma situação, um fato, um acontecimento), isto é, uma possível ameaça à sociedade, a qual é julgada como inaceitável pelo fato de escapar às normas sociais vigentes ou à instância

jurídica, pois, se for o contrário, uma aplicação da lei ou norma resolveria essa desordem);

- 2) com a aceitação plena do estado inaceitável da situação, afirmando que é preciso tomar uma atitude para poder solucionar a desordem e reintegrá-la em um nova ordem;
- 3) com a sugestão de que uma medida deve ser pensada e a revelação, ao mesmo tempo, de qual medida deve ser adotada no instante mesmo de sua enunciação (movimento em/para ação).

Assim, pensando na possível promessa midiática que pode insistir na promessa de ação dos políticos ou indicar em que sentido a política econômica deveria agir, indicar e editar medidas, leis etc., atos que são realizados pela decisão de agir, o que significa que existe uma anormalidade de situação, uma necessidade de resolvê-la e uma performatividade da enunciação para colocar em ação a resolução. A divisão do posicionamento dos políticos entre três momentos acima mencionados, aproxima-se da visão sobre o posicionamento dos jornalistas de Abramo (2003), assunto a ser tratado posteriormente.

No entanto, agora discorremos rapidamente sobre alguns procedimentos persuasivos explicados por Charaudeau (2011), para termos um aparato teórico e analítico mais completo e abrangente. Segundo o autor francês (Charaudeau, *idem*), as duas instâncias – a política e o cidadão em seus movimentos de reivindicação devem saber apresentar os seus valores para que adquiram sentido no espaço público. Como, em nossa opinião, a mídia é um órgão político-partidário, usando um termo de Abramo (2003), considerado por nós como uma terceira instância que, às vezes, confirma e defende as elites políticas no poder e que, em outros casos, deseja reivindicar uma posição ou uma aceitação. Partindo de nossa posição, entendemos que ela também recorre a alguns procedimentos persuasivos utilizados pela política. Um dos procedimentos, interessantes para o nosso trabalho, definido por Charaudeau (*idem*) é o de simplicidade, uma condição que possibilita colocar em evidência os valores que podem ser compreendidos pela maioria, pois sem eles a mídia estaria isolada do público. A condição de simplicidade se realiza, segundo Charaudeau, por meio da singularização, “que consiste em evitar a multiplicação das ideias” (*idem*, p.98), e da essencialização, que “consiste em fazer com

que uma ideia seja inteiramente contida, reunida e condensada em uma noção que existiria em si, de maneira natural” (idem, ibidem). No caso da crise econômica, para persuadir o leitor, o jornalista teria que manipular os dados para limitar a multiplicidade de ideias sobre a crise e realizar uma essencialização dela, afirmando que a ideia apresentada no artigo compreende a essência da crise.

Voltaremos agora a abordar a persuasão de um ponto de vista diferente, uma vez que, ao iniciar um processo de persuasão, é de se esperar um grau de resistência. Assim, como é de nosso entendimento, nem sempre a persuasão é completamente efetivada com eficácia, visto que os resultados não correspondem ao desejado, o que exige, conseqüentemente, a repetição das ações persuasivas. Isso nos possibilita perceber que o indivíduo a ser persuadido não é simplesmente uma “tabula rasa”, a qual é possível manobrar tão facilmente e que os procedimentos persuasivos, também, não alcançam por completo os objetivos pré-definidos.

Essa afirmação introduz o conceito de resistência que é válido para mostrarmos que a mídia não é onipotente, embora queira ser e faça esforço para eliminar qualquer tipo de resistência. Em geral, toda resistência pode ser dividida quanto a sua causa, ou seja, aquilo que dentro do indivíduo cria uma barreira à persuasão tratada anteriormente. São dois os tipos de causas, conforme os psicólogos Eagly e Chaiken (1993):

- 1) Emotivacionais: que podem estar ligadas a ameaças ao próprio indivíduo, visando assim manter a estabilidade de atitudes importantes, e até mesmo a liberdade pessoal e de auto-expressão de opiniões, valores ou mesmo episódios, passagens ou conquistas de um cidadão.
- 2) Cognitivas: que têm a ver com as estruturas do conhecimento. Estas são mais fortes em seus pontos centrais, pois funcionam em rede. É mais fácil vencer resistências situadas na periferia de redes de conhecimento que nos seus pontos estratégicos.

É nesse nível que a persuasão é realizada, porque aquele que quer persuadir tenta convencer ou, em caso mais extremo (caso que nos interessa neste trabalho), manipular o indivíduo a acreditar que suas crenças principais não estão certas e que deveria mudar

algumas delas, conforme a ideologia do sujeito que está persuadindo. Por isso, nos discursos persuasivos abundam elementos cognitivos e emocionais, como concluiu Aristóteles há muitos séculos, seguido por outros autores que tratam os três principais conceitos elaborados por ele: *ethos*, *pathos* e *logos*.

Neste momento, dedicar-nos-emos a explicar e contextualizar melhor os três conceitos acima mencionados, importantes para nos ajudar a entender de que modo o discurso midiático é dominado pelas questões de identificação, emoção e racionalidade com o discurso político.

Como explica Aristóteles na Retórica (1998, p.49), “Os argumentos convincentes fornecidos através do discurso são de três espécies”:

- a) alguns se fundam no caráter de quem fala;
- b) alguns, na condição de quem ouve;
- c) alguns, no próprio discurso, através de prova ou aparência de prova.

Assim, ele define essas três espécies de provas técnicas ou artísticas de persuasão como os termos *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente. Aristóteles inicia a sua classificação elaborando a primeira prova - *ethos*, afirmando que “persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fê” e acrescentando ainda que “é, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador” (idem, ibidem). A segunda prova – *pathos* se vale da disposição dos ouvintes de se emocionarem permitindo que o discurso os leve a experimentar e agir. Já a terceira – *logos* é construída por meio do próprio raciocínio, assunto que não abordaremos mais detalhadamente neste trabalho.

Começando pelo *ethos*, pensamos ser pertinente a constatação de Charaudeau (2011, p.86), de que “não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si”. Segundo a opinião do autor francês, nenhum sujeito consegue escapar à questão do *ethos* que o transforma, basicamente, num sujeito político. Consideramos pertinente a afirmação de Baumlin e Baumlin (1994) de que a formação de um *ethos* discursivo é privilegiada, uma vez que é indissociável de um posicionamento

político. Com isso, se refletirmos sobre o processo de persuasão sustentado pelo *ethos*, é preciso compreender que a enunciação ou seu conjunto – o discurso, ao conceder credibilidade ao enunciador, possibilita que o co-enunciador incorpore e assimile seu modo de comportamento, formando a ilusão de pertencimento do co-enunciador a um grupo social, político e ideológico. Essa relação entre o enunciador e seu *ethos* será pensada por Ducrot (1984), ao falar da teoria de polifonia, um assunto a ser discutido posteriormente neste trabalho. Assim, quando pensamos na formação de uma relação do locutor com o alocutário, na qual o locutor procura conseguir e/ou deter o próprio *ethos*, teremos que pensá-la dentro do campo político. Isso nos leva a pensar na interação entre o jornalista e o leitor, especialmente enquanto ele permanece na posição daquele sujeito que cuida do seu *ethos*, ao documentar a realidade.

Charaudeau (2011) agrupa as imagens (que o locutor transveste a partir daquilo que diz) dentro de duas grandes categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação. Como, a nosso ver, a mídia, em parte se aproveita dessas figuras identitárias do discurso político, ou melhor, politizado, selecionamos alguns *éthe* da classificação de Charaudeau (idem). O primeiro, o *ethos* de credibilidade, é a soma da importância para entendermos melhor a mídia, pois ele “é o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo *digno de crédito*” (Charaudeau, 2011, p.119), aproximando-se da noção de legitimidade, que por sua vez é o resultado do consenso de que algo ou alguém é legítimo, verdadeiro, digno de representar. No discurso das mídias de informação, de outro lado, opina Charaudeau (idem), o sujeito que informa também depende da credibilidade. Ele é desafiado a transmitir uma informação que seria aceita como tal por um público que espera que o acontecimento reportado seja autêntico.

Outro *ethos* da mesma categoria que nos interessa é o de competência. Esse presume que o sujeito em questão possui saber e habilidade e que, como explica Charadeau (idem, p.125), “deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos”. Obviamente, a mídia não está na posição de agir, embora, parece nos, queira estar na posição de poder agir, mas entende-se como competente de incentivar alguém (o leitor, os político, o Estado) a agir.

Dentro da categoria de *éthe* de identificação, escolhemos o *ethos* de solidariedade. A importância deste é o de passar a imagem da mídia a alguém que compartilha as necessidades e que de o outro se junta a ele para que, unidos, consigam enfrentar as ameaças e os perigos. Segundo a nossa pesquisa, a mídia investe muito na obtenção da solidariedade do público leitor em relação as ideias apresentadas nos seus textos, através da metáfora do ‘ouvir’, pois ela respeita o leitor sem pretensão de julgá-lo.

Ao lado disso, podemos pensar também na posição do *pathos* no discurso para constatar que ele está vinculado a um conjunto de crenças estabelecidas e compartilhadas sciohistoricamente, ou seja, a um sistema que determina a sensação e o valor de cada paixão, de acordo com a circunstância em que ela é manifestada em uma dada sociedade e em seu momento histórico. Pensando na relação entre as emoções e a crise econômica, entendemos que as emoções relacionadas à crise econômica se restabelecem junto com a construção discursiva do próprio conceito de crise, realçando certos sentimentos que são preexistentes, formadas historicamente com a experiência de outras crises econômicas.

Passando para outro conceito chave de nossa pesquisa - a legitimação⁶, apresentaremos a concepção de Van Leeuwen (2008), que a define como um processo que os indivíduos utilizam para falar e explicar suas opiniões e atitudes e para sustentar qualquer ação ou afirmação sua. O autor holandês (idem) entende a legitimação como um conjunto de estratégias com as quais é possível defender a sua própria argumentação, porque a mesma legitimação exige o uso de diferentes estratégias, técnicas ou procedimentos. Segundo Van Leeuwen (idem), a legitimação pode ser “up-bottom”⁷ ou “bottom-up”⁸. Dependendo dos objetivos de cada um, existem 4 tipos de autolegitimação: autorização, legitimação moral, racionalização e legitimação mítico-poética.

A legitimação por autorização é a legitimação realizada pelas autoridades ou elites políticas para justificar e/ou defender a ação e posição nas estruturas do poder. A classificação de Van Leeuwen (2008) continua com a autorização moral baseada no sistema de valores (bom/mau, certo/errado etc.), concretizada em combinações com as outras autorizações, o que pode provocar generalizações exageradas com as quais se espera a aceitação total da ideologia pelos membros da sociedade e demais atores políticos.

⁶ Entendemos este conceito como mais abrangente do que o *ethos*, pois trata-se de procedimentos que podem incorporar vários *ethos* dentro de si, ou seja, partem de diferentes imagens de si e do outro.

⁷ “De cima para baixo” - processos de legitimação feitos pelas instituições e elites e direcionados para os cidadãos.

⁸ “De baixo para cima” - processos de legitimação feitos por atores políticos e sociais posicionados fora do círculos de poder, com a intenção deslegitimar aqueles no poder.

Existem 6 subtipos dessa legitimação: personalizada, impessoal, tradicional, conformista e autorização do perito e do ídolo. A legitimação por racionalização se refere às ações, experiências, verdades e saberes gerais que são definidas pela instrumentalização dos atos de fala e pela confirmação teórica sem a devida argumentação. A última das legitimações definidas por Van Leeuwen (idem) é legitimação mito-poética, que se concretiza com a narração de histórias populares, assim ensinando e avisando os leitores ou ouvintes de certas verdades e acontecimentos, com a ideia de eliminar qualquer comportamento que não esteja em concordância total com a maneira dominante de pensar apresentada nos contos.

Cada um dos tipos de legitimação pode ser empregado para evitar repostas diretas dos políticos diante do público. Desta forma, os políticos e os jornalistas influenciam as opiniões e as atitudes dos indivíduos de maneira que lhes pareça natural, ou seja, para que passe invisível na narrativa do político, como defende Van Dijk (2002; 2006).

Falaremos também das estratégias de legitimação, definidas por Hodge e Kress (1985), que são utilizadas para reforçar o poder e a autoridade existentes na ideologia das elites político-midiáticas. A intenção das elites é estabelecer regras (na definição dos autores - regras logomáticas) pelas quais pretendem:

- fazer com que a realidade seja mais suportável, explicando e absolvendo-se das críticas de suas ações para os demais atores sócio-políticos;
- obter a aceitação do regime e políticas atuais da parte das massas sem crítica;
- ideologizar a maior parte dos indivíduos para estabelecer os valores e percepção iguais e;
- reforçar “as verdades” e “conhecimentos” já existentes e comprovados por parte de quem está no poder.

Nesse nível, é possível correlacionar ideologia, legitimação, persuasão e manipulação, pois a persuasão, definida dentro de um sistema ideológico, como aponta Van Dijk (2006), pode-se transformar na manipulação, quando a visão ou a opinião do indivíduo sobre determinado tema se contraria ao bem-estar dele próprio. A ação manipulativa, como o autor alega mais adiante (idem, p.258), “é o ato de desconsiderar propositadamente certas informações que, conforme a ideologia, poderiam influenciar

negativamente a obtenção do objetivo final”. Os atores sociais e políticos usam diferentes tipos de manipulação em seu discurso para influenciar e moldar o pensamento e o comportamento do “outro”. É importante mencionar que a criação do discurso, com o qual se legitima a atuação dentro de certa ideologia, é predeterminada por dados e informações precedentes ao próprio discurso. O indivíduo, quer seja político ou jornalista, apesar dos próprios valores e atitudes e agindo dentro de uma instituição maior à qual pertence, é condicionado a afirmar valores e atitudes do partido ou revista/editora para manter a consistência e, conseqüentemente, a legitimidade da entidade, garantindo o seu lugar naquela instituição. Esse discurso que, de acordo com Piovezani Filho (2003), chamamos discurso politizado, é definido como uma racionalização, na qual a instituição mediadora empregadas procedimentos persuasivos com o objetivo de dominar valores e crenças gerais do indivíduo. Assim, esse tipo de discurso visa interferir no entendimento da realidade e incentivar a ação do indivíduo “apassivizado” na esfera pública, porém sob a tutoria da própria instituição.

Nesse caso, a legitimação é marcada negativamente, sabendo que os atores sociais e políticos atuam de acordo com as necessidades de certa ideologia, usando (in)conscientemente todas as técnicas persuasivas em seu poder, e em especial, as manipulativas para legitimar suas ações, com a intenção de apresentar e construir um fenômeno social de modo privilegiado e unilateral. Como Van Dijk explica, "a manipulação não envolve somente o poder, mais especificamente, envolve o abuso do poder, ou seja, a dominação" (2006, p.360).

Delineando esse conceito, poderíamos dizer que a manipulação, como afirma Van Dijk (2010, p.235), “sem as associações negativas, poderia ser uma forma de (legítima) persuasão”, porém ela implica mesmo o uso de uma forma específica de influência “não-legítima” através do discurso. Aí aparece a fronteira tênue entre o procedimento persuasivo legítimo e a sua versão extrema – a manipulação ilegítima. Para concluir, podemos afirmar, de acordo com Van Dijk, que a manipulação é “ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode (re)produzir desigualdade”. No contexto da análise do discurso politizado é possível dizer que os atores políticos usam a legitimação para explicar e justificar sua atuação política e para manter a sua legitimidade como sujeitos políticos, às vezes, usando (in)conscientemente as técnicas manipulativas de uma apresentação ideologicamente marcada. Em nossa opinião, os jornalistas não se diferem muito dos

políticos quando, através do discurso politizado, usam procedimentos persuasivos e/ou manipuladores, em vez de usar a argumentação, para legitimar sua visão de certo conceito ou acontecimento.

Ao utilizarmos conceitos como “politizado”, tratado por Piovezani Filho (2003), ou como “órgão político-partidário”, na explicação de Abramo (2003), para explicar a tendência atual da mídia, surge a necessidade de fazer uma abordagem do discurso político, explicitando alguns conceitos, princípios ou opiniões sobre o próprio discurso político e a relação do discurso político com o discurso midiático.

Assim, iniciaremos com a afirmação de Charaudeau (2009) para quem o discurso político se preocupa mais com o objetivo de incitar alguém a pensar e de fazer agir, do que com o objetivo da demonstração. Esse tipo de discurso, então, tentaria promover uma verdade sua, limitando a capacidade do indivíduo-cidadão de chegar a uma outra verdade, já que o sujeito que profere um discurso político acredita ser legitimado para propor mudanças de mudança das condições na sociedade e fazer com que sejam realizadas, ou colocadas em ação.

No entanto, colocando em discussão a teoria do autor francês, continuamos abordando a relação entre o discurso e a ação, pois embora sejam dois componentes pertencentes ao campo de interação social, eles simultaneamente, estão definidos pela autonomia própria de cada um e pela relação de interdependência recíproca, porém não necessariamente simétrica. O objetivo de um discurso tal é definido por exigência: ver a intenção proferida ao ser colocada em prática.

Quando um sujeito é eleito para representar a comunidade inteira, ele é obrigado a prestar contas para essa comunidade, como constata Ricoeur (1991), devemos desconfiar dos abusos do político e velar por seu controle, tentando aplicar o monitoramento sobre os próprios políticos, pois aproveitando da posição o político pode contrariar o poder. Podemos entender essa afirmação do seguinte modo: existem sujeitos que devem controlar as pessoas que estão no poder, os ditos representantes da comunidade e, por sua vez, a mídia é um desses sujeitos sociais que realiza a vigilância. Porém, o que acontece quando a mídia começa a desconfiar não só do abuso do político, mas começa a vê-lo incapaz de saber, e conseqüentemente, de fazer algo para melhorar a vida da comunidade. Assim, inicia o processo de aprimoramento de procedimentos e de técnicas dos próprios políticos para persuadir o público geral, ou seja, o indivíduo como cidadão capaz de agir ou pensar,

segundo as intenções da mídia. Desse modo, ele reconhece dois “outros” – a política e a comunidade, trazendo os dois para si, regulando não só sua relação com cada um dos dois, mas também regulando a relação entre os dois.

Consideramos pertinente a afirmação de Muniz Sodré (2002) de que a mídia, no vazio político da contemporaneidade, estabelece seu discurso e/ou reproduz o dos outros sujeitos na sociedade, com certa lógica - eficaz e orientada, na sua base, pela motivação mercantil. Como sustenta Muniz Sodré (2002), essa imagem (social), que provem do aproveitamento eficaz do discurso político, serve-lhe como capital simbólico. Confirmando sua posição por meio do reconhecimento de ser um informador pertinente, a mídia como mediador e revelador de verdades importantes para a vida dos indivíduos opõe se explicitamente ou não aos políticos, assim ancora-se nos valores hegemônicos, o que lhe confere estabilidade e legitima seu discurso.

Seguindo esse pensamento, depois de termos discorrido sobre o conceito de “político” como origem ou razão da contraposição da mídia, dedicaremos-nos a abordar o conceito de “politizado” como consequência possível de tal posicionamento frequentemente antagônico, uma vez que este conceito é crucial para entendermos o hibridismo do discurso midiático, analisado neste trabalho. Piovezani Filho apresenta algumas razões responsáveis pela “politização” da mídia (2003, p.57),

o enfraquecimento do Estado – providência [que] não somente possibilitou o deslocamento das estratégias midiático-publicitárias do mercado (instância do foro privado) para o cerne do campo político (lugar da ‘res publica’), mas também fomentou a atuação politizada da sociedade civil.

E assevera ainda, “uma das manifestações dessa ‘politização’ da sociedade civil consiste na busca empreendida pela mídia de uma posição de agente político” (idem, ibidem). Como já foi mencionado anteriormente e como será ainda elaborado e verificado na análise posterior, a mídia reivindica a sua legitimidade de exercer a sua função política de desvendar os abusos e de oferecer correções instrutivas para os malfeitos políticos. Ela se posiciona, constata Piovezani Filho (2003), como “porta-voz” dos cidadãos - despojados do poder e impossibilitados de agir no espaço público, os quais mantêm uma posição de passividade espectadora (idem, p.58).

Finalizaremos a nossa abordagem do conceito de mídia politizada, reiterando a posição de Piovezani Filho (2003, p.63), “da necessidade de os atores políticos se adaptarem aos padrões midiáticos”, o que, em nossa opinião, já está acontecendo, pois é de se esperar que a política não ceda completa e incondicionalmente aos processos de politização da mídia, dentro da “espetacularização pós-moderna da política”.

Agora passaremos a tratar, com mais detalhe, o procedimento persuasivo de manipulação que entendemos como um dos básicos para a nossa pesquisa e análise do *corpus*. Explicaremos os procedimentos que a mídia usa para manipular e legitimar o seu discurso frente ao leitor, assemelhando-se ao discurso político tanto porque são contrários aos princípios da ética jornalística, da qual falaremos mais adiante quanto porque, ao se distanciar das suas práticas discursivas, procuram-se aproximar das práticas da política, a fim de alcançar o maior número de leitores adeptos à visão (da crise) dada por eles. Desse modo, eles adquirem mais poder, transformando-se em órgãos político-partidários, seguindo ideologia própria (determinada pelas circunstâncias sociopolíticas), o que resulta em transformações no discurso que está constituindo um novo gênero midiático-político, o qual os jornalistas empregam ao escrever seus artigos.

A manipulação da realidade pela mídia ocorre, segundo Abramo (2003), de várias e múltiplas formas, para que a probabilidade de convencimento do leitor aumente e a visão dela seja vista como verdadeira e real. Segundo o autor, existem quatro padrões de manipulação geral, os quais entendemos de seguinte maneira:

1. Padrão de ocultação – é o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Nele se distinguem os fatos jornalísticos e não-jornalísticos, dependendo da intenção do autor do texto jornalístico;

2. Padrão de fragmentação – eliminados os fatos definidos como não-jornalísticos, o “restante” da realidade é apresentado pela imprensa ao leitor não como uma realidade com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos, suas causas e consequências. São escolhidos somente aspectos convenientes para afirmar a constatação do autor ou os vários aspectos de um fenômeno são descontextualizados do contexto original e recontextualizados pelo autor;

3. Padrão de inversão – é o padrão que vem após a fragmentação e se constitui na recontextualização do fenômeno, reordenando suas partes, substituindo e redefinindo os aspectos das informações obtidas no mundo. Ele consiste na inversão: da relevância dos aspectos, da forma pelo conteúdo, da versão pelo fato e da opinião pela informação, residindo no “frasismo” e no “oficialismo”, duas formas pelas quais a inversão se realiza até o extremo;

4. Padrão de indução – é o resultado e ao mesmo tempo o impulso final da articulação combinada de outros padrões de manipulação. Por meio de outros padrões o leitor é induzido a aceitar e assumir o fato de que a situação apresentada no texto é real.

Chegamos a última parte deste capítulo, na qual retomaremos o pensamento de Abramo (2003) que, ao abordar os quatro padrões de manipulação, salienta o fato de que a utilização dos quatro padrões segue o padrão global, que por sua vez é possível de ser dividido em três momentos básicos, como se fossem três atos de um espetáculo, de um jogo de cena:

1. O Primeiro Momento, ou 1º ato, é o da ‘exposição do fato’. Submetido a todos os padrões gerais de manipulação, o fato é apresentado sob os seus ângulos menos racionais e mais emocionais, mais espetaculares e mais sensacionalistas;

2. O Segundo Momento, ou 2º ato, é o ‘da sociedade fala’. As imagens, grafismos ou sons podem mostrar os detalhes e as particularidades da mesma sociedade, principalmente dos personagens envolvidos. Eles apresentam seus testemunhos, suas dores e alegrias, seus apoios e suas críticas, suas queixas e propostas;

3. O Terceiro Momento, ou 3º ato, é o da ‘autoridade resolve’. Se se trata de um fato ‘natural’, a autoridade anuncia as providências, isto é, as soluções já tomadas ou prestes a serem tomadas. Se se trata de fato social, a autoridade ‘reprime o Mal e enaltece o Bem’, e também anuncia as soluções já tomadas ou a tomar, para as duas situações” (Abramo, 2003, p. 35-36).

CAPITULO II – Jornalismo em revistas (como entender o discurso midiático)

Este capítulo é iniciado pela abordagem teórica sobre o que é jornalismo, explicitando ainda mais os posicionamentos sobre o jornalismo contemporâneo, seguido pela elaboração da relação entre a narratividade jornalística e política e pela discussão histórico-social sobre a mídia brasileira e croata, com a intenção de traçarmos pontos de semelhanças e diferenças entre os dois países. No final, é feita uma breve reflexão sobre a relação entre o jornalismo opinativo e informativo, com o intuito de poder contextualizar a produção e a posição das quatro revistas tomadas como o material para a formação do nosso *corpus*.

2.1 O jornalismo: uma profissão de mediadores políticos

Entrando na área das mediações, devemos refletir sobre o contexto da produção e constituição do trabalho jornalístico. Assim, diremos que âmago do trabalho profissional de cada jornalista é, segundo Cottle (2003), a elaboração de uma “história jornalística”, ou seja, de uma notícia jornalística. Seguindo essa lógica, a narratividade é, conforme Jacobs (1996, p.73), “o elemento central de estruturação das notícias”, assim afirmando que ela representa uma possível continuação da tradição de narração literária. Os jornalistas, em nossa opinião, como narradores, nos oferecem em diferentes narrativas discursos particulares, conforme a necessidade e a visão ideológica de cada jornalista, assemelhando-se muito aos políticos porque tanto uns como outros, “manipulam” com/a língua para conseguir efetivar os seus interesses.

Reiteramos mais uma vez a importância de observarmos a notícia como fenômeno narrado culturalmente por uma sociedade, pois como afirma Michael Schudson (2003), a configuração das notícias emerge das interações com as tradições literárias e culturais de cada país. Também, a abordagem narrativo-cultural nos ajudará a sustentar a afirmação de

que é necessário levarmos em consideração a marcação linguística do ponto de vista do jornalista que, além de estar presente no discurso, influencia-o, formando uma relação dialógica com o leitor.

Como todo acontecimento ou evento histórico é narrado, um ponto de vista não pode ser analisado como uma pura imposição do olhar do narrador, mas também como uma relação comunicativa que depende dos dois sujeitos leitores, interlocutores – o narrador e narratário, como conclui Motta (2007). Também, nos artigos jornalísticos aparecem, como percebemos na afirmação de Motta (2007, p. 166), “as fábulas contadas e recontadas pelas notícias diárias que nos revelam os mitos mais profundos que pertencem às metanarrativas culturais do noticiado, mitos, às vezes, questionados, mas muito mais frequentemente confirmados e divulgados para servir a visão ideológica do autor/escritor”.

Nosso trabalho certamente segue essa linha, pois uma comparação cultural (nesse caso entre a Croácia e o Brasil), só ganha sentido se definirmos a cultura e suas respectivas narrativas e mitos como variáveis pertinentes para o entendimento do funcionamento da reconstrução discursiva de fenômenos sociais pela mídia (impressa). Pois, é através da construção imaginária, mítica ou não, definida diferentemente em cada cultura, que se pode influenciar as aspirações, os medos e as esperanças de um povo, como explica Baczko (1984). Assim, a organização temporal do passado, presente e futuro de uma sociedade e da sua identidade, depende do imaginário construído discursivamente e assentado nos ritos, rituais e mitos. Na opinião do autor (Baczko, *idem*), é a própria textualização que vai definir qual será a visão de mundo aceita culturalmente.

Como afirma Berkowitz (1992, p.83), os jornalistas constroem um catálogo mental das histórias, isto é, das notícias que “incluirá as informações sobre a maneira como a ‘fábula’ se desenrolará e quais serão as figuras principais”. Na opinião de Cardoso (2001), o jornalismo é responsável pela anunciação e pela enunciação, o que nos parece uma visão interessante de ser explorada. Ela afirma primeiro que, como reprodutor de fatos da atualidade, o jornalismo anuncia, ou seja, dá a conhecer, comunica os acontecimentos do mundo extralinguístico. Porém, além da anunciação de acontecimentos sobre o mundo, o discurso jornalístico é, como qualquer forma de linguagem, principalmente o ato de enunciar, um modo de construir o mundo a partir da apresentação de certos acontecimentos.

Como já falamos, o jornalismo não é um simples órgão de reprodução de fatos e informações. Ainda que tenha essa função, o jornalismo, segundo Berkowitz (idem, p.84), “ao utilizar a língua para elaborar as informações selecionadas do imenso conjunto de acontecimentos mundiais, não se reduz a produzir um enunciado, mas, através desse enunciado, realiza uma ação social, tornando-se um órgão de cunho social e político”, afirmação com a qual concordamos. Assim, o discurso jornalístico pode parecer um simples enunciador dos acontecimentos, porém como mediador entre a “realidade” e o leitor, ele, narrando os acontecimentos, está agindo sobre os que lêem.

De outro lado, no texto de Medina (1991) pudemos perceber as várias pesquisas e estudos realizados na área de jornalismo que trataram a notícia como fato, imagem “multifacetada” que está sendo usada por jornalistas como produto à venda, que muda de aparência dependendo do consumidor e daquilo que ele aceita como necessário ao seu funcionamento dentro da sociedade. Desse modo, Medina (idem) diferencia dois tipos de conceitos que dizem respeito à posição da notícia no jornalismo: direito de informação e direito à informação, que explica a mudança de foco do jornalismo moderno que, segundo ela, começou com a primeira proposta para continuar com a segunda.

Isso aconteceu, segundo Medina (idem), porque não é mais suficiente que o indivíduo-leitor seja informado (recebendo as informações filtradas ideologicamente por uma fonte ou de fontes uniformizadas), mas que tenha acesso à informação (que possa informar a partir de várias fontes, para criar a sua opinião), o que convém com a mudança da ética jornalística e com as transformações das próprias revistas. Nós não podemos concordar completamente com a constatação de Medina de que houve uma mudança significativa entre os dois direitos, isto é, os dois modos de entender a relação entre o indivíduo e o jornalismo.

Fundamentamos a nossa argumentação da seguinte maneira: embora seja possível uma mudança da atitude jornalística, não a consideramos como um fenômeno significativo e completamente efetivado na prática, pois consideramos que a quantidade de procedimentos persuasivos e/ou manipuladores presentes nos artigos das revistas de grande circulação (analisadas neste trabalho) é ainda grande para possibilitar tal mudança. Segundo a análise do nosso corpus midiático, percebemos que os jornalistas apresentam informações de mais de uma fonte, mas dentro de um ponto de vista que separa e reorganiza as informações de diferentes fontes, o que demonstraremos mais adiante. Deste

modo, o jornalista até pode reconhecer a necessidade de o leitor ter a possibilidade de ser informado, ainda que prefira, por causas diversas (sociais, econômicas, políticas editoriais) expô-las de acordo com a opinião que ele – jornalista - ou a empresa do próprio possui sobre o tema.

Voltando ao assunto da discursividade, definiremos os elementos importantes para apresentar uma informação. Como o discurso é o lugar onde o acontecimento se torna “visível” e recebe seus contornos, não existe acontecimento fora do enquadramento discursivo, que resumidamente classificariamos em três elementos: o tempo, o espaço e a pessoa ou sujeito. Como perceberá o leitor, em nossa análise, esses três elementos do enquadramento discursivo constituem os pilares da nossa análise dos textos jornalísticos. É quase senso comum dizer que todo fato narrado pelo jornalista é o que já aconteceu, muito embora ele possa também fazer projeções para o futuro. Porém, como será ainda ressaltado neste estudo o tempo representa uma marca predominante na constituição das informações sobre os acontecimentos. Um acontecimento pressupõe um desdobramento, assim, entendendo melhor de que maneira e com que fim os desdobramentos acontecem, nós teremos um aparato crítico mais apropriado para confirmar ou não a nossa hipótese.

Dirigindo-se ao público, os jornalistas pressupõem o fato de que o acontecimento narrado é de interesse comum. Por isso, é necessário que estejam envolvidas algumas pessoas, definidas por Cardoso (2001) como produtores do acontecimento ou como fontes de informação. Essas fontes representam, frequentemente, as autoridades na área, servindo como figuras para legitimação do discurso do jornalista, já que ele próprio não pode conferir a si próprio esse status. Os leitores, aqueles a quem o jornalista pretende transmitir as informações, encontram-se entre as fontes (políticas, científicas) de um lado e o jornalista como narrador de fatos, de outro.

Ora, pensando na relação entre um texto político e jornalístico, parece-nos importante discorrer sobre a especificidade de um texto, quer jornalístico, quer político quanto à finalidade de tais textos. Para os jornalistas, em nossa opinião, é mais importante, além da própria informação, conseguir que a mensagem inserida na narrativa seja facilmente reconhecível e autêntica, o que, no fundo, não difere muito do alvo de qualquer político. A única diferença entre a maneira como os políticos e os jornalistas, como interlocutores apresentam as informações é que os jornalistas deveriam, mas nem sempre querem oferecer ao público informações de diferentes pontos de vista e que os políticos

querem (mas não deveriam) convencer o público de que as informações dentro de seu ponto de vista são sempre certas e que só a elas deveriam aderir.

Wolfsfeld (2003) nomeia esse tipo de comportamento da mídia como ação sobre o leitor, de modelo de competição política. Para ele, a melhor maneira para entender a função da mídia (e suas estratégias) como sujeito político é observá-la como ator político, em uma luta com outros adversários políticos, para tomar posse do poder de decisão em assuntos de importância para a sociedade.

Esse modelo, elaborado por Wolfsfeld (2003), é baseado em alguns pressupostos que descreveremos a seguir.

1. Primeiro pressuposto: existe maior probabilidade de o processo político influenciar a mídia do que a mídia o processo político. Isso significa que a mídia se aproxima do modelo político de funcionamento e de pensamento da realidade, para depois tentar aproveitar do contato com o modelo para ter mais influência sobre o leitor. A política vai ter maior influência sobre a mídia, como afirma Wolfsfeld (2003), porque ser detentor do poder político significa ter a possibilidade de influenciar várias áreas de cunho social. A cultura política também exerce grande influência sobre a maneira como a mídia faz a cobertura dos fenômenos sociais e culturais, como por exemplo, a cobertura da situação econômica e política da economia nos últimos quatro anos. Isso porque os jornalistas normalmente são aqueles que reagem aos políticos e não vice-versa. Já os políticos usam o seu poder com a pretensão de manipular os proprietários da grande mídia para conceder o espaço narrativo e discursivo a eles. Porém, é importante salientar que, como afirmamos, a mídia está contestando a posição e a supremacia dos políticos no que diz respeito à ação e interação como público, procurando-se adaptar a novas circunstâncias mundiais.

2. O segundo pressuposto, elaborado por Wolfsfeld (2003), diz respeito ao nível de controle das autoridades sobre o meio político, sendo que este é um dos elementos que determinam a importância da mídia nos conflitos políticos. Quando as autoridades políticas dominam o meio público, isto é, o meio sociopolítico, torna-se difícil para a mídia continuar seu funcionamento independente. Se o jornalista quer continuar escrevendo sobre algum tema de maneira livre, precisa dominar o seu meio, ou seja, ele vai se

transformar num sujeito político que terá determinada opinião. Esta transformação, portanto, faz parte de sua ideologia pessoal e, assim, estará no texto publicado, no artigo ou na notícia.

3. O terceiro pressuposto trata da importância da mídia que, na definição de problemas, nos conflitos políticos e nas soluções correspondentes, muda com tempo e as circunstâncias históricas, o que significa que jornalistas precisam definir novas estratégias e métodos para poder interagir com o mundo em constante mudança.

Pela elaboração do pensamento de Wolsfeld e dos demais autores apresentados neste capítulo, podemos afirmar que, em nossa opinião, a mídia e seu discurso passam por uma série de aproximações com a política. A complexidade do processo da hibridização do discurso da mídia sobre o qual ainda ponderaremos, é definida pelo seguinte: pela habilidade da mídia de assumir um posicionamento político (confrontando ou legitimando um discurso político) de um lado e pela inserção da política no campo da atuação midiática com suas próprias formas de mediações (resultado da fusão das elites midiáticas com elites políticas e/ou empresariais) de outro. Não seria este o caso se pudéssemos admitir que estas duas instâncias do discurso – o político e o midiático – fossem completamente separados e isolados. Uma concepção mais tradicional talvez tivesse concordado com essa colocação de discursos estanques. Esse fenômeno da multiplicidade de interações político-midiáticas é tratado em grande detalhe mais adiante neste trabalho (dentro de várias abordagens teóricas e metodológicas e influências culturais e globalizadoras) para que possamos entender melhor o funcionamento da mídia contemporânea que se estabelece para além do ato de apresentar informação.

Como afirmamos ao longo de todo o trabalho, a mídia é um dos propagadores da noção de crise, já que amplia a sensação subjetiva que o sujeito possui dos fatos “objetivos”. Para explicar melhor essa idéia, trazemos Conceição (2009, p.36), afirmando que “em suma, a mídia tem o poder de criar e eliminar sentimentos de pânico, que são desproporcionais aos elementos objetivos envolvidos”. O que podemos perceber em nossos dados, a mídia começou a descrever, comentar e questionar os problemas relacionados à instabilidade da economia mundial e, de certo modo, “instaurou” a crise no seu início dialogando (in)diretamente com a política, embora sempre tentando sustentar sua visão dos acontecimentos.

Isso não significa que não seja possível encontrar jornalistas que não se encaixem nesse padrão. Também não implica que a maneira como o jornalista se aproxima do leitor e do tema, questionando as ações dos políticos e, às vezes, contrariando os políticos com sua própria opinião baseada nos dados, seja completamente errada, porque o jornalismo engajado, em nossa opinião, é um dos “poderes” que conseguem indicar os problemas das ações políticas ou sociais contrárias ao bem comum.

Para reforçar essa idéia de que o jornalismo, mesmo sendo subjetivo e ideologizado, é convocado para oferecer informações pertinentes para a formação de uma opinião mais objetiva no indivíduo, traremos Abramo, que conclui, “o jornalismo, ao contrário do que muitos preconizam, deve ser não neutro, não-imparcial e não isento diante dos fatos da realidade” (2003, p.38). Em sua opinião, esse jornalismo deveria incentivar o indivíduo à ação, que é uma ação concreta como seres humanos e cidadãos, para buscar a objetividade e tentar aproximar-se ao máximo dela (Abramo, *idem*). Nós completamos esse pensamento com a afirmação de que o leitor precisa primeiro tornar consciente o processo de persuasão num momento de abordagem crítica, questionar, discordar com o que encontra na mídia, para procurar a sua resposta e assim agir de acordo com ela, sabendo que a busca pela objetividade é uma ação contínua.

O que dificulta uma leitura proposta por Abramo é o uso de omissões e distorções de cunho subjetivo, com os quais os jornalistas visam a eliminar a possibilidade de o leitor perguntar se o texto lido talvez tenha base fundada em alguma ideologia, ou ainda, se o texto lido manipula o seu pensamento. Para conseguir isso, consideramos relevante discutir de que modo os políticos e jornalistas usam a narração como processo de construção, em forma de texto, de um discurso que provém da ideologia.

2.2 Narratividade em discurso político e jornalístico

Boa tarde, final de tarde.
Tarde que evoca o som.
Som do amor, som de palmas, som da vitória, som do peixe.
Peixe campeão.
Peixe bola; Bola trave; Trave ovo; Ovo galinha.
Galinha do amor que vem e vai.
Como se te vais.
Como se te fois.
Neymar, Ney Matogrosso, Niemeyer; nei-nei-nei, eu sei, eu sei, eu sei.
Já dizia Fernando Pessoa: “Ei onde estás tu? Estou contigo e ti? Também estou”.

**Tatá Werneck como Patricia Poeta
MTV Comédia**

Como já dito, o texto apresentado em um espaço delimitado como, por exemplo, os livros, as revistas e os jornais, não é configurado simplesmente como a soma de todos os elementos linguísticos. Como é o caso da narrativa da epígrafe acima colocada, muitas vezes o texto pode ser dotado de coesão, mas não de coerência. Muito pelo contrário, ele é uma entidade completa, cujos elementos formam um “todo”, definido a partir de uma ou várias perspectivas, colocados de maneira particular numa cadeia significativa que segue certas regras, neste trabalho chamadas de narrativas, “obedecendo” uma lógica maior que faz parte da formação ideológica e discursiva do leitor, como lemos em Cottle (2003).

O autor do texto não concretiza outra coisa que fazer a “inscrição” no processo textual-discursivo de escrita sobre determinado tema. Completando, isso é particularmente evidente quando se trata de autores-jornalistas. Eles são narradores que, a partir das informações coletadas e de um conhecimento prévio sobre o tema, criam uma “história”, colocando-se dentro dela de diferentes maneiras. Às vezes, eles, como autores implícitos ou locutores, estão “com” os personagens ou enunciadores, às vezes “por detrás” deles ou até “fora” da própria história, observando tudo como se fossem seres oniscientes.

O fato de se preocuparem com pontos de vista, os personagens e a estruturação do texto, de certo modo, unem os jornalistas aos escritores de literatura, sendo inúmeros os casos de jornalistas como escritores literários e vice-versa. Ao escolher um ponto de vista, o jornalista como escritor de um texto “limita” sua presença no texto, o que afeta a

estruturação do próprio – a apresentação de dados e informações, a composição de cenas, a interação de diferentes personagens etc. Todos esses elementos são importantes, pois, para entender o discurso (jornalístico), materializado e ancorado pelo texto, é preciso conhecer o processo formativo do texto (notícia ou reportagem), ou seja, seus pressupostos e efeitos. Por isso, explicaremos quais são os métodos narrativos literários, uma vez que a literatura está nas raízes do jornalismo moderno, completando a concepção teórica de notícia como discurso estruturado de Van Dijk (2005), correlacionando com as teorias (linguísticas) da polifonia (de Ducrot) e da enunciação (de Benveniste).

Ora, existem métodos narrativos literários (Dal Farra, 1978; Pouillon, 1949), pelos quais podemos entender o modo como os jornalistas (na sua posição politizada) se apropriam das diferentes narrativas e pontos de vista para legitimar suas ações e seu comportamento, visando, de certo modo, uma tentativa de manipulação do ouvinte ou leitor para aceitar a visão do mundo e dos acontecimentos para a qual nunca existe certeza absoluta de que será eficaz. Diferentes visões de mundo e do Outro provêm das diferentes posições que a política e que nela inspirada a mídia tomam em suas narrativas, o que resulta na existência de pontos de vista que são dominantes no discurso por aparecerem mais fixos e constantes do que outros.

Assim, concordamos com a afirmação de Dal Farra (1978, p.27) de que “todos os pontos de vista são arbitrários”. Porém, não queremos ficar somente nesta afirmação, por isso acrescentamos que a arbitrariedade muda quando os narradores decidem expor a sua visão na narrativa, pois sempre privilegiam um ponto de vista que lhes convém. Os leitores, ao entrarem na narrativa do outro, também assumem uma posição, um ponto de vista que não é único nem privilegiado. A narrativa na qual estão lançados é iniciada, ou mais precisamente, dá a impressão de ser iniciada, antes que eles tivessem chegado, e que provavelmente terminará depois, na sua ausência, como afirma Škiljan (1985). Portanto, essa narrativa exige a adaptação dos leitores à ideologia proferida por outrem, no sentido de tentar se solidarizar com ela e aceitá-la como certa e real. Mas, como conclui Ducrot (1987), quando proferimos um enunciado, podemos esperar que isso seja a condição suficiente para que ele seja contestado. Porém, como já afirmamos no capítulo anterior, o leitor pode chegar a perceber algumas tentativas de condicionar sua visão e contrapor-se a ela, mostrando resistência às tentativas de se adaptar ou se solidarizar com o que está presente na narrativa.

Os narradores - neste caso, os jornalistas, em um exercício de unificar suas vozes – aproveitam-se desse “poder” para tornar o “outro” um objeto absorvido pelos artigos. Isso serve como uma possível garantia de que o indivíduo objetivizado use os textos, ou melhor, as narrativas que são oferecidas a ele dentro dos textos dos artigos jornalísticos. Uma vez que o indivíduo se convencer de que esses textos são certos e verdadeiros, impedindo o desenvolvimento de novas idéias, próprias do indivíduo. Desse modo, entendemos importante mencionar Barzotto (2007, p.170) quando problematiza o uso de textos alheios de modo inconsciente em falas próprias, ou seja, quando “a incorporação de um texto em outro é feito de forma repetidora ou parafrástica, protegida pelos postulados também repetidos, parafraseados”, isso provavelmente resultará em uma estagnação da produção do conhecimento ou pensamento crítico.

De fato, jornalistas, políticos etc, que se posicionam como sujeitos que controlam a narrativa, ditando o modo como o “outro” deveria ver e entender o mundo ao seu redor, proporcionam, deste modo, textos definidos por suas regras logomáticas. As regras logomáticas, como as definem Hodge e Kress (1988, p.5), são “um conjunto de mensagens, parte de um complexo ideológico, usadas de tal maneira que as torna invisíveis na prática”. Elas deixam pouco espaço para serem questionadas por outrem, pois esforçam-se para controlar quais perguntas deveriam ser feitas, e como. Esse procedimento nos lembrou da afirmação de Fairclough (2003), de que o que está ‘dito’ em um texto sempre pressupõe o que “não está dito” e de Ducrot (1987), o que se nega pressupõe o que é afirmado.

Para conseguir a definição e o emprego de regras logomáticas no posicionamento da narrativa, é preciso ter capacidade de controlar o meio sociopolítico, o qual possibilita esse posicionamento na narrativa, que vem a ser concebida por Wolfsfeld (2003, p.95) dentro de três variáveis: “capacidade de iniciar e controlar os acontecimentos, capacidade de controlar o fluxo de informações, capacidade de mobilizar o apoio das elites”. Para o autor, “a capacidade de iniciar e controlar os acontecimentos possibilita uma preparação cuidadosa da notícia, e em avanço; a possibilidade de regulação do fluxo de informações permite o apossamento da maneira da formatação da notícia; a capacidade de conseguir consenso entre as elites faz com que todo mundo esteja narrando a mesma história” (idem, *ibidem*).

Conforme as possibilidades, intenções ou necessidades do escritor, ele pode preparar a sua notícia ou reportagem por uma narrativa que é definida, segundo Dal Farra

(1978, p.36), ou pelo ponto de vista “eu”, ou por outro ponto de vista ele” – o que é usado por jornalistas para disfarçar o seu “eu”. Ao raciocinar sobre as intenções, queremos deixar evidente o fato de que o jornalista, embora não tenha controle completo sobre o que está afirmando, pode chegar a aceitar que é o dono de suas palavras e que os outros precisam escutá-lo. Ele pode até não entender a posição histórica que resultou nessa intencionalidade de passar seu ponto de vista para os outros, mas isso não significa que não tenha a intenção de disseminá-la. Ou seja, ao falar da intenção de escrever um artigo, queremos dizer que, por mais “controlado” que possa ser e por mais evidente que seja a causa desse controle, o jornalista pode querer manter seu ponto de vista escondido atrás de outras vozes (por exemplo - “tu” e “ele”). Sendo assim, segundo Dal Farra (idem), o narrador midiático, dependendo da intenção, ou seja, das inclinações ideológicas, decide por uma, não porque ele tenha uma “predileção” por esta ou por aquela pessoa narrativa, mas porque ele quer restringir o aparecimento não desejado de uma ou outra pessoa. A autora continua (idem, p.37), a primeira pessoa pode ter visões de terceira pessoa e vice-versa. Como consequência desses processos, os dois códigos tornam-se iguais, e a escolha deste ou daquele ponto de vista decorre inevitavelmente da predileção do autor-implícito”. O que podemos concluir, a partir das contribuições linguísticas de Ducrot, e em especial, da pesquisa desenvolvida neste estudo, é que a utilização dos códigos pode ser simultânea e múltipla, dependendo do momento e da estratégia persuasiva do jornalista.

O jornalista, dependendo da situação, pode ficar também “dentro” ou “fora” da narrativa, como afirma Pouillon (1949), “escondendo-se” atrás do “eu narrador”, o que coincide com a divisão em “eu” e “ele” de Dal Farra. O discurso midiático ou político (apresentado na mídia) de primeira e de terceira pessoa tem códigos e regras logomáticas diferentes, o que não limita o uso das duas opções de pessoa. Como define Dal Farra (1978, p.51), “a linguagem permite ao discurso a plurivocidade e restringe a narrativa a um caráter fechado”. Isso significa que o discurso permite o uso de diferentes “eus” e pontos de vista, enquanto a narrativa é unitária; pois, segundo Pouillon (idem), nela existe a unidade de visão que não pode ser interrompida sem consequências no discurso. Os acontecimentos e as descrições na narrativa são sucessivos, enquanto no discurso, conforme pontua o autor, pode existir um determinado fluxo e simultaneidade de dois ou mais pontos de vista, o que queremos demonstrar em nossa pesquisa.

Os jornalistas optam, com frequência, por integrar diferentes pontos de vista, dentro do fluxo discursivo, principalmente os das autoridades políticas, econômicas etc., formando uma polifonia de vozes e visões para dar legitimidade ao seu discurso e para disfarçar a sua responsabilidade como locutores, “escondendo-se” atrás dos diferentes enunciadores.

Para entender melhor o funcionamento dessa polifonia, que nos ajudará a perceber com mais astúcia como o jornalista compõe seu texto, integrando diferentes vozes e pontos de vista que possibilitam o desenvolvimento do tema, conforme a ideologia do jornalista ou da revista, consultaremos brevemente a teoria da polifonia de Ducrot (1980, 1987).

No nível linguístico, fica claro que, escolhendo um ponto de vista, o discurso de um indivíduo esteja moldado pela ideologia. Como vemos em Ducrot (1990), não existe objetividade no sentido da linguagem, porque ela (a linguagem) não descreve diretamente a realidade. Para o indivíduo, o modo como a realidade é descrita consiste em fazer dela o tema de debate entre os demais membros da comunidade, afirmação com a qual concordamos em absoluto, porque é justamente isso que a mídia realiza ao tratar a crise econômica nos últimos três anos.

O conceito de polifonia, definido por Ducrot (1980) que, por sua vez, se inspirou em Bally e Bakhtin, acarreta a visão de que, em qualquer texto, podemos encontrar uma pluralidade de vozes, que Ducrot atribui a diferentes locutores, no nível do discurso, ou a diferentes enunciadores, inscritos no texto a partir de diferentes perspectivas ideológicas. Assim, ele define o primeiro par, aquele que enuncia ou produz enunciados (falas ou textos), mas também define o segundo, nomeando-o de alocutário e destinatário. Esse par designa aqueles aos quais os enunciados foram direcionados, ou seja, são os leitores que lerão o texto. O modo de diferenciação é o mesmo – o alocutário é o Outro do texto, enquanto o destinatário é a pessoa à qual os enunciados são, de fato, destinados.

Em um trabalho posterior, Ducrot (1984) retoma a teoria da polifonia, reelaborando os conceitos de locutor e enunciador. O locutor foi dividido em duas instâncias ou representações colocadas diante do enunciador. A primeira representação é a de pessoa responsável pela enunciação (ato de constituir e proferir enunciados), ou, se extrapolamos para o nível de nossa pesquisa, pela narração, e a segunda é de ser físico, presente no mundo extralinguístico.

Entendemos essa classificação tripartite como sendo interessante, pois, através dela, podemos notar que o jornalista, ao escrever, desloca-se e dissolve em vários níveis da escrita, o que possui repercussões na (re)formulação dos temas e conceitos. O locutor, responsável pelo que enuncia, estabelece em sua fala vários enunciadores aos quais passa a responsabilidade. É a partir deles, dos pontos de vista que eles proferem e das atitudes em relação aos enunciadores, que o locutor organiza seu discurso. O autor do texto, como o locutor, pode se assimilar a um dos enunciadores, representando-se por meio desse, aproveitando para se expressar por meio da ótica que o enunciador pode instaurar.

Os pontos de vista, segundo a ótica de Ducrot, oferecem o quadro por meio do qual o locutor pode se identificar com o que está falando. Ele pode se identificar com um dos enunciadores e simplesmente concordar com ele, ou pode se opor a ele, identificando-se com outro enunciador. Dessa maneira, como percebemos em Ducrot (1990), o sentido do enunciado é resultado da interação e do confronto entre os diferentes pontos de vista. Para nossa pesquisa, isso significa que, para compreender como a crise está sendo construída em textos jornalísticos, é importante entender o “jogo” de pontos de vista, ou seja, procurar estabelecer e descrever, em linhas gerais, o locutor e os enunciadores que fazem parte dos textos polifônicos, que os artigos jornalísticos incontestavelmente são.

Porém, nós não concordamos com a colocação do autor de que só o enunciador é inscrito no texto por meio de perspectivas ideológicas, uma vez que, como afirmamos anteriormente, é justamente o locutor que se inscreve no texto que escreve seguindo uma ou várias perspectivas ideológicas que transpõe para os enunciadores.

Recorrendo novamente à afirmação de Dal Farra (1978, p.37) de que “a linguagem permite ao discurso a plurivocidade e restringe a narrativa a um caráter fechado”, percebemos que a plurivocidade, ou seja, a polifonia, em termos ducrotianos, só pode ser estabelecida no nível discursivo, que permita, como concluímos, certo nível de fluxo e simultaneidade dos pontos de vista empreendidos pelo locutor, isto é, pelo autor-implícito. Pensando no nosso corpus - os textos jornalísticos -, apresentamos Cardoso (2001), que se baseia numa classificação tripartite de diferente natureza. Segundo ela, o texto jornalístico anuncia uma tripla presença: jornalistas e leitores em relação às fontes de informação. Isso significa que os jornalistas, antes de se tornarem locutores, precisam (ou deveriam) consultar as fontes de informação que, possivelmente, teriam as informações necessárias e dariam a legitimidade desejada ao jornalista.

Embora as fontes, em um primeiro momento, originalmente, sejam locutores, no texto jornalístico, elas serão transformados pelo jornalista em enunciadores, vozes com as quais é possível operar, e se quiser, manipular. O jornalista se apropria de enunciados de outros e produz o seu próprio, através da marca da objetividade que é o uso da terceira pessoa, a marca impessoal, ou ao contrário da primeira pessoa do singular, que é marcada pela “pessoalidade” linguística. Cardoso (2001) conclui que o uso da terceira pessoa tende a garantir uma estratégia de universalidade, de objetividade ao discurso. Nós não concordamos plenamente com essa conclusão, sabendo que, ainda que o uso da terceira pessoa possa dar a aparência de objetividade ou universalidade, não podemos desconsiderar que o leitor não reconhece e não se foca somente nas marcas linguísticas. Ele pode ir além do texto e entrar no nível do discurso que pode mostrar a não objetividade do autor, mas uma simples tentativa de distanciamento do autor, como locutor, dos leitores aos quais destina a sua fala.

Devido a esse fato, nós nos focaremos somente na procura da polifonia discursiva, ou seja, complementá-la-emos nos apoiando no enunciado ou no narrado, que aparecem nos artigos jornalísticos sobre a crise econômica atual e que representam material físico, no qual essas vozes e pontos de vista residem.

Há enunciados de discurso que, a despeito de sua natureza individual, escapam à condição de verificação pessoal de verdade, isto é, remetem não a eles mesmos, mas a uma suposta verdade “objetiva”. É o domínio que chamaremos de “terceira pessoa”. A “terceira pessoa” representa, de fato, o membro não marcado da correlação de pessoa. Ele predica o processo de não importância de quem ou do que, exceto da própria instância, querendo se munir de uma referência objetiva.

Segundo Benveniste (1991, p.288), a subjetividade é entendida como “a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Procurando distinguir as marcas da subjetividade no discurso, Benveniste retorna aos dêiticos: demonstrativos, advérbios, adjetivos, responsáveis pela organização das relações espaciais e temporais nas quais o “sujeito” se integra. Como ponto de referência, ele elege os dêiticos temporais e espaciais do presente: “isto, aqui, agora”, acrescentando suas variações temporais “aquilo, ontem, no ano passado, amanhã etc. Complementando com a colocação de Parret (*apud* Coracini, 1991) de que o dinamismo modalizador do discurso, ao contrário dos dêiticos (indicadores de espaço, tempo e pessoa), não repousa sobre o eu, mas sobre o nós, criando o elo entre diferentes

enunciados modalizados, para definir uma pluralidade subjetiva, isto é, 'subjetividade comunitária' ou 'intersubjetividade'.

Para Benveniste (1991), o plano do discurso e a sua relação com a narração é definida pelas enunciações temporais. Assim, encontramos, através da narração, a enunciação histórica assentada completamente na 3ª pessoa, ou seja, impessoal; ele inclui três tempos verbais pertencentes a essa categoria: passado simples, imperfeito e mais-que-perfeito. De outro lado, ao plano do discurso, Benveniste (1991), atribui os textos marcados pela relação eu-tu e pelos tempos verbais: presente, imperfeito, exceto o passado simples (aoristo), tempo histórico por excelência. Com essa divisão se estabelece a diferenciação do mundo comentado e o mundo narrado. O presente, o pretérito perfeito composto, o futuro do presente (simples e composto), o futuro próximo, pertencem ao primeiro. Ao segundo, os tempos do passado - o pretérito perfeito simples, o imperfeito, o mais-que-perfeito, o futuro do pretérito (simples e composto).

Desse modo, Benveniste estabelece uma relação íntima entre a subjetividade comentada e a objetividade narrada que, então, seria a não colocação do locutor como “sujeito” de seu próprio discurso, o que é um fato aparentemente simples, mas de importância crucial para o nosso estudo. Acreditamos que o jornalista, “apegado” aos conceitos de objetividade e imparcialidade, pensa ter construído uma narração objetiva, impessoal. Nesse sentido, a terceira pessoa (a não-pessoa, ele), ao contrário da pessoa, eu, é um signo pleno, uma categoria da língua, que tem referência objetiva e seu valor independe da enunciação, declarando, portanto, a objetividade. A oposição entre os participantes do diálogo e os não participantes resulta em duas correlações: personalidade e subjetividade. A correlação de personalidade opõe a pessoalidade, presente em eu/tu, e a não pessoalidade, presente em ele; já a correlação de subjetividade descreve a oposição existente entre o eu (pessoa subjetiva) e o não-eu (pessoa não-subjetiva). Tais correlações se estendem aos pronomes no plural que, nessa teoria, significam mais que pluralização. Devem ser entendidos como elementos linguísticos, mas não só neste aspecto; eles são integrados na mensagem comunicada e nas categorias do discurso, não consistindo somente no código e nas categorias da língua.

Segundo Benveniste (1989, p.87), “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”. Esse fato determina a estrutura da enunciação, isto é, do diálogo em qualquer texto, porque

nele sempre existem um “eu” e um “tu” interagindo. Os dois participantes alternam as funções, caracterizando-se como parceiros e protagonistas na situação de enunciação.

A situação de troca da enunciação é marcada pela intercalação da posição subjetiva ou objetiva do locutor e do alocutário. Para explicar melhor essa mudança, introduziremos uma ponderação sobre a performatividade dessa mudança, como apresentadas por Parret (*apud* Coracini, 2009, p.191), ao passo que,

o performativo primário (ou implícito), definido pela modalidade no plano discursivo, afirma o duplo movimento de estruturação e desestruturação, de transparência (presença explícita do sujeito-enunciador) e de opacificação (ausência explícita do enunciador), isto é, de subjetividade e objetividade, movimento dialético constitutivo do discurso.

Segundo Coracini (*idem*), a própria opacificação que implica a ausência de modais e dêiticos no texto, constitui para Parret, uma estratégia discursiva que anuncia intenções enunciativas entre os locutores.

Concluindo essa seção, entendemos que a percepção da realidade, dada na narrativa por diferentes vozes e pontos de vista, está sempre construída dentro de um “agir” que é filtrado ideologicamente. Como afirma Škiljan (1985, p.145, tradução nossa), “o filtro ideológico é transformação de um fenômeno desejado pelo signo que é seu modelo reduzido, feita sob a influência dos complexos ideológico-sociais”. Cada mensagem distribuída por um narrador qualquer em sua narrativa sofre uma pequena “distorção”, conforme o ponto de vista que ele tomou.

Assim, a diferença entre os discursos, segundo Škiljan (1985), provém da incoerência do filtro ideológico, ou seja, ela está situada na “inigualdade” das experiências individuais. O resultado materializa-se em diferentes visões sobre um conceito, como no caso da crise que está sendo reconstruída por vários sujeitos em vários textos presentes nas revistas.

2.3 Um breve histórico de alguns aspectos dos campos midiáticos brasileiro e croata

2.3.1 Elementos da história da publicação de revistas e da posição dos jornalistas no Brasil

No Brasil, entende-se que a produção de revistas pode ser dividida em três gerações, segundo Reimão (1996). A primeira, entre 1930 e 1945, mostra uma distribuição igualitária tanto de revistas de um perfil especificamente político quanto daquelas que tratavam do cotidiano das pessoas. Na segunda fase, entre 1945 e 1960, surgem novos tipos de revistas como as revistas de cultura, “fotomagazine” etc. Para a autora, a terceira geração surge a partir da década de 1970, com a introdução de revistas semanais de informação. A primeira revista, estruturada de acordo com os padrões contemporâneos de publicação no Brasil, foi a revista semanal “O Cruzeiro”, do grupo Diários Associados, de 1927, logo antes da consolidação da primeira geração. A revista apresenta como característica diferencial o investimento feito nas reportagens, como sustenta Reimão (idem).

Outra mudança que acarretou influência na transformação de concepção de revista, segundo a visão de Melo (2006), foi a partir da década de 1960, quando ocorreram grandes mudanças sociais e políticas, quer no Brasil, quer no resto do mundo ocidental. Neste contexto, foi lançada a revista Realidade pelo grupo Abril (1966), que apresentou mudanças de estilo e perfil jornalístico, como definido por Barzotto (1998). Em 1968, é apresentada mais uma revista: “Veja e Leia”, da mesma editora, hoje conhecida apenas como Veja. A trajetória histórica de “Veja”, junto com a da revista “Época” serão tratadas com mais detalhe posteriormente.

Com o início da abertura política e dos movimentos de democratização, a imprensa brasileira passou por um longo processo de transformação e redefinição sistemática de seus princípios. Porém, como sustentam Lago e Romancini (2007, p.152),

o controle à imprensa não foi eliminado logo no início do novo governo (o governo Geisel), a ‘autocensura’ só terminaria em 1976, e o fim da censura prévia aos meios impressos iria ocorrer ao longo do tempo, mais lentamente.

As mudanças coincidem com a eleição do governo de transição de José Sarney, governo que foi marcado pelo trabalho de ampliar a liberdade de imprensa, fato que se deve ao próprio desenvolvimento democrático do Brasil. Como elaboram Lago e Romancini (2007), esta tendência positiva ocorria ao lado do processo de maior concentração proprietária e econômica dos meios de comunicação. Porém, é interessante perceber que o jornalismo mostra uma tendência de se posicionar como “uma instituição fiscalizadora do Poder Executivo”, como o entendem Lago e Romancini (2007, p.168), asseverando que a atividade jornalística ainda estava com sérios problemas estruturais.

Assim, durante o período de redemocratização, o jornalismo brasileiro passou por uma forte participação nas instâncias políticas e sociais, além da consolidação como um dos sujeitos políticos centrais no país, conforme Lago e Romancini (idem). Por meio das atividades de descrever, explicar e criticar vários planos econômicos, de ajudar a eleger e, posteriormente, de derrubar um presidente brasileiro, “em um processo inédito no Brasil”, segundo Lago e Romancini (idem, ibidem), mostrou o perfil, o estado do Estado. Na opinião dos autores, nesse momento surgiram novos “problemas”, como o sensacionalismo e o “denuncismo”, atingindo o jornalismo do país. Para a nossa pesquisa foi interessante, ao lermos que o jornalismo, particularmente, teve uma grande importância como mediador entre a política e o público, ao explicar o Plano Cruzado (realizado 1986) ao público geral, traduzindo vários conceitos técnicos complexos, como por exemplo, formulas de ajuste de aluguéis, pagamento de crediários, entre outros, assim estabelecendo-se o jornalismo econômico do país. Todavia, esse ramo do jornalismo foi cunhado inicialmente durante a Ditadura Militar, pois “nele tinham interesses os militares e os proprietários dos jornais”, como opina Abreu (2002, p.21)

Os proprietários dos jornais e seus empregados, sentindo as pressões da censura e tendo consciência das possíveis represálias, como ameaças de apreensão de exemplares, passaram a ter uma preferência pelo conteúdo econômico do que pelo político. De outro lado, como afirma Abreu (idem), para os militares, as notícias sobre a economia representavam um espaço de menos risco, pois serviriam para divulgar a política econômica na sociedade e para mostrar os avanços do “milagre” econômico brasileiro.

Certamente ocorreram mudanças no próprio papel do jornalista. Como constata Abreu (idem, p.34),

O jornalista, hoje trabalha mais além de preparar a notícia, deve fazer a diagramação, indicar as fotos, desenhos, gráficos, em suma, tudo o que constará da sua matéria. Além disso, houve uma redução drástica de pessoal nas redações. Os reportes são obrigados a fazer mais de uma matéria ao mesmo tempo. Nesse processo rápido e ágil, o controle da qualidade se torna mais difícil.

O processo de “tecnificação” do noticiário, como o chamam Lago e Romancini (2007), integra-se no discurso neoliberal, uma vez que esse tipo de cobertura afeta aquelas de cunho mais social, interferindo no equilíbrio entre as reportagens econômicas, financeiras, sociais e/ou políticas. O resultado da abertura do mercado brasileiro, realizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, para o capital privado e, especialmente, para o capital estrangeiro, segue algumas das tendências, segundo a opinião de Lima (2001), de “reformas para o mercado” que estão provocando uma “oligopolização” do setor. Lima (idem) salienta o fato de que no Brasil já existia uma concentração do setor, anterior à abertura para o capital estrangeiro, a qual era efetivada pelas empresas em geral, de empresas familiares e de elites políticas regionais. Não continuaremos com nossa apresentação do histórico da mídia brasileira, pois os mais recentes acontecimentos ligados ao governo Lula ainda são muito recentes, o que nos dificulta ter uma visão que poderíamos sustentar.

2.3.2 Elementos da história da publicação de revistas e da posição dos jornalistas no Croácia

A história da imprensa croata é marcada, como afirma Ante Gavranović (2007), por um longo caminho de luta para a liberdade de imprensa e pelas consequências da política governamental durante a história da emancipação. Com o advento das revoluções nacionais em 1838, dentro das quais a Croácia teve seu lugar, houve a publicação de quatro revistas: “Dnevnik”, “Danica”, “Agramer Zeitung” e “Luna”. Já em 1842, aparece na Croácia o

primeiro jornal especializado em economia: “As notificações dos membros da associação econômica eslavo-croata”, o precursor de toda a imprensa dedicada a esse assunto.

Em 1871, surge como uma nova revista o “Obzor” (Horizonte), primeiramente em formato de jornal, que se tornou o mais influente da Croácia, especialmente entre a *intelligentsia* burguesa liberal. O fundador dessa revista foi Bogoslav Šulek, o primeiro jornalista profissional croata, e essa prática de ter jornalistas profissionais participando de publicação de revistas e jornais na Croácia se estendeu até o momento presente, com o jornalista Ivo Pukanić, fundador e dono da revista Nacional. A importância de “Obzor” se deve a Milivoj Dežman, o editor-chefe do jornal entre 1906 e 1940, que contribuiu com a formação do jornalismo informativo, introduzindo um maior grau de profissionalismo nesse ramo.

O período desde 1918 até 1941 (período da primeira Iugoslávia), constata Novak (2005), é marcado por uma política de dominação sérvia com posturas anti-croata e anti-democráticas. Segue-se com restrições do sistema de liberdade de expressão e da perseguição da imprensa de ideologia predominantemente nacional-croata e socialista. No entanto, como conclui Novak (idem, p.131), “o desenvolvimento do jornalismo informativo foi difícil de parar”. A conseguinte ocupação da Iugoslávia pelas forças do Eixo e a criação, em 1941, do “Estado Novo Croata”, com o governo fascista, resultou na abolição da imprensa civil croata. O principal órgão de comunicação do governo fascista foi “Povo Croata”, o que demonstra uma forte inclinação ideológica nacionalista da imprensa, que voltou a ser explorada em 1991, durante a guerra de independência da Croácia contra a Iugoslávia. Essa marca de nacionalismo, às vezes até extremo, foi integrada ao discurso midiático croata, transformando-se, dependendo do momento, em posição anti-sérvia, anti-balcânica, anti-europeia, anti-americana, na elaboração de dados jornalísticos.

Mais uma marca importante do jornalismo croata desde seu início foi o “exílio” de jornalistas e a abolição de revistas e jornais, após cada grande conflito histórico-político. Como assevera Novak (idem, p.412),

Depois da Segunda Guerra Mundial, 131 jornalistas deixaram o país, centenas foram impedidos de exercer qualquer trabalho jornalístico, cerca de 30 jornalistas continuaram a trabalhar nas folhas novas, e foram condenados à morte mais de 40 jornalistas, junto com as principais personalidades da propaganda do “Estado Novo Croata”. Também,

morreram durante a guerra 165 jornalistas, anti-fascistas, participantes da resistência armada contra o governo fascista.

Ao chegar ao poder em 1948, o Partido Comunista introduz o sistema representativo definido por um partido único e aplica o modelo soviético de mídia. A imprensa torna-se, segundo Novak (idem, p. 423), "parte da propaganda partidária e da educação de massa no espírito do socialismo. As notícias são limitadas, comentários dirigidos". Embora a primeira Lei da Imprensa em 1945 e a Constituição Democrática do Estado Federal da Jugoslávia em 1946 tenham abolido a censura e tenham proclamado plena liberdade de imprensa, na prática o monopólio estatal de política foi completo. No final da década de 1960 e no início da década de 1970, na Croácia, como no resto do mundo, constata Gavranović (2007), houve um período de forte desenvolvimento de novas mídias, principalmente apoiadas pelas elites croatas, simpatizantes com certas ideias vindas do Ocidente, no que diz respeito à produção midiática vinda de lá.

A agrupamento midiático "Vjesnik", neste período (1960,1970) se tornou a maior casa de publicação midiática no sudeste da Europa. Porém, o período de liberalização e de reformas foram violentamente interrompidos em 1971 pelo ato de Karađorđevo, um ato realizado pelas elites socialistas, predominantemente não - croatas, condenando os jornalistas e políticos simpatizantes como contra-revolucionários e nacionalistas, como pondera Gavranović (idem). Em decorrência disso, o Tribunal de Honra da "Sociedade Jornalística Croata", condenou com pena de prisão 50 jornalistas e mais 170 que foram colocados em listas, proibidos de exercer a função de trabalhar em revistas e jornais. A mais importante e, certamente, a mais poderosa mudança do jornalismo croata daquele período, na visão de Novak (2005, p.895), foi o lançamento, em 1982, da revista semanal "Danas" (Hoje) em forma de "newsmagazine". A mudança no formato, nos temas e na linguagem foi o resultado da aproximação da mídia jugoslava e croata às tendências midiáticas ocidentais. Assim, em vez de tratar somente temas políticos e econômicos, baseados no discurso político do Partido Socialista Yugoslavo, a revista começou a publicar matérias sobre a moda, esporte, sexualidade etc., escritas por jovens jornalistas que usavam uma linguagem menos calcada no discurso das elites socialista.

Uma nova era do jornalismo croata começa com a independência da Croácia em 1991, com as grandes mudanças na política, na legislação e na ideologia. Com a mudança do regime do socialismo para o capitalismo, alterou-se a legislação que passou a permitir a

criação de revistas e jornais privados, com independência financeira e editorial do Estado, voltados para o mercado (livre), com a introdução do capital estrangeiro, porém ainda em constante contato com a política oficial. Com a mudança de ideologia e de regime, aparece uma série de novas revistas voltadas para a “nova” economia capitalista ocidental, aderindo rapidamente ao discurso neoliberal dos grandes centros financeiros, opina Gavranović (idem).

A política editorial muda, livrando-se do em cargo de funcionar explicitamente como mão direita do estado e da função da fiscalização direta da própria produção jornalística. Mesmo assim, a mídia ainda continua em grande parte sob a influência do Estado que ainda domina em vários níveis e sentidos a sociedade (em transição). Aparecem novos proprietários dos meios de comunicação, como a editora Euro Press Holding (EPH) que começa a publicar uma série de jornais e revistas de formato “ocidentalizado”. Com a ajuda do capital estrangeiro, logo a EPH tornou-se o mais importante meio de comunicação de notícias na Croácia. Como afirma Gavranović (idem), note-se a “fuga” da mídia dos temas determinados somente pela política e de um discurso rígido, sério, quase “amadeirado”, para as notícias de entretenimento, que será dominante no jornalismo croata nos próximos anos, constituindo um outro discurso político e midiático. A nova mudança de regime causou uma alteração, ou seja, a troca e a expulsão de jornalistas do “antigo” regime com a introdução de novos jornalistas, próximos ideologicamente à política nacionalista e neoliberal do primeiro governo, entre 1991 e 2000.

Assim, houve uma mudança de foco e de seleção de temas, com uma forte tendência de remover os temas sobre economia e sociedade do foco central das revistas para substituí-los com temas políticos de incitação ao orgulho nacional e a (re)construção mitológica do passado. Ocorreu uma substituição do paradigma de solidariedade econômica e social entre as classes e povos eslavos, para o paradigma de propensão empresarial e política dos mercados ocidentais, ao qual a Croácia deveria se integrar, porém conservando a cultura e as conquistas sociais intactas; procurando preservar os aspectos positivos do sistema anterior, acrescentando o melhor que há do sistema novo. Com a introdução de novas tecnologias e novas ideias sobre o modo de produzir notícia jornalística, o jornalismo croata reposicionou-se dentro do círculo ocidental, do qual foi independente por 46 anos, entre 1945 e 1991, com a escrita voltada para o descobrimento

de novo-velho mundo, com reportagens sobre o estilo de vida ocidental, seus vícios e vantagens, sempre se posicionando dentro e fora do sistema, às vezes como parte do centro e às vezes como parte da periferia.

Dado que o nosso trabalho procura explorar e entender melhor a relação entre a política e a mídia, isto é, a influência do discurso político no discurso midiático por meio de procedimentos persuasivo-manipuladores - o que resulta em uma possível formação de um discurso híbrido -, foi necessário trazer à tona as causas da interconexão entre a política e a mídia.

2.3.3 Relações e comparações – a mídia brasileira e croata na encruzilhada estratégica com a política

Ora, para entendermos melhor a relação entre a mídia brasileira e croata e a relação que elas formam com a política, comentaremos as “Sete teses sobre a mídia e política no Brasil” de Lima (2001, p.54-58), comparando-as com a situação na Croácia. Antes de iniciarmos essa comparação, queremos deixar evidente que nós não concordamos completamente com as teses expostas, nem as consideramos completamente verdadeiras. Elas servirão para nos aprofundarmos no estudo entre a mídia e a política e seus respectivos discursos nos dois países, pois todas as teses são suscetíveis a questionamentos e reelaborações.

1) “A mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular da política”;

Essa tese é, de certo modo, ampla demais, prestigiando, a nosso ver, até demais a posição da mídia, porém ela nos mostra um pouco da história da relação entre a mídia e a política. Segundo Lima, um dos primeiros pressupostos para poder falar da posição de centralidade da mídia é a existência de um sistema nacional de telecomunicação, consolidado e regularizado. Na opinião do autor, há relativamente pouco tempo, o Brasil não dispunha de uma mídia de alcance nacional. Na área da política, foi o Estado militar

que proporcionou a infra-estrutura necessária para definir o papel central da mídia, por razão de segurança nacional e de mercado, sobretudo da mídia eletrônica, ou seja, televisão.

No caso da Croácia, desde a primeira parte do século XIX, existiam revistas e jornais de grande porte, mas sempre limitadas, devido às circunstâncias sociohistóricas, pela língua, região e classe, com publicações em italiano, alemão, húngaro, croata etc., dedicadas a uma ampla classe social de burguesia e nobreza croata e/ou estrangeira. A primeira iniciativa voltada para a expansão da mídia impressa e eletrônica aconteceu com a instalação do governo socialista, em 1945, que realizou projetos de construção de uma infra-estrutura que pudesse suportar a divulgação nacional instantânea de informação pelo país. Até recentemente (anos 1990), a mídia era colocada na sua posição central de divulgação de políticas e ideias marxistas-socialistas por toda a Yugoslávia, mantendo unicamente a distinção de região e país, possibilitando a expressão à população residente da área.

2) “Não há política sem mídia”;

De um lado, a política existia e continuará existindo com ou sem a mídia e a relação que mantém com ela. De outro, a política na atualidade está colocada em uma relação de co-dependência com a mídia. Por isso, no funcionamento da política brasileira, como constata Lima (idem, ibidem), “essa nova situação, em que a mídia suplementa a forma tradicional de constituição do ‘público’, provoca consequências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional quanto para a prática da política.” Desse modo os atores políticos têm que disputar visibilidade na mídia e, ao mesmo tempo, diferentes campos políticos são forçados a disputar visibilidade favorável de seu ponto de vista. Para a política croata, especialmente para a política nacional, a mídia mostrou-se como um dos elementos centrais, pois foi através dela que, surgindo o projeto modernista-nacionalista, incentivou o desenvolvimento de ideias e argumentos para a formação e preservação da nação croata, sua cultura, economia, língua etc. A mídia voltada tanto para a unificação de povos eslavos quanto para a emancipação de cada um dos países dentro do conjunto eslavo, foi utilizada pelas elites civis croatas para integrar todas as regiões, etnias e classes sociais dentro de um projeto nacional. Mesmo com as últimas mudanças de sistema e regime que ocorreram em 1990/1991 e o começo do estabelecimento de uma mídia com

certa independência editorial do Estado e, simultaneamente, com dependência do capital estrangeiro, a mídia continua seguindo o projeto nacionalista de integração e fortalecimento da nação croata, mas atuando dentro da lógica da globalização e integração política internacional.

3) “A mídia está exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos”;

De acordo com Lima (2001), no Brasil existe um consenso sobre a função histórica da mídia de exercer as tradicionais funções dos partidos políticos, as quais ele nomeia de seguinte modo: construir a agenda pública (agendamento); gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar as ações do governo; exercer a crítica das políticas públicas; canalizar as demandas da população. Colocaremos ainda a criação de demandas da população e da política, a pressão de ações de mudança do governo e o incentivo à ação da população, funções que, talvez, não se encaixem dentro da suposição da existência de funções tradicionais, mas que igualmente pertencem àquilo que podemos nomear de função política.

Consideramos que tanto a mídia croata quanto a brasileira, apropriam-se do discurso e das funções políticas para se posicionar como sujeito político, ou melhor, politizado, embora existam diferenças de aproximação e de tratamento da política por parte da mídia. A diferença principal, em nossa opinião, é o maior envolvimento da mídia croata com a política, ou seja, um posicionamento mais explícito da mídia croata quanto aos assuntos políticos, enquanto a mídia brasileira focaliza principalmente a explicação das ações do governo e dos acontecimentos mundiais para o público leitor.

4) “A mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais”;

Ainda que essa tese não proporcione uma contribuição direta ao nosso estudo, dicorremos brevemente sobre ela. Lima afirma que antigamente até os anos 1990, “os partidos/coligações partidárias e as demais organizações políticas exerciam a função de mediadores entre o candidato e os eleitores. Além disso, constituíam-se, para o eleitor, uma fonte primeira de informações sobre o candidato e seu programa de governo” (2001, p.52). Atualmente, comenta ele (LIMA, idem, p.53), “o contato direto foi substituído pelo contato mediado pela mídia eletrônica. O mesmo ocorreu com relação às fontes de informação dos

eleitores”. As mudanças na Croácia aconteceram de modo parecido, sendo que, pelo tamanho do país e pelo número de leitores, os políticos croatas ainda mantêm uma relação mais direta com o público, ampliado pela participação na mídia eletrônica e impressa. O que nos parece, ao ponderarmos sobre este caso, é que a mídia tomou uma posição mais radical nas suas intermissões nos processos políticos, tomando para si mais espaço e importância.

5) “A mídia se transformou, ele própria, em importante ator político”;

Em nossa opinião, uma mídia isolada (uma revista ou jornal) não poderia se tornar um ator político tão importante, faltando-lhe recursos e meios para um posicionamento político mais eficaz. Como mostraremos posteriormente na apresentação do perfil das revistas analisadas, as empresas de mídia representam um dos setores econômicos fundamentais, pertencendo a grandes conglomerados empresariais globalizados. Esses conglomerados com fins lucrativos, também, procuram ampliar sua influência e, conseqüentemente, o aumento de lucros, tornando-se importantes atores políticos que buscam aproximar o leitor as suas visões, proposições e soluções e modificar certos atos ou medidas políticas.

E como conclui Lima (idem, p.54),

além disso, pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários e/ou proprietários, se transformam também em atores com interferência direta no processo político.

Atualmente, as revistas brasileiras e as croatas pertencem a editoras que fazem parte de grandes conglomerados. As revistas com maior número de exemplares vendidos em seus respectivos países, a “Veja” e a “Globus”, pertencem a dois grandes consórcios-editoras, a “Abril” e a “EPH”. A editora “EPH” (Europa Press Holding) faz parte de um consórcio alemão - “WAZ” (Westdeutsche Allgemeine Zeitung Medien Gruppe), enquanto a “Abril” é uma das empresas do Grupo “Abril” da família Civita, tendo vendido um pouco menos de um terço de ações. As outras duas revistas, a “Época” e a “Nacional” são propriedade das editoras “Globo” e da “NLC”. A “Globo” foi vendida à “RGE” (Rio Gráfica Editora), e a “NLC Media Group” passou para a “VCP” (Vienna Capital Partners).

6) “As características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político”;

Lima (idem) explica esta afirmação comentando que, devido ao fato de o Brasil ter aderido, nos anos 1930, ao modelo “trusteeship”, vendendo o setor de radiodifusão às grandes empresas de capital privado, através de concessões oferecidas ao setor privado. O autor também identifica uma das peculiaridades características da radiodifusão, e não apenas no caso brasileiro, que é caracterizado pela ausência de restrições efetivas à propriedade cruzada, ou seja, a integração de várias mídias dentro de um grupo empresarial. Na opinião do autor, consolidou-se, no Brasil, um sistema de mídia de concentração de propriedade, controlado por um conjunto de grupos familiares e elites políticas regionais e locais. Uma dessas interconexões, que é cada vez mais direta, é o controle que os políticos exercem na mídia por meio de concessões atribuídas a eles. Existem casos, sustenta Lima (2007), que não estão de acordo com o artigo 54 da Constituição Brasileira. Ou seja, não é suficiente que eles se afastem do controle ou da administração das empresas ao tomarem posse; para conciliar o empresariado com o mandato, eles não poderiam continuar sendo ‘proprietários ou diretores’.

Embora as restrições sejam claras, a desconsideração continua até agora, como percebemos, novamente, em Lima (2007), que explica: “entre 1985 e 1988, o então presidente José Sarney realizou mais de mil concessões a emissoras de rádio e TV. Pelo menos 168 foram entregues a parlamentares que o ajudaram a aprovar a emenda que lhe deu cinco anos de mandato. Até setembro de 1996, outorgou 1.848 licenças de RTVs, das quais pelo menos 268 beneficiaram entidades ou empresas controladas por 87 políticos. A representação no poder do Ministério Público Federal estima que 51 deputados da atual legislatura sejam concessionários diretos de emissoras de rádio e TV.”

Na Croácia, como resultado de circunstâncias históricas, sociais e econômicas, não são frequentes os casos de abuso das leis constitucionais por parte de indivíduos, ou seja, pessoas físicas. Isso se deve ao fato de que até 1990 não existiam emissoras de rádio e TV, nem editoras completamente privadas (por causa da constituição feita de acordo com as ideias socialistas daquela época que não permitia que elas fossem vendidas ou concedidas ao setor privado). Depois da transição econômica e política, o número de emissoras e editoras privadas aumentou, atingindo o número de 147 emissoras e 89 editoras privadas.

No entanto, a condição da imprensa croata não está relacionada diretamente com grandes empresários, já que a porcentagem dos que mantêm algum controle sobre as emissoras e editoras não é predominante, mas está com as cidades, as regiões e o Estado que ainda mantêm controle sobre um grande número de emissoras locais, regionais e nacional (que por causa das circunstâncias históricas e sociais exercem maior influência e poder sobre a população), o que significa que existe uma maior probabilidade da “intromissão” da política institucional nas emissoras e editoras cujos órgãos estatais fazem parte da estrutura proprietária. Porém, a tendência é de vermos uma maior entrada do capital privado (as duas editoras privadas que publicam as revistas usadas como objetos de análise desta pesquisa são um exemplo disso) nesse setor porque a mídia representa, como já foi afirmado várias vezes, uma ferramenta útil para ascensão política.

Desse modo, passamos para outro fato (pouco menos óbvio e transparente, mas correlacionado com o primeiro mencionado), o qual explica o porquê da politização da mídia brasileira, é a estrutura proprietária das revistas. Todas as quatro revistas, duas croatas e duas brasileiras, selecionadas para esta pesquisa, fazem parte dos maiores consórcios, que são estrangeiros. Assim, são veículos (não) oficiais das elites (políticas ou não) que as possuem, o que pode servir como terreno fértil para a “implementação” de ideias particulares, conforme a ideologia e intenção dessas elites. O fato de serem propriedades particulares significa que existe maior possibilidade de serem “manipuladas” por parte dessas entidades. Nesse sentido, aos proprietários das revistas é oferecida a possibilidade de exercerem a sua política no que diz respeito aos temas de importância comum, resultando na politização da mídia.

7) “As características específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral.”

Para Lima (idem), são duas características principais que fazem com que o poder da mídia, em relação à política, se potencialize: o número alto de analfabetos no país e a presença de um ou mais aparelhos de televisão em 90% dos domicílios brasileiros. No caso da Croácia existem semelhanças e diferenças gritantes em relação às características mencionadas: a taxa de analfabetismo alcança menos de 1% da população, com um processo secular de leitura e dedicação ao processo de aprendizagem de leitura e escrita, especialmente incentivado durante o regime socialista. Porém, junto com a cultura letrada,

acessível a todas as classes, por meio de bibliotecas, escolas e livrarias gratuitas e públicas, os governos tanto o antigo socialista quanto o novo capitalista, incentivam o uso da televisão, cobrando a taxa de direitos à comunicação, a qual é usada para financiar uma televisão e uma rádio nacional estatal e uma rede de televisões, rádios e jornais regionais financiados pelo governo, servindo como “plataforma” de integração e divulgação nacional das ações de governo.

Nesta parte final do capítulo refletiremos brevemente sobre - a relação entre o jornalismo opinativo e o jornalismo informativo, já que no primeiro transparece explicitamente a voz do jornalista na apresentação de uma informação e no outro, é eliminada, ou melhor, escondida esta voz.

Como este estudo busca entender o funcionamento do discurso jornalístico em dois países diferentes, por meio da análise de revistas semanais, torna-se necessário problematizar um pouco as classificações dadas e usadas anteriormente por nós. Não pretendemos refletir e analisar as revistas provinda da teoria de gêneros, pois não a vemos como um dos focos da nossa pesquisa. Isso nos é conferido, de certo modo, pois as próprias revistas se identificam com essas classificações, além de procurar apresentar as informações através de artigos definidos pela relação dos modos, ou seja, funções jornalísticas (o que é mais uma relação dinâmica do que estática).

A princípio, o jornalismo pode ser classificado como informativo, interpretativo e opinativo, como entendemos no trabalho de Beltrão (1980). Segundo ele, o jornalismo informativo é baseado no texto jornalístico que procura certa objetividade ou, no mínimo, tenta se aproximar dela. Esse tipo de jornalismo deveria responder às perguntas clássicas do jornalismo (Quem?, O que?, Como?, Quando?, Onde? e Por que?). O autor inclui nesta categoria as notícias, reportagens, histórias de interesse humano etc., categorias dentro das quais se encontram nossos artigos, por se tratar de reportagens nas quais são inseridas algumas notícias. A categoria jornalismo interpretativo, que segundo Beltrão (idem) seria um sub-gênero da anterior, é caracterizada pela leitura feita das informações e disponibilizada ao público, feita a partir da narração dos fatos, da elaboração do contexto e dos seus desdobramentos e possíveis implicações, ou seja, problemas. A última categoria a ser postulada por Beltrão (idem) é a do jornalismo opinativo, como aquele por meio do qual são expressos o posicionamento e a linha editorial do veículo da comunicação.

Todas as três categorias representam, a nosso ver, instâncias da gradação de uma interpretação do mundo ao nosso redor. Com isso em mente, nós incluímos na análise exemplos das três instâncias interpretativas (denominadas neste trabalho como artigo, por ser, em nossa opinião mais genérico e abrangente) que demonstram bem o quão híbridos são os textos (junto com o modo como as informações são apresentadas dentro dele) quando neles se reconstrói discursivamente um conceito.

Mas, mesmo com essa divisão de gêneros, levamos em consideração a advertência de Mello (1985), de que o jornalismo não consegue se eximir do controle da opinião e da informação. O primeiro passo do controle sobre a informação e a opinião é a própria linha editorial e a seleção de informações que definem ideologicamente os meios de comunicação. Para o autor, a pauta do artigo representa também um mecanismo que pode influenciar o processo de seleção das informações. Além de ser elaborada a partir do material publicado pelos principais meios de comunicação, a pauta é discutida em um âmbito de profissionais que orientam a opinião da revista e dos leitores. Portanto, neste trabalho continuaremos trabalhando com a plurivocidade de pessoas, conceito, narrativas e discursos.

CAPITULO III – Culturas híbridas e contatos curiosos: comparação linguístico-cultural da Croácia e do Brasil

A influência das várias línguas e culturas na formação do Brasil e da Croácia, como apresentaremos logo embaixo, sem qualquer dúvida, teve, durante todo o período, grande significado e repercussão histórica. Qualquer país, especialmente aquele com uma tradição de imigração, reflete em sua cultura e língua diferentes "vozes" provenientes de outras culturas e povos que entram em contato por meio da língua.

Aqui, estamos nos referindo à construção histórica da identidade de dois países “não-centrais”⁹ que, devido a suas razões político-históricas, não tiveram a oportunidade de interferirem e formarem a sua identidade até um momento relativamente recente, mais precisamente, o século XX.

Durante a história da Croácia (com nove séculos de dependência política direta de outros países, resultado de uniões políticas, contratos, casamentos reais etc) e do Brasil (com cinco séculos de dependência política direta de outros países, resultado de uniões, contratos etc.), a identidade foi moldada, na maior parte, por meio de intervenções na cultura e língua, definidas e exercidas pelas elites (políticas e acadêmicas), pois elas foram (e em parte ainda são) responsáveis pela reescrita do passado e pela apresentação de conceitos que tiveram impacto na concepção da identidade nacional.

O nosso objetivo, como já mencionado, é proporcionar uma breve reflexão sobre a história das concepções culturais e linguísticas, primeiramente croatas e, depois, brasileiras, fazendo as devidas apresentações e elaborações dos conceitos utilizados pela comunidade acadêmica.

Nós estamos cientes de que algumas concepções sobre a língua e a cultura são utilizadas, de acordo com a ideologia dominante, para reforçar ou silenciar a possibilidade da interação entre os vários grupos, etnias, classes etc., localizadas em determinado lugar. Ao fazer a leitura de alguns autores que tratam dos assuntos mencionados, deparamos-nos com opiniões e até conclusões que tentam favorecer uma ou outra posição, posteriormente

⁹ Usamos o termo “não-centrais” para denominar a Croácia e o Brasil, pois os dois países foram predominantemente colonizados, colocados em várias ocasiões em posições, a partir das quais não se disseminava poder.

reelaboradas e completadas. Porém, a nosso ver, elas não deixam de ter seu valor, pois pertencem a um período histórico com as ideologias que as definem e restringem.

Por isso, entendemos que seria impossível apresentar, nesta breve reflexão, todas as contribuições relevantes para o estudo da relação entre a cultura e língua na formação da identidade croata e brasileira, sendo que a história dos dois países, embora mostrem muitas similaridades, desdobrou-se de diferentes modos. Porém, consideramos que esta primeira aproximação teórica no âmbito cultural e linguístico possa nos ajudar a entender melhor a produção midiática dos dois países. Também, isso nos permitirá traçar caminhos para futuros estudos linguísticos, culturais, históricos, midiático etc., enriquecendo o conhecimento nessas áreas, já que são pouquíssimos aqueles que se não se preocupam com a relação entre os dois países mencionados e as grandes potências do Mundo Ocidental. Parece-nos que esse modelo padrão, às vezes, não sustenta a existência e a necessidade de estudos comparativos, pois nega um mundo inteiro de possibilidades de avanço no entendimento de um mundo tão diversificado e rico, ainda que nos seja dito que este mundo tende a desaparecer com a globalização e o modelo neoliberalista, no fim da história.

3.1 Cultura Croata

A cultura (nacional) croata é, como formula Brozović (2008), o aparato orgânico dos valores espirituais, dos processos mentais e das reações emocionais – cuja construção como nação está se processando ou já se firmou, definiu para si. Esse aparato foi desenvolvido pela etnia dominante croata para servir como um meio adequado de participação em uma civilização sobre-étnica e na cultura universal de um círculo maior ao qual pertence.

Isso quer dizer, como afirma Brozović (idem), que a cultura, e consequentemente, a identidade croata foram definidos e moldados dentro de uma perspectiva de pertencimento a uma organização ou sociedade que a supera e à qual ela precisa se adaptar, o que mostra que ela nunca foi concebida como projeto de autonomia, nem de dentro do mundo (junto com outros países), nem de fora dele. Ou seja, mesmo na definição do próprio conceito de

cultura nacional, reforça Brozovic (idem), o componente essencial era o de civilização universal e de cultura sobre-étnica, que por si só, é claro, transcende as fronteiras nacionais, identitárias ou culturais.

Pensando em uma marca decisiva da identidade croata, podemos indicar a língua. Radovan Katičić (2010, p.4) explica suas raízes contemplando que “não há dúvida de que a sua língua principal, com a qual se direcionou pela primeira vez ao mundo, pode-se dizer, a língua mãe - o latim”. Com ela se comunicam, segundo a opinião de Katičić (idem), os mais antigos duques e reis croatas nos séculos IX, X e XI. A cultura letrada latina é cultivada posteriormente pelas abadias beneditinas, o que fez com que a Croácia, firmemente, se integrasse no conjunto cultural da Europa latina, agrupada com as outras culturas europeias ocidentais.

A língua do povo, no caso da Croácia, era uma língua eslava e servia como um meio auxiliar de aquisição de posições e funções, para depois ser reconhecida com toda a sua dignidade no século XIX, constata Katičić (2010). De qualquer modo, o contato imediato e a ligação com a língua e cultura latina transformou o croata, uma língua eslava, na língua mais “latina” dentro do conjunto linguístico eslavo. Obviamente não foi só a língua que foi influenciada, uma vez que os traços identitários, culturais do mundo ocidental latino foram passadas através da inclusão linguística e religiosa.

Katičić continua a sua abordagem das raízes, ou melhor, matrizes da cultura croata, explicando que “os croatas cultivavam fielmente a cultura escrita dos professores medievais religiosos, os irmãos Cirilo e Metódio, os quais pregavam a liturgia eslava, faziam os livros editados pelas traduções, adaptados e apropriados a todas as regras da igreja romana” (2010, p.5). Afirma também que na Croácia não houve interrupção de continuidade de uso, praticamente, até tempos mais recentes, dos dois alfabetos autóctones: glagolítico e cirílico, posteriormente substituídos pelo alfabeto latino. Evidentemente havia, na relação entre as duas tradições de escolarização baseadas nos alfabetos, fricções, tensões e conflitos. Porém, as duas existiam uma ao lado da outra, na liturgia, junto com a língua e o alfabeto latino. Era uma coexistência de modos de expressão e tratamento, entre os quais as culturas de nações europeias que representam um fenômeno bastante atípico, mas, de outro lado, segundo Katičić (idem), a coexistência de culturas letradas em alfabetos diferentes é uma característica muito própria da cultura e identidade croata.

Isto, por sua vez, não significa que a cultura croata possa ser considerada validamente explorada, somente dentro do contexto de ambos os círculos fundamentais – da latinidade e eslavidade.

A cultura croata se identifica não somente com os dois círculos mencionados ou com um círculo maior, superior a eles. Nesse sentido, ela mostra mais uma especificidade. Se a identidade das matrizes culturais for contemplada como um todo, podemos dizer que ela pertence aos três grandes círculos. Katičić (2010), considerando a importância na formação da cultura e de seus respectivos traços identitários, classificou-os na seguinte ordem:

- a) o círculo ocidental adriático, como elemento específico do círculo maior que é o do Mediterrâneo;
- b) o círculo central europeu subalpino e danubiense;
- c) o círculo oriental balcânico-anatolense.

Estes três círculos culturais relativamente amplos e a localização da cultura croata dentro deles são relacionados com a dominação política do poder da República de Veneza, da Monarquia dos Habsburgos e do Império Otomano.

Assim, ao contrário de países localizados no oeste, que têm evoluído continuamente desde os seus primórdios medievais - fundados na antiguidade tardia durante todas as grandes épocas históricas, alinhadas organicamente uma após a outra - a Croácia não teve a oportunidade, opina Katičić (idem), de percorrer o mesmo caminho. Esses países entraram em cada época com todo o legado das anteriores, herdando todo o seu acervo cultural, incorporado-o no tecido da época seguinte, assim representando o primeiro grupo de evolução cultural-nacional.

O segundo grupo ou tipo são aqueles países da cultura europeia que, devido às circunstâncias históricas, viram o seu processo interrompido, como é da visão histórica de Katičić (idem), pela conquista otomana e o estabelecimento de seu império, em parte, no território da Croácia. Nestes países não houve um encadeamento orgânico, sequencial de épocas, resultando em um Renascimento ocidental tardio, importado da Itália para ser misturado com um Barroco, de origem incerta e de funcionamento impedido pelas conquistas otomanas. Para a história de cada um desses países, importa quando e como as novas épocas foram incorporadas.

Em seu ensaio sobre a formação da nação moderna croata, Petar Korunić (2006) explicita os principais conceitos e os movimentos para a formação da nação croata. Primeiramente, na visão do historiador, devemos entender que, desde a chegada dos croatas na área da província românica da Dalmácia até a contemporaneidade da área croata, existe um mundo definido pela pluralidade linguística, cultural, religiosa, étnica, nacional e social. Em segundo lugar, afirma (Korunić, 2006, p.14), o povo croata, entendido como o grupo étnico dominante no estado medieval croata e, posteriormente, como a nação dominante em seu espaço étnico e político - dentro da condição pluralista do império Austro-húngaro a partir do século 19 - começou a construir a maior parte dos sistemas civis modernos (cultura, economia, sistema político e estadual, o sistema de educação e de ensino modernos e o sistema das instituições modernas nacionais, etc.), dentro dos quais ocorreram os processos de modernização e integração que conduziram à constituição da nação e identidade croata moderna: os processos que influenciaram a transformação do povo croata (de seu modo de viver tradicional e das divisões tradicionais na região e província) em uma nação moderna.

Todos esses processos de construção de uma sociedade e de uma nação moderna e a transformação da vida cultural tradicional e da identidade nacional na região ocupada por croatas podem ser definidos, de acordo com Korunić (idem), através de três movimentos civis modernos. Esses movimentos foram concebidos de acordo com o modelo europeu nacional-revolucionário dos anos 30 e 40 do século 19, e sob a influência de mudanças ocorridas na monarquia Austro-húngara e realizados em sua plenitude pela Academia Croata de Ciências e Artes, no início do século 19 e no fim do século 20. Agora apontaremos os três movimentos civis, definidos por Korunić, durante os quais se criou a sociedade moderna e nação moderna com sua própria identidade:

a) Movimento econômico: o movimento civil econômico moderno, através do qual surgem as instituições econômicas e a organização co-dependente da produção e do empreendedorismo capitalista, na Croácia, durante o processo de longa duração, possibilitou e estimulou: o desenvolvimento da economia capitalista, do artesanato e do comércio; estabeleceu as instituições financeiras, bancos, industrialização e aplicou a tecnologia industrial nos setores da produção; incentivou o desenvolvimento e a modernização da agricultura e incentivou o uso

de novas tecnologias no plantio e cultivo de novas culturas no campo, etc. Os movimentos econômicos e a criação de novas economias fizeram a mais profunda transformação da identidade croata, sendo uns dos principais locomotores da transformação, o que se transformou em um tema consecutivamente abordado no espaço público e político.

b) Movimento cultural: o movimento civil cultural moderno na Croácia, assim como ocorrido com outros povos do Império (Tchecos, eslovenos, eslovacos, húngaros), fundou e desenvolveu-se durante um processo de longa duração. O movimento cultural, na Croácia, começou com o renascimento nacional croata, de 1835 a 1848/49. Posteriormente conhecido como movimento reformista-conservador Ilírico¹⁰, resultou na busca das raízes da cultura autóctone balcânica anterior a invasão romana e no auge da cultura croata medieval entre os séculos 9 e 12, através de motivos literários, históricos e imagéticos, com o objetivo de reformar e reestruturar a sociedade e identidade croata. Continuou, em circunstâncias especiais de manutenção do movimento, durante o neo-absolutismo de 1850 a 1860, quando se instauraram os novos reis absolutistas da linhagem dos Habsburgos. Em seguida, sua produção cultural desenvolve-se intensamente desde 1860/61 até o início século 20, quando a maioria das bases culturais da sociedade nacional moderna foi formada.

c) Movimento político: o movimento civil político moderno que, segundo o modelo europeu de modernidade, foi desenvolvido por outros povos do Império Austro-Húngaro, fundou, na Croácia, durante processo de longa duração, o sistema de política moderna que se tornou o titular de um programa nacional moderno e de uma soberania nacional, que estabeleceu as novas instituições nacionais e que concretizou os projetos nacionais fundamentais (culturais, econômicos, políticos, acadêmicos e educacionais, etc.) que resultaram na formação de uma nação, sociedade e identidade moderna.

Entre 1842 e 1848, o programa reformista, promovido em grande parte pela Academia de Ciências e Artes, anteriormente mencionada, que se baseava nas posições conservadoras-tradicionais dos líderes do movimento Ilírico (poetas, historiadores,

¹⁰ Ilírico refere-se às tribos autóctones da região dos Bálcãs antes da chegada dos romanos no século 1 antes de Cristo.

pintores, filósofos, políticos), fundou o primeiro partido político na Croácia e trouxe os primeiros programas civis nacionais. No entanto, o primeiro movimento civil e político moderno foi fundado após a revolução de 1848/49, e foi caracterizado por: liberdades civis, o pluralismo, as primeiras eleições livres, o primeiro sistema parlamentar e a formação do sistema dividido em instâncias executiva, legislativa e judiciária.

Korunić salienta que, na construção de uma sociedade moderna, do sistema democrático e da nação moderna, “é necessário ter a participação de todos os membros da sociedade e da identificação com a causa (2006, p.41)”. Por isso, segundo o autor, foi gradualmente incorporada no movimento (cultural, político, econômico e social), a maioria da população (os intelectuais, empreendedores, empresários, banqueiros, políticos, artesãos, artífices, agricultores, etc.), e não apenas a elite.

Embora concordemos com a colocação de Korunić (idem), de que houve uma identificação nacional completa de todas as camadas e profissões com os programas dos 3 movimentos, pensamos que, antes de tudo, foi justamente a elite (política, econômica, acadêmica) que chegou a ser "consciente da nação", assim aceitando um "modelo" ou "projeto" de nação para depois, através do desenvolvimento da "consciência nacional" nas camadas inferiores, conseguir a identificação com "a idéia de nação" que o historiador croata nega. Nossa opinião é que esse movimento de formação nacional tem se perpetuado por meio da interação das elites com a mídia que - mesmo negando e criticando alguns dos projetos econômicos, políticos, linguísticos ou culturais-, acabou reforçando a ideia de que se trata de nação croata ou de público croata ao qual ela está se direcionando.

O projeto integracionista das elites croatas do século 19 mudou com decorrer dos anos - passando pela política de unificação nacional extremista do governo fascista durante a Segunda Guerra Mundial, pela política de unificação étnica pan-eslava da época da Iugoslávia e, finalmente, pela política da emancipação nacional da Iugoslávia e da integração cultural e política no capitalismo ocidental da União Europeia e dos Estados Unidos, o que mostra que as elites na Croácia sempre mantiveram a ambição de unificação nacional para a integração em um ambiente internacional ocidental, mesmo quando tinham condições de manter certa autonomia.

Korunić explica do seguinte modo (2006, p.56) o projeto da construção nacional heterogênea com o mito fundador croata:

este é o caminho da fundação do mito da nação. No início desse caminho disse o Criador ('a elite dinâmica'): Haja uma nação! E assim foi. No mito da auto-evidência da nação e em todos os atores associados a ele, necessitamos acreditar sem questionamento. Na origem é preciso acreditar, e só. Pois, se houver uma nação como 'projeto' realizado por 'elites isoladas', a nação é muito facilmente incluída em 'redes' de qualquer ambiente, porém, no território croata, considerava-se que era preciso possuir uma "elite dinâmica" (no papel do criador da nação), para realizar o projeto (de uma identificação com uma 'nação cultural') e assim, a nação foi criada.

Como conclui Korunić (2006, p.79), "é quase regra que no historicismo exacerbado, ou seja, no passado mítico da nação ou etnia, esteja construída a contemporaneidade e o futuro idealizados". Portanto, o movimento do historicismo croata em pensar a vida da nação e de seus membros "presos" na identificação com um passado ideal, que seria a base da contemporaneidade não alcançada completamente pela modernidade, exige uma ação de exploração quase mítica para pensar um futuro.

Segundo Katuranić (2010), a identidade croata, nos seus primórdios, apesar de ter sido concebida de modo tradicional e conservador, formulou-se através um consenso dinâmicos entre as três proveniências - etnocêntrica, global e de transformação, pois seguiu a condição de a primeira vez receber algumas características das outras duas, especialmente do pragmatismo, habilidades de comunicação e o desejo de transformação criativa da suas próprias mensagens identitárias.

A nossa opinião é que a cultura e, especialmente, a identidade croata foram marcadas pela função de mediador entre duas culturas tão diferentes, com a intenção de não ver a sua sufocada pela disputa dos dois, o que deu lugar a uma hibridização pouco comum nos países do eixo principal. Desde então a Croácia, ou seja, a sua elite, busca estabelecer e formular a sua identidade em função de outros países dominadores e a sua necessidade de, ao lado de manter a pureza da cultura, interagir e mediar entre círculos culturalmente incompatíveis. Sendo assim, podemos concluir que as elites croatas, ao pensar o projeto da formação nacional e cultural do país, recorreram discursivamente, na escrita de vários panfletos, livros didáticos, gramáticas, textos jornalísticos e políticos, para o passado, integrando-o nas elaborações do presente e projeções do futuro. Portanto, a Croácia, como um país de origem eslavo-latina, associando parcialmente o elemento oriental a sua formação identitária, forma um discurso sobre si e sobre o mundo, extremamente híbrido, cheio de aproximações e distanciamentos, devido às causas

históricas e políticas, o que esperamos entender, analisando os artigos jornalísticos que tratam um fenômeno econômico-social que toca os assuntos de posicionamento do país no mundo.

3.2 Cultura Brasileira

Agora discorreremos sobre alguns aspectos culturais e linguísticos importantes para a formação da identidade brasileira.

Certamente, como foi apresentado na reflexão inicial sobre as raízes (linguísticas) croatas, no Brasil podemos definir, segundo autores como Darcy Ribeiro (1995), a presença de vários grupos linguísticos que coexistiam com a língua portuguesa. Nesse sentido, as três matrizes – a lusa, a negra e a indígena, como explica Ribeiro (idem), são as mais conhecidas e tinham a maior importância no passado.

Embora o Brasil e a sua norma linguística tenham se formado nas três matrizes, e em nossa opinião possua mais do que três, as elites luso-brasileiras mantiveram a posição da língua portuguesa em um patamar inalcançável por outros grupos, imposta como a base da cultura, como foi o caso do latim nos primeiros séculos da formação da Croácia. Assim, quis se manter a hegemonia, definindo diferentes elementos e fenômenos da cultura como partes de uma estrutura identitária firme e estável que, com o decorrer do tempo, inevitavelmente passou por um processo de degradação. Sendo assim, é preciso sempre mantê-la em nível alto e "seguro" de qualquer corrupção.

Durante a sua história, a variante da língua portuguesa falada no Brasil foi submetida várias vezes a purificação, sendo aquela do Marquês de Pombal talvez a pior, mas que foi realizada com o intuito de manter a dominação de certas elites da sociedade luso-brasileira. Por isso, faremos uma breve reflexão das outras duas matrizes, na definição de Ribeiro (1995), a indígena e a negra.

As comunidades humanas sempre tiveram a necessidade de entrar em contato com “o outro” (homem), seja por razões econômicas ou por razões históricas. Esse contato foi realizado com vários níveis de “sucesso”, cheios de vantagens para alguns grupos e, por via de regra, completamente desastrosos para muitos outros. A interação entre os povos

indígenas do país hoje conhecido como Brasil e os navegadores, particularmente navegadores portugueses, foi uma interação que criou muitas polêmicas, apresentando dificuldades que nos permitem entender melhor os aspectos linguísticos e culturais da identidade brasileira. No decorrer dos anos, os portugueses e os diferentes povos indígenas entraram em contato inúmeras vezes, e essas relações se modificaram com o tempo e modificaram ambos os povos.

Hoje, aos poucos, as línguas indígenas estão sendo reconhecidas no Brasil como “um sujeito” legítimo no campo linguístico¹¹. Como constata Houaiss (2005), houve momentos e fenômenos importantes na formação linguística (e cultural), que surgiram durante os últimos cinco séculos. Ela se preocupa com a questão básica de tentar explicar e resolver a situação cultural e linguística do Brasil que durante toda a sua história, ao invés de cuidar de sua multiculturalidade e do plurilinguismo, promoveu homogeneização e glotocídio (Houaiss, *idem*).

Para conseguir responder a essa questão, o autor apresenta vários fatores que contribuíram para essa situação linguística: a partir da dominação da língua portuguesa depois do século XVI, com estímulo e promoção de um só grupo linguístico (as línguas tupi) até a disseminação de escolarização unilíngue. Em um período, afirma Houaiss (*idem*, p.53), “existiram várias línguas/dialetos que nasceram do contato entre os índios e os portugueses, espalhados pelo território brasileiro”. Desse contato, surgiu a língua brasiliense, língua geral do Norte etc., resultado dessa miscigenação que, no início da colonização do Brasil, ainda permitia a existência de outras línguas e culturas (dentro de seus limites). Hoje, a presença desse contato está cada vez mais fraca, mas ao mesmo tempo, a posição das línguas indígenas é cada vez mais alarmante, conclui Houaiss (*idem*).

A problemática do contato das línguas indígenas com o português é abordada pelo autor na tentativa de esclarecer a terminologia proposta por Darcy Ribeiro. Em sua opinião, a classificação em matrizes não é suficiente para determinar até que ponto elas foram incorporadas na identidade de um povo, pois o impacto de uma cultura e sua língua em outra depende da especificidade de cada contato e a intensidade do contato entre os dois grupos.

¹¹ Como por exemplo - no capítulo “Populações Indígenas”, no qual “são reconhecidos aos índios a sua organização social, seus usos, costumes, língua, tradições e seus direitos originários sobre as terras que ocupam”.

Outro assunto que merecer ser tratado - por ser integral para que entendam não só a formação da língua e da cultura brasileira, mas também para que percebamos como se desenvolveu o pensamento acadêmico sobre ele -, é o debate sobre a convivência das diversas línguas africanas com o português no Brasil. Emílio Bonvini (1998) tenta mostrar e explicar dentro de uma perspectiva histórica das pesquisas feitas por diferentes pesquisadores, em diferentes períodos e com diferentes posicionamentos teóricos, no que diz respeito ao conceito de "africanidade" da língua portuguesa. Ele afirma ver em grande parte da bibliografia existente, especialmente na época da constituição do Brasil, uma tendência explícita de "diferenciar" o português falado no Brasil do português falado em Portugal.

Desse modo, ele indica vários autores (Renato Mendonça, Sílvio Elia, John Holm, Anthony Naro etc.), junto com diferentes conceitos teóricos (particularidade brasileira, crioulezacão, sucessão, convergência de causas etc.) cunhados por esses autores, implicando a importância deles para o desenvolvimento do pensamento sobre as línguas africanas e a relação que elas possuem, no que diz respeito ao português.

Com o intuito de evitar esse tipo de ideologização na descrição da língua nacional e seus substratos¹², Bonvini (1998) opta por realizar uma listagem das línguas africanas que chegaram ao Brasil e tiveram uma convivência prolongada, suficiente para provocar mudanças linguísticas no português do Brasil. A maior preocupação do autor é buscar nos textos os dados que podem comprovar a inter-relação entre as línguas de origem africana e o português numa determinada época da história do Brasil. Sua análise sempre vem com o contexto histórico como parte integral dessa convivência, que tinha diferentes resultados em diferentes locais do país.

Aprofundando ainda mais nesse assunto, forneceremos um exemplo privilegiado da etapa de formação histórica da identidade nacional por meio da língua e da cultura que proporcionou, desde a metade do século XIX, modelos e ideias sobre a cultura e língua nacionais, os quais Darcy Ribeiro, Emílio Bonvini e muitos outros conheciam, a saber: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838, junto com o Arquivo Público Nacional, num processo de construção de órgãos que fornecessem

¹² Em uma explicação simplificada, substratos são elementos que exerceram algum tipo de influência na base, o que nesse caso significa que alguns elementos de línguas africanas ficaram registrados e utilizados pelos falantes do português brasileiro.

apoio à recém independência política do país, em 1822. Segundo Fernandes (2010, p.4): “Após a Independência, coube à História a criação de um corpo de representações simbólicas que estabelecesse o perfil da Nação brasileira e servisse à constituição de sua identidade nacional”.

Desse modo, coube a ela – e a outras instituições do aparelho burocrático estatal - a construção de um modelo historiográfico sobre a formação da história nacional. Esse lugar de construção do passado se deu através de concursos para a escrita da história. A Revista do Instituto Histórico foi publicada desde sua fundação e transmitia os resultados das pesquisas dos colaboradores do Instituto na escrita do passado nacional.

Por meio do IHGB, compreendemos a formação de muitos semióforos da memória do Brasil e que esta construção está ligada à formação do Estado-nação e da ideologia da nação brasileira.

O IHGB possuía enorme apoio de Dom Pedro II, que o utilizou sua proteção para formular inúmeros traços de uma identidade nacional. Talvez um dos principais acontecimentos do começo do IHGB foi o concurso para a redação de uma História do Brasil. O vencedor foi o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, que após uma período residindo aqui, redigiu em Munique o texto “Como se deve escrever a História do Brasil”, publicado na Revista Trimestral de História e Geografia do IHGB em 1845.

No texto, von Martius (1845) propõe que a formação da população brasileira se deu de modo particular pela convergência de três raças, “a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e enfim a preta ou etiópica” (idem, p. 2). Através de indicadores como “índole inata” de cada uma das raças, “energia, número e dignidade” portuguesa, a “dissolução moral e civil” dos índios e a permissão de que os negros, “abstraindo sua cor ou seu desenvolvimento anterior (influa) no desenvolvimento da nacionalidade brasileira”, podemos perceber a ideologia de unificação de von Martius, para o qual a mistura delas resultaria numa nação nova e organizada.

Ele dedica uma parte de seu texto para discutir um aspecto que para ele é um documento mais geral e mais significativo a ser considerado: a pesquisa sobre as línguas indígenas. Afirma a insuficiência das pesquisas até então, e por causa disso emite o desejo que o IHGB “designasse alguns linguistas para a redação de dicionários e observações gramaticais sobre estas línguas” (VON MARITUS, 1845, p. 5). Von Martius designa à

língua tupi (ou geral), uma significação e, mais que isso, unificação que faz com que “um grande complexo de raças brasileiras entendam este idioma [...] para que nela sabem fazer-se inteligíveis (e) pertençam a um único e grande povo, que sem dúvida possui a sua história própria” (idem, p. 6).

Verificamos, por meio dessa situação, o complexo ideológico, quase mitológico, que o Estado, na figura de Dom Pedro II, apresentava para a formação da identidade nacional brasileira.

Por isso, recorremos a Marilena Chauí (2007) e seu estudo do modo de construção do mito fundador do Brasil, como um lugar de representação homogêneo, que no cotidiano permite crer na posse de uma forte identidade nacional, de uma unidade do povo e outras características culturais que o distinguem de outros povos. A autora elenca cinco crenças que dizem respeito ao cotidiano do país:

1) é ‘um dom de Deus e da Natureza’; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada ‘democracia racial’), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador de raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um ‘país de contrastes’ regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte -, com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo (idem, p.11)

Uma das relações teóricas que a autora utiliza é a de analisar a construção da representação homogênea de unidade e de identidade por meio do termo *semióforo*.

Segundo Chauí (idem, p. 12), “[...] um *semióforo* é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica [...]”.

Podemos ainda aproximar a condição que o *semióforo* possui de construção de diversos significados - ou como diria Chauí, “efeitos de significação” -, com o impulso de repetição do mito, pois:

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, mais é a repetição de si mesmo [...] O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica (idem, p. 9-10).

Distante da materialidade do cotidiano, o semióforo pode ser:

[...] um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível [...] e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência (idem, p. 12).

A partir do entendimento do semióforo, Chaui o relaciona diretamente com a invenção da nação. A nação é o semióforo do poder político que, em nossa sociedade capitalista, possui não só o sentido simbólico, mas também o signo de poder. A posse do semióforo nação pelo poder político é resultado de sua luta contra os poderes religiosos (que detem o poder sobre o sagrado e pela produção de pessoas e lugares santos) e contra os poderes econômicos (pois a mercadoria e o dinheiro não fizeram os semióforos, como signos singulares, desaparecerem, pelo contrário, o poder econômico tem a capacidade de multiplicar os semióforos).

Se o poder religioso construiu seus efeitos de significação por meio dos milagres, e o poder econômico por meio da aquisição (compra) de objetos raros e a produção de outros tantos (pelo trabalho arqueológico ou pela história da arte, por exemplo), já o poder político construiu seu principal semióforo através da guarda dos semióforos públicos, ou seja, os patrimônios artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação. (CHAUÍ, 2007, p. 14).

Para Chaui, a invenção do semióforo nação é muito recente e data da década de 1830. (p. 14). “Antes da invenção histórica de nação, como algo político ou Estado-nação, os termos políticos empregados eram ‘povo’ [...] e ‘pátria’” (idem, p. 15). Durante todo o

período anterior ao século XIX, nação era o termo utilizado para designar um grupo de descendência comum e direcionado para os pagãos – em contraposição à Igreja Romana, ou “povo de Deus” –, aos estrangeiros – como os judeus – e a grupos sem estatuto político ou civil: os negros e os índios.

Uma distinção que ainda é preciso ser feita é entre os termos nação e sociedade. Para DaMatta (1988, p. 209), não há coincidência entre a sociedade e a história da nação. O autor parte da diferença entre dois outros termos que, quando direcionados ao nível do particular, a sociedade equivale à pessoa e a nação ao indivíduo.

O indivíduo é concebido, no Ocidente, como “entidade moral fundamental da vida social”. Isto significa que o indivíduo está no centro do sistema político como “categoria social dominante”. Mas, quando comparamos a sociedade na qual este indivíduo pertence simultaneamente a outras sociedades, o entendimento dele como conceito universal torna-se um obstáculo (Louis Dumont *apud* DaMatta, 1988).

Enquanto no mundo ocidental a unidade humana é tida nos termos do indivíduo – com todas as características que o sistema político o configurou: “regras impessoais, igualdade diante da lei, imparcialidade no estilo do governo, supressão dos vínculos de patronagem, nepotismo e outros” (idem, p. 210)-, em outras sociedades esta entidade é entendida através de instituições sociais como “a família, o clã, a casta, a tribo ou os elos de patronagem”. Esta junção de caracteres pode ser entendido como pessoa.

Para DaMatta, o relacionamento entre o sistema geral - nação/indivíduo – e o particular – sociedade/pessoa – é uma questão de identidade, e existe como um dos panoramas principais de discussão das ciências humanas (1986, p. 10). Dito isso, o autor passa a pergunta: “Como se constrói uma identidade social? Como um povo se transforma em Brasil?” (idem, p. 11).

Enquanto em países, como os Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha, o modo de construir a identidade foi realizado por meio de dados relativos aos seus sistemas políticos e econômicos, “formada por leis constitucionais explícitas e administradas por um governo respaldado no Estado” (1988, p.209), em eixos estatísticos e critérios objetivos e quantitativos. O caso brasileiro não possuiu este único eixo de classificação, por não ter o privilégio de estar em uma posição global-central, como afirmamos anteriormente. Seguindo o raciocínio de DaMatta, a identidade brasileira se construiu, além dos dados quantitativos econômicos, também por meio de “dados sensíveis”, da ordem da

materialidade social e “de conjuntos de laços imperativos de parentesco e lealdades pessoais que são governados por leis antigas, consideradas como parte da natureza ou como dadas ao homem por Deus” (idem, *ibidem*). Nós não podemos concordar completamente com esta constatação que nos parece essencialista demais, pois acreditamos que, mesmo se fossemos aceitar esses elementos como base para a construção da identidade brasileira, teríamos que observá-los como um conjunto cultural.

Apesar disso, afirma Ortiz (1994), a existência de uma língua mundial na modernidade só é conseguida porque a identidade se adapta, se hibridiza, “se nativiza [...] aos padrões das culturas específicas” (idem, p. 28). Ele conclui assim que “O mundialismo não se identifica pois à uniformidade” (idem, p. 29).

No contexto do presente trabalho, enfatizamos que o poder político realiza a construção e manutenção ideológica da nação, com a ajuda voluntária ou involuntária, com a ajuda da mídia, através das revistas oficiais de órgãos públicos, da formalização do nacional através de semióforos como a língua.

3.3 Hibridismo: ponto de partida para comparação

Alfredo Bosi (1992, p. 309) afirma não ser possível pensar o termo Cultura no singular, segmentando-o em quatro partes: cultura universitária, cultura criadora extra-universitária, cultura popular e cultura de massas.

Embora Bosi esteja discutindo esta questão fazendo referência ao território brasileiro, esta consciência da pluralidade da cultura é um assunto não só de importância específica deste país. A mistura, a mescla, o encontro, o embate, o confronto de várias partes de diversas culturas, cada vez mais, passam a acontecer, provocando a criação de inúmeras outras formas e estruturas culturais e sociais.

Esta fusão entre os elementos das culturas pode ser compreendida por alguns como uma relação entre setores da alta e da baixa cultura, ou visto por outros como a interação de culturas plurais que se conectam. Este processo de conexão entre as diferentes culturas não é um processo inédito. Para Anthony Giddens (1991, p. 69), “a modernidade é inerentemente globalizante”. Mas a intensificação e o aumento paulatino da importância

que este processo produz nos campos sociais, educacionais, políticos, culturais é um fato que parece não ter ocorrido com tamanha voracidade em etapas anteriores.

Um ponto de contato importante com esta questão é a sua relação com a identidade. Em outro momento deste texto trataremos da relação da identidade com a construção de uma cultura nacional em sociedade, fazendo com que ela seja denominada nação, aqui percebemos a relação profunda que existe com a noção de sujeito, que interage e atua em sociedade através de elementos linguísticos e culturais.

Segundo o crítico cultural Kobena Mercer (*apud* Hall, 2005, p. 9) “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Também Peter Burke (2000, p. 8) indaga-se: “Como pode alguém escrever uma história de alguma coisa sem uma identidade definida?”. Percebemos, assim, como a questão de uma crise na concepção uniforme de identidade possui uma relação temporal com aquilo que se denominou como pós-modernidade¹³.

Por meio desta referência, chegamos a uma outra relação possível e que completa um tema já tratado: as transformações passadas no campo da identidade estão intimamente ligadas ao processo de globalização (HALL, 2005, p. 14).

Uma ressalva importante de se observar é que nas formulações de Hall e Giddens há o entendimento de que esta crise das identidades, na atual etapa da sociedade, não significa a liquidação do sujeito, do indivíduo, e sim a variedade e a proliferação deles, fazendo com que elas permaneçam articuladas, e não unificadas, à sociedade, interagindo constantemente.

Sobre esta interação das diferentes culturas na sociedade, com uma nova formatação de tempo e espaço, no dizer de Hall, “na compressão de distâncias e de escalas temporais” (idem, p. 69), o autor formula três possíveis consequências para este processo: a desintegração das identidades nacionais causada por sua desintegração; a resistência dessas identidades, reforçando-as; ou ainda uma terceira possibilidade, que tomamos como sendo a mais provável, de que “as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas*

¹³ O conceito de pós-modernidade é um conceito discutido por vários teóricos de diversas disciplinas das humanidades. Sobre uma revisão dos significados pelos quais o termo passou, Cf. Perry Anderson, *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

identidades — **híbridas**¹⁴ — estão tomando seu lugar” (grifo nosso).

Neste ponto, o conceito de híbrido, de hibridismo é tomado como importante para a conceituação deste processo de mistura, de fusão, de hibridização mesmo das categorias, dos sujeitos, das identidades, não mais formatadas em uma unidade.

Um dos interlocutores sobre o conceito de hibridismo foi Homi Bhabha. Seus estudos sobre as relações entre a cultura inglesa de dominação sobre as culturas indianas dão conta de que a hibridização das culturas está intimamente inserida nos limites históricos e nas relações de força entre elas, intensificadas com o processo de globalização. Para o autor:

A hibridização não é algo que apenas existe por aí [...] em alguma identidade mítica ‘híbrida’ – trata-se de um modo de conhecimento, um processo para entender ou perceber o movimento de trânsito ou de transição ambíguo e tenso que necessariamente acompanha qualquer tipo de transformação social. (Bhabha *apud* Souza, 2004).

Ainda sobre o erro de se considerar a hibridização como algo estanque, autônomo, pode ser analisada na “linguagem e no texto”, cujas realidades não podem ser consideradas como “independentes dos meios de produção da linguagem, isto é, independente do contexto social e histórico” (idem).

Referindo-se agora ao que poderíamos considerar como uma análise mais próxima do caso brasileiro, podemos esboçar algumas contribuições de Nestor Garcia Canclini para os estudos do hibridismo no contexto latino-americano.

Escosteguy (2006, p. 2) afirma que, entre os estudos realizados pelo autor, está a “posição de Canclini de refletir e pesquisar sobre a profunda integração entre o circuito cultural, o circuito econômico e a realidade política”. A articulação que Canclini fornece sobre o hibridismo cultural no contexto latino-americano “não [é] como ideia unívoca, mas cambiante e em permanente construção”.

Sobre a relação entre o hibridismo e a globalização, para Canclini (2003), hoje seria de intercâmbios flutuantes entre as formas sociais e não de uma hierarquia de cima para baixo que impulsionam a produção e a manutenção das múltiplas culturas interconectadas.

¹⁴ Elas não são hibridizadas, ou seja, transformadas em alguns poucos aspectos que influenciam seu funcionamento, as identidades híbridas são intrinsecamente definidas por este processo.

O autor trata a relação dos indivíduos como cidadãos com as entidades posicionadas “acima” deles, como as nações e as políticas nacionais. Para ele, o indivíduo se relaciona com o “outro” para buscar e definir a própria identidade, achando-se livre para escolher entre várias maneiras de se identificar, uma vez que saiu do paradigma dominante, mas mesmo assim sendo guiado pela política de outrem.

Também, é pertinente a afirmação de Canclini (2005) de que o indivíduo não é nada mais que um consumidor das diferentes políticas que lhe são oferecidas, mas que tem a possibilidade de atuar dentro da sociedade como cidadão que precisa conhecer seus direitos para defendê-los. O indivíduo não se identifica somente com as entidades maiores que ele (por exemplo, nação), porque reconhece a importância de se definir culturalmente dentro de grupos menores e talvez menos abstratos (por exemplo, bairro, cidade, profissão).

Aqui, entendemos ser necessário voltar a contemplar a contribuição de Hall(2004), que elabora o conceito de memória como elemento crucial para entender o processo de identificação do indivíduo com elementos, fenômenos culturais. Para ele, o indivíduo vive momentos históricos inventados, isto é, ele adere a discursos oferecidos nas narrativas dos mais variados gêneros que dão a sensação de continuidade ao indivíduo. Na visão do autor, todos os discursos oferecem ao leitor uma identidade para aceitar, ou seja, para se identificar com a imagem apresentada na narrativa.

Aqui, Hall (idem) elabora as definições de identidade: iluminista, modernista e pós-modernista, das quais a última será importante para este trabalho porque afirma que o indivíduo, como sujeito fragmentado e multifacetado, aceita com mais facilidade diferentes narrativas produto de várias identidades, porque não possui uma única identidade, que seria a única base imutável.

Concluindo, o que podemos perceber é que as identidades nacionais são construções históricas e não parte de nossos caracteres biológicos como sujeitos ou indivíduos sociais. Elas foram formadas pelas interações de segmentos da sociedade segundo interesses políticos, econômicos específicos, através da imposição de elementos culturais e sociais sobre outras estruturas culturais com menor configuração de decisão, fazendo paulatinamente com que esses elementos se tornassem naturalizados e internalizados nos sujeitos.

Podemos ver este processo tanto no caso croata quanto no brasileiro, evidentemente com suas peculiaridades. A diferença temporal parece ser uma das principais. Enquanto falamos de uma formação, no sentido de unidade linguística a partir do século 19, e que só viria a se constituir enquanto política no século 20, já no Brasil isso aconteceria de modo muito mais rápido no século 19, com uma política de construção da unidade, a partir do momento em que o país foi oficializado como independente de Portugal.

Certamente, antes de finalizarmos este capítulo, gostaríamos de ressaltar o fato de que: tratando o discurso e o hibridismo no seu nível (inter)cultural, teremos que analisar as suas especificidades a partir da noção de "heterogeneidade constitutiva de todo discurso" (AUTHIER, 1982). Ou seja, além de atribuir uma posição ativa aos sujeitos em suas reconstruções e consequentes hibridizações, estamos partindo de uma leitura linguística da polifonia enunciativa (Ducrot, 1984) e da narrativa heterogênea (Pouillon, 1948), as quais nos possibilitarão entender de que modo e em quais situações aparecem elementos de hibridismo, condicionados cultural e historicamente. Isso porque, para nós tanto o hibridismo cultural, acima elaborado quanto o hibridismo do discurso midiático, elaborado no decorrer da análise, não são resultados de uma definição funcional ou genérica feita *a priori*, mas uma consequência das elaborações discursivas efetivadas pelos próprios jornalistas.

Capítulo IV – Material: quatro revistas, dois *corpora* e múltiplas etapas de uma metodologia

Neste capítulo apresentaremos as revistas croatas “Globus”, “Nacional” e as revistas brasileiras “Veja”, “Época”, o material da onde selecionamos os artigos que servirão como *corpus* para a análise, seguido pela apresentação dos artigos e uma contextualização crítica e, no final, proporemos uma metodologia de análise nossa dividida em múltiplas etapas.

4.1 Material - Perfis das quatro revistas

As revistas croatas aqui mencionadas têm importância no âmbito da mídia impressa - tendo em vista o número de mais de 34 mil exemplares vendidos por mês, no caso da “Globus” e 27 mil exemplares vendidos no caso da “Nacional” (dados referentes a 2009)- , especialmente com o número de artigos dedicados aos assuntos da sociedade contemporânea, nesse caso, dedicados à crise (em 2009, tem-se 22 artigos tratando da crise, formando um conjunto de 37 artigos publicados até março de 2011). As revistas brasileiras são vendidas em números que alcançam, no caso da “Veja”, a venda de mais de 1 milhão e 90 mil exemplares, e no caso da “Época” a venda de 409 mil exemplares (dados referentes a 2010¹⁵) com 21 artigos sobre a crise (só em 2009 foram publicados 14 artigos). É interessante perceber que as revistas croatas produziram mais artigos sobre a crise, o que se deve, em nossa opinião, a situação econômica-financeira da Croácia que foi mais afetada pelos eventos definidos como crise. Isso é evidente especialmente em 2009, no momento pico da crise econômica, como mostraremos apresentando a dimensão objetiva da crise.

¹⁵ Fonte: ANER (Associação Nacional de Editores de Revistas), Disponível em: <http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>, Acesso em: 04 Abril 2012.

4.1.1 Veja

Como já mencionado, a revista Veja foi fundada em 1968 por Roberto Civita, filho do fundador do grupo Abril. A revista se dedica, principalmente, a assuntos políticos e econômicos. O próprio grupo afirma se preocupar em defender princípios de competitividade, rentabilidade, foco no cliente e trabalho em equipe, atuando em diferentes frentes do mercado de comunicação¹⁶. Assim, a revista se localiza dentro de um mundo de mercadorias e de produção econômica, interessando-se por assuntos de importância para o mercado brasileiro e internacional. Deste modo podemos afirmar que a revista transformou sua visão mercadológica em seu guia ideológico, disposta a estimular as iniciativas ou forças políticas que tiverem interesses em promover a política do liberalismo econômico.

4.1.2 Época

A revista “Época” foi lançada 1998 pela editora Globo, 30 anos depois do lançamento da revista “Veja”. Seu programa editorial é explicitado como a “missão”¹⁷ de investigar e ajudar a entender as complexidades do mundo contemporâneo. O objetivo, segundo eles, é de antecipar as tendências e captar o espírito do nosso tempo. Muito interessante é a auto-identificação da revista como aquela que vai “perseguir” as notícias para poder extrair delas uma agenda de construção do amanhã, pois consideram possuir a capacidade de unir a força investigativa à capacidade analítica. Propõem jogar luz no que há de mais relevante na atualidade, converter a informação em conhecimento, transformar a confusão em clareza. Para o nosso estudo, é importante notar que a relação da revista com o conceito de temporalidade está presente desde o título da revista, que visa apresentar a época em que o leitor vive.

¹⁶ Disponível em http://www.abril.com.br/br/conhecendo/conteudo_43899.shtml, Acesso em: 04 Abril 2012.

¹⁷ Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG82723-5855,00.html>, Acesso em: 04 Abril 2012.

4.1.3 Nacional

A revista “Nacional”, publicada pela primeira vez em 1995 por Ivo Pukanić, ex-editor-chefe da revista “Globus”, que define sua política editorial¹⁸ como aquela que se preocupa com a abordagem dos temas que raramente são tratados por outros meios de comunicação. A dedicação, de um lado, para a revelação dos casos de abuso econômico e financeiro, dos atos criminosos e da manipulação política e o esforço e, de outro, para a afirmação das personalidades positivas e casos de sucesso na área econômica e social, são introduzidos como centrais na visão da revista para o bom funcionamento desta. O projeto principal do grupo midiático NCL¹⁹ é, segundo o editor-chefe Boško Matković, procurar a formação de uma massa crítica de energia positiva na sociedade croata. Salientamos o fato de a revista se auto-identificar como “news magazine” focada na publicação de notícias exclusivas e inéditas.

4.1.4 Globus

A última revista a ser utilizada neste trabalho foi lançada em 1990 pelo grupo EPH²⁰, como uma das primeiras revistas particulares da Croácia, concebida como um tablóide. A sua política inicialmente foi marcada pelo interesse em fornecer informações de lugares aflitos pela guerra da independência, para depois mudar o foco na indicação de escândalos políticos, criticando o processo de privatização da economia croata, apresentando casos de corrupção organizada, com o intuito de mostrar os “lapsos” da política oficial estatal.²¹ A revista considera-se responsável pela introdução do jornalismo

¹⁸Disponível em: <http://www.nacional.hr/clanak/49571/ncl-media-grupa-jaka-i-neovisna>, Acesso em: 04 Abril 2012.

¹⁹ Disponível em: <http://dalje.com/hr-hrvatska/bosko-matkovic-na-celu-uprave-ncl-media-grupe/275202>, Acesso em: 04 Abril 2012.

²⁰ Disponível em: <http://liderpress.hr/arhiva/55663/>, Acesso em: 04 Abril 2012.

²¹ Disponível em: http://www.miroslavtudjman.com/index.php?option=com_content&view=article&id=593:tko-su-pravi-vlasnici-medija-u-hrvatskoj&catid=34:novosti&Itemid=142, Acesso em: 04 Abril 2012.

independente e investigativo na Croácia, definindo a sua forma dentro dos moldes dos “magazines políticos”.

4.2 Corpus: dois corpora – croata e brasileiro

O *corpus* para a análise das reconstruções discursivas do conceito de crise econômica nos últimos quatro anos (2007-2010), na Croácia e no Brasil – se organiza da seguinte maneira:

a) 6 artigos das revistas croatas “Nacional” e “Globus” (tabela 1)

Esses 6 artigos, encontrados nas revistas croatas “Nacional” e “Globus”, são os quais entendemos como os mais representativos para a imprensa dedicada aos assuntos políticos e econômicos da Croácia. Devido à fraca condição da economia croata ainda em 2007, notamos o aparecimento de artigos que falaram de modo indireto da situação crítica da economia croata, como foi o caso nos seguintes exemplos: “Quem pode movimentar a Croácia (veredicto dos peritos)” - autor Jelena Lovric (“Nacional” 13.4.2007), “Pobres, tristes e sem preocupação” - autor Jelena Lovric (“Nacional” 12.8.2007). Em seguida, escolhemos 2 artigos de 2008: “Ano da crise de dívidas” – autora Slavica Lukic (“Globus” – 05.12.2008), “A economia com medo de falir (a crise continua)” – autor Marko Biocina (“Nacional” 10.05.2008), 1 artigo de 2009 “Previsão negra (calendário econômico para 2010)” – autor Nikola Jelić (“Globus” 25.12.2009) e 1 artigo de 2010: “Meu plano para 2010 (primeira ministra Jadranka Kosor fala sobre os seus planos para o próximo ano)” – autor Jadranka Kosor (“Globus” 01.01.2010). O menor número de artigos, selecionados para 2009 e 2010, deve ao fato de que as revistas apresentaram um mesmo modelo de estruturação de artigo que é definida como uma previsão, e por isso em 2010 não escolhemos nenhum artigo escrito efetivamente por jornalistas da casa.

b) 6 artigos das revistas brasileiras “Veja” e “Época” (tabela 2)

São 6 artigos selecionados das revistas brasileiras “Veja” e “Época”, os quais apresentam maior foco na crise política e econômica no país e fora dele, o que pode ser constatado nas primeiras leituras de artigos publicados nas revistas desde agosto de 2007. Ao pesquisar, achamos só um artigo anunciando crise econômica publicado em 2007 – “A primeira do século” – autor Giuliano Guandalini (“Veja” 22.08.2007), o número de artigos e temas relacionados à crise econômica aumenta em 2008, por isso selecionamos 2 artigos publicados em 2008: “A cavalaria salvou o dia” – autor Ronaldo Soares (“Veja” 24.09.2008), “2008: ano de crise, investment grade e grandes fusões” – autores desconhecidos (“Época” 22.12.2008). Devido à maior concentração de artigos que tratam da crise ser de 2009, aparecendo em certos números²² mais de um artigo com essa temática, o que não foi o caso em revistas croatas, selecionamos 2 artigos, “Como proteger seu emprego” – autor José Caminhoto (“Época” 26.01.2009), “O Brasil e a crise” – autores Benedito Sverberi e Cíntia Borsato (“Veja” 03.03.2009). Em 2010, o número de artigos cai como resultado da estabilidade econômica do Brasil e, subsequente, do menor interesse pela crise por parte das revistas em questão. Assim selecionamos um número, em nossa visão, interessante para ser analisado: “O vento vai soprar a favor de Dilma?” – autor José Fuchs (“Época” 5.11.2010).

²² Como por exemplo artigos “Entrou areia em Dubai” – autor Thiago Cid e “Haverá saúde sem estatizar” – autor José Fuchs presentes no número 563 da revista Época (02.03.2009), artigos “O soluço do dragão” – autor José Fuchs e “Como proteger seu emprego” – autor João Caminhoto presentes no número 558 da revista Época (26.01.2009).

Tabela 1 – Números de revistas selecionados como *corpus* croata

Ano de publicação	Título do artigo	
	Nome da revista – data da publicação	
	Autor	
2007	“Quem pode movimentar a Croácia (veredicto dos peritos)” Globus – 13.04.2007 Tea Kvarantan	“Pobres, tristes e sem preocupação” Globus – 11.09.2007 Jelena Lovrić
2008	“Ano da crise de dívidas” Nacional – 05.12.2008 Slavica Lukić	“A economia com medo de falir (a crise continua)” Nacional – 10.05.2008 Marko Biočina
2009	Previsão negra (calendário econômico para 2010)” Globus 25.12.2009 Nikola Jelić	
2010	“Meu plano para 2010 (primeira ministra Jadranka Kosor fala sobre os seus planos para o próximo ano)” Globus – 01.01.2010 Jadranka Kosor	

Tabela 2 – Números de revistas selecionados como *corpus* brasileiro

Ano de publicação	Título do artigo Nome da revista – data da publicação Autor	
2007	“A primeira do século” Veja – 22.08.2007 Giuliano Guandalini	
2008	“A cavalaria salvou o dia” Veja – 24.09.2008 Ronaldo Soares	“2008: ano de crise, investment grande e grandes fusões” Época – 22.12.2008 desconhecido
2009	“Como proteger seu emprego” Época – 26.01.2009 José Caminhoto	“O Brasil e a crise” Veja – 04.03.2009 Benedito Sverberi e Cíntia Borsato
2010	“O vento vai soprar a favor de Dilma?” Época – 05.11.2010 José Fuchs	

4.3 Contextualização crítica do *corpus*

Foi realizada a seleção de 12 artigos entre 34 artigos escritos tratando da crise financeira e/ou econômica, por jornalistas profissionais que trabalham exclusivamente na área do jornalismo, o que pode resultar em um número relativamente grande de artigos escritos por uma mesma pessoa, favorecendo uma apresentação mais unilateral. Todas as revistas consultadas até abril de 2012 (71 números no período entre 2007 e 2010) incluem em suas reportagens citações de políticos, economistas, analistas ou outros indivíduos, utilizadas para tratar as questões relacionadas à crise, às vezes feitas a partir de entrevistas realizadas pelos jornalistas de um determinado jornal. Observamos também o posicionamento de concordância, e mais frequentemente, discordância do intuito de apresentar a sua versão dos acontecimentos e oferecer sua solução dos problemas, a nosso ver, requisito para tornarem-se sujeitos políticos ou, conforme Abramo (2003), órgãos político-partidários.

Normalmente, os artigos são escritos de maneira que incorporam partes das declarações feitas pelas elites políticas, com o objetivo de estabelecer um conjunto de ideias e opiniões sobre o tema, ou incluindo falas de diferentes peritos na área (da economia, finanças, sociologia etc.) para construir um suporte de análise de uma apresentação própria. As revistas “Veja” e “Época”, neste aspecto, são importantes, no que se refere às questões econômicas e políticas, com reportagens que apresentam opiniões sobre a crise atual que um grande número de leitores croatas consulta. Embora possuam uma postura ideológica parecida, como no caso das revistas brasileiras, a particularidade das revistas croatas é o de ter como dono o ex-editor-chefe da revista concorrente, o que faz a aproximação ideológica das revistas croatas maior tanto na seleção de temas, artigos e reportagens, quando no ponto de vista apresentado neles. Estas revistas têm sido publicadas durante muitos anos e falam com mais frequência sobre o governo e o estado econômico do país, mas não exclusivamente, e por essa razão foram escolhidas como revistas que podiam exercer maior influência na formação de ideias e atitudes.

Fundamos a nossa opinião também a partir da conceituação de Amaral (2004), que entende esses jornais como “consagrados” econômica e politicamente durante sua história de publicação e que afirmam basear-se em seus princípios éticos de profissão. Ainda

segundo o pensamento de Amaral (2004), podemos entender que a mídia impressa de referência é aquela que têm prestígio, é hegemônica e representa posições sociais e simbólicas privilegiadas em certas classes da sociedade que participam do campo jornalístico.

4.4 Considerações metodológicas – por uma abordagem analítica multifacetada

Neste capítulo, uniremos todas as contribuições teóricas e especialmente metodológicas apresentadas nos capítulos anteriores, a fim de oferecer um aparato consolidado e até inédito (na área das análises midiáticas), o qual tentaremos aplicar ao *corpus* croata e ao brasileiro, primeiro separadamente e depois em uma análise comparativa.

A especificidade dessa análise é definida pela multiplicidade de etapas nas quais pretendemos abordar o conceito de crise, sendo que optamos por baseá-la, metodologicamente, na proposta de Fairclough (2001), separada em três fases: análise do texto (análise linguística do texto), análise do discurso (análise da produção e interpretação textual) e análise das práticas sociais (responsáveis pela produção textual e discursiva). A proposta metodológica de Fairclough, por ser tão abrangente, em nossa opinião, servirá ao nosso objetivo de oferecer uma análise mais completa e mais eficaz das reconstruções discursivas da crise econômica atual na mídia impressa. Ela não busca se valer somente do nível “intermediário” discursivo, mas entra em níveis outros específicos de análise, uma abordagem que nós entendemos como fundamental para quem trabalha com Análise do Discurso²³.

²³ A nosso entender, é possível e até necessário utilizar tanto diferentes autores da mesma área quanto autores de outras áreas, pois as contribuições, dentro e fora da área em que trabalhamos, contribuem para que o estudo não fique fechado para outras áreas, possibilitando a incorporação e ampliação de conhecimento interconectado, sem equipar os autores e teorias fundamentalmente diferentes. Por isso, em nosso estudo, por exemplo, utilizamos dois autores da Análise Crítica do Discurso - Van Dijk e Fairclough, aproveitando, principalmente, das contribuições teóricas do primeiro e das contribuições metodológicas do segundo, junto com autores que não pertencem a essa linha teórica da Análise do Discurso, como por exemplo, Charaudeau que pertence chamada Análise do Discurso francesa, mas contribuiu para o desenvolvimento teórico e metodológico do trabalho (especialmente no que diz respeito ao discurso político e sua relação com a mídia).

No entanto, uma análise linguística do texto jornalístico nos parece essencial para podermos entender como se formaram as proposições elementares, de um modo mais concreto, no próprio uso da linguagem, ou seja, nas enunciações relacionadas à crise, pois, o próprio entendimento da “fusão” do discurso midiático com o discurso político, através dos procedimentos persuasivo-manipuladores, em discurso híbrido - movido politicamente, mas presente socialmente -, depende da “identificação” de elementos linguísticos (dêiticos de pessoa e tempo e modalizadores verbais), empregados para formar pontos de vista específicos para tal discurso.

Certamente uma análise que focaliza na interpretação e produção textual é necessária, pois a mera indicação de elementos linguísticos nos textos não nos possibilitaria compreender as causas e razões, nem as especificidades da construção discursiva do conceito da crise. Como a nossa intenção não é somente descrever e apresentar a reconstrução discursiva deste conceito nos textos jornalísticos, no decorrer do tempo, mas entender o “por que” e o “como”, precisamos unir os exemplos e interpretá-los em um contexto fora do mundo intra-linguístico. Devemos nos perguntar por que e como os elementos selecionados apareceram em um contexto e não em outro, por que a narração e o ponto de vista proporcionados em um artigo jornalístico não correspondem àqueles presentes em outros, qual a diferença entre eles.

Para alcançar esse objetivo, devemos consultar e analisar não só as práticas sociais, mas também culturais, pois elas são responsáveis pelas semelhanças e diferenças entre diferentes textos, narrativas e discursos. Os níveis textual e discursivo são resultados da interação do(s) autor(es) dos artigos com as mais diversas esferas da sociedade, integrados nas mais diferentes relações profissionais, pessoais, políticas, econômicas etc., que influenciam as reconstruções discursivas de conceitos que são, simultaneamente, fenômenos sociais, de grande importância, como é o caso da crise. Por isso, ressaltamos a necessidade de sempre termos em consideração que os artigos, os personagens e os acontecimentos presentes neles não são produção isolada e resguardada de influências do mundo extra-linguístico, embora possam influenciá-lo, mudando a visão que os leitores possuem desse mundo.

Agora passaremos para a divisão de etapas da análise do *corpus*.

A primeira etapa, em que analisaremos os usos das colocações do lexema crise em vários contextos genéricos estabelecidos em dicionários, serve para delimitar balizas semânticas daquilo que consideramos como crise econômica.

A segunda etapa é, de certo modo, a continuação da abordagem teórica geral do conceito de crise, uma vez que nela faremos uma abordagem das teorias e constatações sobre crise, feitas por parte de pesquisadores de diferentes áreas. Essa etapa nos ajudaria a esclarecer como o mundo acadêmico define esse conceito, contextualizar e fazer um ponto de ligação com as análises posteriores.

A terceira etapa da análise se constitui pela apresentação dos dados e acontecimentos econômicos, pertencentes a uma dimensão objetiva ao fenômeno, e pela subsequente análise dos dados apresentados anteriormente, “adicionando” uma dimensão subjetiva. Por isso, faremos um breve histórico do aparecimento da crise econômica atual, ou seja, da transformação da crise financeira em crise econômica, por creemos ser importante mostrar ao leitor como se iniciou esta crise, ou no mínimo, indicar quais foram as suas causas “objetivas”.

Na quarta etapa, acrescentaremos à dimensão objetiva do histórico da crise econômica atual, a dimensão subjetiva, pois cremos que seja impossível fazer um panorama histórico de um fenômeno social sem a consciência do impacto subjetivo que ele possui na sociedade.

Já na quinta etapa, começaremos a explorar o contexto em que o conceito crise e outros conceitos semanticamente parecidos apareceram, realizando a análise situacional-conceitual, elaborada por Raffaelli (2007), atribuindo elementos, sujeitos, momentos e significações específicas às análises gerais anteriores, extraídas do *corpus*, que posteriormente serão acompanhadas pela análise das práticas sociais e análise de seus desdobramentos no discurso.

Essas cinco análises “preparatórias” são, por sua vez, uma combinação das duas análises de Fairclough (2001), da preliminar análise textual-linguística e da posterior análise das práticas sociais e culturais. Elas serão realizadas para nos ajudar a delimitar o conceito da crise econômica, auxiliando-nos na análise discursiva, a fim de mostrar que é necessário uma preparação teórico-metodológica ampla e detalhada para, então, realizar uma análise sucinta, mas abrangente.

Assim, entramos na sexta etapa, que é a análise discursiva das reconstruções discursivas do conceito de crise durante o período de 2007 e 2010. A própria análise do discurso midiático em sua acepção politizada, entendido por nós como um amálgama discursivo, consta em uma análise chamada de “interpretativa”, na definição de Fairclough (2001), pois é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual. Ela será dividida em sub-itens, sendo que alguns desses sub-itens podem ser invertidos e explorados mais ou menos detalhadamente, dependendo do corpus e da importância do dado, pois esta parte da análise é o momento final de análise, a partir do qual faremos a comparação e, subsequente, conclusão:

- 1) **aprimoramento²⁴ da proposta de exploração de revistas** apresentadas por Barzotto²⁵ (1998, p.37-41), importante pela sua contribuição no reconhecimento e melhoramento da comunicação deste trabalho com outros trabalhos da área, mas também pelo apoio a organização inicial do *corpus*, gerado pela sistematização temática de cada revista e artigo, selecionado dentro dos mesmos parâmetros.
 - a. **Abordagem por temas** – define-se um eixo temático, elaborando o trabalho motivado pela procura da descoberta de causas do aparecimento de um determinado tema na revista. Também, pode-se procurar a verificação da maneira como o tema surgiu e de que modo o artigo o coloca em um contexto sócio-histórico-político-cultural específico de seu momento ou como este contexto é apresentado na revista. Segundo Barzotto (idem), esse tipo de estudo é interessante para entendermos as histórias de vida dos jornalistas que escrevem textos para as revistas e quais são suas relações políticas, ideológicas com outros membros ou instituições da sociedade, caso haja tais relações. Para a nossa pesquisa seria importante entender melhor quem são os jornalistas dos artigos sobre a crise econômica, visto que existe um mesmo grupo de jornalistas que tratam a crise na Croácia e no Brasil.

²⁴ O aprimoramento da proposta de exploração aqui não se restringe somente à classificação e descrição das revistas selecionadas, mas também incluirá uma interpretação da descrição e sistematização dos artigos e revistas.

²⁵ Estamos cientes do fato de que Barzotto apresenta essas abordagens interpretativas para apontar os limites de cada uma delas, o que nos levou a considerá-las como um de vários complementos para nossa pesquisa, com suas devidas contribuições e limitações.

Também, ofereceremos um contexto geral da época de publicação do artigo na revista, o qual especificaremos nos artigos selecionados.

- b. **Trajetória, importância e atuação de personalidades** – será feito um estudo sobre os protagonistas, ou como os chama Barzotto (idem), as personalidades, para verificarmos quais personalidades aparecem com mais frequência, em que circunstâncias e qual é o significado e importância da atuação deles. Como no caso de nosso *corpus* aparece novamente um mesmo grupo de políticos nacionais e internacionais, conjuntamente com analistas, economistas e outros peritos citados, seria interessante ver a posição ideológica do jornalista diante dessas personalidades, se ele se aproxima ou distancia daqueles que apresenta em seus textos etc.
- c. **Processos de transformação sócio culturais** - como constata Barzotto (idem), é importante definir nas revistas, as características de um movimento ou processo de transformação sócio cultural dentro de um período, o que é um dos nossos pressupostos básicos, quando se trata da crise econômica atual. Assim, nós nos focaremos nos processos discursivos da reconstrução do conceito da crise dentro do contexto das economias nacionais e globais.
- d. **Relação leitor-revista ou leitor-texto** – busca-se definir de que modo a revista tenta influenciar o pensamento de sua época ou como ela o reflete. No caso de nossa pesquisa, trata-se de definir quais são os procedimentos persuasivos-manipuladores que os jornalistas empregam com a intenção de influenciar o leitor. Ou seja, como a relação entre a revista e leitor se estabelece, partindo do pressuposto de que o discurso que deveria vincular os dois mostra características híbridas de um conjunto midiático-político. Porém, neste trabalho não nos preocuparemos no leitor e nas possíveis leituras que ele pode fazer, pois consideramos que isso ficaria fora do nosso alcance.

- e. **produção de alguém cujos textos foram publicados na revista** – esse procedimento analítico será incluído dentro do segundo procedimento, quando e se percebermos que necessitamos nos aprofundar na produção e sua significância com algum dos colaboradores, repórteres ou personalidades para o momento sociocultural.
- f. **O ‘ponto de vista’ da revista** – já indicado em nosso trabalho, com a particularidade de a procura pelo ponto de vista da revista nos artigos selecionados ser realizada através dos marcadores de pessoa e tempo, e seus correspondentes modalizadores. Faremos isso também pela seleção de termos e conceitos dentro da análise discursiva e situacional, especialmente aqueles que não estão explicitamente citados no editorial ou mesmo na revista. Essa abordagem difere, de certo modo, da proposta de Barzotto de analisar os editoriais e os artigos não assinados, uma vez que nós acreditamos que mesmo em lugares onde a opinião do jornalista parece ser menos explícita, é possível traçar um ponto de vista bastante explícito.
- g. **complementaridade entre textos e imagens na produção de sentidos**
 - neste trabalho não iremos analisar a complementaridade na sua completude, ou seja, a nossa pesquisa se restringe a apontamentos que concernem ao posicionamento de elementos visuais (gráficos, imagens etc.) com a ideia de identificação de sentido dos elementos que complementam o discurso estabelecido no artigo.

- 2) Indicaremos e analisaremos os marcadores linguísticos de pessoa, isto é, códigos, segundo Dal Farra (1978), presentes nas narrativas apresentadas nos artigos junto com a análise dos pontos de vista “dentro” e “fora”, conforme a apresentação desses pontos de vista por Pouillon (1949). Este procedimento é válido igualmente para os marcadores e modalizadores linguísticos de tempo, de acordo com Benveniste (1991), uma vez que a reconstrução discursiva da crise econômica é assentada na temporalidade, isto é, nas mudanças conceituais ocorridas no decorrer do tempo, mas presente na narrativa dos artigos.

- 3) Interpretação da narrativa temporal jornalística dentro de três atos de espetáculo, conforme Abramo (2003), ou, na definição de Charaudeau (2009), dentro de três momentos de construção de ameaça.
- 4) Identificação e análise da hibridização²⁶ do discurso midiático politizado (Piovezani, 2003), através da explicitação dos *ethé* de credibilidade e identificação, como em Charaudeau (idem) e dos procedimentos persuasivos de singularização e essencialização, dentro da categoria de simplicidade discursiva, indicados por Charaudeau (idem), e de frasismos e oficialismos, dentro da categoria de autoridade discursiva de Abramo (2003).
- 5) Indicação dos procedimentos manipuladores e legitimadores do discurso midiático politizado, como último elemento da análise da reconstrução, ou nos termos de Fairclough, reprodução e reinterpretação da crise econômica em revistas croatas e brasileiras, com base na teoria de manipulação de Van Dijk (2002, 2006, 2007) e na categorização de padrões manipuladores por Abramo (idem) e Leeuwen (2008), os quais buscam identificar como a ideologia do jornalista se insere no discurso apresentado nos artigos.

Na sétima, e última etapa, faremos a comparação das análises textuais e discursivas das revistas croatas e brasileiras, para vermos como a crise econômica é apresentada em diferentes países e culturas, e para refutarmos ou não a hipótese do trabalho.

²⁶ Híbridos não pela definição ou classificação feita *a priori*, mas pela utilização de determinados procedimentos persuasivos, pertencentes a um ou outro discurso.

CAPITULO V – Construindo uma concepção de crise

Para compreendermos da melhor maneira os múltiplos significados do conceito crise, exporemos brevemente as definições de crise que constam em alguns dicionários. Depois mostraremos nos exemplos retirados das revistas brasileiras e croatas selecionadas, em que circunstâncias e com que sentido essas definições aparecem nessas revistas. Esse procedimento será realizado porque, embora as definições nos dicionários sejam generalizadas e abstraídas e as ocorrências em revistas sejam particulares e dependentes do contexto, acreditamos que esse exercício de abordagem do conceito por vários ângulos, alguns mais estáveis, outros menos, nos ajudará a entender melhor o processo de reconstrução (midiática) da crise.

A busca de definições de crise dentro dos dicionários croatas e brasileiros teve o seguinte resultado.

5.1 Definição de crise nos dicionários croatas e brasileiros

Segundo Sironić (2003), o lexema crise provém do grego e significava separação, resultado da derivação do verbo grego *krinein* – separação, escolha, julgamento, ponderamento. Segundo o autor, a evolução histórica do significado básico, concreto, seguida pelo julgamento para o significado de escolha ou estado específico. Por outro lado, AniĆ (1998) define o lexema como “um estado grave, depois do qual se espera ou resolução ou catástrofe (médica, econômica etc.)” e apresenta dois exemplos de crise: econômica e de vinho. Šonje (2000) descreve quatro possíveis significados do conceito de crise, presentes nas seguintes situações:

- a) Grande distúrbio na vida do indivíduo ou da família: crise do casamento, crise financeira;
- b) Situação grave política na sociedade, insatisfação geral, fase determinante do desenvolvimento de um sistema político: crise da sociedade, crise política;

- c) Grande distúrbio econômico que resulta em dificuldades na venda, no funcionamento da produção ou no superávit;
- d) Sintoma médico-veterinário: ponto de culminação de alguma doença depois da qual segue melhoramento ou morte.

Conforme as três definições apresentadas, podemos concluir que o lexema crise tem como a base de significado o conceito de instabilidade, que implica uma necessidade de resolução através de um processo, o qual oferece duas possibilidades: a resolução positiva ou negativa da crise que abrange a esfera social e biológica. Portanto, a estrutura conceitual do lexema crise abrange o domínio do processamento, julgamento e escolha dentro de um contexto determinado.

Em um dicionário brasileiro nos deparamos com definições parecidas com as croatas. Silveira Bueno (1996) define a crise segundo quatro áreas ou sub-grupos:

- a) No sentido patológico, o lexema crise é alteração sobrevinda no curso de uma doença;
- b) No sentido figurativo, a crise é uma conjuntura perigosa; momento decisivo; ataque de nervos; situação política do governo, cuja conservação enfrenta obstáculos difíceis;
- c) Na definição político-econômica, a crise é vista como o ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão ou vice-versa;
- d) Na visão sociológica, o lexema crise significa uma situação social decorrente da mudança de padrões culturais.

Como alegamos anteriormente, os dois domínios (econômico e médico) dentro dos quais se estrutura o conceito de crise, referem-se ao processo de formação, apresentação e solução da crise. Embora não tratem da noção do conceito de crise, eles nos oferecem um entendimento de como a noção de crise se formulou e consolidou durante um longo período de tempo.

5.2 Contribuições teóricas à tematização da crise

Passaremos agora para as contribuições teóricas sobre a crise que nos ajudarão a entender como funcionam as narrativas de crise – narrativas, ao mesmo momento, críticas e decisivas, pessoais e impessoais, lugares de transformação de sentidos e espaço de procura para identificar problemas e oferecer soluções.

Segundo os pesquisadores Costa e Gonçalves (2006), numa narrativa de crise, encontramos elementos que edificam o presente como um momento crítico, no duplo sentido da palavra. Primeiramente, a narrativa de crise oferece um momento decisivo que exige uma decisão ou resposta. Ao mesmo tempo, ela se dá como um momento no qual o sujeito deveria recuperar, de forma crítica, sua própria história para a construção de ações futuras. Como apontam nossos dados, os jornalistas sempre se posicionam como sujeitos que estão oferecendo informações aos outros sujeitos que deveriam entender e se posicionar frente a um problema (relacionado à crise), mas sempre recorrendo ao passado para buscar informações que poderiam ser utilizadas na projeção do futuro.

Por isso, o indivíduo, ao restaurar de modo crítico a sua história, pode repensar o passado, pensar o presente e reconstruir o seu próprio futuro, colocando “para fora de si toda sua ‘revolta’ e abrindo uma ‘porta’ que possivelmente mostre um novo caminho a ser tomado”, como explicam Costa e Gonçalves (2006, p.2). Desse modo, o termo crise, além de ser, na verdade, um conceito multifacetado, com vários significados, será definido como um processo que inclui noções temporais (de passado, presente e futuro).

Não obstante, a nosso ver, o indivíduo corre o risco de perder, completamente, a liberdade de percorrer o caminho de recuperação crítica, a liberdade de resolver os problemas dentro de seu pensamento, reconsiderando e repensando passado e presente, se as informações necessárias lhe são negadas. Isso é, com frequência, resultado de diferentes forças, antagônicas e próprias, que lhe “roubam” o objeto desejado (ou seja, uma opinião própria sobre o objeto, por falta de informações), impossibilitando a liberdade de pensamento crítico, negando-lhe a possibilidade de tomar posse dela. Essas forças antagônicas normalmente provêm da sociedade, em particular da mídia e da política, como uma mescla ideológica, cuja intenção é moldar, isto é, manipular o pensamento do público para seus próprios interesses.

Pode-se dizer também que a crise, segundo a afirmação de Nóvoa (1991), é consequência, sobretudo, das modificações que acontecem na sociedade, e que acabam transformando o significado do processo narrativo. A crise, analisada por este ângulo, é resultado de modificações econômicas e sociais e está sendo divulgada na mídia por existir uma impossibilidade de separação entre o eu pessoal e o eu profissional dos políticos e jornalistas, o que torna as narrativas de crise hibridizadas, cheias de intervenções pessoais ideológicas dos jornalistas, editores etc. Como observa Hall (2005), os sujeitos são produtos de várias histórias e culturas interconectadas e pertencem a uma e ao mesmo tempo a várias “casas”, e reforça tal afirmação usando a expressão “indivíduo híbrido”. Nesse sentido é importante observar que, em particular, a mídia, isto é, os jornalistas, são responsáveis por conferir a historicidade e traços culturais aos acontecimentos jornalísticos passados para o indivíduo.

5.3 Dimensão objetiva da crise atual

Antes de iniciarmos a análise das reconstruções discursivas do conceito da crise (econômica atual) em revistas, apresentaremos resumidamente a sequência de eventos que fazem parte da chamada “dimensão objetiva da crise financeira”, como a define Conceição (2009).

Seguiremos a cronologia proposta por ele. Assim serão abordados os anos da crise de 2007 e 2008, com a intenção de entendermos o encadeamento de eventos que levaram ao (re)aparecimento de mais uma crise econômica. Aqui aproveitamos para chamar a atenção para o uso dos conceitos crise financeira e econômica, pois no caso desta crise, o primeiro pressupõe o desenvolvimento do segundo, uma vez que a instabilidade financeira causada, principalmente, pelo comportamento das instituições, bancos e empresas financeiras estadunidenses, teve consequências para a economia global.

A breve cronologia de acontecimentos definida por Conceição (2009, p.27-31) e elaborada por nós, seria a seguinte:

- durante o verão de 2007 (junho, julho, agosto), uma das empresas especializada em empréstimos “subprime”, empréstimos de maior risco possível, a New Century Financial repassou as suas dívidas para outros bancos, introduzindo a instabilidade financeira no mercado estadunidense. Com a introdução definitiva da instabilidade financeira em agosto, reforçada pela falta de liquidez, os bancos centrais dos Estados Unidos, Canadá, União Europeia e Japão intervieram para estabilizar o sistema.

- até dezembro de 2007, uma série de bancos (Citigroup, BNP Paraibas, Northern Rock) revelaram perdas e pediram ajuda financeira emergencial;

- nos primeiros meses (janeiro, fevereiro, março) de 2008, os bancos centrais intervieram nacionalizando os bancos com a situação mais grave, disponibilizando dinheiro líquido para o resto de bancos e instituições financeiras com problemas;

- em abril de 2008, o FMI afirma que os efeitos da crise estavam se espalhando para outros setores;

- até julho de 2008, aumenta o número de bancos falidos (IndyMac) ou nacionalizados e aparecem os primeiros reconhecimentos da existência de uma crise (neste caso foi o ministro da Fazenda britânico o primeiro a admitir);

- em setembro de 2008, surgem os primeiros índices concretos das consequências diretas do mercado financeiro na economia mundial, aumenta o desemprego nos EUA e economias de Reino Unido, Alemanha e Espanha anunciam uma possível entrada em recessão (índices econômicos negativos por três meses consecutivos);

- até o final do ano de 2008, a maioria dos países confirmaria a entrada num estado de recessão (menos o Brasil, a China e a Índia, membros do grupo de países conhecido como BRIC).

5.4 Dimensão subjetiva na construção de uma crise

Crise é, conforme os dados coletados entre 2007 e 2010, um termo muito utilizado na mídia, com o qual se descreve um grande número de estados e mudanças nas esferas social e econômica e que também sofre mudanças em seu significado. Como resultado da utilização deste termo pela mídia, entendemos que se produz a mudança de seu significado,

mesmo em curto período de tempo. As mudanças na significação do termo crise fazem parte de um processo formado por vários participantes (jornalistas, políticos, economistas, etc.), moldando sua estrutura. Entre os participantes que são “personagens” dentro das narrativas artigos relacionados à crise e atores, estão os políticos e os jornalistas que, como atores sociais, assumem, de certo modo, a função de formadores de opinião coletiva, especialmente se o material escrito é veiculado pelas mídias de massa.

A nosso ver, existe um grande número de sub-termos que fazem parte daquilo que é apresentado como crise, nas páginas das revistas que tratam desse conceito. Por isso, diremos que no material analisado ela aparece como um conceito multifacetado. Os sub-termos como “problemas econômicos”, “recessão”, “crescimento negativo”, “instabilidade”, etc., em nossa opinião, fazem com que o conceito de crise seja multifacetado, não somente semanticamente possuidor de vários sentidos ou significados, mas também no que diz respeito à pragmática, ou seja, ao uso diferenciado do termo em comunicação e as várias práticas discursivas e sociais que resultam do uso de diferentes termos em suas situações e contextos diferentes.

Tal definição do conceito poderia influenciar em vários níveis o pensamento individual e as atitudes coletivas, ou seja, a visão subjetiva da crise, como aponta Conceição (2009), que logo poderiam mudar junto com as transformações econômicas, sociais e políticas “inscritas” na crise, provocando a sensação de instabilidade ou, pelo menos, oferecendo a impressão de que se trata de uma situação modificada que precisa da adaptação do leitor.

Desse modo, entendemos que a crise foi construída discursivamente, dentro de uma posição subjetiva, a partir dos dados e informações objetivas. Ressaltamos que a mídia transferiu elementos dessa dimensão subjetiva ao conceito da crise financeira, formando, como entendemos em Conceição (idem, p.35), um ambiente de incerteza e pessimismo, elementos que, na visão do autor, são fundamentais para a propagação das crises sistêmicas mundiais. Tanto os governos, com medo do colapso financeiro, e consequentemente, econômico - investindo dinheiro - quanto os cidadãos, com o mesmo medo - retirando o dinheiro dos bancos -, ajudaram na aceleração do desequilíbrio financeiro e econômico. E a mídia, como o órgão intermediário, transmitindo as informações de uma instância social e/ou política para outra, ajudou a agravar a situação. Porém, não concordamos com o argumento de Conceição (idem), de que o despreparo e o não-conhecimento da área da

economia por parte dos jornalistas determinou o papel principal na apresentação subjetiva , pois compreendemos que a inclinação dos jornalistas, de agirem de um modo ou de outro, tem sido influenciada pela ideologia pessoal e editorial de se colocar como ator político, co-criador do espaço público. E nesse pressuposto se vale da análise decorrente de uma construção temporal e conceitual, por meio de ponderações etimológicas, situacionistas, narrativas e discursivas.

5.5 Análise situacional

Depois do levantamento dos vários significados que são atribuídos à crise por outrem, passaremos agora para os exemplos selecionados das revistas. Neles buscaremos entender quais são os sentidos que aparecem e de que modo se forma são apresentados os elementos constitucionais da situação de crise (participantes, momentos, funções, definições etc.) nas revistas em seus diferentes sentidos.

Como na língua em uso podem aparecer várias concepções e elementos de só um conceito, é comum encontrar nesse contato combinações que indiquem modificações, transformações etc., como constata Raffaelli (2007). Não encontramos esses fenômenos nos dicionários, devido à formação e função dos dicionários com a preocupação central de sintetizar o conhecimento a cerca do tema. Por isso, eles oferecem uma fonte rica na qual podemos aprender muito e que nos oferecerá ideias a serem pensadas. Há uma relação tensa entre sentidos, como afirma Fuchs (1982), à medida que, em cada reformulação parafrástica de cada enunciado, acontece a progressão de construção e reconstrução do discurso. No nosso caso, na mesma instância em que se configura a própria imagem que a mídia faz da crise, acontecem as transformações e reformulações do conceito que é modificado e definido pelo discurso.

Segundo Raffaelli (idem), para se construir uma análise discursiva abrangente, é importante a realização de uma análise situacional anterior, ou seja, uma análise linguística de conteúdo, focando os lexemas que aparecem em diferentes situações. Nela serão indicados e interpretados o lugar e a importância dos principais conceitos e o significado das situações em que o conceito de crise é empregado, analisando e apresentando o

conteúdo das enunciações expressas textualmente, como constata Raffaelli (idem), para depois serem analisadas discursivamente. Para a autora croata, esse tipo de análise se estabelece entre uma análise textual-linguística de conteúdo e de discurso, uma vez que está situada entre as três análises – inicialmente textual, com uma interpretação do conteúdo da situação e uma conclusão que limitada por uma análise do discurso.

5.5.1 Definição situacional da crise nas revistas croatas e brasileiras

Neste sub-item traremos alguns exemplos selecionados das revistas que nos ajudarão a diferenciar melhor as diferentes formas de lexicalização que, na definição de Raffaelli (2007), seria uma transposição do lexema para outras situações, ou seja, o conceito da crise nessa visão teria vários sentidos e definições, desdobrando-se no texto.

a) Exemplos das revistas croatas (em ordem cronológica):

1. Os acontecimentos do ano passado resultaram em uma crise política no Brasil e essa crise política quase provocou uma crise econômica.²⁷
2. A crise aguda desse dualismo provocou o aparecimento de uma série de grupos, que criaram ou ressuscitaram ideias sobre como resolver essa crise [...] ²⁸
3. Porém, essa crise econômica agora é mais evidente na instabilidade política.²⁹
4. A crise política e econômica na Croácia, agora está entrando numa nova fase e ainda mais dramática: os EUA e a EU decidiram intervir [...] ³⁰

²⁷ “Ano da crise de dívidas” – autora Slavica Lukic (“Globus” – 05.12.2008).

²⁸ Quem pode movimentar a Croácia (veredicto dos peritos) – autor Jelen Lovric (“Nacional” 13.4.2007).

²⁹ “A economia com medo de falir (a crise continua)” – autor Marko Biocina (“Nacional” 10.05.2008)

³⁰ “A economia com medo de falir (a crise continua)” – autor Marko Biocina (“Nacional” 10.05.2008)

5. [...] o nacionalismo profundamente antieuropeu, permeado pelos restos do fascismo e bolchevismo, a Grande Depressão 1929-1933 estava antecipando a crise e a quebra do capitalismo, estimulando o radicalismo da direita e da esquerda.³¹

6. [...] não é a única maneira de a economia croata superar e resolver com mais rapidez os problemas sociais amontoados, resultado da crise atual.³²

7. [...] os gastos das duas grandes crises bancárias na Croácia desde a sua independência eram de, aproximadamente, 5,5 bilhões de dólares (ou 44 bilhões de kunas).³³

b) Exemplos das revistas brasileiras (em ordem cronológica)

8. Comissão do Senado americano discute o impacto econômico da crise imobiliária.³⁴

9. É muito provável que o país se mostre capaz de vencer essa primeira crise do século XXI.³⁵

10. [...] a questão sobre a credibilidade do sistema ajuda a explicar a crise de confiança da semana passada.³⁶

11. [...] já recuperaram boa parte das perdas que tiveram com a crise mundial.³⁷

12. Passada a fase mais aguda da crise financeira internacional [...] ³⁸

13. [...] reforçando a estratégia do governo Lula desde a explosão da atual crise global, em 2008.³⁹

31 "Previsão negra (Calendário econômico para 2010)" – autor Nikola Jelić ("Globus" 25.12.2009)

32 "Previsão negra (Calendário econômico para 2010)" – autor Nikola Jelić ("Globus" 25.12.2009)

33 "Medidas para a salvação da Croácia" – autor Marko Biocina ("Nacional" 11.5.2010).

34 "A primeira do século" – autor Giuliano Guandalini ("Veja" – 22.7.2007).

35 "A primeira do século" – autor Giuliano Guandalini ("Veja" – 22.7.2007).

36 "A cavalaria salvou o dia" – autor Ronaldo Soares ("Veja" – 24.11.2008).

37 "A cavalaria salvou o dia" – autor Ronaldo Soares ("Veja" – 24.11.2008).

38 "O Brasil e a crise mundial" – autores Giuliano Guandalini, Benedito Sverberi e Cíntia Borsato ("Veja" 4.3.2009).

39 "O vento vai soprar a favor de Dilma?" – autor José Fuchs ("Época" – 1.11.2010).

14. O sistema financeiro dos Estados Unidos implodiu em setembro de 2008, deflagrando a pior crise dos últimos oitenta anos.⁴⁰

Esses exemplos apresentam um espectro de sentidos muito amplo, sendo a crise um conceito multifacetado no qual se incluem vários fenômenos sociais, frequentemente ligados à instabilidade econômica.

Começaremos a abordar os dados acima observados pela colocação lexical dos adjetivos. Se olharmos para a colocação dos adjetivos junto ao lexema crise, torna-se evidente a mistura de termos políticos (exemplos 4, 6, 7), econômicos e bancários (exemplos 1, 4, 5, 8 e 9) e gerais (exemplos 2, 10, 12, 13 e 14). A predominância desses termos (econômica, imobiliária, financeira, política, de confiança) traz à tona a visão de que a crise atual está enraizada principalmente na política econômica ou institucional de que todos dependem. No entanto, ela pode ser manejada por algum indivíduo (no exemplo 13 – presidente Lula), instituição (exemplo 9 – comissão do Senado) ou país (exemplo 3 – Croácia) com a função apropriada para fazer esse tipo de intervenção, o que nos leva à conclusão de que os indivíduos ou atores sociais podem também ser a causa da crise ou sofrer suas consequências.

Dentro do domínio estão os elementos que se referem aos aspectos circunstanciais da crise. Desse modo, ela pode ser grande, aguda, etc., mas, apesar disso, esses complementos nem sempre são exigidos, como no caso do exemplo 3. É importante salientar outros aspectos e sub-domínios do conceito da crise, que trazem outra dimensão para a estrutura conceitual.

Linguisticamente, podemos estabelecer a visão de crise como ponto de partida (exemplos 5, 6 e 9) ou como processo (exemplos 4, 7 e 8). Mesmo se esses dois sub-domínios não parecerem ligados de modo direito à noção de crise, eles são importantíssimos para o entendimento do processo da formação de noção de crise. Neles podemos estudar e talvez entender quais são as causas que motivam certa formação da noção de crise. Assim, falamos dos dois sub-domínios mais presentes no *corpus*, que são a crise como ponto de partida e o processo do desenvolvimento da crise. Entre as referências à crise, como tentaremos evidenciar através dos exemplos salientados nesse exercício

40 “O vento vai soprar a favor de Dilma?” – autor José Fuchs (“Época” – 1.11.2010).

linguístico, incluem-se a noção de causa ou início, desenvolvimento e resultado ou fim que pode ser positivo ou negativo, dependendo das ações que influenciarão o desenrolar da crise. Junto com isso, elas incluem a noção de estado crítico, decisivo, do qual depende a direção (positiva ou negativa da crise).

Os dois sub-domínios são ligados estreitamente, porque não é raro encontrar, ao lado do termo que define crise, como mostramos nos exemplos anteriores, um outro que explique a maneira como a crise se desenvolverá ou como se iniciou, o que é o caso nos seguintes exemplos:

15. Desde que a nova e mais séria crise política começou em Setembro, a economia sofreu o impacto desses acontecimentos, desestabilizando-se também.⁴¹

16. Se nós queremos agir contra a crise atual, devemos entender suas origens e natureza, suas interdependências e relações.⁴²

17. A crise financeira na Ásia não está diminuindo, mas está sendo cada vez mais grave, levando ao colapso do governo japonês, o que podia levar ao colapso do Japão.⁴³

18. Eles pertencem a uma geração que sabe que a crise econômica serviu como a introdução à desintegração completa da Jugoslavia, eles sabem que efeitos uma crise econômica pode causar.⁴⁴

19. [...] defende a regulação do mercado financeiro, mas avisa que crises são inerentes ao capitalismo.⁴⁵

20. A crise eclodiu na segunda-feira passada[...] ⁴⁶

41 “Medidas para a salvação da Croácia” – autor Marko Biocina (“Nacional” 11.05.2010).

42 “Meu plano para 2010 (primeira ministra Jadranka Kosor fala sobre os seus planos para o próximo ano)” – autor Jadranka Kosor (“Globus” 01.01.2010)

43 “Previsão negra (Calendário econômico para 2010)” – autor Nikola Jelić (“Globus” 25.12.2009)

44 Previsão negra (Calendário econômico para 2010)” – autor Nikola Jelić (“Globus” 25.12.2009)

45 “O vento vai soprar a favor de Dilma?” – autor José Fuchs (“Época” – 1.11.2010).

46 “A cavalaria salvou o dia” – autor Ronaldo Soares (“Veja”- 24.11.2008).

21. A crise foi detonada, pelo que se sabe até agora, por uma razão inédita: pelo próprio medo de uma crise.⁴⁷

22. É improvável que uma crise como a que assola o sistema financeiro dos Estados Unidos seja vista no Brasil.⁴⁸

23. A chamada classe C (renda familiar entre 1.115 e 4.807 reais mensais) a maior parte da população brasileira e continua virtualmente imune à crise.⁴⁹

24. As crises, as recessões, a volatilidade são intrínsecas ao funcionamento do capitalismo e da economia de mercado.⁵⁰

Selecionamos esses exemplos do *corpus*, pois neles percebemos que a crise, além de ser definida e caracterizada, foi colocada num contexto temporal. A própria crise, embora tenha essa função frequentemente, não é necessariamente resultado de alguma ação ou algo a ser resolvido (exemplos 15, 16, 19, 22 e 23). Ela é causa de outras transformações ou mudanças, como fica evidente nos exemplos 17 e 18. Ela até pode ser inerente a alguma coisa, ao capitalismo como percebemos nos exemplo 19. Os exemplos indicam para o fato de que, dentro do sub-domínio “temporal” que na nossa definição inclui diferentes aspectos temporais que podem ser classificados como o aspecto de estado ou estável ponto de partida (exemplo 16, 22 e 24), o de ação em decorrência (exemplos 15, 17 e 18), o de ação repetitiva (exemplo 19) ou ação abrupta (exemplo 20 e 21) .

De qualquer modo, a crise como processo precisa codificar linguisticamente os atores ou os objetos que passarão por algum tipo de modificação decorrente da posição instável em que eles se encontram. Pelas definições dos tipos de crise e meios pela qual ela acontece, diferentes atores contribuem para a dinâmica da mudança do sentido da crise, a qual, apesar de ter como base fixa a instabilidade (exemplos 15, 19 ou 24), mostra facilidade em receber ou perder significados, o que a deixa mais suscetível à transformações ou manipulações. Para o jornalista é muito importante, como mostram os

47 A primeira do século – autor Giuliano Guandalini (“Veja” – 22.7.2007).

48 “O Brasil e a crise mundial” – autores Giuliano Guandalini, Benedito Sverberi e Cíntia Borsato (“Veja” -4.3.2009).

49 “O Brasil e a crise mundial” – autores Giuliano Guandalini, Benedito Sverberi e Cíntia Borsato (“Veja” -4.3.2009).

50 “O Brasil e a crise mundial” – autores Giuliano Guandalini, Benedito Sverberi e Cíntia Borsato (“Veja” -4.3.2009).

exemplos, primeiro definir a crise como lhe convém para poder explicar como ela se iniciou e em que resultou para dizer então em que ela se desenvolverá (explicando causas ou propondo soluções, dependendo do momento e da estrutura do artigo).

Nas profissões política e jornalística, encontramos sujeitos cuja fala ou escrita é carregada de valores morais e ideais pessoais, que podem interferir na formação de opinião ou atitude sobre qualquer assunto de cunho social. Portanto, a nosso ver, para os jornalistas e políticos, escrever sobre crise nos periódicos representa um espaço conveniente para apresentar, ao lado de fatos e dados concretos, crenças e opiniões pessoais, aos quais esses dados e fatos podiam servir como afirmação do já concluído e não como base sob a qual se formará certa opinião ou crença.

5.6 Análise da reconstrução discursiva do conceito da crise em “Nacional” e “Globus”

Analisaremos agora os artigos selecionados nas revistas mensais croatas “Globus” e “Nacional” entre o período de 2007 e 2010. De modo qualitativamente diferente, ambas as revistas apresentam diferenças no sentido da construção do conceito da crise econômica atual. Neste capítulo, apresentaremos 6 artigos: duas da revista Nacional e quatro da revista Globus.

Começaremos pelos artigos publicados em 2007. Estes são específicos, pois partem de diferentes pontos de vista ao realizar reconstruções discursivas da crise.

O primeiro artigo a ser analisado foi publicado pela revista Globus no dia 13 de abril de 2007. Ele possui quatro páginas, das quais duas são formatadas como capa: com a manchete em branco – “Quem consegue movimentar a Croácia” (Anexo A), título acima da manchete em vermelho – “Verdicto dos peritos”, o tópico na parte inferior em branco⁵¹, junto ao sub-título – “Análise economia da Globus”. Apresentando ao fundo das duas páginas, uma imagem de escritório com mesa redonda e cadeiras e cinco pessoas em primeiro plano, em posições estáticas, de pé e com uma apresentação textual embaixo

51 “Os peritos econômicos concordam: os programas econômicos apresentados pelos dois partidos mais fortes do país [...], HDZ (Comunidade Democrática Croata – tradução nossa) e SDP (Partido Social-Democrático – tradução nossa), são aspirações interessantes para o futuro, mas nem um, nem outro correspondem à realidade.”

delas. Pela apresentação das cinco pessoas, sujeitos sociais no mundo extralinguístico, podemos perceber que se trata de analistas, peritos econômicos, escolhidos para serem personagens principais do artigo, e nos seus depoimentos o artigo se apoiará. As outras três páginas são divididas em colunas nas quais se encontram as respostas dos analistas às quatro perguntas feitas pela revista e apresentadas na terceira, com um lead de dois parágrafos, duas citações extraídas do corpo⁵² - uma em forma de comentário sobre comportamento do Ljubo Jurčić, primeiro analista econômico do SDP, e a outra em forma de conclusão poetizada e três fotografias: a primeira do mencionado Ljubo Jurčić, a segunda da ministra da Fazenda do governo HDZ Martina Dalić e a terceira do ex primeiro-ministro Ivo Sanader.

Primeiramente, o tema do artigo, definido no título e no lead, são os programas econômicos dos partidos mencionados, sabendo que as eleições seriam realizadas no país no final daquele ano⁵³. Em segundo lugar, a situação econômica era o ponto mais importante para os programas apresentados pelos partidos⁵⁴ e, por fim, a estagnação, ou melhor, a desaceleração econômica definida como algo a ser reconhecido e enfrentado⁵⁵. Os analistas são apresentados em posições convencionalmente usadas na apresentação de políticos ou grandes pensadores - postura firme e séria, braços cruzados ou apoiando a cabeça, uso de roupa social etc. -, convocados pela revista para analisarem os programas econômicos, formando assim uma postura crítica em relação às políticas oficiais, transformando-se em protagonistas do artigo⁵⁶, nomeados como “consagrados” (designando-se a importância somente ao fato de possuírem uma função na sociedade, sem justificativa ou argumentação da sua importância para a área). Sem dúvida, a função e formação deles é importante, mas não até o ponto de serem chamados como consagrados na sociedade.

52 “Ljubo Jurčić precisa chegar a uma situação em que ele não seja somente o dirigente, mas também a uma em que ele possa contar com uma orquestra atrás”, “Como não estamos dispostos de apertar o cinto, espera-nos a venda dos tesouros nacional”.

53 “Os cinco analistas consagrados croatas estão analisando os **programas dos principais partidos políticos do país**, apresentados nas campanhas eleitorais deste ano”.

54 “Ninguém esperava que o debate nacional voltasse tão veementemente **às questões econômicas**”.

55 “Ainda não foi dada a resposta **como conseguir o PIB de 8%**”.

56 O primeiro protagonista é Dražen Kalodera, professor de uma das faculdades de economia e finanças particulares da capital croata; o segundo é Mladen Vedriš, professor catedrático de uma das faculdades de economia públicas; o terceiro é Damir Novotny, analista econômico independente, que trabalha para um consórcio particular, seguido por Guste Santini, também analista econômico independente e, por último, por Željko Lovrinčević, pesquisador de um dos institutos econômicos croatas.

É interessante perceber que dos 5 analistas, somente um é de uma instituição pública, o que não corresponde à realidade croata, pois a maioria das instituições de ensino e pesquisa é do Estado. Também, a maioria dos funcionários públicos, secretários e ministros são formados nessas instituições, atuando igualmente nelas, com um pequena porção de analistas trabalhando em institutos e empresas estrangeiras, financiadas principalmente pelo dinheiro vindo da União Europeia, dos Estados Unidos e do Canadá. Considerando esses fatos, podemos entender melhor as razões pelas quais a revista convidou esses analistas para analisarem e criticarem os programas políticos e econômicos, pois alguém mais próximo ao Estado e suas políticas poderia não ter a mesma visão da revista sobre a situação analisada.

Seguindo a mesma linha de pensamento, podemos perceber que, embora possa parecer que os analistas foram escolhidos para dar uma opinião independente e crítica dos programas econômicos, os depoimentos deles são utilizados para confirmar a tese da revista. Ou seja, quer se mostrar que os programas econômicos não são bons porque “não correspondem à realidade”, procurando diminuir o *ethos* de credibilidade dos partidos, como ficou explicito já na conclusão oferecida no início do artigo, no próprio tópico⁵⁷, logo em baixo da manchete e reforçada pelas afirmações selecionadas dos depoimentos dos analistas e apresentadas embaixo das suas imagens⁵⁸ e pela frase introdutória do lead⁵⁹.

Dois fatos interessantes, que descobrimos ao analisar o aparecimento desses personagens na narrativa e a produção dos jornalistas, foram a frequência com que Damir Novotny aparece como analista independente - no qual o leitor deve confiar e pela qual a revista reforça seu próprio *ethos* de credibilidade - e o formato de artigo – “Os analistas falam”, onde são convocados 4 ou 5 analistas econômicos para analisar o estado da economia, pois assim, acreditamos, as revistas legitimam a sua visão da economia e da crise.

Quanto à posição do locutor no artigo, ele é dividido, dentro da marcação linguística da terceira pessoa do singular, entre o enunciador implícito nas partes

⁵⁷ Vide nota de rodapé 51.

⁵⁸ Dražen Kalodera – “Todos os partidos da história recente croata estão seguindo o mesmo modelo que não está dando resultados”, Mladen Vedriš – “O programa econômico do HDZ poderia ser considerado um pouquinho mais realístico, mas não se deixem enganar”, Damir Novotny – “Tanto no programa do HDZ quanto do SDP encontramos uma listagem de proposições, moções e ideias, mas sem informação como devem ser realizadas”, Guste Santini – “Nós deveríamos crescer 7% ao ano para mantermos o mesmo nível de pobreza”, Željko Lovrinčević – “O HDZ pensa resolver seus problemas, apostando nas integrações ao Oeste Europeu”

⁵⁹ Vide nota de rodapé 53.

interpretativas do texto⁶⁰ e entre o enunciador explícito da primeira pessoa do plural presente nos depoimentos dos analistas econômicos⁶¹. Sendo assim, o ponto de vista assumido neste artigo é, também, dividido entre a narrativa que se posiciona “por detrás” do texto, segundo a classificação de Pouillon (1948), mostrando-se onisciente e capaz de ter uma visão abrangente do assunto, e apresentar uma ótica “com”, na classificação de Pouillon (idem), qual o leitor está lendo os depoimentos. Assim, a revista retém a posição de ser aquela que sumariza, interpreta, apresenta uma visão do mundo ao leitor, que confirma a conclusão oferecida no início do artigo e nos títulos apresentados acima de cada depoimento, servindo como tópicos para os próprios depoimentos⁶². Os depoimentos servem, de fato, como confirmação de que a situação econômica não será resolvida caso o leitor aceite os programas e se junte tanto à opção política da esquerda (representada pelo SDP⁶³) quanto à opção política da direita (representada pelo HDZ⁶⁴), tendo que escolher pela terceira via, que é aquela apresentada pela revista e seus aliados, que por sua vez, está preocupada com os ajustes e aproximações da política econômica croata com a da UE, o que é uma preocupação recorrente em outros números da revista.

Embora os depoimentos fossem apresentados na íntegra, sem comentários e interpretações explícitas dos jornalistas, a inclinação crítica negativa que surge no nível discursivo está inscrita nas perguntas que a revista faz aos analistas, cujas respostas são colocadas como depoimentos. Elas são formadas de um modo a induzir a formação de respostas na direção da pressuposição que todos os programas econômicos dos partidos políticos croatas são mal construídos⁶⁵, pois se trata de uma repetição do passado, um exemplo de uma transição e modernização falha do país, sem possibilidade de melhoramento ou mudanças caso não haja a participação da mídia e dos atores independentes da sociedade, interpretados pela mídia.

As conclusões retiradas dos depoimentos são apresentadas no presente⁶⁶, como comentários gerais, na definição de Benveniste (1991), ao passo que na narrativa dos

60 “**A Globus**, na conversa com os cinco maiores economistas croatas, **tentou responder** as seguintes pergunta [...]”.

61 “O leitor não pode esquecer de que aqui certamente **se trata** de que, **ao tratarmos** os programas economicos, **entraremos** na área da política e programas políticos”.

62 “A política do SDP, no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, está de acordo com as exigências da UE”, “O Governo de Sanader, de fato, não entende a própria política econômica”.

63 SDP (Partido Social-Democrático – tradução nossa).

64 HDZ (Comunidade Democrática Croata – tradução nossa).

65 “Pergunta número 3: será que o debate desta vez incidirá sobre as questões econômicas **ou tudo, como sempre, se desmanchará no ar**.”

66 “As mesmas concepções, os objetivos irreais”, “O modelo de Jurčić está pondo em questão a entrada da Croácia na União Europeia”, “Ainda não foi dada a resposta como conseguir o PIB de 8%”.

depoimentos são misturados os tempos no passado, presente e futuro⁶⁷, percorrendo os três atos de Abramo (2003), expondo fatos, comentando-os e oferecendo soluções para o problema.

No artigo como um todo, porém, não acontece a integração dos três momentos, pois falta o terceiro ato, que é a “autoridade resolve o problema”, o que significa que a revista deteve a possibilidade de elencar mais opiniões e depoimentos para poder legitimar a sua posição. Assim, ela opta por apresentar os problemas de modo mais sensacionalista, respondendo às questões antes de uma apresentação e elaboração mais detalhada da temática. Ela apresenta a fala da sociedade, mas essa sociedade é representada pelos cidadãos mais aptos para discorrerem sobre o assunto, os quais possibilitam a atribuição de características de credibilidade e competência à imagem social, ou seja, ao *ethos* da revista, como instituição na qual o leitor pode confiar.

De fato, a legitimação por autoridade de peritos, como explica Van Leeuwen (2008), parece ser o suficiente para que a revista exponha uma visão subjetiva do assunto. É de tamanha importância entender que a manipulação neste artigo não acontece dentro da narrativa, uma vez que o autor opta por manipular o nível da macroestrutura do próprio artigo, como defende Van Dijk (2006), fragmentando alguns aspectos convenientes dos depoimentos, removendo-os da dinâmica do depoimento original e introduzindo-os no momento de conclusão, ou constatação do já concluído, dentro do ponto de vista “de fora”. Desse modo, o discurso midiático cede, aparentemente, lugar para o discurso científico, analítico de apresentação de dificuldades, suas causas e soluções, para posteriormente retomá-lo e englobá-lo na própria subjetividade, o que deixa a revista na posição de um primeiro-ministro, o qual consulta seus ministros para pôr em ação uma proposta.

No segundo artigo escolhido - “Pobres, tristes e sem preocupação (Anexo B), publicado na Globus no dia 12 de agosto de 2007, com quatro páginas -, é apresentada uma imagem da área de frutas e legumes de um supermercado, sobre a qual está posicionada a manchete “Pobres, tristes e sem preocupação” como título. O tópico está localizado no

67 Se a Croácia **não tivesse ficado** com tantas belezas naturais, o desenvolvimento do turismo, o único ramo da economia funcional, **teria sido** bem mais problemático. Mas o turismo **não pode e não deva resolver** nossos problemas estruturais, **é preciso conceber** novas respostas para essa situação e esses programas dificilmente **farão** isso.

canto direito superior. Abaixo dele encontram-se dois gráficos e abaixo da imagem principal está a fotografia de Siniša Zrinščak, autor de uma pesquisa sobre o padrão de vida croata, colocado-o, dentro da narrativa, na posição do principal personagem do artigo.

Não é mencionado, explicitamente, o termo crise, pois a crise naquele momento este ainda não era um tema atual, ou seja, o conceito ainda não era denominado por essa palavra para abordar os temas correntes como a economia e a situação política, embora houvesse outros termos (semanticamente parecidos) em seu lugar. O jornalista não afirma a existência de crise mas, ao invés disso, aponta de modo indireto para a instabilidade e a privação econômica e social, pois em agosto de 2007 a instabilidade financeira estava no começo, não apresentando efeitos em lugares não-centrais. Todo o artigo é apresentado no tempo verbal presente, por se tratar de um comentário de pesquisas que enfocam o padrão econômico atual da Croácia⁶⁸. Um fato interessante é que a jornalista, no lugar de comentar e interpretar as pesquisas, narra-as empregando o mesmo tempo verbal⁶⁹, o que não condiz com a classificação proposta por em Benveniste (1991), juntando assim a narração, ou seja, a apresentação de informações e dados com a sua interpretação, emitindo opiniões sobre a situação inteira.

Na construção do texto, utiliza-se uma posição do jornalista como pesquisador tanto que a primeira informação posicionada acima do título define o artigo como “pesquisa sobre o standard”. O texto se baseia em uma pesquisa⁷⁰, em um estudo⁷¹ e em um relatório não-nomeado⁷² feito para uma instituição estrangeira europeia, mostrando o foco ideológico tanto do autor do artigo que objetiva ampliar a própria função, fazendo resenhas e interpretações teóricas quanto da revista, uma vez que isso foi aprovado pelo conselho editorial para afirmar que a economia do Estado está passando por um período de instabilidade, acompanhado de problemas estruturais.

O discurso que domina esse texto se baseia na resignificação dos dados que provêm de diferentes fontes para incorporá-los em sua “visão” da situação econômica no país.

68 “Segundo a lista, **podemos concluir** que a Croácia **se encontra** bem abaixo da média da UE”, “Os pobres na Croácia **são** aqueles que ganham menos de 1800, o que **é** uma soma duas vezes menor do que esperado, **se fazemos** a comparação com a média da Inglaterra.”, “Na pesquisa de Zrinščak **consta** que os croatas ricos possuem 5 vezes mais recursos que os pobres, o que **é** praticamente a mesma proporção da UE.”

69 Uma família croata comum **dispõe** de 512 euros, a maioria possui telefone e lavadora de roupa, automóvel e computador [...] Quase um terço das famílias croatas **possui** máquina fotográfica digital, um forno microondas, DVD player [...] 20 % das famílias **possui** ar condicionado instalado, ao passo que 80% dos cidadãos **possui** telefone celular”.

70 Pesquisa da GFK (Comissão econômico financeira) sobre o situação econômica para Setembro de 2009.

71 Estudo do prof. Siniša Zrinščak, Tea Matković e Zoran Šućurac sob o título “Desigualdade, pobreza e privação material dos novos e antigos membros da EU”.

72 Relatório da Organização para a pesquisa econômica e social “Lisbon Council”.

Assim, o personagem principal da narrativa, ou seja, ator social em termos da AD, é o professor Siniša Zrinščak, da Faculdade de Direito da Universidade de Zagreb, especializado na área de assistência social. Ele contou com dois colaboradores que ajudaram na realização da pesquisa. Ao lado dele, aparece um depoimento do presidente da “Associação dos Sindicatos Independentes da Croácia” – Robert Sever, um personagem que aparecerá com frequência em outros artigos da mesma revista, sendo uma fonte importante para sustentar as críticas da revista, visto que Sever sempre se posiciona criticamente as ações do Governo.

Aqui sublinhamos a “visão” do autor, sendo a escolha dele basear o artigo em fontes separadas, cujos dados e informações ele não usa para basear suas ideias, mas para reforçá-las, aproveitando-se dos frasismos e oficialismos⁷³ das autoridades (pesquisas, estudos e relatórios), como os define Abramo (2003), para induzir a aceitação da conclusão dada no lead⁷⁴ de que a Croácia é um país pobre que não conseguirá atingir o padrão de vida dos países da UE. O autor do artigo formula as questões e logo em seguida fornece as respostas às suas próprias colocações, usando os dados pré-selecionados, construindo a imagem negativa da situação econômica a partir das informações que se encontram na manchete do artigo - “Pobres, tristes e sem preocupações”, com o título “Vida luxuosa sem condições” -, para sustentar a primeira premissa, a saber, que o país se encontra em um período de instabilidade e fraqueza e para confirmar o mito de que o povo croata não se preocupa com o futuro e que só vive para o “agora”. Como entendemos em Baudrillard (1991), é preciso estar de acordo que existe uma ameaça e que é preciso ter uma resposta para resolvê-la. Esta possível ameaça é, neste caso, a crise.

No artigo encontramos também cinco subtítulos: “Privação”, “Determinação”, “Sensação”, “Principais necessidades” e “Previsão”, termos que pertencem ao campo semântico do conceito de crise econômica, pelos quais o autor pretende confirmar a afirmação oferecida no título do artigo. Nelas, ele trata do aspecto econômico e emocional, dedicando bastante espaço para o *pathos* ao tentar persuadir o leitor de que o croata está vivendo mal. Ele define os dois aspectos como partes integrantes do padrão croata,

73 “Vida luxuosa sem condições”, “Os croatas vivem para hoje, não pensando no futuro. Eles gostam de viver a vida, e obviamente, não se preocupam com os negativos nas contas”, “Esse assunto ainda merece ser explorado”.

74 “Os croatas **estão devendo** cada vez mais. Um croata assalariado hoje deve aos bancos até 70.724 (*um real vale aproximadamente três kunas* – definição nossa) [...]”, “A Croácia é, na verdade, **um país pobre**. Com essa conclusão concorda também o Siniša Zrinščak, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Zagreb [...]”, “Será que a Croácia conseguirá atingir o padrão econômico dos países da UE? **Os estudiosos não estão muito otimistas**[...]”.

repetindo quais dos aspectos do standard (econômico) não são acessíveis para um croata qualquer⁷⁵ em uma concepção “europeizada” de standard, pois consideramos que as necessidades apresentadas não condizem completamente com o que, culturalmente e historicamente, os croatas vivenciaram. Com isso, a percepção do standard é fundada logicamente, e definido por Hodge e Kress (1988), como uma lista de bens materiais que cada família deve possuir, junto com o poder aquisitivo e/ou saldo positivo⁷⁶ em sua conta corrente e o que é mais importante, na nossa opinião, sempre em comparação com a União Europeia, transpondo os padrões econômicos do Ocidente Europeu à realidade croata.

No artigo, intercalado com o texto, encontram-se 6 gráficos, retirados da pesquisa para a qual não podemos afirmar em que grau é representativa da sociedade croata, uma vez que não foi apresentado o contexto da realização desta pesquisa. Eles são usados de modo fragmentado, com a colocação aleatória que não corresponde à formatação do texto, induzindo o leitor para fazer uma leitura da situação pessoal e geral econômica dentro do período indicado (2000-2007). Desse modo, o autor explicitamente reforça o aspecto temporal da situação econômica, o que é mais um elemento em comum com os outros artigos selecionados que tratam da crise e as suas consequências econômicas.

Conforme a posição do autor, marcada linguisticamente na terceira pessoa do singular, ou seja, está “por detrás” do texto⁷⁷, na definição de Pouillon (1948), inclui-se aparentemente nos depoimentos e opiniões do outro, organizados para confirmar a tese inicial.

Embora não vise a solidarizar-se explicitamente com o leitor e o tema, o autor implicitamente quer “aproximar” o leitor à sua visão da situação econômica do país, pois as opiniões próprias do autor estão misturadas a dados objetivos, exteriores ao autor, livres

75 “Porém, para o padrão de vida é muito importante a, assim chamada, privação material na qual incluímos a família que: **possui automóvel próprio, pode convidar amigos para sair, para jantar ou beber uma vez por mês, possui aquecimento central instalado, pode pagar uma viagem prolongada para praia, pode trocar os móveis antigos, tem ao menos uma refeição com carne ou peixe por dia, tem as condições de comprar roupa[...]**”, “Mas, na categoria da privação material em que incluímos a **arrendamento da casa, ida ao teatro, cinema e jantar**, não podemos nos comparar de modo algum com os britânicos.

76 “O poder aquisitivo (subtítulo) – Quem se considera pobre na Croácia é aquele que ganha menos de 1800 kunas por mês. O limite de pobreza na Inglaterra é duas vezes maior”, “[...]até em 80% das famílias croatas o influxo de dinheiro não é suficiente para pagar as despesas diárias. De acordo com esse dado, o salário mensal deveria ser 40% mais alto para que uma família possa sobreviver. Por isso, não estranha o fato de que 57% dos croatas não tem poupança”, “Porém, na Croácia mais de 33% dos cidadãos se considera pobre, o que é explicado pelo fato de que eles conseguem comprar somente 49% daquilo que o cidadão da UE pode.”

77 “A Globus **revela**”, “A Croácia **está vivendo** mal [...], de fato, a Croácia é um país pobre.”, “[...] com essa afirmação **concorda** Siniša Zrinščak, professor da Faculdade de Direito [...]”. “Na Croácia **existe** uma tendência grande de perceber e indicar desigualdades sociais.”

de uma posição crítica frente aos dados. Desse modo, o autor tanto como a própria revista, nos revelam, através do slogan “Globus revela”, a sua visão da situação econômica e procuram controlar, pelo discurso, os processos de construção de sentido ligados aos conceitos concretos que se encontram dentro do campo de economia: devedor, pobre, privado, desigual etc., com os quais visam a destacar o estado de instabilidade no país sem o uso direto do conceito de crise. É importante salientar o fato de que a Croácia é comparada, simultaneamente, com os países da União Europeia, que servem como parâmetro para as comparações do nível “melhor – pior”, apresentando os elementos faltantes para que a economia croata chegue ao nível dos países da UE, e com os países definidos como “Leste Europeu”, “países pós-comunistas” e “países da região”, remetendo à posição geopolítica da Croácia e aos países com condições econômicas parecidas. Isso mostra a duplicidade do posicionamento do país, como aspirante ao ocidente, mas ainda remanescente do leste, confirmando o hibridismo da posição identitária do discurso.

O processo de construção de sentido dentro do discurso é controlado, como afirmam Hodge e Kress (1985), de fato, pela interação de texto escrito, gráficos e imagens, pois mais de 50% do artigo contém elementos visuais. Isso nos permite afirmar que, quando o jornalista se coloca na posição de pesquisador interpretador, realçando o seu *ethos* de credibilidade pela legitimação de autoridade especialista (pesquisas e pesquisadores), ele aproveita-se desse *logos* científico no nível impessoal, da sociedade, para criar uma situação emocionalmente marcada no nível pessoal⁷⁸.

Assim sendo, podemos concluir que o discurso do artigo está localizado temporalmente dentro do primeiro ato, definido por Abramo (2003), por se dedicar a exposição de “fatos”, mas optando por apresentá-los de um ângulo mais sensacionalista e emocional e menos racional, embora o ponto de vista escolhido seja “por detrás” dos acontecimentos. A presença de um discurso mais sensacionalista também se deve à política editorial que favorece grandes revelações, com notícias exclusivas e inéditas e que o jornalista aproveitou para abordar o “grande” tema que estava por vir.

78 “**Sensação:** a Croácia, junto com outros países pós-comunistas, possui um índice de **sensação de pobreza** alto.”, “Infelizmente, os croatas, se encontram, de fato, no fundo dos fundos quando se trata de standard de vida”, “O croata **não consegue** mudar de roupa a cada ano, o croata **não pode** sair em jantares mais de uma vez em cada 3 meses, o croata **não possui condições** para viajar para o exterior nas férias de verão e inverno, ele simplesmente **não alcança** o padrão de vida do cidadão da Europa”

Já no ano seguinte, em Maio de 2008, percebemos na publicação da revista Nacional uma significativa mudança, no que diz respeito ao posicionamento da revista diante da crise econômica. No artigo de duas páginas (Anexo C), afirma-se na manchete que “A economia está com medo de falir”, introduzindo o tema do artigo pela constatação no título – “A crise continua”, explicitando a ideia no tópico que se encontra logo em baixo da manchete⁷⁹. A primeira imagem, no lado direito do tópico, mostra cinco pessoas, com uma mulher no primeiro plano, apresentando uma pasta com duas folhas e a descrição - “Nancy Pelosi, a presidente do Congresso dos EUA”. A segunda imagem, posicionada acima da manchete, no canto superior esquerdo da primeira página, apresenta um homem em primeiro plano, com a descrição textual em baixo dela – “WOLFGANG RUTTENSTORFER, primeiro homem da OMV austríaca [a maior empresa de distribuição de combustível da Europa Central, presente no mercado croata – N.T]”. A terceira imagem é colocada dentro do mesmo enquadramento que a primeira, separada dela por um espaço contendo um texto com a descrição textual em baixo - “JEFFREY IMMELT, o diretor chefe do General Electric”.

Como podemos perceber pelo título, o conceito de crise em revistas croatas ainda em 2008 não foi delimitado e fixado, pois começava a ficar evidente que a crise financeira dos setores bancário e imobiliário norte-americano era responsável pelo desequilíbrio do sistema mundial, ainda que os sinais de tal desequilíbrio financeiro-econômico estivessem presentes desde 2007. A mídia tinha conhecimento de que o setor financeiro estava em crise, como se afirma no tópico, mas ainda não sabia como denominar essa crise, que já afetava outros setores, e se o desequilíbrio iria ter efeito, por isso do título mais genérico. Analisando as imagens, o contexto em que foram apresentadas no artigo e o texto explicativo incluído no enquadramento das próprias imagens, percebemos que a primeira - central, indica de que se trata de um problema que o Congresso dos EUA deve resolver “com a maior intervenção desde a crise de 1930”. Na segunda imagem notamos a ligação entre a situação econômica e financeira dos EUA e a da Europa Ocidental, constatando que “a situação na Europa está igual” e a terceira imagem, como afirma o autor, está “servindo

79 “Por causa da crise financeira os bancos pararam com a expedição de capital, o que deixou as empresas sem dinheiro e possibilidade de reprogramarem as dívidas”.

como introdução visual ao estudo de “caso”⁸⁰, mais uma vez afirmando a posição central das instituições e empresas dos EUA na formação e transformação da crise financeira em crise econômica. Assim, os protagonistas desse artigo são o Congresso dos EUA, a OMV e a General Electric, o que nos permite concluir que, no caso da crise econômica atual, os protagonistas podem ser tanto pessoas quanto instituições ou empresas, como já afirmamos anteriormente na análise situacional.

Por ser um momento em que a crise ainda era localizada em países e setores isolados da economia, segundo o que foi apresentado no artigo, encontramos três imagens que contextualizam esse momento. Aqui está a razão pela qual escolhemos esse artigo e não outros, uma vez que nele conseguimos ver a reconstrução discursiva efetuada pela revista, de uma crise financeira, que não é o foco principal deste trabalho (embora faça parte), em crise econômica, ou seja, a passagem de um estado para outro.

Como se trata de um artigo que combina três funções do jornalista: informar, ou seja, apresentar os dados sobre a crise financeira e seus desdobramentos; interpretar os dados apresentados e as ações políticas e econômicas para resolver as dificuldades e por fim, opinar sobre os acontecimentos que colocaram a “economia em risco de quebrar” - como foi constatado na primeira frase do lead -, percebemos que são usados simultaneamente os tempos verbais pertencentes ao modo narrativo⁸¹, e os que pertencem ao modo comentado⁸², na definição de Benveniste (1991).

O autor do artigo assume uma posição de polifonia enunciativa, apresentando-se como aquele ao qual é permitido narrar, ou seja, apresentar informações, mas também se encontra na posição de interpretar e comentar, salientando os elementos que considera importantes para a formação de sua visão do assunto. A parte da apresentação dos acontecimentos e dados, ou seja, narrativa é feita na terceira pessoa do singular, quando é apresentado o contexto geral⁸³, e na terceira pessoa do plural⁸⁴, quando se trata de

80 “Para entendermos o quão difícil está no mercado financeiro, será apresentado o caso da General Electric, uma das maiores empresas do mundo”.

81 “Warren Buffett **anunciou** na semana passada que **ia investir** 3 bilhões de dólares na General Electric”, “Os bancários ingleses **foram protestar** contra o plano da Irlanda de garantir para todos os investimentos menores de 250 mil dólares”, “O primeiro ministro da Itália, Silvio Berlusconi, **disse** que seu governo **iria reagir** somente se os bancos italianos **estivessem** em perigo”.

82 “De outro lado, **não se sabe** como os bancos **irão financiar** o projeto de salvação dos bancos”, “Considerando o risco que **existe** no mercado financeiro, aqueles bancos que **continuarão fazendo** empréstimos, **far-nos-ão** com juros maiores”, “As grandes empresas já **devem sentir** a crise da liquidez bancária”.

83 “O congresso norte-americano **decidiu** investir 700 bilhões de dólares para salvar o setor financeiro, mas também a economia inteira”, “Uma das maiores empresas de vendas e distribuição de combustível da Europa anunciou que **assinou** o contrato para a compra da MOL, empresa húngara, **caída** em problemas financeiros.

comentários referentes à posição econômica de diferentes países e empresas. Desse modo, o jornalista se posiciona “de fora”, como explicado em Pouillon (1948), quando está narrando um acontecimento geral, até certo ponto objetivo e “por detrás” quando está comentando, ou seja, destacando alguns exemplos para manter a singularização das ideias⁸⁵. De acordo com Charaudeau (2009), isto possibilita a apresentação do discurso na sua simplicidade, ou seja, é acessível a todos os leitores, sabendo que assim a revista facilita a persuasão do leitor de que a economia realmente está em risco de quebrar. Essa premissa está presente desde a manchete, permeando o texto, manipulando os dados para causar uma sensação de ameaça e instabilidade⁸⁶, ampliando a sensação de crise pelo *pathos*, ou seja, pelas emoções.

A fragmentação da realidade no texto se concretiza em três momentos: na apresentação da situação nos EUA, na UE e, finalmente, na Croácia, dedicando somente uma frase⁸⁷ para afirmar que a situação estava tão grave que os maiores bancos estavam em perigo, ocultando dados pela apresentação de termos vagos e inconsistentes⁸⁸, induzindo o leitor à conclusão de que, essencialmente, todos os países estão na mesma situação instável e derradeira.

Nesse artigo, como nos outros, o mundo ocidental é sempre considerado como principal para a apresentação dos acontecimentos, colocando a Croácia em lugar de passividade. Ao passo que não foram apresentadas “soluções” para a crise financeira e seus possíveis desdobramentos, mas somente “expõem-se” e “comentam-se” dados, permite-nos classificar o artigo entre o primeiro e segundo ato, como concebidos por Abramo (2003). Ou seja, ele se encontra entre a exposição de dados e a sociedade que reage, mas de um modo muito menos preocupado com a própria posição de credibilidade ou competência, pois em nossa opinião, a apresentação de dados ou a narração dos acontecimentos vem

84 “As grandes empresas já **devem sentir** a crise da liquidez bancária”, “Os bancários ingleses **foram protestar** contra o plano da Irlanda de garantir para todos os investimentos menores de 250 mil dólares”, “Assim as empresas mais afetadas pela crise **serão** aquelas que **basearam** o crescimento no endividamento”.

85 “**As grandes empresas** já devem sentir a crise da liquidez bancária. **Uma** das maiores empresas de vendas e distribuição de combustível da Europa anunciou que assinou o contrato para a compra da MOL, empresa húngara, caída em problemas financeiros”, “Para entendermos o quão difícil está **no mercado financeiro**, será apresentado **o caso da General Electric**, uma das maiores empresas do mundo”.

86 “A situação **não é melhor nem** na Europa”, “É justamente por causa disso que **vários** economistas estão com **medo** de essas crises se **espalhar** para outros setores”, “Os ingleses **estão com medo** de os clientes deles saírem dos bancos britânicos para investirem nos bancos **mais seguros** da Irlanda.”

87 “Assim as empresas mais afetadas pela crise **serão** aquelas que **basearam** o crescimento no endividamento [...], pois agora não fica difícil de concluirmos que o aumento de juros vai afetar as **grandes empresas croatas**, como Agrokor, e todas as outras empresas com o mesmo perfil”

88 “Mas o maior problema é que, como **dizem os analistas, muitos dos líderes europeus** não conceberam uma política de solução em comum, assim permitindo que as ações **de um país** influenciem negativamente **outro país**.”

acompanhada de um frasismo ou oficialismo⁸⁹ da revista, invertendo a ordem de pensamento, introduzindo argumentos para confirmar a conclusão e não o inverso. O jornalista não se preocupa em legitimar o texto nas autoridades de perícia - como definido por Van Leeuwen (2008) e verificados nos artigos anteriores -, julgando ser suficiente admitir que a crise já havia chegado e que afetaria também outros setores, uma visão com a qual o leitor precisa se conformar⁹⁰. Isto mostra a posição da própria revista “Nacional” diante da situação econômica: revelar, manipular o leitor para que este acredite na existência de uma crise financeira que eminentemente resultará em uma crise maior, colocando-o em uma posição passiva, visando eliminar a possibilidade de ele agir para manter o seu bom estado, como explica Van Dijk (2002), ainda não afetado pela crise.

No final do mesmo ano (2008) é publicado na revista Globus, em quatro páginas, um artigo intitulado “O cenário negro para 2009” (Anexo D), com o sub-título “A crítica das medidas do Governo por partidos oposicionistas”. Embaixo deste está localizada como manchete “O ano de crise de dívidas”. O tópico é iniciado pelo slogan “A Globus investiga”, seguido pela explicação da origem e da ideia principal do artigo⁹¹, em que consta o intuito de apresentar e interpretar a situação econômica e as medidas tomadas pelo Governo e também investigar as críticas dos dois partidos oposicionistas. Além dos elementos textuais citados, nas primeiras duas páginas aparecem: a imagem de uma reunião do Governo em que estão presentes, em primeiro plano, na extrema direita um ministro⁹², o primeiro ministro Ivo Sanader, Jadranka Kosor⁹³ e na extrema esquerda um

89 “Os analistas dizem que esse problema poderia causar mais mal do que bem. **Na Europa é a mesma coisa**”. “Na quinta feira todos os índices das relevantes bolsas de valores dos EUA ficaram em negativo, e **a opinião geral, entre os conhecedores da situação econômica** dos EUA, é de que os 700 bilhões de dólares não resolverão o problema.

90 “Por outro lado, fica difícil saber como os governos resolverão os problemas. Os que estão sem recursos, endividar-se-ão ainda mais, provocando aumento de juros”, “Assim as empresas mais afetadas pela crise serão aquelas que basearam o crescimento no endividamento. Essas empresas terão dificuldade de conseguir financiar, por meio de créditos, as dívidas ou o crescimento econômico. É justamente por causa disso que vários economistas estão com medo de essa crises se espalhar para outros setores, causando uma crise do produção industrial e empurrar a economia mundial em recessão.

91 “A Globus investiga – como os dois principais partidos oposicionistas, SDP e HNS (Partido Nacional Croata, partido liberal atualmente no poder – N.T.), avaliam o plano do Governo, com o qual se quer enfrentar a crise econômica que está em frente das nossas portas e a dívida internacional enorme que aumenta a cada ano”.

92 Damir Polančec – ex ministro de Economia e Empreendedorismo

93 Vice-presidente do Governo, para se tornar primeira ministra, em Julho de 2009, depois que o Ivo Sanader renunciou do cargo.

membro do setor privado⁹⁴; na página esquerda, três membros de instituições independentes⁹⁵ com a explicação da imagem⁹⁶ no canto inferior esquerdo da própria imagem e um gráfico com os dados básicos sobre a economia⁹⁷, apresentados nas medidas do Governo para o enfrentamento da crise. Na terceira página encontramos duas colunas: a primeira, no canto superior esquerdo, com a estratégia do HDZ para o enfrentamento da crise; e a segunda, no canto inferior direito, com a estratégia do SDP, entre as quais passa o corpo do texto com duas imagens: a maior, localizada no canto superior direito, com as imagens de membros do Governo e a menor, localizada logo embaixo da maior, com a imagem do presidente Radimir Čačić do HNS. Na quarta página estão apresentadas, de modo parecido, duas imagens: a primeira, no canto superior direito, o analista independente Dražen Kalodera e a segunda imagem, no canto inferior direito, o vice-presidente do SDP Ljubo Jurčić.

Podemos perceber que neste artigo, desde o início, a crise é definida como crise econômica, adicionando um sub-item ao campo semântico - “Crise de dívidas”, definido pelos partidos oposicionistas, explicando no lead a história do “reconhecimento” da crise na Croácia⁹⁸. Pela apresentação das imagens e pela dedicação de espaço (dentro das colunas destacadas) aos depoimentos dos dois partidos na oposição - do partido no poder (interpretado pela revista) e do analista independente -, entendemos que são quatro os principais protagonistas.

Ao contrário de outros artigos analisados, os protagonistas representam grupos sociais e políticos diferentes, sobrepondo a denominação partidária para os três políticos e destacando o nome e formação do quarto membro. A revista dedica espaço e oportunidade tanto para os partidos na situação e na oposição quanto para os membros da sociedade

94 Ivica Mudrinić – presidente da T-com, companhia telefonica nacional, atualmente em posse da alemã Deutsche Telekom.

95 Ljubo Jurčić – vice-presidente para economia do SDP, Mladen Vedriš – analista independente do Instituto de Estudos Econômicos, Velim Ribić – o presidente dos Sindicados Independentes Nacionais Croatas.

96 “Novos colaboradores: Sanader está se consultando com pessoas que não estão no Governo, especialmente com os dois membros do Conselho Nacional – Ivica Mudrinić e Željko Lovrinčević.”

97 “37 bilhões de kunas de dívida externa em 2008; a dívida externa atingiu 88 % do PIB; 8,8 bilhões de kunas de dívida externa foram cobrados em 2008; 11,1 bilhões de kunas serão cobrados em 2009; 8,5 bilhões de kunas foram soltos em circulação pelo HNB (Banco Central Croata – grifo nosso); o crescimento planejado para 2009 é de 2%”

98 “A impressão geral é que o primeiro ministro Sanader, pela primeira vez em cinco anos que está na frente do Governo, está mostrando sinais de pânico. No último mês teve que esclarecer, em várias ocasiões, próprios depoimentos, afirmar que foi interpretado e entendido erradamente, e essa semana tento amenizar a afirmação dramática de que fez em uma reunião com os sindicatos, dizendo que o país está “uma banana” (em uma situação derradeira, referindo-se alguns países da America Latina cuja principal produto de exportação são as bananas – N.T.). O primeiro ministro reconheceu, pela primeira vez em Novembro deste ano, a existência da crise econômica, depois de ter ficado ciente da situação derradeira da economia global.”

civil. Pela apresentação da imagem (nas primeiras duas páginas) de uma reunião do Governo com os membros destacados da sociedade, deduzimos que a revista está interessada em proporcionar uma visão equilibrada da situação econômica de 2008, da crise econômica⁹⁹ e das medidas a serem tomadas para resolver a desordem social. O posicionamento assumido nos títulos, sub-títulos e manchete mostram a inclinação de aceitar a opinião dos partidos opositores tanto que a designação do ano de 2009 elaborada pelo SDP e HNS foi selecionada e destacada como principal (Ano de crise de dívidas) e o espaço que deveria ter sido utilizado pelo partido no poder para apresentar a própria visão, foi usado pela revista para sumarizar os planos do Governo.

O uso de marcadores pessoais de nome no corpo do texto, escrito pela própria jornalista, faz com que o leitor se sinta mais próximo dos ministros, presidentes dos partidos ou até do primeiro ministro Sanader, cuja designação política foi eliminada desde o lead do artigo. Nos depoimentos dos quatro protagonistas percebemos que existe uma diferença, no que diz respeito à polifonia enunciativa, como a entende Ducrot (1984), exemplificada pela utilização de marcadores pessoais. O analista independente optou por usar o pronome pessoal “nós”¹⁰⁰, assim incluindo o leitor no ponto de vista “com” o qual ele quer criticar a política econômica da Croácia nos últimos 15 anos; enquanto os dois membros dos partidos opositores preferem manter um distanciamento, utilizando os substantivos que correspondem, narrativamente, ao pronome pessoal ele/ ela¹⁰¹ - conforme a definição de Dal Farra (1978) -, posicionando-se “por detrás” dos acontecimentos, afirmando ter consciência plena da situação. A autora do artigo, ao escrever o corpo/depoimento do HDZ, utiliza o sobrenome pessoal “Sanader” e seu correspondente pronome¹⁰² para comentar as atitudes e posições pessoais do Governo, do HDZ e do seu respectivo líder Ivo Sanader, escondendo-se por meio do ponto de vista “de fora” para manter o nível de objetividade mais alto possível.

99 Reconhecida primeiramente pela comunidade acadêmica, ainda em 2007, para ser posteriormente afirmada pela mídia e finalmente, pela política oficial.

100 “Essa situação, na qual **nos temos** encontrado, não é resultado de uma crise econômica global, mas é o castigo de um descuido da economia nacional nos últimos 15 anos”.

101 “**O Estado** fez ultimamente dois passos importantes, aumento do limite de garantia para poupança de 100 mil para 400 mil kunas e injetou 8,5 bilhões de kunas, pelo HNB, no sistema financeiro” – depoimento do HNS,

“**O Governo** utilizou o caixa do país como se fosse um supermercado, gastando dinheiro público para ganhar pontos políticos” – depoimento do SDP.

102 “O Governo liderado **por Sanader** tenta apresentar as dificuldades atuais como efeitos da crise econômica global”, “As críticas estão vindo também de fora porque ficou evidente que **ele** não consegue movimentar a economia croata”.

É justamente essa manipulação de pontos de vista que diretamente priva o primeiro ministro e seu partido de voz, que confirma o posicionamento subjetivo que favorece os pontos de vista dos partidos opositores, uma vez que o ponto de vista do analista independente está restrito a sua “coluna”, não sendo comentado nem integrado ao corpo do texto. Este não foi o caso com os depoimentos dos outros dois. A persuasão feita pela formação de um ponto de vista singular para apresentar, comentar a crise econômica, visa, de fato, a manipular o leitor a entender a crise somente do ponto de vista escolhido.

A mistura de modalizadores verbais é resultado da escolha da revista, de narrar¹⁰³ os acontecimentos acompanhado-os com comentários, conclusões¹⁰⁴ e depoimentos que servem como legitimação, ou seja, confirmação da autoridade da revista pela autoridade de uma instância política ou civil que concorda com o ponto de vista apresentado no artigo. Assim, podemos concluir que o artigo é, simultaneamente, informativo, interpretativo e opinativo, o que podemos utilizar para concluir que ele é híbrido porque não somente apresenta diferentes informações e opiniões para interpretar e formar uma visão, mas também os integra, reformulando os enunciados neles expostos. Porém, se analisarmos esse artigo com mais cuidado, perceberemos que o que predomina nele é a enunciação de opinião, já que nos próprios elementos introdutórios se afirma que o país está envolto em crise. Desse modo, só resta aproveitar o espaço concedido para persuadir o leitor de que se está em plena crise e que o Governo, embora reconheça, não sabe resolver, de modo a narrar os acontecimentos que levaram o país à crise, para a construção de uma imagem discursiva sustentada nas legitimações personalizadas (dos partidos políticos) e de perícia (do analista independente).

Por se tratar de um artigo escrito no final do ano de 2008, é de se esperar uma recapitulação dos acontecimentos do ano e uma introdução ao ano seguinte. Poderíamos supor que o artigo iria se encaixar nos três momentos de Abramo (2003), o que realmente é o caso, porque foram narrados, ou seja, expostos os fatos vistos como importantes; são apresentados os depoimentos de membros consagrados da sociedade e, no final, foram oferecidas as soluções, incluídas nos próprios depoimentos. Porém, devido à dedicação de

103 “O Sanader **foi conversar** com os líderes dos principais bancos na Croácia para pedir congelamento dos juros e ajuda na estabilização da inflação”, “Por estarmos em crise econômica, o governo do Sanader **decidiu diminuir** a dívida externa, cortando gastos”, “O PIB **foi planejado** dentro de uma perspectiva de 2%[...]”

104 “Difícilmente ele **receberá** uma resposta positiva dos bancos, pois eles também **se encontram** nas mesmas dificuldades”, “Mas como já **se sabe**, cortar gasto e não perder pontos políticos é uma tarefa **difícil**”, “[...] mas nem isso **está seguro** mais.”

espaço narrativo ao outro e a incorporação dessas narrativas no próprio discurso, o artigo é posicionado principalmente no segundo momento em que a “sociedade fala”, como explica Abramo (idem), com a diferença de que essa sociedade que está falando é uma parte da elite política e acadêmica cuja visão da crise econômica é selecionada para ser passada ao leitor.

Por meio do destacamento das informações provindas de um viés político e do ocultamento e inversão de informações provindas do partido no poder, a revista manipula a visão que o leitor poderia construir da crise econômica, inserindo-a naquilo que Conceição (2009) define como momento decisivo. Seu posicionamento como sujeito político-partidário, como explica Abramo (idem), não se deve somente à apresentação do ponto de vista dos partidos opositores, mas também à incorporação da opinião de uma analista independente e da interpretação dos dados estatísticos (simplificados e destacados por meio de um gráfico) dentro do discurso sensacionalista. Aqui, a manipulação, isto é, a ação discursiva (midiática) voltada contra o bem do outro, na definição de Van Dijk (2000), é realizada somente no nível do leitor, como poderíamos esperar se presumirmos que a revista se direciona principalmente para os leitores da revista, ela também está voltada contra o Governo e seus participantes do HDZ.

Aqui trazemos mais um artigo, o quinto, que mostra elementos da produção jornalística dos artigos analisados anteriormente, o que explicaremos posteriormente. O artigo foi publicado no final de dezembro de 2009, na Revista Globus, sob o título “Previsão negra” (Anexo E), debaixo do qual se encontra a manchete “Calendário econômico para 2010”, seguida pelo sub-título “No ano novo com a crise velha”, localizado em baixo dela. A primeira página, elaborada em forma de capa, apresenta um fundo preto vazio sobre o qual está a manchete com letras vermelhas, o título e o sub-título em letra branca. Embaixo da manchete são colocados quatro imagens de quatro homens, que, simultaneamente, representam o lead em que foi colocada a explicação da função e a razão de estarem presentes na revista, nomeando cada ator social¹⁰⁵ e sua função, assim

105 “Vladimir Gligorov – analista independente do Instituto de Economia de Viena, Ljubo Jurčić - economista, Damir Kuštrak – presidente da Associação Croata de Empreendedores e Ivica Mudrinić – presidente da companhia telefônica HT.”

introduzindo seus principais personagens. Na primeira página, está a imagem de um homem olhando para um pacote de leite, ao lado de uma caçamba, o que é considerado como sinal de pobreza na Croácia, com uma explicação no canto superior direito¹⁰⁶. As menções de épocas dos anos representadas pelos meses (março, junho, setembro e dezembro), meses de início e término das quatro estações do ano, debaixo dos quais se localiza o tópico¹⁰⁷. Nas outras duas páginas se encontra uma imagem em que estão os membros do Governo do HDZ (2007-2011), destacando o ministro das Finanças – Drago Popijač e mais três pessoas, debaixo dos quais estão textos representando seus depoimentos.

A crise, como fica evidente em todas as informações apresentadas somente na primeira página (título, sub-título, manchete, lead), é o conceito central em torno do qual é desenvolvido todo o discurso do artigo. Ele é estruturado de modo semelhante ao primeiro artigo analisado, porque usa a polifonia enunciativa de opinião dos quatro peritos da área de economia, no intuito de prever o desdobramento da crise em 2010: isto parece lógico, sabendo que o título do artigo é “O calendário econômico para o ano 2010”, com quatro subtítulos que se referem às quatro estações. A partir dessa estruturação temporal do artigo, podemos afirmar que o conceito de tempo (no futuro – a previsão para 2010, no passado – fundado nos anos anteriores) está inserido no artigo e é, até certa medida, imanente à narrativa midiática sobre a crise econômica. Isso porque são utilizados os tempos verbais do presente e dos futuros simples e composto nos depoimentos que pertencem, na classificação de Benveniste (1991), ao mundo comentado¹⁰⁸; mas, ao contrário da estratégia jornalística de comentar os depoimentos ou os acontecimentos neles apresentados, narrando os fatos nos tempos passados, o jornalista, efetivamente, opta pela interpretação no presente e não pela narração histórica¹⁰⁹.

106 “As maiores vítimas – mais de 50 mil pessoas poderão se encontrar sem emprego, o que dificultará uma iniciativa de diminuição de desemprego”.

107 “Quatro economistas e empreendedores renomados – reunidos para formarem o “think-tank” da Globus – estão analisando quais são as chances de a Croácia, depois de 2009 catastrófico, começar a sair da crise econômica.”

108 “[...]se o Governo **continuar** a luta contra a corrupção e as reformas direcionadas para a estimulação da produção, então os resultados **podem ser esperados** para a segunda metade de 2010”, “O problema **é** que **teremos** que nos endividar no início de 2010, aumentando a dívida por 3 bilhões de kunas”, “**Podemos esperar** uma queda das atividades econômicas ainda nos primeiros quartos do anos”, “Os investimentos no produção industrial dos países menos desenvolvidos se **atrasarão**, pois **terá que ser feita**, primeiramente, uma reconstrução da indústria dos países mais desenvolvidos”.

109 O Jurčić afirma que a Croácia **terá** um influxo de, aproximadamente 7 bilhões de kunas, devido ao sucesso do turismo croata”, “O calendário para 2010 **poderá** ser alterado, como consequência das dificuldades e instabilidades políticas”, “Essa **não é** uma previsão dos catastrofistas econômicos, mas ao contrário, **ela é** uma conclusão realística dos peritos economicos e empreededores”.

Porém, a diferença entre o primeiro artigo e este remete ao fato de que os quatro peritos citados naquele artigo são apresentados como a base a partir da qual a adivinhação será feita no artigo mais recente. Algumas das adivinhações fazem parte da visão do próprio autor, isto é, da revista e outros são resultado do “parafraseamento” feito através da seleção, ocultamento e inversão da fala original dos peritos pelo autor (ABRAMO, 2003)¹¹⁰. O aspecto emocional, ou seja, o *pathos* nesse artigo é bastante salientado, porque nos primeiros dois subtítulos¹¹¹ encontram-se vários conceitos empregados para reforçar a seriedade da situação, ou seja, da crise, descrevendo a situação do seguinte modo: “alarmante”, “uma má previsão”, “o catastrófico 2009”, misturando a “emoção” do espetáculo de grande revelação presente no discurso do autor com a opinião dos peritos, formando um discurso, dito objetivo e imparcial, mas, de fato, indicativo e com tom grave e derradeiro.

O texto tem a forma de previsões para o futuro, sendo escrito no futuro, oferecendo ao Governo diferentes soluções para melhorar a situação do país e objetivando sair da crise. Mas, como se trata de adivinhação ou de uma previsão, no texto estão presentes de modo fragmentado, os elementos dos depoimentos invertidos pelo jornalista, pois quer confirmar o mal estar¹¹² e propõe várias mudanças¹¹³ que são condicionadas pela política do Governo.

Os elementos de significação que contribuem para a estruturação da crise (como uma ameaça com suas causas que precisam ser resolvidas e que deve aceitar as soluções fornecidas pelo autor do artigo) são os seguintes: processo de entrada e saída¹¹⁴, processo de crescimento, auge e declínio¹¹⁵ e processo de recuperação¹¹⁶. Isso significa que a crise,

110 “Essa não é uma previsão dos **catastrofistas econômicos**, mas muito embora, ela é uma conclusão **realística** dos perigos econômicos e empreendedores”, “O endividamento do país está aumentando e vai ultrapassar 43 bilhões de kunas, **o que vai ter um impacto enorme na economia croata, mas o que soa ainda mais alarmante é afirmação de Gligorov** que a Croácia não possui capacidade de produção para iniciar um crescimento”.

111 “**Alarmante**, o débito externo atingirá 45 bilhões de euros e empatará o valor da economia croata inteiro”, “Previsão **Negra** – quatro economistas e empresários – agrupados no “think tank” econômico da GLOBUS – analisam quais são as chances de a Croácia, após a **catastrófico 2009**, começar a sair da crise no ano que vem”.

112 “O ápice da crise: continuação da queda das atividades econômicas e da diminuição do consumo. As medidas para a estimulação da produção do Governo e da Fundação para a Salvação de Empresas, **ainda não vão dar** nenhum resultado”, “O recorde do desemprego: sem emprego **vão ficar** trezentas e vinte mil pessoas. A recuperação suave nos países próximos **ainda não vai ter** influência positiva na Croácia.”

113 “**Possível** início da recuperação: **se** o Governo continuar a luta contra a corrupção e as reformas direcionadas para a estimulação da produção, **então** os resultados podem ser esperados para a segunda metade de 2010. **Se** antes ela fornecer os estímulos para o crescimento da produção, junto com o turismo, isso **poderia** levar a saída da crise.”

114 “**De** uma grande crise **a** uma ainda maior”, “Se antes ela fornecer os estímulos para o crescimento da produção, junto com o turismo, isso poderia levar a **saída** da crise”, “[...] no ano que vem ela precisa terminar as negociações da entrada na UE [...]sem a qual não teria o desenvolvimento necessário para a **saída** da crise.”

115 “O **ápice** da crise: continuação da **queda** das atividades econômicas e da diminuição do consumo”, “Sua estimativa é de que a crise atingirá seu **ápice** justamente no primeiro quarto de 2010”, “**Queda** tradicional de consumo em Janeiro será

isto é, a situação econômica instável é definida dentro de um período determinado, o que se refere ao fato de que a temporalidade é um elemento de grande importância na definição da noção de crise.

O autor do artigo, unindo as quatro diferentes opiniões e suprimindo a diversidade por meio da singularização da ideia, termo definido por Charaudeau (2011), criou um amálgama discursivo que conduz para o estabelecimento de um “eu” simbólico baseado na solidariedade do leitor com o sistema logomático dominante que, de acordo com Hodge e Kress (1985), oferece a sua visão da crise e de uma possível resolução, dentro da singularidade da ideia. Assim, podemos afirmar que o artigo se encontra discursivamente entre o segundo e terceiro ato de Abramo (2003), por apresentar, simultaneamente, as “falas” da sociedade, as opiniões, receios, medos etc. dos principais personagens.

No plano temático do discurso tanto o posicionamento do autor como jornalista no que refere a crise quanto o posicionamento político dele frente à solidarização e diminuição da importância e do poder do Governo, são mais explícitos, deixando o Governo em segundo plano, como agente passivo que precisa se adaptar àquilo que é apresentado no artigo. Neste artigo não é mais o leitor que está sendo manipulado a aceitar uma posição de passividade, como a entendemos em Van Dijk (2006), determinada pela necessidade de aceitar a visão da revista, assim passando-se do nível individual ao nível institucional, colocando o Governo na posição do leitor. É interessante ver que ele está se referindo a si por meio do marcador de terceira pessoa, segundo a definição de Benveniste (1991), no qual são incluídos os termos por meio dos quais ele se direciona ao governo – “O Governo” e “A Croácia”¹¹⁷. Com o apoio dos peritos, a revista quer estabelecer um simbólico “eu” com o Governo, mas de acordo com a intenção e a vontade do autor da revista, legitimando desse modo o discurso pela colocação de autoridades oficiais independentes, autoridades políticas e econômicas. Além disso, o modo opinativo é utilizado para disseminar o ponto de vista “racionalizante”, como o define Van Leeuwen

ainda mais evidente, o que terá repercussões negativas no comércio“, “Mais de cinquenta mil de desempregados em 2009 não será o fim da história do **aumento** de desemprego, concordam os nossos colaboradores.“

116“Por isso, Gligorov adverte que o término da recessão não signifique início da **recuperação** porque faltam as fontes do crescimento da economia na Croácia“, “[...]para o início da **recuperação** faltam as fontes para o crescimento“, “Isso significa que uma **recuperação** suave ou estagnação não se refletirá positivamente para a Croácia”.

117 “**A Croácia** terá que mudar sua posição diante os problemas surgidos em outro lugar [...]”, “[...] se o **Governo** continuar a luta contra a corrupção e as reformas direcionadas para a estimulação da produção[...]”.

(2008), no qual predominam as afirmações gerais, construídas a partir de um senso comum sem argumentação ou com uma argumentação generalizante¹¹⁸.

O sexto artigo a ser analisado aqui foi publicado na revista Globus, no dia 2 de janeiro de 2010, com uma semana de distância do artigo anterior e demonstra um outro lado do posicionamento enunciativo midiático e do processo específico da hibridização discursiva da mídia croata. Publicado em quatro páginas, sob o título “Meu plano para 2010” (Anexo F) com o sub-título “A primeira ministra Jadranka Kosor fala sobre os seus planos para o próximo ano” localizado logo em baixo do título e a manchete “No ano novo vou dar oportunidade a novas pessoas” está posicionada no canto superior do artigo. Debaixo da manchete está o lead em que encontramos um excerto do depoimento da ex-primeira ministra à revista Globus com o título – “Ações e não palavras”, título que não pertence ao depoimento de Kosor. Ao lado esquerdo do corpo do texto, está o tópico¹¹⁹ em que estão localizadas as informações que explicam o intuito de a primeira ministra estar presente no artigo como autora, ou seja, na posição de jornalista residente.

O artigo segue o seguinte formato: no texto estão localizadas duas fotografias, uma menor localizada ao lado esquerdo da manchete com a imagem recortada da cabeça de Jadranka Kosor e outra maior que está no centro, embaixo do lead, deixando um espaço à esquerda e à direita no qual se encontra a parte textual do artigo. Essa fotografia é feita em um “hall” com um grupo de pessoas posicionadas em uma escada, dentre as quais reconhecemos a ex-primeira ministra Jadranka Kosor, de pé, no centro da primeira fileira.

O artigo se diferencia temática e discursivamente dos anteriores por nele dominar a voz de Jadranka Kosor, primeira ministra da Croácia (no período entre Julho de 2009 e Dezembro de 2011), que é ao mesmo tempo co-autora do artigo, estabelecendo uma polifonia de enunciadores. Neste ela assume a função de dois locutores: de Presidente do Governo e de primeira ministra e a revista salienta o fato de ela ser Jadranka Kosor, indivíduo do mundo extralinguístico, ou seja, ator social que é autor do artigo. No que diz

118 “Uma das principais razões pelas quais a onda de otimismo não via ajudar a Croácia, **como já sabemos**, é porque ela não possui uma economia voltada para a exportação”, “**Nem** os investimentos terão efeito”, “**Lógico**, o que ajuda a Croácia é a entrada na UE”.

119 “A primeira ministra Jadranka Koso, exclusivamente para a Globus, está revelando os pontos principais de sua estratégia política e econômica para 2010, e pela primeira vez, está anunciando mudanças na estrutura do Governo”.

respeito às diferentes posições enunciativas, definidas pelos marcadores de pessoa, Jadranka Kosor as define usando a forma eu/nós, apresentando-se por meio de 3 enunciadores: como o líder do país¹²⁰, na função de Presidente do Governo, como líder do partido político que maneja os diferentes sujeitos políticos¹²¹ e como membro comum da sociedade, na função de cidadã croata¹²², o que está visível pelo ponto de vista que ela escolhe ao comunicar suas intenções ao leitor. Como é apresentado pelo autor (jornalista) implícito no artigo num dos subtítulos, o plano dela é a inclusão de todos os cidadãos para que os planos sejam alcançados.

O artigo foi escrito como um depoimento especial para a passagem de ano, estratégia recorrente nas revistas croatas até agora analisadas, no qual a primeira ministra fala de suas intenções e desejos para o ano 2010¹²³. Como já afirmamos, o uso do pronome pessoal eu/nós com os quais ela assume a posição subjetiva do ponto de vista “com”¹²⁴ que percebemos pelo uso do discurso direto (verbos e tempos verbais¹²⁵), evitando a utilização do discurso abstraído da realidade, para assim formar um filtro ideológico dentro do qual ela consegue legitimar as suas ações política - manipulando com o próprio *ethos*, isto é, com sua imagem social, atribuindo a ela outras significações. Assim, constatamos que a intenção de Kosor, nas posições enunciativas de cidadã e de primeira ministra, é oferecer um discurso de “dupla face”, que “falaria” diretamente ao leitor, pedindo-lhe a aceitação do ponto de vista oferecido no artigo, ou seja, da ideologia política dela como primeira ministra¹²⁶. Certamente, é necessário dizer que este artigo não foi destinado somente para os leitores, uma vez que Jadranka Kosor está se dirigindo, de modo resumido, mas explícito, aos que estão na oposição¹²⁷, defendendo a sua posição e para os próprios colegas¹²⁸, demandando solidariedade, o que é de se esperar quando um político recebe autorização de apresentar a sua visão em um meio de comunicação em massa.

120 “Eu já sou primeira ministra e contra a corrupção falo pelos trabalhos feitos, sem hesitação e medo”.

121 “Estou pedindo apoio e trabalho sem falta de todos os colaboradores, sem exceções”.

122 Juntos, como uma sociedade madura, elegemos, há vinte anos, o caminho para a independência, democracia e liberdade.

123 “Meu plano para 2010”.

124 “Com toda a sinceridade, não me considero insubstituível, nem pré-determinada para liderar o país”, “Eu já sou primeira ministra e contra a corrupção falo pelos trabalhos feitos, sem hesitação e medo”.

125 “Na virada deste ano prefiro não ficar só prometendo”, “Não fugirei da responsabilidade e não marginalizarei a os problemas”.

126 “Nesse sentido, estou pedindo vocês para fazermos tudo junto em 2010”.

127 “Existem aqueles que não acreditam que eu o conseguirei, que nós conseguiremos. Eles pensam que conseguem fazê-lo melhor e estão pedindo as eleições fora dos prazos. E esse é o direito democrático deles.”

128 “Estou pedindo apoio e trabalho sem restos de todos os colaboradores, sem exceções”.

Desse modo, a autora explícita do artigo se solidariza com o leitor para estabelecer, através de seu discurso político, próprias as regras logomáticas de acordo com as quais ela exige a compreensão da situação político-econômica da Croácia no ano de 2009 e que será projetada para o próximo ano. Isso reforça a conclusão de que, para a compreensão de qualquer discurso (político, midiático ou literário), é preciso entender o contexto temporal no qual ele se insere e para onde se orienta. O aspecto temporal está presente pelo fato de que a primeira ministra se remete, no texto, aos acontecimentos do ano passado¹²⁹, comentando a atual situação¹³⁰ e projetando suas opiniões e visões para o ano que segue, separando esses momentos em fases¹³¹, processo recorrente nos artigos analisados.

Portanto, nesse artigo a palavra crise não está explicitada, embora existam várias referências ao estado atual da economia ou à necessidade de melhoramento desta no futuro, o que é significativo se entendermos o ocultamento do próprio termo como meio de manipulação das informações a fim de reconstruir um sentido, conforme a visão ideológica. No artigo, são indiretamente afirmados os elementos que compõem a estrutura do conceito da crise, os quais podemos separar nas seguintes classes: mudanças, adaptação, desafios, medo, crescimento e esperança.

A partir desses sub-elementos presentes no discurso de Jadranka Kosor, define-se um processo dentro do qual o leitor irá participar para construir junto “com” uma narrativa da crise o “nós” simbólico com a primeira ministra, consolidando assim um discurso com a função de estabelecer a relação tanto emocional - manipulando com o *pathos* e *ethos* quanto cognitiva – pelo *logos* de proximidade com a ideologia política da autora. Para conseguir o envolvimento emocional do leitor com o locutor Jadranka Kosor, como comentamos, a autora intercala seu discurso entre vários enunciadores (acima mencionadas) que ela afirma possuir. O fato de ela se apresentar como pessoa comum para conseguir esse tipo de envolvimento, explica-se pelo fato de que o processamento psicológico daquilo que nos parece mais próximo, é emocionalmente mais rápido, efetivo e duradouro, como afirmam Eagly e Chaiken (1993).

129“ Enquanto deixamos para trás **o ano mais difícil na nossa história**, depois dos anos da guerra”, “Talvez seria melhor se não ficassemos pensando e **nos culpando pelo ano** de oportunidades econômicas perdidas e da demora da efetivação das reformas para nos adaptarmos às novas circunstâncias globais.”

130 Porém, **a situação que temos hoje em dia**, certamente deve ser mudada, como esperam os cidadãos croatas, pois temos tantas chances perdidas e tantos problemas acumulados para serem resolvidos.

131 “Mas, é justamente por isso que devemos **sair da fase** da adaptação ao padrão europeu que, no sentido jurídico, está praticamente acabada e **entrar à fase** da criação da economia que vai ser mais dinâmica e apta para responder aos mercados antigos já consagrado da Europa Ocidental.”

No entanto, esse artigo, segundo a nossa opinião, apresenta elementos daquilo que Abramo (2003) chama de segundo ato, ou seja, o momento em que a “sociedade fala”, por meio da apresentação de vozes e opiniões do outro, sendo esse outro o próprio leitor que, de fato, é o leitor imaginado por Kosor. Pois no nível da narrativa, inserida principalmente no mundo comentado¹³² de Benveniste (1991) - com a utilização do modo narrativo histórico em momentos de grande suspense da fala¹³³ -, notamos que o conceito de crise é explorado e ampliado pelo discurso populista da primeira ministra Kosor. Assim, Kosor se define como sujeito representativo para a sociedade que, além de ser uma primeira ministra e um líder do partido político, coloca-se também na posição de cidadão comum com opiniões, novas informações, “correções” das desinformações etc. No nível semântico, conotativo, porém, entendemos que o discurso hibridizado entre a política, a cidadania e a liderança de Kosor se posiciona entre o segundo ato, agora mencionado, e o terceiro ato, que Abramo (2003) define como a “autoridade resolve” e isso mostra que não podemos utilizar a classificação de Abramo como se fosse fechada e estanque, uma vez que são assim, praticamente, todos os artigos analisados, pois no nível discursivo proporcionam elementos que pertencem aos dois atos.

Como o discurso não é linear, mas polivalente de significados e justaposição de vozes e enunciadores, às vezes, o autor do texto prefere juntar e mesclar diferentes aspectos do discurso para tentar persuadir o leitor por meio da naturalidade e da veracidade do que foi escrito. Investe-se na legitimação da própria imagem (*ethos*) feita através da combinação de argumentos lógicos (*logos*) ampliando a persuasão com o envolvimento emocional (*pathos*). O artigo de Kosor foi escrito no final de 2009, quando a crise econômica já tinha sido explorada pela mídia internacional e pelos analistas econômicos, financeiros e políticos, visando a entender e a definir a crise como momento crítico para criar questionamentos sobre os acontecimentos futuros. O que restou para a primeira ministra e para a revista, que cedeu o espaço narrativo a seu artigo, era tentar persuadir o leitor, por meio de várias legitimações. Com a legitimação de autoridade, apresentando-a primeira ministra e líder do maior partido da Croácia; legitimação racional, explicando de modo generalizado as políticas do Governo e suas ações e legitimação mito-poética,

132 Porém, a situação que **temos** hoje em dia, certamente **deve ser mudada** [...]”, “**Eu sei** que alguns de vocês **não concordarão** comigo quanto a isso, mas preciso explicar-lhes que a saída da crise **é resultado** de um trabalho em conjunto”.

133 “Como **foi o caso nos tempos mais críticos da história croata**, durante a guerra da Independência [...]”, “Por isso, assim como **foi nos anos noventa quando nos fomos reunir para combater e proteger o país** do agressor [...]”

visando afirmar algumas verdades “obvias” e “necessárias”, também como recorrer as histórias da luta do Bem contra o Mal (referindo-se a Guerra de Independência da Jugoslávia de 1991) procurou explicar e manipular o domínio conceitual no qual estaria inserida a crise (acrescentando novas premissas e informações), legitimação de suas ações e comportamentos e, conseqüentemente, a persuasão do leitor de que as explicações e soluções oferecidas pela primeira ministra estavam certas, induzindo pelo discurso o leitor a acreditar nela e pedindo a solidariedade nos tempos mais críticos da história croata¹³⁴, comparados pela autora com a Grande Depressão¹³⁵.

5.7 Análise da reconstrução discursiva do conceito da crise em “Veja” e “Época”

As revistas brasileiras “Veja” e “Época”, se comparadas com as revistas croatas, mostram similaridades no que diz respeito à importância da colocação dos próprios questionamentos sobre as ações econômicas e políticas, mesmo com diferentes objetivos e formas na estruturação discursiva dos artigos. Apresentam diferenças, como, por exemplo, na “uniformidade” da organização da revista e dos artigos, que a globalização dos meios de comunicação e a monopolização do espaço midiático não conseguiram eliminar, ou seja, não tomaram, completamente, conta da produção midiática.

Iniciaremos a nossa análise pelo artigo intitulado “A primeira do século” (anexo G), estruturado em forma de manchete e publicado na revista “Veja” em agosto de 2007, com 5 páginas escritas e apresentadas pelo jornalista Giuliano Guandalini. Embaixo do título/manchete está localizado o tópico¹³⁶, o qual é seguido por três imagens: a primeira mostra, em primeiro plano, o globo com o Brasil recortado e saindo da esfera terrestre, com a explicação em baixo – “O Brasil mais forte”, indicando a diferença entre a situação no Brasil e no mundo; no canto direito superior da segunda página encontramos uma

134 “Como foi o caso nos tempos mais críticos da história croata, durante a guerra da Independência, peço que se juntem a mim para construirmos uma Croácia sem corrupção, sem medo e hesitação.”

135 Por isso, estou vós relembrando daquilo que Franklin Roosevelt disse aos cidadãos norte-americanos **durante a Grande Depressão** [...].

136 “Ao pulverizarem riscos e ampliarem as fronteiras da economia, as inovações financeiras criaram um tipo novo de crise global.”

imagem dividida em duas partes – casas grandes à esquerda e bolsa de valores à direita com o título – “O Metabolismo do Medo” e a explicação que segue embaixo do título; debaixo da segunda imagem e seu texto estão localizadas imagens de cinco homens¹³⁷. Na página dois se encontra uma imagem de uma fábrica com o título – “O impacto na economia brasileira”, debaixo da qual, de novo, encontramos imagens de mais cinco homens¹³⁸ que representam os personagens principais, cuja fala serve como sustentação da opinião da revista. A terceira página mostra um quadro com cinco homens apontando para um quadro branco cheio de dígitos e letras com um painel ao lado direito, já na página quatro, na qual estão apresentados números e formas gráficas que parecem ser de uma língua asiática (mais precisamente de Hong Kong, como consta na coluna ao lado). As imagens estão acompanhadas por descrições textuais¹³⁹ sob o título “Só um mercado”, o que é caso de outras duas imagens, que mostram um grupo de pessoas ao lado do mapa dos EUA e uma casa com poste, acompanhadas por uma descrição/explicação textual¹⁴⁰. O corpo do texto é apresentado em três partes, sendo que as duas primeiras são divididas pelas últimas duas imagens mencionadas, com a terceira parte localizada após o corpo principal, colocada em uma tabela definida como dicionário da crise ainda na página número três.

Os principais protagonistas deste artigo, ao lado dos analistas chamados para opinar são a crise financeira e os EUA - sabendo que se trata de um artigo escrito em 2007, quando se percebeu que a crise estava saindo dos confins da sua origem para se espalhar para o mundo -, e de outro lado o Brasil, como país que está ameaçado pela crise, mas que possui condições, na visão do jornalista, de superá-la. Como podemos perceber pelo próprio título e tópico do artigo, o jornalista afirma que a crise financeira provocou uma nova crise, tentando imediatamente definir quem é o culpado pela instabilidade e pela recessão econômica ocorrida após o desmoronamento de alguns centros financeiros norte-americanos no início de verão de 2007¹⁴¹.

137 “Mailson da Nóbrega – Ex –ministro da Fazanda, Sergio Vale – MB Associados, Alexandre Schwartzman – ABN Amiro, ex – diretor do BC, Armínio Fraga – ex-presidente do Banco central, Joel Bogdanski – economista do Itau”.

138 “Carlos Langoni – Diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, Fabio Giambiagi – IPEA, Darwin Dib – Unibanco, Kenneth Rogoff – ex – economista do FMI, Nouriel Roubini – Universidade de Nova York”.

139 “Não há mais ciclos financeiros localizados. A turbulência que começou nos Estados Unidos contaminou bolsas tão distantes e assimétricas quanto a de Bagdá (acima), no Iraque, e a de Hong Kong, na China (à dir.)”

140 LAR, AMARGO LAR Comissão do Senado americano (acima) discute o impacto econômico da crise imobiliária; imóveis foram financiados para quem não tinha renda, emprego nem bens

141 “Ao pulverizarem riscos e ampliarem as fronteiras da economia, **as inovações financeiras criaram um tipo novo de crise global**”.

Assim, para o jornalista são as inovações financeiras que causaram a instabilidade no setor financeiro, mas por causa da interconexão das economias (afirmada na explicação da primeira imagem – “Só um mercado”), resultado da globalização e ampliação de mercados, foram abolidas, de certo modo, as fronteiras da economia mundial, causando um funcionamento irregular financeiro, ilustrado por meio de uma metáfora visual¹⁴². Porém, ele apresenta a sua opinião sustentada por alguns dados, sem explicar quais seriam as inovações financeiras e qual seria, especificamente, a nova crise recém instaurada. Podemos entender que o autor já toma uma posição de que a crise é um problema financeiro, e que, em sua opinião, afetará primeiramente as grandes potências¹⁴³, constatando no final que essa crise não “quebrará” a economia brasileira¹⁴⁴. Essa afirmação está presente desde o início, junto com o ponto de vista otimista, no que diz respeito aos possíveis desdobramentos da crise¹⁴⁵, assim continuando a procura de razões e argumentos para confirmar que o Brasil estava bem, uma visão da crise econômica que, nas revistas croatas analisadas, nem no início do surgimento de primeiros sinais de instabilidade era o caso.

Ele se coloca enuncivamente - como percebemos pelo uso de marcadores pessoais, principalmente por aqueles correspondentes a “ele”, como um enunciador impessoal, dentro de um discurso impessoal¹⁴⁶, na definição de Benveniste (1991) -, integrando-se na narrativa “por detrás” dos acontecimentos. Também, notamos certa polifonia enunciativa quando o autor realiza uma imersão em uma posição mais “com”, ao incluir a voz do outro¹⁴⁷, com o qual se identifica.

O ponto de vista, definido pelos modos narrados¹⁴⁸, explicitado pelo uso dos tempos no passado e comentado¹⁴⁹ através dos tempos do presente e futuro, com a preferência

142 “Ninguém sabe ainda a extensão das perdas nem quanto tempo será necessário **para varrer essa bagunça para fora do sistema financeiro**”.

143 “[...] despejaram 350 bilhões de dólares nos **mercados americano, europeu e japonês**”.

144 “O país **não vai quebrar**”.

145 “**A boa notícia** é que a expiação dos pecados imobiliários americanos ocorre **no melhor momento possível**. A economia mundial poderá até sofrer alguma desaceleração, mas **nem os mais pessimistas vêem no horizonte uma recessão em escala global**”, “**Os países emergentes**, de maneira geral, tiraram lições das crises passadas e têm hoje finanças bastante mais sólidas”.

146 “Há duas semanas, **a economia mundial** atravessava um dos períodos de maior prosperidade nos últimos trinta anos: as empresas nunca lucraram tanto, **a China** crescia a 10% ao ano, **o Brasil** exportava matéria-prima em volumes e preços recordes”, “O balanço da crise para **o Brasil**, até agora, é um copo meio cheio e meio vazio. **O país não vai quebrar**”.

147 [...] o professor de Harvard **Ricardo Hausmann**, em entrevista ao Wall Street Journal: “Nos tempos de vacas gordas, todos parecem gênios. **Mas eu** atribuiria 80% da melhora vista nos emergentes aos preços elevados das commodities e ao rápido crescimento da economia mundial”, “Neste momento, não seria saudável se todos saíssem ilesos”, afirma o economista **Fabio Giambiagi** (...)”.

148 “Alguns fundos de investimento **foram** à lona, e grandes investidores **perderam** muito dinheiro”, “Ao contrário do que se **previa**, a crise **começou** sem que **houvesse** uma onda de inadimplência”.

pelos comentários pessoais informais¹⁵⁰, situa-se no campo de legitimação mítico-poético, como visto na definição de Van Leeuwen (2008), por descrever, ou seja, legitimar a sua visão dos acontecimentos de modo poetizado, como se fosse um evento muito distante na história e longe da realidade brasileira, um passado sem referências e especificações¹⁵¹. O resultado desse procedimento foi uma apresentação que tanto no campo do *logos*, isto é, do racional quanto no *pathos*, isto é, do emocional do próprio autor, mostra seu posicionamento como jornalista (que trabalha para uma revista) e indivíduo (que entende o mundo e os acontecimentos de um modo particular e pessoal). Como consequência desses posicionamentos do locutor (como indivíduo no mundo extra-linguístico e como jornalista no mundo profissional), o autor do artigo visou trocar as informações pela opinião sobre as mesmas, reconstruindo discursivamente, por meio de modalizadores (poderá até) e advérbios (mas, nem), a crise como se fosse uma situação passageira, longínqua e sem a possibilidade de expansão¹⁵², deixando o texto em uma posição de heterogeneidade enunciativa que resultou em um hibridismo na estruturação do próprio texto como informativo e opinativo.

Ele utiliza generalizações e menciona autoridades não-nomeadas, apontadas como uma absoluta maioria, oficializando sua visão da crise (ABRAMO, 2003). Assim, ele tenta tranquilizar seu público leitor¹⁵³, induzindo-o até a conclusão do artigo, que posiciona o país numa situação crítica de decisão, a qual as elites políticas e jurídicas, responsáveis pelo cidadão comum deveriam responder “lançando-se com corpo e alma”, segundo o parágrafo final¹⁵⁴. É interessante perceber que depois da tentativa da tranquilização, o jornalista apresenta um texto definido como “dicionário da crise”, com o objetivo de “facilitar” o entendimento dos termos e ideias usados no artigo, o que deveria facilitar a

149 A boa notícia é que a expiação dos pecados imobiliários americanos **ocorre** no melhor momento possível. A economia mundial **poderá** até **sofrer** alguma desaceleração, mas nem os mais pessimistas **vêm** no horizonte uma recessão em escala global.

150 “[...] ação foi suficiente para estancar o pânico. **Ao menos por enquanto**”, “O balanço da crise para o Brasil, até agora, é **um copo meio cheio e meio vazio. O país não vai quebrar**”.

151 “Há duas semanas, a economia mundial atravessava **um dos períodos** de maior prosperidade nos últimos trinta anos [...] **um pânico de origem incerta e difusa** dominou os agentes financeiros[...] a ação foi suficiente para estancar o pânico. Ao menos por enquanto.”

152 “A economia mundial **poderá** até **sofrer alguma desaceleração**, mas nem os mais pessimistas **vêm** no horizonte uma recessão em escala global”.

153 “[...] por outro lado, é **praticamente nula a possibilidade** de o mundo voltar a surfar alegremente na maior onda de liquidez financeira de que se tem notícia. **O pior cenário seria o de uma forte desaceleração** mundial [...] **Os países emergentes, de maneira geral, tiraram lições** das crises passadas e têm hoje finanças bastante mais sólidas.”

154 “Os **próximos dias serão decisivos para saber se o Brasil está preparado** para caminhar com as próprias pernas. É muito provável que o país se mostre capaz de vencer essa primeira crise do século XXI. **Para espantar as que inevitavelmente virão, será preciso que o Executivo, o Legislativo e a iniciativa privada se lancem de corpo e alma** na tarefa de fazer as reformas que, de tão óbvias, só precisam sair do papel.”

leitura e, ao mesmo momento, atualizar o leitor, oferecendo conhecimento na forma de verbetes de dicionário elaborados pelo próprio jornalista, dada a falta de referências. Essa facilitação ou atualização: a modernização do leitor, como afirma Barzotto¹⁵⁵, será um método recorrente em revistas brasileiras, como percebemos na análise, pois ajudam na tranquilização do leitor em tempos de incerteza e instabilidade.

A conclusão nesse artigo é pequena e pouco elaborada, em comparação com os artigos posteriores, mas cumpre o terceiro ato, como definido em Abramo (2003), para completar o processo indutivo desenvolvido no texto, resumindo-se em uma página. Ela não contribui discursivamente, em nossa opinião, para a força persuasiva do artigo, uma vez que tanto os pesquisadores e analistas quanto a mídia, não tinham uma elaboração suficiente da crise e armazenado informações acerca dela. A construção da crise estava temporalmente ainda no início, ou melhor, no primeiro ato, segundo Abramo (2003). E ele foi construído no discurso do jornalista pela manipulação de mão dupla. Primeiro com a ocultação, como a define Abramo (idem), de informações pertinentes (no que diz respeito às inversões das suas causas da crise etc.) para formar uma postura, um ponto de vista mais equilibrado que não ia aderir ao posicionamento ideológico do jornalista de que o Brasil, ao contrário de tudo que aconteceu no passado, estava preparado para superar a crise. Segundo, com a fragmentação de fatos e de opiniões de outros na própria narrativa, como já afirmamos. E terceiro, com a inversão das opiniões e informações, salientando, com grande predominância, as opiniões pessoais para depois confirmá-las com outras informações obtidas de autoridades de especialidades¹⁵⁶.

O segundo artigo analisado - “a Cavalaria Salvou o Dia” (anexo H), publicado em setembro de 2008 na revista Veja da autoria de Ronaldo Soares, apresenta cinco páginas. A estrutura é parecida com a anterior, com relação à forma, pois temos o título que serve ao mesmo tempo como manchete, debaixo do qual está o tópico. De novo, a primeira imagem

155 “Assim, a própria modernidade é marcada por uma certa instabilidade, uma vez que a todo momento surgem novos símbolos de modernidade que põem em risco tudo o que a representava antes. Os objetos que circulam nesse tempo estão em constante risco de se tornarem obsoletos, assim como as pessoas que devem se servir deles” (1998, p.9).

156 “O problema é que, ao dissiparem os riscos, esses mecanismos também aceleram e aumentam o alcance das fases de turbulência. “A consequência é a rápida transmissão internacional de qualquer problema de inadimplência. Isso explica o processo de multiplicação de perdas, muito além dos Estados Unidos”, diz Carlos Langoni [...]”.

está localizada nas primeiras duas páginas, recobrando a página dois inteira, abaixo do tópico e acima do lead, visualiza-se o ex-presidente George Bush e o presidente do Tesouro americano Henry Paulson, montando dois cavalos, seguida pela descrição textual¹⁵⁷, enquanto na página três temos uma imagem de um bolha de sabão com vários globos posicionados dentro dela que representam o setor financeiro e a produção real (o PIB) com o título – “O planeta finanças, o gigante gasoso...”. Na página quatro se encontra uma imagem em forma de gráfico com bombas de encher representando como explica o título – “A composição de ativos financeiros” e a última imagem está localizada no lado direito inferior apresentando uma mulher, abaixo da qual está a descrição¹⁵⁸. O corpo do texto está acompanhado, de modo semelhante ao artigo anterior, com a apresentação de um texto, nomeado “Depois da farra”, destacado pela cor azul e linhas que o separam do corpo principal.

Como notamos, a imagem introdutória serve para ampliar a importância e acrescentar uma narrativa visual na qual os dois principais personagens do artigo George Bush e Henry Paulson são definidos com “a cavalaria” que salvou o mundo inteiro, como foi afirmado no tópico e na descrição da imagem.

Também, ao lermos o início do lead¹⁵⁹, vemos que este artigo se situa, de modo similar ao artigo anterior, podemos afirmar que ele se encontra no campo de histórias e mitos. A narração apresentada, com a utilização de tempos verbais que pertencem ao mundo comentado¹⁶⁰, seguindo a definição de Benveniste (1991), parece proporcionar maior liberdade na recontextualização das informações sobre a crise e na legitimação da sua versão do acontecido, pois, assim como as histórias das telenovelas são inventadas, as informações e fatos apresentados pelo jornalista também não precisam ser completamente verdadeiros. Um discurso que usa elementos culturais como a narrativa de uma telenovela, assume que desse modo ficaria mais próximo ao leitor, ou pelo menos facilitaria o entendimento do ponto de vista dele e diminuiria uma resistência emocional/cognitiva da

157 “ORDEM DE ATACAR Bush e Paulson (na montagem) usaram a riqueza e a força para impedir o desastre. Vão cobrar caro por isso”.

158 “DESFILÉ NA ÍNDIA - A modernização dos países emergentes, o crescimento elevado da China e até a criação de uma nova classe média no Brasil se devem à bolha que estourou.”

159 “Se as novelas de televisão são sempre histórias sobre ricos com problemas que o dinheiro não resolve, a maior crise dos mercados financeiros do século XXI é uma história sobre ricos e pobres com problemas que o dinheiro resolve – pelo menos em parte.”

160 “Se um banco **tem** capacidade de devolver cada dólar a cada um dos investidores de uma só vez, ele **tem** 100% de liquidez”, “Com o mundo **salvo** pela ação do governo americano, **tem-se** folga para calcular quanto **vai custar** a operação “desintoxicação” do sistema, **imaginar** como ele **vai funcionar** daqui para a frente e **refletir** sobre que efeitos positivos no mundo real teve a farra financeira”.

realidade proporcionada por meio desse discurso. Ele aposta que a imagem passada ao leitor seja uma com a qual o outro poderia se identificar. Assim, o *ethos* de identificação, possibilitado por uma narrativa mais livre, simples e linear, teria o efeito de facilitar a compreensão da crise econômica por parte do leitor, para o qual se pressupõe que não esteja familiarizado com o assunto.

Além da exclusão do lexema crise do título e do posicionamento do autor como aderente à resolução feita pelas elites políticas norte-americanas¹⁶¹, verificamos a continuação da integração de elementos emocionais por parte do autor, dando, novamente, mais relevo às suas impressões e opiniões (pânico, terror, salvamento, ansiedade), em vez de se focar nas informações ou na argumentação das mesmas¹⁶². Os dois atores sociais, presentes na narrativa com personagens, são apresentados como o cavaleiro e seu escudeiro, atribuindo a eles um *ethos* de competência – eles sabem, podem e fazem, pois comandam a maior intervenção da história do capitalismo, salvam o dia, o sistema e os nossos bolsos, ou seja, interferem em todas as áreas da vida de uma sociedade e seus membros¹⁶³. A preocupação de seguir com a “telenovelização”¹⁶⁴ dos acontecimentos relacionados à crise econômica e sua precedente crise financeira nos mostra que o autor do artigo se preocupa mais com a forma do texto do que com o conteúdo¹⁶⁵, escolhendo e inserindo falas de outros autores a fim de causar um maior impacto emocional dentro da narrativa do texto, sem a apresentação da fala dos sujeitos na íntegra, interpretando-a livremente, fragmentando os elementos destacados¹⁶⁶. Como em uma telenovela, existem momentos “relâmpago” e a mudança rápida de cenas, em uma telenovela jornalística chamada “Crise econômica” faz-se a narrativa mais rápida e divertida, com o intuito de passar uma imagem de que os setores responsáveis pelo surgimento da crise possibilitaram

161 “O mundo financeiro parecia derreter na semana passada quando **George W. Bush e seu secretário do Tesouro, Henry Paulson**, comandaram a maior intervenção da história do capitalismo. **Salvaram o dia, o sistema e nossos bolsos.**”

162 “**O pânico virou terror** quando a **operação de salvamento** pelo governo americano da maior seguradora do mundo, a AIG, teve o efeito de aumentar ainda mais a já ebulliente ansiedade geral.”

163 Vide a nota 161.

164 “**A novela continua. Seu final** depende de que os investidores também voltem a acreditar no sistema a longo prazo”.

165 “No meio da semana parecia que o mundo financeiro havia perdido a consistência interna e, **sem as leis universais que o mantinham coeso, ameaçava derreter** [...] A promessa de mais dinheiro, **o soar do clarim e o tremular da bandeira transformaram o pânico em euforia**, e a semana terminou com as bolsas em altas histéricas em todo o mundo. O sistema voltou a acreditar em si mesmo. **O capitalismo está salvo. Fim do primeiro capítulo.**”

166 “**Henry Paulson**, secretário do Tesouro americano, **anunciou que os Estados Unidos estavam dispostos a “gastar centenas de bilhões de dólares” para “desintoxicar” os bancos** com dívidas podres em seus balanços.”

um melhoramento considerável para o Brasil¹⁶⁷, ajudando na reconstrução discursiva da crise no rumo de uma visão otimista.

Pelo objetivo de construir um ponto de vista otimista e descontraído da crise, o jornalista se posiciona enunciativamente em uma narrativa “por detrás” dos acontecimentos e dados, retendo o privilégio de opinar sobre tudo o que foi dito, como um comentarista onisciente que não “leva a sério” um assunto tão grave como a crise econômica, embora a critique¹⁶⁸.

Em sua exteriorização textual, o discurso mantém a estruturação em três atos, seguindo formalmente ideia da metáfora da (tele) novela¹⁶⁹. Inicia-se com a descrição mítico-poética do momento em que a crise se instaura, para depois acrescentar informações por meio de frasis¹⁷⁰, inserindo frases selecionadas de outras fontes e oficialismos¹⁷¹. É visível o nível de “liberdade poética” presente na escrita do artigo, com o qual o autor busca uma autolegitimação no nível mítico-poético do discurso, como definido em Van Leeuwen (2008), o que não condiz com os pressupostos do “jornalismo em ação”, que Abramo (2003) propõe. Semelhante ao primeiro artigo, o autor conclui a encenação com o terceiro ato, em um desfecho apropriado a um conto de fadas¹⁷², sem oferecer informações ao leitor para que este possa, a partir dessas informações, fazer sua própria projeção do futuro porque, embora tudo pareça negativo, é só um capítulo de uma telenovela. Também para esse propósito, foi adicionada uma parte do ensaio livro “Dinheiro, ganância, tecnologia” de Norman Gall, que “sugere quatro ajustes para evitar que os mercados produzam novas bolhas de irracionalidade financeira” como constata o jornalista.

Esses quatro ajustes¹⁷³ são explicados em forma de perguntas para as quais não sabemos se foram elaboradas no ensaio ou se foram elaboradas pela própria revista, visto

167 “**Graças ao sistema financeiro**, quase meia centena de **países antes estagnados hoje cresce** a taxas de 7% ou mais por ano.”

168 Assim, um título da dívida assinado por um comprador de casa honesto e com bom salário passou a ter o mesmo valor (ou quase, para sermos exatos) de um título de um **comprador deliciosamente apelidado de Ninja** (no income, no job, no assets), alguém sem salário, sem emprego e sem patrimônio.

169 “O sistema voltou a acreditar em si mesmo. O capitalismo está salvo. Fim do primeiro capítulo. A telenovela continua”.

170 **O pulo-do-gato, que caiu de costas na semana passada, foi misturar em um mesmo pacote** dívidas podres”, ou incobráveis, com dívidas contraídas por pessoas com vontade e capacidade de honrá-las[...].

171 “**Não por acaso, a expressão usada pelo secretário Henry Paulson foi "desintoxicar"** os balanços dos bancos de modo a identificar as dívidas podres”.

172 “Quem vai pagar? O contribuinte americano. Mas boa parte disso será recuperada pelo Tesouro americano no mercado – e, a se fiar em operações salvadoras anteriores, com lucro. Finalmente, como vai funcionar o sistema daqui para a frente? Será menor, sem dúvida. No começo, com mais cautela e mais regulação. Depois, ninguém sabe.”

173 “Qual é o papel dos governos nessa crise?”, “E as taxas de câmbio?”, “Como regular o mercado financeiro?”, “O que os governos dos países afetados pela crise devem fazer?”

que faltam as devidas referências. Esse acréscimo colocado no final do artigo é deixado como opcional para a leitura, mas mesmo assim percebemos uma tomada de atitude por parte da revista, no que diz respeito a relação da revista como sujeito político-partidário” com a política. Os quatro ajustes são definidos como sugestões e/ou soluções para os países que foram afetados pela crise, o que não está se referindo à situação brasileira diretamente, uma vez que o corpo do artigo discutiu um outro assunto - tanto que a indicação desse livro parece ser de um outro momento ou até país (por se tratar de um livro dos EUA). Não obstante, seguindo a afirmação de Fairclough (2001) de que um texto que sempre pressupõe um “dito” significa que deve existir um “não dito”, acreditamos que esta sugestão de leitura esteja direcionada para o leitor que “quer saber mais” e para que o político tome consciência de que a revista possui referências de autoridade de qualidade, o que entendemos como um posicionamento político.

Assim, como conclusão, trataremos do posicionamento heterogêneo do jornalista e do hibridismo do discurso dele, trazemos à tona a descrição da última imagem¹⁷⁴, a qual, de fato, é apresentada como explicação relacionada com a causa do início da crise. Ainda que apresentasse um discurso otimista, descontraído da crise, o jornalista também se propõe a tratar criticamente a crise (ainda) financeira, e nesses momentos raros, ele aponta para certos grupos sociais e econômicos como responsáveis pelo “estouro da bolha”, mais precisamente, aponta para a nova classe média. Desse modo percebemos que, o autor do artigo, mesmo ocultando e disfarçando dentro de formato de legenda/descrição de imagem a sua opinião, pois não apresentou dados nem informações necessárias para argumentar tal conclusão, ele, sem dúvida, define um dos culpados (modernização dos países emergentes e nova classe média).

O terceiro artigo a ser analisado aqui, publicado sob o título “2008: ano de crise, investment grade e grandes fusões” (anexo I), da revista Época, sem indicação de autoria e com duas páginas de texto, segue o mesmo padrão de estruturação jornalística dos dois artigos anteriormente analisados, como entendida por Van Dijk (2005). A manchete do

174 “DESFILE NA ÍNDIA - A modernização dos países emergentes, o crescimento elevado da China e até a criação de uma nova classe média no Brasil se devem à bolha que estourou.”

artigo é, simultaneamente, o título do artigo, seguido por uma imagem, localizada em baixo dele, que mostra um grupo de pessoas sentadas em volta de uma mesa em uma sala grande, a qual parece ser uma sala de conferência, debaixo da qual está o tópico¹⁷⁵, seguido pelo parágrafo do lead. O próprio corpo do artigo é dividido em três capítulos – “Nem só glórias”, “Fusões e aquisições”, “Liquidez em meio à crise”.

O tema do artigo é, segundo a manchete e o lead, a recapitulação do ano de 2008, focando a situação brasileira. Na primeira frase do tópico e do lead, pelos quais se afirma a boa condição do Brasil e com os quais são definidos e eleitos como personagens principais dentro da narrativa do artigo. Também, são colocados exemplos de empresas de sucesso¹⁷⁶ integrados no ponto de vista otimista, no que diz respeito à economia brasileira¹⁷⁷. O aspecto temporal, novamente, está presente no discurso e desta vez de modo mais direto, pois trata-se de uma avaliação do ano 2008 por parte do jornalista, que escolheu alguns momentos chave¹⁷⁸ para pontuar o desenvolvimento da crise, mas dentro da premissa de que, embora a crise fosse forte, o país não iria ser atingido tão fortemente. Também, a revista admite que teve que revisar alguns dos antigos mitos¹⁷⁹, confirmando que partia de alguns pressupostos que, com a mudança de condições objetivas econômicas, foram reconsiderados e ampliados para um novo contexto (otimista), sendo que a história do país não é mais vista como um peso insuperável¹⁸⁰. Certamente, como indica um dos títulos dos três capítulos do artigo, “nem só glória” (mais uma negação adversativa), embora tivesse uma visão otimista, a mídia não podia completamente “fugir” da realidade dos índices econômicos¹⁸¹.

175 “O ano se encerra com uma coleção de conquistas para o Brasil – como o investment grade – e fusões importantes, a despeito da crise financeira global que achatou o Ibovespa, principal indicador do mercado de ações”.

176 “Também nesse ano, a **Petrobras** foi avaliada como a sexta maior empresa do mundo em valor de mercado, quando o petróleo ainda vivia seu período de forte valorização de preços”, “No setor da telefonia, a **Oi** também realizou uma grande aquisição para ganhar força e capilaridade. A companhia fechou a compra da **Brasil Telecom**, transformando a antiga **Telemar** em um dos maiores grupos empresariais do país”.

177 “No ano de uma das maiores crises econômicas do mundo, o **Brasil foi precavido e acabou sentindo menos os efeitos** que outros países emergentes”, “Comparado aos outros países emergentes, o **Brasil teve um destaque** diante do cenário de crise justamente por ter uma economia local muito forte”

178 “Com o dinheiro no caixa, o otimismo ganhou novos incentivos **em fevereiro** com o anúncio do fim da dívida externa brasileira pela primeira vez na história”, “Como resultado do equilíbrio das contas públicas, o Brasil comemora, **em maio**, outra grande vitória”.

179 “O país realmente não quebrou”, “Com o dinheiro no caixa, o otimismo ganhou novos incentivos em fevereiro com o anúncio do fim da dívida externa brasileira pela primeira vez na história. **A conquista histórica** encerrou décadas de arrocho monetário [...]”, “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a afirmar que havia **quem torcesse para o Brasil quebrar**, mas que isso não ia acontecer”.

180 “Ninguém mais precisaria pagar a CPMF, contribuição compulsória extinta em 2007. A novidade, entretanto, não prejudicou o Estado arrecadador.”

181 “Em outubro, o pior mês, o Ibovespa, principal indicador do mercado acionário, **fechou abaixo dos 30 mil pontos**. **Quem poderia imaginar** um cenário tão negativo assim no primeiro semestre, quando a **expectativa** era que o ano se encerrasse **em até 70 mil pontos**, segundo os mais otimistas?”

A reconstrução da crise econômica dentro de um paradigma de sucesso e superação de problemas - estabelecido ainda em 2007, com o decorrer do tempo e as mudanças da percepção e entendimento da crise em outros lugares -, teve que ser revisada, afirmando-se, inclusive, a impossibilidade de isolamento da comunidade global¹⁸², mesmo declarando independência e estabilidade econômica particular do país.

Como o Brasil é o principal personagem deste artigo, o discurso desenvolvido sobre a crise e seus desdobramentos, como se fosse o único fenômeno a ser relatado, está focado na descrição, nos comentários e opiniões sobre ela. Por causa disso, o posicionamento enunciativo que predomina no discurso é o ponto de vista “com”, disfarçado em forma de “por de trás”, como entendemos em Pouillon (1948), pois embora sejam usadas as formas verbais e marcadores pessoais pertencentes a “ele”¹⁸³, aquela posição distanciada, efetivamente, quer pelo objetivo de recapitular o ano, quer pelo objetivo de fazer com que o leitor fique com uma ideia específica da crise econômica, o jornalista, como enunciador implícito, implicava o posicionamento “com” do leitor¹⁸⁴. Quanto ao pertencimento a um mundo do passado e/ou do presente, conseguimos perceber que o artigo é inserido principalmente no mundo narrado (temos do passado – simples e compostos)¹⁸⁵, com casos do uso dos tempos verbais do mundo comentado pelo outro¹⁸⁶, para complementar a narração, ou seja, a recapitulação do ano.

Desse modo, as poucas contribuições fragmentadas da fala das autoridades de perícia foram usadas para substituir a opinião do jornalista, preservando assim o *ethos* de credibilidade, embora não fosse muito elaborado neste artigo (em comparação a outros, especialmente aos artigos croatas). Isso se deve, também, à preferência pelo uso de dados e momentos ocorridos durante o ano, considerando que o uso desses dados poderia servir para sustentar o ponto de vista do jornalista, sem uma legitimação baseada no discurso de outra autoridade, como ostenta Van Leeuwen (2008). A divisão temporal e a narração

182 “Apesar de mostrar-se menos suscetível que os chamados países ricos, **o Brasil não está blindado** - como era de se esperar em **uma economia globalizada**”.

183 “Como resultado do equilíbrio das contas públicas, **o Brasil comemora**, em maio, outra grande vitória. **O país passa a ser considerado** [...]”, “Enquanto **o Brasil tentava colocar** ordem na casa, se precavendo de um cenário pior [...]”

184 “Enquanto o Brasil tentava colocar ordem na casa, se precavendo de um cenário pior, grandes empresas de diversos setores tratavam arquitetar fusões ou aquisições a fim de aumentar a competitividade.”

185 “A operação de grande repercussão do ano **foi** a fusão entre o Itaú e o Unibanco, que **criou** o maior grupo financeiro da América do Sul”, “Também nesse ano, a Petrobras **foi avaliada** como a sexta maior empresa do mundo em valor de mercado[...]”, “O ano **começou** com uma boa notícia para todos os brasileiros”

186 “**Não temos** uma dependência elevada em linhas externas, em financiamento externo, o que ajudou a passarmos relativamente bem pelo auge da crise”, **afirma** Zeina”, ““O sistema bancário brasileiro **é sólido** e essa consolidação de bancos **vai contribuir** para o crescimento do Brasil.”

histórica dos desdobramentos da crise no Brasil ajudou na elaboração do padrão de indução que reconstruiria a crise econômica em um rumo de otimismo cauteloso, mas tranquilizante, afirmando-se que a crise, apesar de começar a desestabilizar o sistema monetário global, não iria afetar a economia do país. Essas transformações heterogêneas realizadas no texto e na narrativa ajudaram no estabelecimento de hibridismo no discurso apresentado no artigo.

Desse modo, fez-se uma ação persuasiva que aproveitou dos mitos, querendo torná-los obsoletos, introduzindo novos fatores e fatos para a condição brasileira e construir uma visão “essencialmente” natural e comum, como diria Abramo (2003). E de fato é na análise que percebemos que até o texto deveria, segundo o seu tema e objetivo, ser mais narrativo, descritivo, na própria estruturação integrar elementos opinativos e interpretativos quando se trata de explicar para o leitor o que “realmente” aconteceu em 2008. E é aqui que chegamos à definição de momentos ou atos da formação de espetáculo jornalístico do artigo, como entendemos em Abramo (2003), de acordo com a qual este artigo pertenceria, predominantemente, no primeiro ato, a uma colocação recorrente nos artigos brasileiros até agora analisados, o que parece reafirmar o posicionamento da revista de que o leitor precisa ser continuamente atualizado.

Já o quarto artigo se insere em outra perspectiva, no que diz respeito à construção da crise econômica. Publicado em janeiro de 2009 na mesma revista que o artigo anterior (Época). Sob o título “Como manter seu emprego durante a crise” (Anexo J), contendo 13 páginas, ele é o maior artigo de nosso *corpus*. Neste artigo colaboraram três jornalistas, João Caminoto como autor “principal” e Andres Vera e Thaís Ferreira como co-autores da reportagem.

Abaixo dos nomes dos autores segue o sub-título “Dezesseis conselhos de especialistas em recursos humanos para que você consiga proteger seu trabalho da desaceleração da economia mundial”, seguido por uma imagem que mostra um machado recaindo sobre a cabeça de um homem sentado em uma mesa e três mãos com o dedo

indicador no fundo. Além da imagem mencionada, são incluídas 9 imagens, 5 de pessoas¹⁸⁷ e 4 desenhos¹⁸⁸, distribuídas entre os dezesseis conselhos¹⁸⁹. As cinco pessoas apresentadas no artigo são os cinco personagens cujas experiências e conselhos são usados para mostrar ao leitor pessoas de sucesso que poderiam ser um enunciador “nós”, ou seja, apresentam-se pessoas comuns com as quais o leitor poderá se identificar. Porém, esse “nós” inclusivo, devido ao perfil de indivíduos apresentados (a maioria deles é administrador de empresa) está muito restrito, destinando-se àqueles que fazem parte do mercado de trabalho globalizado e os quais a crise, na visão da revista, afetará mais. Essa formação de um “nós” simbólico restrito é fácil de perceber pelos títulos (“Entre no time das soluções”, “não esqueça de seus maiores aliados”, “pense como a empresa” etc.), sabendo-se que, fora do mundo corporativo, algumas sugestões, como as que acabamos de mostrar, não fariam o possuem tanta importância.

A relação polifônica de enunciadores estabelecida entre o “eu” do jornalista, o “tu” do leitor e o “nós” incluindo os dois, está presente tanto nos marcadores de pessoa¹⁹⁰ quanto aos tempos verbais do presente e futuro, utilizados para estabelecer um mundo comentado¹⁹¹. Forma-se um mundo de comentários e sugestões os quais o leitor deveria ler, compreender e seguir - pois esse é o objetivo final do artigo: uma estimulação para o leitor agir. Porém, além dos comentários e sugestões diretas, projetadas para o futuro, o jornalista relata as experiências dos principais personagens, inserindo o leitor no mundo narrado e não só comentado¹⁹², embora a narração sempre venha acompanhada de um comentário ou interpretação¹⁹³. Um fato interessante é a fragmentação dos depoimentos

187 Ademir Bilha-diretor-comercial da CGE, Marisa Camazano- administradora, Marcelo Cuellar - o administrador de empresas, Adriana Bertolino -a administradora, Max Gehringer – sem designação de profissão.

188 “Cofrinho de dinheiro, ferramentas para desenho técnico, retratos em moldura e passaporte voador”.

189 1- Não se desespere, 2- Não esqueça seus maiores aliados, 3 - Cuide de suas finanças, 4 - Saia da zona de conforto, 5 - Esteja preparado para mais sacrifícios, 6 - Reavalie seus sucessos, 7 - Pense como a empresa, 8 - É hora de planejar, 9 - É hora de voltar às aulas, 10 -Estique as antenas, 11 - Entre no time das soluções, 12 - Aceite o risco, 13 - Circule mais, apareça, 14 - Cuidado com a politicagem, 15 - Fique atento às oportunidades, 16 - E se tudo der errado?

190 “Qualquer que seja **sua** função, pode pensar nas necessidades da empresa, em como o **seu** trabalho poderia render mais fruto.”, “**Você** deve encarar a crise como uma chance de valorizar seu trabalho”, “Saia do casulo, converse com os colegas, tenha coragem de expor **suas** dúvidas”, “**Temos** de olhar para frente”

191 “No mundo do trabalho, indicar alguém bom para uma tarefa conta pontos em sua ficha, pois você **fica conhecido** como alguém que **sabe encontrar** soluções”, “Perder o emprego, hoje em dia, **não é** tão desastroso como era na década de 1990”, “Mas **não pense** que isso **seja garantia** de estabilidade”.

192 “Em outubro, **ele percebeu** que a crise atingira seus principais clientes, as montadoras de carros. E não **tardaria** a chegar a ele. Bilha **havia sido contratado**, há dois anos, para otimizar a produção”, “Em abril, **matriculou-se** em um curso de MBA de gestão de negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo”, “Nos meses anteriores, **ele antecipava** que a crise **mudaria** o perfil dos profissionais de RH requisitados pelos clientes”.

193 “Nos tempos de forte crescimento econômico, a demanda era por profissionais da área de seleção. Com a chegada da crise, o foco mudou para a área de remuneração”, **diz Cuellar. Essa percepção rápida ajudou sua divisão a manter os resultados positivos da Michael Page no último trimestre, quando a crise em seu setor começou.**”

dos personagens entre os relatos e os comentários, o que, para nós, representa uma tática persuasiva enunciativa de controlar a construção de pontos de vista, mesmo aquele “com” o qual o leitor estaria, como no caso dos depoimentos dos personagens, e ao mesmo tempo aproveitando para simplificar, ou seja, facilitar o entendimento do texto aos leitores. Essa persuasão que se foca na racionalização do discurso, apresenta opiniões e conclusões para substituir os dados e fatos, isto é, apresentando um produto pronto para o leitor consumir¹⁹⁴.

Voltando ao próprio texto, percebemos que a crise é, primeiramente, recontextualizada para servir como base e explicação das razões pelas quais a revista decidiu que era necessário fazer um manual para ajudar ao leitor. Aqui, novamente a revista está ajudando o leitor, interferindo diretamente na construção do entendimento do conceito da crise econômica, fazendo com que pareça essencialmente natural ter medo da crise¹⁹⁵. Nesse sentido, foram ocultadas informações positivas sobre a situação da economia brasileira na crise, salientando-se os dados¹⁹⁶ que contribuiriam para a construção da crise como um fenômeno que deixaria as pessoas apreensivas e dispostas a saírem de casa e comprarem a revista para se salvar ou salvar o próprio emprego. Essas afirmações ficam incongruentes com as apresentadas há poucos meses na mesma revista, porém ocultando umas e salientando outras informações são eficazes para proporcionar um procedimento manipulador, convidando as pessoas para se integrarem no mercado liberal global¹⁹⁷.

Com essa atitude, à qual estamos acrescentando a convocação de pessoas que pertencem a sociedade para falarem de suas experiências e juntando também a parte introdutória do artigo, podemos afirmar que este artigo está inserido em todos os três momentos do espetáculo. Primeiro o leitor, em sua posição passiva de aquele que não pode interferir no texto, recebe uma apresentação da crise, a qual pede uma maior explicação,

194 “Por isso, com a ajuda de empresários e especialistas em recursos humanos, **preparamos este manual** com 16 atitudes que podem ajudar você a garantir seu emprego”

195 “Nesse ambiente, **é natural** que as pessoas fiquem apreensivas”.

196 “Na quinta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a taxa de desemprego recuou para 6,8%, a menor taxa mensal desde 2002. **Mas a metodologia do IBGE é indireta:** ela leva em conta a contratação de temporários (o número deles costuma ser alto perto do Natal) e não consegue captar o desemprego daqueles que já desistiram de procurar (e em dezembro menos pessoas batem à porta das empresas para procurar emprego). **Analistas preveem que os números do IBGE relativos a janeiro já indicarão uma acentuada piora**,” Na semana passada, o **Ministério do Trabalho divulgou que o país perdeu 654.946 empregos de carteira assinada – o pior resultado mensal de toda a história do Brasil tanto em números absolutos como em termos relativos (a porcentagem de trabalhadores demitidos em relação aos empregados)**”

197 “Pense como a empresa”, “Entre no time das soluções”, “Fique atento às oportunidades”.

mas também ela exige uma solução que vai ser proporcionada pela revista, já que o Governo e outras instituições e países se mostraram incapazes de resolverem a crise financeira que se transformou em crise econômica. Assim, percorremos o caminho do primeiro ato, segundo a classificação de Abram (2003), em que são expostos os fatos, seguidos pelo segundo ato em que a sociedade recebe a oportunidade de participar e a última, a mais dominante na nossa opinião, a da “autoridade” resolver. A própria revista se coloca na posição da autoridade que oferecerá ajuda ao leitor, fazendo com que ele mude sua atitude e que aja de acordo com as sugestões, o que indica uma posição política, praticamente, de um partido que possui uma causa, um programa, um meio de comunicá-lo etc., ao passo que o artigo é destinado ao leitor, mais indiretamente ao político que irá lê-lo para saber qual é a posição da mídia. Com essa atitude, o jornalista agrega mais um significado ao conceito de crise, o do momento decisivo, resultado de uma desordem social que representa uma ameaça à mídia, que pode e deve resolver e não somente informar. E para que essas sugestões sejam recebidas e entendidas de maneira que os faça agir, é necessário possuir uma imagem de credibilidade, a qual procura conseguir pelo uso seletivo de informantes e pela apresentação deles como representantes da sociedade, o que deveria ser próximo da realidade deles.

O quinto artigo, intitulado “O Brasil e a Crise”, e com sub-título “As dez razões para o otimismo” (anexo K), dos autores Giuliano Guandalini, Benedito Sverberi e Cíntia Borsato, foi publicado em março de 2009 na revista “Veja”. Abaixo do sub-título, localiza-se uma imagem representada por um dígito, mais precisamente o número um, e por um “☺” cuja forma é utilizada em vez do dígito zero, para servir como acréscimo ao sub-título. O corpo do texto conforme o sub-título, é dividido em dez partes¹⁹⁸, acompanhadas por oito gráficos e duas imagens. O primeiro gráfico é apresentado logo embaixo da

198 “1 reservas de 200 bilhões de dólares intocadas depois de seis meses de crise”, 2 bancos competentes, regulados, com baixa exposição a riscos”, 3 ausência de bolhas de crédito e imobiliária, com potencial de crescimento real desses setores”, 4 mercado interno forte, crescendo em poder de compra e em proporção da população”, “5 matriz energética mais “verde” do mundo, com independência do petróleo importado”, “6 estabilidade política, em que a democracia foi entronizada como patrimônio nacional”, 7 estabilidade econômica e arcabouço regulatório imperfeito mas previsível”, 8 maior exportador de alimentos do mundo, o que garante vendas externas volumosas em qualquer cenário”, 9 mercado externo diversificado com compradores em todo o mundo e mercadorias de valor agregado crescente”, 10 as mesmas projeções que apontam estagnação no mundo estimam crescimento do PIB do Brasil em 2009”.

imagem introdutória, ou seja, do número dez estilizado, no qual se explicam, de modo simplificado e resumido, as dez razões para o otimismo, mencionadas no sub-título. Os outros gráficos são colocados ao lado do corpo, servindo como explicações visuais para o texto¹⁹⁹, igualmente como as duas imagens e suas descrições²⁰⁰.

Segundo o artigo, no ano de 2009, o impacto mundial da crise não pode ser negado ou atribuído somente a algumas economias centrais. O Brasil é posicionado diante da crise como objeto central, embora se constate que os ramos mais afetados são os que são mais presentes internacionalmente²⁰¹, o que representa uma novidade, pois o país está colocado em “confronto” com o mundo, como consta no título. Essa colocação do país faz com que ele seja o primeiro e único protagonista. Além disso, o artigo assume o ponto de vista absolutamente “otimista”, começando pelo título, o gráfico explicativo que o segue e pelo lead no qual a própria revista “Veja” afirma ter sabido que o Brasil iria sair da crise sem ser afetado²⁰² e que o presente artigo serviria como confirmação da própria constatação²⁰³. Ou seja, o tema e o propósito do artigo são definidos em função do já afirmado, investindo todos os recursos discursivos e narrativos para persuadir o leitor de que o Brasil iria superar a crise, o que explicaremos em mais detalhe posteriormente. Um fato interessante é o número de jornalistas que participaram da escrita do artigo, pois é igual ao número de jornalistas que são definidos como autores do artigo anterior (foram três jornalistas), porém sem a divisão entre o “autor-chefe” e os jornalistas colaboradores que fizeram a reportagem usada no artigo, o que nos deixa com três locutores indistintos. Como o número de páginas e argumentos, dados e afirmações é grande em ambos os artigos, podemos concluir que este tipo de artigo, que parece se aproximar formalmente (mas também e discursivamente) àquilo que chamamos de “reportagem”, mesmo se as funções e procedimentos persuasivos políticos permaneçam presentes independentemente se for uma notícia, um comentário ou uma reportagem, por entendemos que a demarcação entre os três é discursivamente mutável. Isso porque, como percebemos na análise, a apresentação

199 “Caixa ainda forte”, “Saude financeira”, “Sem riscos”, “Classe média robusta”, “Nem todos perdem”, “Clientela vasta”, “Ainda azul”.

200 “LÁ FORA A CRISE É FEIA Em feira de emprego, chineses apresentam suas credenciais na tentativa de encontrar trabalho: desemprego em alta no mundo inteiro”, “ÂNCORA VERDE Feira de máquinas agrícolas: mesmo com a crise, a exportação de comida trará pelo menos 50 bilhões de dólares em divisas para o país”.

201 “[...] a economia brasileira inspira preocupação. Milhares de profissionais valiosos perderam seu emprego **nas indústrias mais dependentes do ambiente externo**, como a Embraer, em que 4 200 demissões foram anunciadas – 20% de toda a força de trabalho da empresa.”

202 “**VEJA afirmou** em uma Carta ao Leitor que o **Brasil tinha chance de ser um dos últimos países a entrar na crise e poderia estar entre os primeiros a sair dela**”

203 “**É o que esta reportagem reafirma.**”

de informações e opiniões, ou seja, o mundo narrado e comentado são misturados de modo heterogêneo porque, para conseguir expor e explicar ao leitor os dados estatísticos, os jornalistas acabaram formando um discurso híbrido, o que notamos nos marcadores temporais-verbais tanto referente ao passado²⁰⁴ (especialmente na parte introdutória do artigo) quanto à presente situação²⁰⁵ (explicação de razões), e são utilizados para formar uma posição para o futuro (entendimento da crise econômica e a posição do Brasil)²⁰⁶.

Do mesmo modo notamos que o processo de hibridização acontece no nível narrativo, pois os jornalistas se definem como enunciadores heterogêneos, assumindo a posição enunciativa da revista - a “Veja” e posicionando-se “por detrás” dos acontecimentos e, ao mesmo momento, complementando esse ponto de vista com alguns momentos do ponto de vista “com”, presente nos depoimentos das autoridades de perícia (economistas), as quais não são citadas na íntegra²⁰⁷. Ou seja, mesmo construindo o discurso, a partir do posicionamento impessoal, ou na definição de Dal Farra (1978), dentro da posição (narrativa) “ele”, os jornalistas, incluíram os “eus” dos outros, integrando-os no “eu” da própria revista que os convidou.

Aqui, percebemos que, houve temporalmente e, de modo estrutural, um retrocesso para o primeiro ato de Abramo (2003), uma vez que a revista tomou como objetivo confirmar a própria tese, mencionada anteriormente, por meio de apresentação das dez razões, ou seja, argumentos que deveriam convencer o leitor de que a revista estava certa e que não precisaria se preocupar, o que, se levarmos em consideração o posicionamento otimista e tranquilizador do Governo, isto é, do ex-presidente Lula, condiz com a política oficial brasileira. Porém, não podemos nos esquecer de mencionar que, como se trata de um artigo escrito para fazer com que o leitor acredite que o Brasil esteja bem, os jornalistas

204 “A rigor, as mudanças **vieram antes de Lula e foram mantidas** em seu governo”, “**Não houve** aqui o mesmo processo de formação de bolhas de crédito que **volatilizou** a economia de países como a Islândia, a Irlanda, a Hungria, a Inglaterra e, sobretudo, os Estados Unidos”, “Os bancos americanos **endividaram-se** irresponsavelmente emprestando fortunas a quem **não podia pagar**”

205 “**É improvável** que uma crise como a que **assola** o sistema financeiro dos Estados Unidos **seja vista** no Brasil”, “Para o economista Edmar Bacha, esses são alguns dos vícios que paradoxal e momentaneamente **se transformaram** em virtudes”, “A descoberta das reservas de pré-sal, a 6 000 metros de profundidade, além de consolidar a autossuficiência do petróleo (que, a rigor, ainda não chegou), **transforma** o Brasil em exportador de petróleo”.

206 “Independentemente de quem for eleito presidente, **não haverá** mudanças traumáticas na política econômica, e sim um processo gradual de modernização institucional[...]”, “Quanto mais tempo o Brasil **passar** sem retrocessos significativos na gestão da economia, menor **será** o risco de **sofrermos** um estrago”, afirma Mailson da Nóbrega”.

207 “**Diz Carlos Langoni, da FGV**: ‘Há uma percepção, não apenas interna como do ponto de vista dos investidores internacionais, de que a democracia brasileira está consolidada’”, “**Segundo estudo coordenado por Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas**, o processo de diminuição da miséria prosseguiu em 2008[...]”, “Desde então, o BC manteve a seriedade na fiscalização e na supervisão do sistema financeiro”, **diz o economista Gustavo Loyola, que presidiu o Banco Central** naquele período”.

elaboram dentro do “eu” narrativo um *ethos* de credibilidade e identificação, inserindo em alguns momentos a narrativa no segundo momento em que a “sociedade fala”²⁰⁸.

A “Veja” descreve, mas ainda sem propor soluções destinadas ao governo, e isso se deve, na nossa opinião, à falta de informações consolidadas e à falta de referências às ações políticas do Governo, as quais a revista podia se opor ou concordar. Percebemos o aumento do número de frasisms e oficialismos, afirmações dos peritos de modo direto, indireto e explicativo²⁰⁹. Assim, os autores combinaram as declarações oficiais na íntegra com as declarações ou com as interpretações das declarações integradas nas próprias frases, para usar essa justaposição no processo de autorização de sua visão da crise que foi explicitamente citada na introdução²¹⁰. “As dez razões para o otimismo”, como o afirma subtítulo, servem como pauta para expor o “programa” da “Veja” aos leitores, com o objetivo de legitimar a visão otimista e para convencer, ou seja, tranquilizar os leitores para aceitarem a visão da realidade proposta pela revista.

Assim, ao mesmo tempo em que tenta apresentar e interpretar os dados, com a intenção de tranquilizar o leitor, a revista acaba mudando o foco do *logos* para entrar e persuadir pelo *pathos*, incentivando a criação de um aspecto emocional, principalmente por meio de imagens e gráficos²¹¹.

Separando as causas da crise econômica de seus resultados, o jornalista emprega um discurso, a nosso ver, manipulador e ocultado, visando a fragmentar e recontextualizar as várias razões para que o leitor chegasse à conclusão de que o Brasil iria sair primeiro da crise, com crescimento econômica positivo em 2009, como exemplificamos anteriormente. Ao contrário da proposta de oferecer informações que serviriam como base para que o leitor pudesse decidir se a existência de uma possibilidade otimista frente à crise, estas

208“ Mas é consenso que o Brasil será um dos países menos afetados. Concordam com esse diagnóstico organizações como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a OCDE, a organização econômica dos países ricos[...] a reportagem se completa com uma coluna também otimista do economista Mailson da Nóbrega, com o sugestivo título ‘Por que o Brasil não quebra’.”

209 “Ter acumulado esse colchão foi, certamente, um dos principais fatores de estabilidade”, afirma o economista **José Júlio Senna**, ex-diretor do Banco Central e sócio da MCM Consultores [...] **Alexandre Schwartzman**, economista-chefe do Santander e também ex-diretor do BC, diz que as reservas ainda trazem outro benefício essencial. Com elas, o país tornou-se credor em dólar. “Sendo credor, em vez de devedor, o país ganha com a desvalorização cambial ao ter sua dívida pública reduzida. Antes ocorria o contrário. Mais uma evidência forte de que, desta vez, o país não quebrará” [...] **Para o economista Edmar Bacha**, esses são alguns dos vícios que paradoxal e momentaneamente se transformaram em virtudes. ‘Em uma situação de normalidade, eles precisarão ser atacados com reformas’. **Bacha** refere-se ao sistema bancário concentrado e com alta participação de letárgicos bancos públicos, às taxas de juros elevadas e aos compulsórios extravagantes.”

210 “Logo no começo da encrência, **VEJA afirmou em uma Carta ao Leitor que o Brasil tinha chance de ser um dos últimos países a entrar na crise e poderia estar entre os primeiros a sair dela. É o que esta reportagem reafirma.**”

211 “**LÁ FORA A CRISE É FEIA** Em feira de emprego, chineses apresentam suas credenciais na tentativa de encontrar trabalho: desemprego em alta no mundo inteiro”.

propostas foram imediatamente definidas com a ajuda de “alguns dos melhores economistas do país”, para sustentar a conclusão oferecida na introdução do artigo, que enxerga essas razões como prova de otimismo “per se”, como demonstra o fato de a revista ter resumido e classificado essas razões²¹². Portanto, a noção da crise econômica é construída para atualizar, de modo simplificado, o conhecimento do leitor a respeito das razões do bom situação do Estado brasileiro.

O sexto (e último) artigo analisado, “O vento vai soprar a favor de Dilma?” (anexo L), de José Fuchs, foi publicado em novembro de 2010, com 12 páginas de texto e é estruturado de modo semelhante ao artigo analisado anteriormente. Possui o título que, simultaneamente, é a manchete do artigo com o tópico em baixo do título²¹³, depois do qual segue o lead que se transforma em corpo de texto. O artigo é dividido em duas partes, a primeira parte introdutória em que o jornalista apresenta a situação econômica no final de 2010 para inserir a protagonista, naquela época a recém eleita presidente Dilma Rousseff na narrativa (com uma imagem que apresenta uma fotografia emoldurada pendurada em uma parede branca), listando os colegas do governo dela²¹⁴. Assim a introdução consiste em duas páginas, sendo que na primeira temos o corpo do texto e quatro imagens ao lado direito e na segunda temos duas imagens, ao lado esquerdo do corpo de texto. Na segunda parte do artigo são apresentados 13 desafios econômicos²¹⁵, acompanhados por um gráfico - estrutura já vista nos artigos anteriores.

212 “Com a ajuda de alguns dos melhores economistas do país, VEJA escolheu as dez principais razões de otimismo, resumidas e classificadas por sua solidez”.

213 “A economia mundial favoreceu o governo Lula, com crédito farto e a elevação do preço de matérias-primas que exportamos. Agora, há sinais de que o cenário pode mudar. O que o novo governo pode e deve fazer.”

214 “Os rumos da futura administração Dilma ficarão mais claros quando forem anunciados os primeiros nomes de sua equipe econômica. O presidente Lula defende a permanência da atual equipe, com o ministro Guido Mantega na Fazenda e o presidente do BC, Henrique Meirelles, no mesmo lugar. Dilma tem boa relação com Mantega, a quem costuma chamar de Guidinho, e também com Meirelles. Outra figura importante é o economista Luciano Coutinho, atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ex-professor de Dilma na Universidade de Campinas, Unicamp, no interior de São Paulo, um núcleo de ideias desenvolvimentistas, Luciano transformou o BNDES num dos polos mais dinâmicos do governo Lula. Articulou complexas fusões para a formação de grandes grupos de capital nacional em condições de disputar o mercado global e goza da admiração de Dilma.”

215 “1 – Controlar as contas públicas”, “2 – Manter a inflação baixa”, “3 – Diminuir o preço dos impostos”, “4 – Reformar as aposentadorias”, “5 – Negociar os esqueletos do congresso”, “6 – Segurar a valorização do real”, “7 – Reduzir os juros”, “8 – melhorar o ambiente de negócios”, “9 – Ampliar a poupança interna”, “10 – Aumentar os investimentos”, “11 – Preparar o cidadão para o trabalho”, “12 – Conciliar crescimento e preservação”, “13 – Estimular a invenção.”

Primeiro elemento discursivo que capturou a nossa atenção foi a descrição empática da relação da presidente com os colegas, pois além da definição da profissão e do cargo assumido, são colocados os apelidos que ela costuma dar para eles e a história dela com cada um. Outro elemento foi a esquematização incluindo quatro itens que, de modo simplificado, apresentam, discutem e proporcionam soluções que correspondem, no nível da narrativa, ao que Abramo (2003) define como três momentos ou atos²¹⁶.

A diferença entre este artigo e os outros analisados é que este se coloca simultaneamente nos três momentos classificados acima, informando e comentando o que o governo Dilma deveria fazer para não correr risco de perder o bom momento pelo qual o Brasil está passando²¹⁷. Afirmado que Dilma talvez não seja tão competente para dar continuidade aos trabalhos e aos sucessos do governo Lula²¹⁸, a revista se coloca à disposição de oferecer soluções, induzindo o leitor a pensar que a possível incompetência do governo poder ser resolvida e complementada pela mídia e seus colaboradores.

O autor se foca nas dificuldades que a presidente Dilma Rousseff poderia enfrentar, para no fim oferecer soluções para os problemas²¹⁹. Desse modo, o autor se posiciona enuncivamente como sujeito político que, por meio de seu órgão político-partidário, explicará quais são os problemas que a presidenta enfrentará, mas que sem dúvida são aqueles que interessam ao cidadão brasileiro²²⁰. Quanto ao uso de marcadores pessoais para definir a posição da protagonista e a própria posição no artigo, o jornalista prefere fazer frequentes menções à presidente Dilma²²¹, colocando discursivamente como entidade política porque está dialogando (sempre com o objetivo de dominar a conversa) com a presidenta Dilma, além do diálogo estabelecido com o cidadão brasileiro, leitor de seu artigo.

O ponto de vista apresentado na narrativa da revista mostra-se como criticamente orientado (embora a crise esteja baseada na crítica do outro não identificado, ou seja,

216 “Por que é um problema”, “Como resolver”, “A posição de Dilma”, “As dificuldades”

217 “Há muitos sinais de que Dilma – e com ela, a nação inteira – pode não ter a mesma sorte.”

218 “Dilma chegou aos 56 milhões de votos de votos principalmente porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu convencer a maioria dos brasileiros de que ela manteria seus programas, sua política, suas ideias.”

219 “Para enfrentar os gargalos e tornar o desenvolvimento brasileiro sustentável, Dilma precisará de todo o investimento com que puder contar, inclusive o estrangeiro (que desdenhou durante a campanha). E, para ter capacidade de investimento federal, terá de resolver várias armadilhas que estão a sua frente. É o que veremos nos itens abaixo”.

220 “Há muitos sinais de que Dilma – e, com ela, a nação inteira – pode não ter a mesma sorte”.

221 “Dilma assumiu o compromisso de zelar pelo tripé [...]Dilma também anunciou na semana passada mais uma meta ousada[...]Dilma ainda se disse disposta a promover uma reforma tributária [...]Os rumos da futura administração Dilma ficarão mais claros [...]”

genérico)²²², fundado no seu *ethos* de credibilidade, o que constrói pelo uso da sua função de opinar, usando construções sintagmáticas com adjetivos generalizadores (por exemplos, pouca gente, muitos sinais)²²³, posicionando o leitor dentro do mundo comentado com a intervenção dos peritos da área que estão salientando o fato de a crise ser um estado de risco que possivelmente pioraria²²⁴, um tipo de conclusão que já percebemos na análise situacional.

Como a crise econômica já foi construída e reconstruída em diferentes revistas e números de revistas, este antes prefere mostrar ao leitor o que é primeiro ser feito, colocando desafios diante dele, assim construindo uma atitude a partir das informações apresentadas. O objetivo é definido como aquele de atualização simultânea do conhecimento do brasileiro, facilitando a modernização ou a adaptação tanto a ele quanto ao Governo²²⁵.

Portanto, é o autor quem vai explicar o que a presidente fez ou disse²²⁶ e/ ou o que ela deve fazer, sem possibilitar que o leitor percorra esse caminho pelos argumentos, já oferecendo uma visão “completa” da realidade, mesmo com vários fragmentos de informações (na maior parte de casos não confirmadas²²⁷) relacionadas ao governo Dilma. As declarações de outros sujeitos ou órgãos políticos ou econômicos são integradas no próprio discurso, de maneira que pareça que tudo serve como afirmação das constatações proferidas pelo autor e nunca ao contrário²²⁸.

Assim, o discurso se auto-legitima por meio de racionalizações, ou seja, de informações que confirmam o grau de seriedade e veracidade que o autor mantém ao escrever, visando eliminar a possibilidade de questionamento das razões pelas quais ele considerou os problemas que decidiu abordar e as soluções propostas (à presidenta Dilma)

222 “O mais provável, **dizem os críticos**, é que o dinheiro migre para outros países”,

223 “**Pouca gente**, porém acredita nesse desfecho feliz”.

224 “O **maior risco** é que há espaço para a situação piorar, afirma o economista Roberto Machado, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda”.

225 “E para ter capacidade de investimento federal, terá **de resolver várias armadilhas que estão a sua frente**. É o que veremos nas próximas páginas”.

226 “**Dilma assumiu o compromisso** de zelar pelo tripé que permitiu a consolidação da estabilidade econômica do país na última década – o equilíbrio das contas públicas, o sistema de metas de inflação e a política de câmbio flutuante. Cuidaremos de nossa economia com toda a responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. Não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável”, afirmou”.

227 “**A conta já está chegando**, e Dilma **terá de lidar com essa herança**. Ela parece estar consciente disso.”

228 “Fora isso, é preciso elaborar uma política agrícola consistente, melhorar a qualificação dos trabalhadores e formar mão de obra especializada – que já está em falta até em atividades como a construção civil, na qual há escassez de pedreiros, e no agronegócio. ‘Hoje, dentro de um programa de mecanização da colheita que estamos implementando, usamos uma máquina que custa US\$ 1 milhão – toda automática, com GPS, entradas de computador, ar-condicionado’, diz o executivo Marcos Lutz, presidente executivo da Cosan, uma das maiores produtoras de açúcar e álcool de cana-de-açúcar do mundo.”

para resolvê-los. Aqui percebemos que existem possíveis pontos de ligação entre a construção discursiva da crise economia em revistas croatas e brasileira, especialmente no que diz respeito a produção jornalística híbrida (como resultado do posicionamento enunciativo heterogêneo), embora cada país apresente elementos singulares, os quais dependem da situação histórico-econômica.

5.8 Análise final comparativa

Nesta última seção, primeiro compararemos e depois ressaltaremos alguns dos aspectos e elementos discursivos encontrados no *corpus* que tematizaram a crise no período entre 2007 e 2010, com o objetivo de confirmar ou refutar a tese de que o elemento cultural das reconstruções discursivas de fenômenos sociais, como o conceito de crise econômica, influencia o processo de hibridização do discurso midiático.

Faremos a comparação dos artigos croatas que foram analisados no primeiro momento e dos artigos brasileiros, analisados posteriormente. Assim, poderemos utilizar as análises para finalizar a nossa reflexão sobre o assunto, nas considerações finais, com a análise comparativa do “corpus” croata e brasileiro.

Como conclusão preliminar, faremos a comparação entre os seis artigos jornalísticos croatas e entre o discurso e as práticas sociais ideológicas que se encontram em sua base. Sem dúvida, devemos nos reter brevemente na produção jornalística sobre a crise econômica no período entre 2007 e 2010, no sentido mais direto, isto é, o da produção textual que, no caso croata, foi de 20 páginas nos seis artigos selecionados, um nível baixo se comparadas com as revistas brasileiras que produziram, em seis artigos, 37 páginas de texto. Após ter percebido que a produção se mostrou tão destoante, procuramos outros exemplos para confirmar se essa diferença não aconteceu devido à nossa seleção não aleatória. O que descobrimos é que, de fato, as revistas croatas mantêm um padrão de produção jornalística sobre algum evento ou fenômeno diferente das brasileiras, com menor número de páginas, embora os efeitos econômicos da crise fossem mais fortes na Croácia. Em nossa opinião, isso se deve a um padrão diferente de abordagem discursiva jornalística que não se propõe a produzir um artigo texto e linguisticamente tão cheio

quanto o brasileiro, pois não percebemos tanta “didaticidade” na estruturação do artigo, como no caso brasileiro. Também, notamos uma maior uniformidade dos artigos croatas tanto na estruturação dos artigos que oferece mais espaço para as vozes de outros locutores (analistas, políticos etc.) quanto na estruturação linguística do discurso que oscila menos entre o discurso informal e formal, pessoal e impessoal, lúdico e crítico. Desse modo, a revista se apresenta mais como um sujeito político, ou seja, locutor que procura estabelecer um diálogo direto com outro sujeito político, Governo e elites políticas, por meio da inclusão do público leitor no seu ponto de vista. No discurso apresentado nas revistas brasileiras percebemos uma tendência de estabelecimento de um diálogo simultâneo tanto com os leitores quanto com os políticos.

Ao analisar os artigos croatas, podemos confirmar a afirmação, feita após a análise linguístico-situacional, de que o conceito de crise não é construído discursivamente da mesma maneira. A crise não é simplesmente um estado de distúrbio econômico, como percebemos nos dicionários consultados. Ela apresenta particularidades específicas em cada país, devido às diferentes causas históricas, sociais, culturais que influenciaram o estabelecimento da noção de crise neles, às quais os jornalistas se adaptaram (in)conscientemente na reconstrução da crise econômica atual. Pela análise situacional conseguimos chegar a um entendimento de que o conceito de crise econômica não é estabelecido independentemente de outros conceitos. Ele é definido pela interação com outros conceitos e suas representações linguísticas (como por exemplo, adjetivos econômico, imobiliário, financeiro, político) no campo linguístico, em situações específicas que o delimitam e estruturam. Quem também interfere ou provoca crises são também instituições (Estado, Governo etc.), indivíduos (Lula, Kosor, Dilma, Bush etc.) e empresas e grupos sociais (classe média, consórcios financeiros etc.). A crise econômica atual é vista certamente, como percebemos ainda na análise situacional, como ponto de partida para outros acontecimentos que se desencadearam a partir dela e como um processo, pois ela mesma passou por um processo de transformação e ampliação (saindo do campo financeiro e entrando no econômico, político e social).

Para não ficarmos apenas neste nível lexical e situacional/contextual, exemplificaremos de que modo a diferença na reconstrução discursiva da crise econômica se deu nas quatro revistas analisadas.

Notamos que todos os artigos seguem, até certo nível, a lógica que os encaixa, por meio da construção temporal do discurso, nos três atos de espetacularização que podemos encontrar em Abramo (2003), dentre os quais o jornalista escolhe destacar um, dependendo do objetivo. Assim, é assumido em cada artigo um posicionamento enunciativo diferente pelo jornalista (como apresentador, crítico, analista, contador de histórias e o que é mais interessante como político), formando uma heterogeneidade de discursos proferidos nos artigos. Isso podemos percebermos na utilização de elementos linguísticos e narrativos presentes no ponto de vista (definido pelos marcadores linguísticos de (im)pessoalidade) e na utilização dos tempos verbais responsáveis pela inserção do discurso no mundo narrado e/ou comentado e nas referências temporais dadas ao estado da crise da economia croata.

O início ou sensação da crise é a razão pela qual nos primeiros dois textos encontramos um discurso que, ao tratar das políticas econômicas em um, e os problemas econômicos da pobreza e da privação material, no outro, está se referindo a uma situação instável, problemática, daquele momento (ano de 2007) que está mudando a qualidade de vida dos croatas, avisando que é preciso tomar uma posição frente a ela. Essa consciência da mudança ou da instabilidade, presente de modo indireto no discurso, é o que correlaciona o primeiro artigo, em que a crise como tal não é mencionada, com os outros textos que foram escritos: ao longo de 2008 quando a existência da crise, não somente financeira, mas econômica, foi reconhecida pelos governos e pelas próprias revistas; durante o ano de 2009 (no auge da crise mundial e nacional) com as tentativas de esclarecimento e definição melhor da situação; também com os artigos divulgados em 2010, com as previsões para o futuro e com as recomendações e soluções a serem realizadas. A percepção da crise como fenômeno temporal, global e heterodoxo é criada, ou seja, induzida, através dos três períodos, definidos por nós como aparecimento, confirmação e desfecho, remetendo à narrativização jornalística da impressão subjetiva do indivíduo e através da ampliação discursiva do *pathos*, isto é, do aspecto emocional da crise, para ampliar a sensação subjetiva e atingir com mais força o leitor do artigo.

Porém, não podemos afirmar, absolutamente, que todos os artigos reforçaram o aspecto emocional em seu discurso, uma vez que o artigo “Quem pode movimentar a Croácia (veredicto dos peritos)” se distancia dos discursos dos outros artigos, por ser mais “apegado” às noções de objetividade e imparcialidade tradicionalmente entendidas como essenciais para a prática jornalística, mas neste caso fundadas nas análises de autoridades

da área da economia. O jornalista remete às autoridades (acadêmicas, econômicas) para emitir um relato aparentemente científico da situação econômica, misturando a persuasão política com o jornalismo engajado para recontextualizar, discursivamente, a visão da crise, legitimando a sua própria visão.

É interessante perceber que a necessidade de aceitação das soluções propostas no artigo é legitimada pelas presenças de peritos da área cujos depoimentos, mesmo colocados na íntegra, passaram por um processo de fragmentação e recontextualização, através dos comentários do próprio jornalista que destacava ou negava elementos devido à necessidade e/ou intenção do jornalista e sua revista. Ao contrário das revistas croatas, as revistas brasileiras analisadas nunca apresentaram um texto na íntegra, optando por fragmentar os depoimentos antes de serem integrados ao corpo do texto.

Como as revistas efetivamente dependem dos dados econômicos e sociais reais para poder comentá-los, fragmentá-los e invertê-los, os jornalistas podiam reforçar a sensação da crise como momento (e não um evento, como os distingue Moirand, 2007) crítico de tempo a ser resolvido. Desse modo, o jornalista croata mostra a tendência de utilizar dados encontrados em pesquisas, institutos, almanaques etc. para criar uma situação de necessidade de resolução da desordem social-econômica e para poder oferecer soluções e, acompanhadas de argumentos parciais, e para proporcionar a previsão de um fim derradeiro para o futuro, caso as soluções apresentadas no artigo não sejam aceitas.

Quanto mais a crise econômica avançava no mundo e, conseqüentemente, afetava a situação na Croácia, menos os dados e informações são apresentados de um ponto de vista “de fora”, como foi o caso nos primeiros dois textos, e passa-se para uma apresentação, a partir de um ponto de vista “com”, incluindo o leitor na viagem pelos acontecimentos críticos da crise, o que nos parece ser resultado da adaptação das revistas a realidade daquele momento que apresentava agravamento da situação. Ou seja, nos quatro artigos posteriores aos de 2007, os leads são estruturados por uma série de afirmações do ponto de vista “por detrás”, embora não pensamos que fossem sustentadas posteriormente no texto. Porém, no corpo do texto o jornalista visa estabelecer uma visão “com” a qual o leitor deverá percorrer o texto, ou seja, seguir as instruções (definidas como constatações ou conclusões) sobre como deverá ser lido para depois oferecer a solução por meio da qual se espera incorporar o leitor no “nós” simbólico.

A percepção temporal da crise como processo em fases tanto no artigo “Ano da crise de dívidas”, publicado no final de 2008 quanto no artigo a “Previsão negra (calendário econômico para 2010)” do final de 2009, é salientada por se tratar de artigos de recapitulação, sempre presentes no final do ano, fazendo-se uma previsão para os anos seguintes (2009 e 2010, respectivamente).

Assim, a crise é estruturada como um conceito completamente temporal, ou seja, estado instável em um ponto de um processo em andamento que possui suas causas e consequências, mais ou menos, facilmente resolvidas. O aspecto de aprofundamento sobre o assunto e da resolução do mesmo e não de “mera” apresentação, podemos definir, através da terminologia de Abramo (2003), como integração dos atos dois e três. Podemos comparar esse fato com a situação do artigo “Meus planos para 2010”, no qual a “autoridade” pretende resolver, mas está mais preocupada com o ato de legitimar as suas ações e pedir solidariedade do leitor do que para persuadi-lo para dar apoio às resoluções concretizáveis.

Nesse aspecto, percebemos a diferença entre artigo mencionado e os outros anteriores, sabendo que o modelo de persuasão oferecido tem como elemento dominante a solidariedade com a política do governo, com a sua causa, uma vez que a autora do artigo jornalístico é uma figura política. Além disso tanto a solidarização com a oposição e a deslegitimação do Governo no artigo “Ano da crise de dívidas” quanto o caso inverso, apresentado no artigo “Meus planos para 2010” com a solidarização com o Governo e a deslegitimação da oposição, mostram que as revistas croatas possuem ainda uma relação próxima com a política no âmbito econômico, discursivo e imaginário, pois foram concedidos: espaço midiático na revista, recursos persuasivos na elaboração do discurso e inclusão da ideologia do político.

Também, a utilização das concepções, sugestões e resoluções, oferecidas pelo discurso científico dos analistas na elaboração dos artigos, mostram a tendência da mídia croata de aceitar modelos completos e discursivamente instalados no contexto da autoridade que o proferiu, sem elaboração de modo simplificado e a inclusão desses modelos, de acordo com um modelo didático. Isso mostra que a mídia croata (ainda) respeita o poder executivo de Governo²²⁹, conferindo-lhe a característica de

229 Resultado das condições específicas herdadas do sistema socialista em que o Governo-Estado tinha todo o poder (legislativo, judicial e executivo).

(in)competência com a aspiração de dialogar diretamente com os políticos e seus respresetantes, questionando suas decisões para assim tentar incluir sua visão da crise econômica.

A partir desse fato, podemos concluir que a crise econômica atual na mídia croata é vista como, essencialmente, um fenômeno negativo, do qual o país dificilmente sairia intacto, sendo aquele ponto que une a mídia e a política, discutido no espaço público, seus pontos de vista e ideologias dentro dos quais é desejado que o autor se posicione, atuando de acordo com o que essas entidades definem como pertinente.

Isso também demonstra que esse hibridismo do discurso midiático é, em grande parte, resultado de uma heterogeneidade no plano enunciativo, narrativo e linguístico que é promovida culturalmente, o que significa que a mídia, ainda que almeje ser completamente independente e capaz de se posicionar como legítimo sujeito político, é limitada e depende da cultura e dos acontecimentos extra-linguísticos.

Passando agora à análise do *corpus* brasileiro (e as devidas comparações com o *corpus* croata), comentaremos os seguintes fatos: O primeiro fato interessante é a questão da intitulação dos próprios artigos, o que demonstra como passou o processo de “evolução” da apresentação da crise nas revistas brasileiras, o que corresponde ao terceiro pressuposto do modelo de competição política de Wolfsfeld (2003), que exige a constante adaptação da mídia ao contexto histórico-social, para manter-se como sujeito político a própria importância na sociedade. Como é evidente nos títulos dos artigos mencionados, ao contrário das revistas croatas que ainda na primeira metade de 2008, e especialmente em 2007, evitavam utilizar explicitamente o termo crise, por entender que este termo ainda era recente, pois não se sabia muito sobre os possíveis desdobramentos e não se sabia de que modo eles ocorreriam, o que oferece espaço para a ocultação de informações que podiam ser importantes para o entendimento, mas não se “encaixavam” na visão do jornalista e/ou da revista. Além disso, percebemos a tendência de a construção discursiva da crise econômica ser descritiva, mais frequentemente explicativa e sempre didática, apresentando as informações de mais variados modos (gráficos, tabelas, imagens, índices etc.).

Neste primeiro momento, as fragmentações dos depoimentos de outras autoridades e a inversão e ocultação daqueles dados que não pertencem ao grupo de informações selecionadas que, na visão dos autores, funcionariam como um modo de introdução ao problema, ou seja, da constituição do problema, efetivando, conforme a definição de Abramo (2003), o primeiro ato do espetáculo da persuasão do autor - a “exposição do fato”.

No segundo momento, já em 2009, aparecem textos nomeando explicitamente o conceito da crise, como no caso do artigo “O Brasil e a Crise”, adaptando-se às circunstâncias mundiais que não deixavam espaço para a negação da crise, tratando de falar mais abertamente dela. Nesse período, representado pelo artigo mencionado, os jornalistas decidem introduzir mais dados referentes ao Brasil, já que até então tem sido introduzidos principalmente exemplos referentes a outros países (principalmente Europa e EUA), oferecendo, ao lado da formação de um *logos* da situação, isto é, de dados “objetivos” selecionados para confirmar o bom estado do país, preocupando-se com incorporá-los a uma visão otimista, o *pathos* formado por opiniões e atitudes afetivas, ao qual foi dada mais importância, o que ficou evidente na formatação do texto e na formação do discurso. Esse fato nos leva a constatar que esse tipo de artigo jornalístico corresponde ao segundo ato de Abramo (2003), isto é, a “sociedade fala” porque introduz, além das informações básicas, outras informações e opiniões vindas de outros sujeitos, mas sempre recontextualizadas para terem ligação com a impressão de que os jornalistas tinham ao interpretar as informações básicas.

Já no terceiro momento, os jornalistas se posicionam de modo mais “crítico” frente à crise econômica, tentando projetar suas próprias visões sobre os futuros acontecimentos, constituindo a situação atual como o momento decisivo para eliminar todo tipo de crise, oferecendo soluções aos que precisam, ou seja, ao Governo. Embora fosse possível perceber essa tendência no artigo “O vento vai soprar a favor de Dilma”, o autor posicionou o Brasil já fora do risco imediato de sentir os efeitos da crise, envolvido, em grau menor, com a propagação do otimismo.

Neste caso o jornalista está preocupado não somente com a atualização do leitor, ou seja, sua atualização ou modernização para que avance na vida (um pressuposto que isento das revistas croatas), mas também pela interação mais direta com a política, condicionando de que os que governam ouçam e adotem as sugestões feitas pelos autores dos artigos.

Consequentemente, esse momento realiza aquilo Abramo (2003) define como terceiro ato, que é a “autoridade” resolve, sendo essa autoridade, inicialmente a própria mídia e não o partido político que está no poder governando o país, ou os próprios leitores, indivíduos que podiam, por meio de ações diretas, provocar mudanças.

Como já mencionamos anteriormente, a imprensa croata não se posiciona do mesmo modo que a brasileira, como intermediador entre o indivíduo e o Estado. De um lado, devido às condições histórico-políticas e a condição econômica em que a Croácia se encontrava naquele momento, a imprensa visou interferir nas decisões políticas do Estado de modo mais direto, pelo fato de apresentar, interpretar e comentar a situação econômica e as ações políticas, incentivando, assim, o indivíduo a agir no nível da política, segundo as diretrizes propostas por ela. De outro lado, a imprensa brasileira se foca no indivíduo, adaptando a forma dos artigos para facilitar a compreensão da crise, oferecendo meios de se adaptar a ela e de prosperar nela, atualizando o conhecimento do mundo ao seu redor. Desse modo, a imprensa brasileira deixa o Estado, ou seja, a política oficial do Governo, em uma posição de ator de menor importância²³⁰ na esfera pública para a vida do indivíduo, ainda que mantenha uma visão otimista dos acontecimentos e reconheça a competência do Governo em resolver as dificuldades surgidas com a crise, o que, de novo, mostra a dependência da mídia e sua produção das relações e acontecimentos extralinguísticos, especialmente com a política.

230 Como já afirmamos essa posição é decorrente da histórica do jornalismo brasileiro e sua relação com o Estado e da concepção cultural da posição do poder executivo na vida cotidiana dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando à última parte deste trabalho, faremos algumas considerações finais. Assim, diremos que, embora concordemos com a afirmação de Vandenberghe (2011), que os processos de globalização provocaram um reescalamiento da posição do Governo, e com a constatação de Piovezani Filho (2003) de que a mídia politizada contemporânea tende a enfraquecer a posição do Estado, não podemos afirmar que esses processos já se concluíram e que obtiveram sucesso. Em nossa opinião, a mídia ainda é dependente do Estado e das ações de seu Governo para poder interferir na esfera pública e o que é mais importante, ela depende das causas históricas, e principalmente culturais, na reconstrução discursiva de fenômenos e acontecimentos das esferas social, política e econômica. Também, queremos acrescentar que esses processos não se deram da mesma maneira nos dois contextos, pois o posicionamento e a atuação da mídia nos dois países não foram as mesmas, como mostramos no capítulo anterior.

Resumidamente, a diferença entre a reconstrução discursiva da crise econômica atual pela mídia croata e brasileira se deve, em grande parte, ao fato de que a primeira entende o leitor como sujeito político para o qual precisa fornecer todas as informações necessárias (por isso são utilizados tão frequentemente os depoimentos de certo grupo de políticos e peritos de diferentes áreas da economia) para poder definir a sua posição na esfera pública, exigindo as melhorias ou mudanças do Estado, definindo-se como um dos principais sujeitos da esfera. A segunda define o sujeito como espectador, ao qual são apresentados predominantemente momentos importantes para que ele entenda o contexto e as informações, ou seja, ferramentas para ajudá-lo diante das dificuldades que a crise trouxe ao país, assim, procurando eliminá-lo da esfera pública a importância do Estado como provedor de políticas e serviços, que deveriam ajudar o indivíduo por meio da autoidentificação com a função política do Estado, como poder executivo.

Essa necessidade da mídia de se afirmar, questionar e, mesmo quando contrariando as elites políticas no poder, ensinar o leitor, a nosso ver é resultado de uma situação de disputa pelo poder econômico e político. A mídia, no desejo de “ocupar” ou estender a sua influência para a esfera política detentora do poder, acaba aderindo e utilizando as práticas e posicionamentos enunciativos políticos no seu discurso, como afirmamos anteriormente,

realizando reconstruções hibridizadas no próprio discurso. Ela, por meio da própria ideologia exteriorizada pelo discurso, faz a seleção de temas e informações necessárias para a legitimação de suas afirmações, como entendido em Van Dijk (2006). Além disso, a apresentação de determinados temas e informações, por meio de procedimentos persuasivo-manipuladores mencionados e posicionamentos enunciativos heterogêneos, tiveram repercussões na narrativa do texto, na estrutura do artigo tanto informativa quanto opinativa e interpretativa, mas também nesse discurso midiático politizado, formando um discurso hibridizado nos artigos sobre a crise.

Porém, isso não significa que toda a mídia, permanentemente se comporta como os políticos, nem que o discurso proferido sempre esteja politizado, mas ela emprega os processos persuasivos, inicialmente políticos, e acaba redefinindo a sua posição dentro do quadro dos atores sociais e políticos. Como mencionamos, embora as revistas croatas e brasileiras percorram as mesmas trajetórias temporais na reconstrução discursiva, os processos da persuasão e suas respectivas legitimações e manipulações, variam em seus deslocamentos temporais. A nosso entender, essa variação diferenciada nos dois países significa que ela, de certo modo, é o prefixo –re de reconstrução, pois o discurso midiático e seus procedimentos persuasivos não são completamente influenciados pelo contexto de globalização econômica, juntamente com seus dados e acontecimentos objetivos. Pelo contrário, são exemplos da integração das delimitações sociais e históricas, elaborados pela subjetividade dos jornalistas e revistas, culturalmente marcadas.

Para finalizar, utilizaremos os argumentos anteriormente ditos para confirmar nossa hipótese de que o hibridismo da mídia politizada é influenciado culturalmente (e não formalmente) ao tratar a construção discursiva dos conceitos presentes na sociedade como fenômenos sociais por meio da concessão de seu espaço narrativo (permitindo a participação, ou melhor, a intromissão de vários enunciadore e, em particular, aquela politizada no espaço midiático) e aproveitamento argumentativo (permitindo aos jornalistas o uso incontrolado e, às vezes, até estimulado pelas próprias revistas, dos procedimentos persuasivos do discurso político). Nossa afirmação da tese se baseia no argumento retirado da análise, segundo o qual a cultura é qualquer elemento ou prática que apresenta diferenças em relação a outros elementos ou práticas e que se estabelece pela produção e interpretação discursiva. Desse modo, o hibridismo do discurso midiático é definido na prática cultural, uma vez que a prática cultural sempre hibridiza, recoloca o

antigo em um contexto novo, dinamizando as identificações entre o antigo e novo em uma posição subjetiva híbrida.

Bibliografia²³¹

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AMARAL, Márcia Franz. *Lugares de Fala do Leitor no Diário Gaúcho*. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6253/000439437.pdf?sequence=1>>
Acesso em: 18 fevereiro 2012.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANIĆ, Vladimir. *Rječnik hrvatskog jezika*, Zagreb: Novi Liber, 1998.

AUTHIER, J. *La mise en scène de la communication dans des discours de vulgarisation scientifique*. In : *Langue Française*, 53, Paris: Larousse, 1982 p. 34-47.

ARISTOTELES. *Retórica*. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse, Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1998.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1. *Memória e História*. (p.296-331). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

BARZOTTO, Valdir Heitor. *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso: um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*. São Paulo: Unicamp, 1998.

_____. *Leitura e produção de textos: limites e relações intersubjetivas*. In: Eduardo Calil. (Org.). *Trilhas da Escrita: Autoria, leitura e ensino*. (159-170). São Paulo: Cortez, 2007.

231 De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR 6023), organizamos as referências consultadas segundo o sistema autor-data.

BATISTA, Leonardo. *A propaganda contraintuitiva como proposta para atualização dos estereótipos*. Revista Lumina, 3 (1), 2009.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Editora Relógio D"água, 1991.

BAUMANN, Zygmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMLIN, James S.; BAUMLIN Tita French. *Ethos. New Essays in Rhetorical and Critical Theory*. Dallas: Southern Methodist University Press, 1994.

BAYART, Jean François. *Le gouvernement du monde. Une critique politique de la globalisation*. Paris: Fayard, 2004.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERKOWITZ, Donald. *Non routine news and newswork: exploring what-a-Story*. in: Journal of communication.43(4). 1992.

BENVENISTE, Emile. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. In: Problemas de Linguística Geral I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

_____. *O aparelho formal da enunciação*. In: Problemas de Linguística Geral II. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.

_____. *A natureza dos pronomes*. In: Problemas de Linguística Geral I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

_____. *Da subjetividade na linguagem*. In: Problemas de Linguística Geral I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BONVINI, Emílio.; PETTER, Margarida Maria Taddoni. *Portugais du Brésil et langues africaines (O português do Brasil e as línguas africanas)*. Langages, 130, Paris : Larousse, 1998.

BOSI, Alfredo. "Cultura brasileira e culturas brasileiras" In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. Das Letras, 3º edição, 1992. p. 308-345.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BROZOVIĆ, Dalibor. Povijest Hrvatskoga Književnog i standardnoga jezika. Zagreb: Školska Knjiga, 2008.

CABRAL, Muniz Sodré de Araújo.. *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. A Globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CARDOSO, Darlete. *O jornalismo como (re)produtor de enunciados*. In: Revista Linguagem em (Dis)curso, vol.1 (2), 2001.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

_____. Discurso político. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 1. Ed. 2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

CONCEIÇÃO, Jefferson José. *O ABC da crise*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Um fazer persuasivo : o discurso subjetivo da ciência*. 1ª ed. - São Paulo: Pontes, 1991.

COSTA, Roseli Barros. GONÇALVES, Tadeu. *Narrativas de crise* in: *II Congresso Internacional sobre pesquisa (auto)biográfica tempo, narrativas, e ficções: a invenção de si*. Salvador, 2006

COTTLE, Simon. *News, public relations and power.*: London: Sage Publications, 2003.

COURTÉS, Joseph e GRÉIMAS, Julien. *Sémiotique (Dictionnaire raisonné de la théorie du langage)*,: Paris: Hachette Livre, 1993.

DAL FARRA, Maria Lucia. *O narrador ensimesmado*.São Paulo: Editora Ática, 1978.

DAMATTA, Roberto. “Brasil : uma nação em mudança e uma sociedade imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro“. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 204-219.

_____. *O que faz o brasil, Brasil?*. São Paulo: Rocco, 1986.

BUENO SILVEIRA, Fransisco . *Dicionário escolar*. 23.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996

DUCROT, Oswald. *Analyse de texts et linguistique de l'énonciation*. In: DUCROT, Oswald. *Les mots du discours* (en collaboration). (p.7-56.). Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1984.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Polifonia y argumentación. Conferencias del seminário teoria de laargumentacion y analisis del discurso*. 1 ed.Cali: Universidad del Valle, 1990.

EAGLY, Alice e CHAIKEN, Shelly. *The psychology of attitudes*. Fort Worth, TX: Harcourt Brace Jovanovich, 1993.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. “Os estudos culturais em debate” In: UNIrevista - Vol. 1 nº 3, jul. 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical discourse analysis as a method in social scientific research*. London: Sage, 2001.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. “ Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)”. Disponível em <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em 2 Janeiro 2012.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Princípio, 1988.

FISHBEIN, Martin e AJZEN Icek. *Attitudes and voting behavior in: An application of the theory of reasoned action*. London: Wiley, 1981.

FRAZÃO, Teresa Jardim. *Dijk, Teun A. van. Discurso e poder*. Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.) São Paulo: Contexto, Cadernos de Linguagem e Sociedade, 10 (1). (p. 281), 2009.

FUCHS, Catherine. *La paraphrase*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

GAVRANOVIĆ, Ante. *U borbi za nacionalni identitet. Kratka povijest hrvatskog tiskanog novinstva*. In: MEDIANALI, Vol.1 No.1, Zagreb, 2007.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *As conseqüências da Modernidade*. 2a. ed. São Paulo:UNESP, 1991.

_____. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1994.

_____. *Beyond left and right: the future of radical politics*. Polity Press: Cambridge,1994.

GRESPLAN, Jorge. *Uma teoria para as crises*. In: *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. (p.29-45.) Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann: São Paulo, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1989.

HODGE, Robert e KRESS Gunther. *Social semiotics*. Cornell University Press: New York, 1988.

JACOBS, Ronald. *Producing the news, producing the crisis: narrativity, television and news work*. in: Media, society and cultura.(373-397.) London: Sage, 1996.

KATIČIĆ, Radovan. *Principais características da cultura croata (glavna obilježja hrvatske kulture)*, Školska knjiga, Zagreb, 2008.

KATUNARIĆ, Vjeran. *Hrvatska kulturna politika i izazovi globalizacije (A política cultural croata e os desafios da globalização)*, Zagreb: Centar za demokraciju i pravo “Miko Tripalo”, 2010.

KELMAN, Herbert. *Processes of opinion change*. Public Opinion Quarterly. 25. (57-78.), 1961.

KINTSCH, Edward *Macroprocesses and microprocesses in the development of summarization skill*, in: Cognition and Instruction. 7 (3). (161-195.) New York: Academic Press, 1990.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

_____. *Texto e a construção dos sentidos*. 6. ed. Contexto: São Paulo, 2002.

KORUNIĆ, Petar. *A discussão sobre a construção da nação moderna croata – identidade nacional (Rasprava o izgradnj moderne hrvatske nacije - nacionalni identitet)*, Hrvatski institut za povijest: Slavonski Brod, 2006.

KRONKA, Graziela. *Análise do discurso e linguística textual: interação e interdiscursividade*. (589-594.) Curitiba: Anais do 5º Encontro do Celsul, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 10ª edição, 2005.

_____, et all. Culture, media, language. London: Centre for Contemporary Culture Studies, 2004.

HOUAISS, A. O português no Brasil. Rio de Janeiro : Unibrade, 1985.

HODGE, Robert; KRESS, Gunther. Social semiotics. New York: Cornell University Press, 1988.

LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

LIMA, Venâncio. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Pontes: Campinas, 1997.

MEDINA, Cremilda. *Jornalismo e a Epistemologia da Complexidade*. In:_____. (org.) Novo Pacto da Ciência: A Crise dos Paradigmas. (p. 193-205). 1º SEMINÁRIO TRANSDISCIPLINAR, ECA/USP, 1991..

MELLO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. *Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

MOIRAND, Sophie. *Les discours de la presse quotidienne. Observer, analyser, comprendre*. Paris : Presses Universitaires de France, 2007.

MOTTA, Luiz. *Análise pragmática da narrativa jornalística*. In: LAGO, C; BENETTI, M. (org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. (p.143-167). Petrópolis: Vozes, 2007.

NEVES, Marina Helena de Moura. *Texto e gramática*. Contexto: São Paulo, 2006.

NOVAK, Božidar. *Hrvatsko novinarstvo u 20. stoljeću*. Zagreb: Golden marketing, 2005.

NÓVOA, Antônio. *O passado e o presente dos professores*. in: *Profissão Professor*. (13-34). Porto Editora: Portugal, 1991.

ORLANDI, Eni. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. rev. e aum. Pontes: Campinas, 1987.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Edunicamp: Campinas, 1990.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. *Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras midigadas na pós-modernidade* in: *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. (49-67). Claraluz: São Paulo, 2003.

POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Editora Cultrix: São Paulo, 1949.

RAFFAELLI, Ida. *Neka nečela ustroja polisemnih leksema*. Filologija 48: Zagreb, 2007.

REIMÃO, S. (Coord.). *Livros em revistas: um estudo sobre a seção de livros em revistas brasileiras de grandes tiragens*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RODRIGUES, Anthony. *Psicologia Social*. Editora Vozes: São Paulo, 1975

SAMPAIO Jr, Plinio de Arruda *et all*. *Capitalismo em crise*, São Paulo: Sundermann, 2009.

SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York: W. W. Norton, 2003.

ŠKILJAN, Dubravko. *U pozadini znaka*. Biblioteka Suvremena misao: Zagreb, 1985.

SIRONIĆ, Milivoj. *Grčko-hrvatski rječnik*. Školska knjiga: Zagreb, 2003.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002

SOLOMON, John. *Covert attention does NOT affect contrast sensitivity*. Vision Sciences Society, annual meeting, Sarasota, Florida, 2002.

ŠONJE, Jure. *Rječnik hrvatskog jezika*. Leksikografski zavod „Miroslav Krleža“: Zagreb, 2000.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. “Hibridismo e Tradução Cultural em Bhabha” In: B. Abdala Jr. (Ed.), *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: BoiTempo, 2004, pp. 113-134.

STERNBERG, Robert. *Psicologia cognitiva*. Artmed: Porto Alegre, 2000.

VANDENBERGHE, Frédéric. *Um Estado para o Cosmopolitismo*. Rio de Janeiro: Novos Estudos, volume 90, 2011.

VAN DIJK, Teun. *Political discourse and political cognition* in: *Politics as Text and Talk: Analytical approaches to political discourse*. (204-236). Benjamins: Amsterdam, 2002.

_____. *Politics, ideology and discourse*. Elsevier Encyclopedia of Language and Linguistics. Volume on Politics and Language (Ruth Wodak, Ed.), pp. 728-740. 2005.

_____. *Discourse and manipulation in: Discourse & Society*, 17(2). (359-383). Benjamins:Amsterdam, 2006.

_____. *Ideology and discourse analysis in: Journal of political ideologies*. 11 (2006), (115-140). London: Routledge, 2007.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and practice*. Oxford University Press: Oxford, 2008.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. “Como se deve escrever a História do Brasil“. *Revista do IHGB*, n. 24. Rio de Janeiro, 1845. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros>>. Acesso em 25/02/2012.

WOLFSFELD, Gadi. *The model of political competition* in: News, Public Relations and Power. Sage Publications: London, 2003.

Sites

<<http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>>. Acesso em 04 Abril 2012.

<http://www.abril.com.br/br/conhecendo/conteudo_43899.shtml>. Acesso 04 Abril 2012.

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG82723-5855,00.html>>. Acesso em 04 Abril 2012.

<<http://www.nacional.hr/clanak/49571/ncl-media-grupa-jaka-i-neovisna>>. Acesso em 04 Abril 2012.

<<http://dalje.com/hr-hrvatska/bosko-matkovic-na-celu-uprave-ncl-media-grupe/275202>>. Acesso em 04 Abril 2012.

<<http://liderpress.hr/arhiva/55663/>>. Acesso em 04 Abril 2012.

<http://www.miroslavtudjman.com/index.php?option=com_content&view=article&id=593:tko-su-pravi-vlasnici-medija-u-hrvatskoj&catid=34:novosti&Itemid=142>. Acesso em 04 Abril 2012.

PIŠE: JELENA LOVRIĆ ■ NIMKE: DARKO TOMAŠ I ARHIV EPH

Ni SDP se nije nadao da će njegov "gospodarski program" dobiti u javnosti tako snažan odjek. Otkako je Ljubo Jurčić u ime SDP-a predstavio Glavne teze i ciljeve gospodarskog programa, javna se debata stalno vraća ekonomskim temama. HDZ mu parira svojim, uglavnom teorijskim, Strateškim okvirom za razvoj 2006. - 2013., što ga je izradio ured poduzetne Martine Dalić.

Ako se ovom prilikom zanemari pitanje može li se Vladin dokument smatrati političkim programom HDZ-a, odnosno koliko je Jurčićev program SDP-ov a koliko samo njegov, hrvatska javnost sada pokušava odvagati što joj se zapravo nudi.

DR. DRAŽEN KALOGJERA Veleučilište VERN

Nema odgovora na pitanje kako postići rast od 8 posto

- Sličnosti između SDP-ova i HDZ-ova gospodarskog programa mnogo su veće nego što obično mislimo. Jedan i drugi polaze ne od mjera koje će poduzeti, što bi bilo logično, nego od ciljeva koje bi trebalo realizirati. Jedan i drugi smatraju da je stopa rasta GDP-a od 4,5 posto, kakva se sad ostvaruje, apsolutno nedovoljna. Sanaderov koncept, primjerice, počiva na tri točke: na izvoru, poduzetništvu i Europskoj uniji. Slažem se da su to tri ključna strateška cilja hrvatskoga gospodarstva. Program Ljube Jurčića zasniva se na institucionalnim promjenama. On u prvi plan gura obecnije: stvoriti čemo institucije, agencije, institute koji će pomoći restrukturiranju gospodarstva. Na koncu, jedan i drugi zalažu se za poticanje proizvodnje, koja je tragično uništena HDZ-ovim procesom privatizacije.

- Hrvatskoj treba strategija. Koju nijedna Vlada nije uspjela skovati. Valentićeva je tvrdila da je strategija socijalistička izmišljotina, pa je u njezino vrijeme na djelu bio model koji je potpuno devastirao hrvatsko gospodarstvo. Za njih je najbolja strategija bila nikakva strategija. Jer je u tim okolnostima sve dopušteno. Za Račanovu je Vladu napisano 20 tisuća stranica eseja o ekonomiji, ali nikada to nije sintetizirano, nikada nije napravljena jasna strategija, s preciznim ciljevima, mjerama, vremenskim dinamiziranjem i -

VELIKI NEDOSTATAK
Ni HDZ-ov ni SDP-ov program ne polaze od analize uzroka zašto je gospodarstvo u katastrofalnom stanju

što je, po meni, najvažnije - s analitičkim utvrđivanjem uzroka nastanka katastrofalnog stanja u hrvatskom gospodarstvu. - Ni jedan od programa ne nudi analitički rezime onoga što nam se desilo u proteklih 15 godina. A bez toga nije moguće vidjeti ni što bi trebalo mijenjati. Hrvatska se, bez obzira na to tko je na vlasti, uporno i čvrsto drži jednog modela koji ne daje rezultate. Kuna je stabilna, ali nema razvoja. Politika stabilnosti teče, koju vodi Narodna banka, pojava nam je razvoj. - Sanaderu je najbolji dio orijentacija na izvoz, poduzetništvo i Europu. Slažem se i sa stavom da hrvatsko gospodarstvo mogu pokrenuti samo hrvatski poduzetnici. Podržavam i okrenutost Europi, za razliku od Jurčićeva, po meni, nedovoljnog fokusiranja na europski kurs. A najlošiji je dio, isto kao i u SDP-ovu programu, nedovoljna razradenost mehanizama koji bi hrvatske poduzetnike potakli da posluju u željenom pravcu.

- U SDP-ovu programu najbolji je dio određena socijalna nota na kojoj Jurčić inzistira. Dakle, minimalne plaće, povećanje mirovina, društveno odgovorno poduzetništvo... Ali za njegovu realizaciju Hrvatska nema resursa. Sa stopom rasta od 4 ili 5 posto ne možemo to financirati. S rastom od 8 posto mogli bismo, ali je pitanje kako to postići. Na to pitanje ni Ljubo Jurčić nije odgovorio.

LJUBO JURČIĆ
Predložio uvođenje poreza na kapitala dobitke, a nadamo se da će uključiti uvođenje imovinskih poreza, kaže Novotny

MLADEN VEDRIŠ, docent na Katedri za ekonomiju fakulteta u Zagrebu

SDP-ova industrijska politika

- U ovom trenutku nije moguće govoriti o SDP-ovu programu; riječ je o elementima programa. Tek kad predstavljena platforma bude kompletna instrumentima, rokovima, i kad razradi postojeća ograničenja i potencijale, onda se može smatrati cjelovitim ekonomskim programom. - Dr. Jurčić predlaže deficitarno financiranje, veći deficit u proračunu, dok je proračun sadašnje HDZ-ove vlasti išao prema uravnoteženju u planom da se deficit u iduću dvije-tri godine potpuno anulira. Poanta je Jurčićeva koncepta u snažnijoj državnoj financijskoj intervenciji u korist proaktivne industrijske politike. Sredstva proračuna bila su dosad prvenstveno angažirana za izgradnju infrastrukturu i podmirivanje poraslih socijalnih troškova.

- HDZ-ov i SDP-ov koncepti gospodarskog razvoja ne razlikuju se u ciljevima. To je uostalom i globalni trend. Općenito se smatra da ekonomska politika mora ostvariti tri temeljna cilja: prvo, povećati stupanj zaposlenosti, što u Europi uključuje i otvaranje bolje plaćenih radnih mjesta; drugo, osigurati što viši

ali i trajan, stabilan rast bruto domaćeg proizvoda. Treći je veću socijalna uključenost u građanima, što se ostvaruje u radnim angažmanom i vlastitim prihodima. Razlika u kojima nastaje u definiranju primjeni instrumentarija koji ciljevi mogu realizirati.

- U SDP-ovu programu najom smatram orijentaciju na industrijsku politiku. Taj potpuno korepondira s čitavim mandatom, nedovoljnim skim tendencijama. Jer, i u Hrvatskoj nastaje u svojevrsnoj neravnoteži između uspješne pro-europske politike i defenzive, koja je rezultirala stjecanjem statusa kandidata za članstvo u Europskoj uniji, i istodobne defenzive u gospodarskim temama. - Od ekonomije se očekuje da bude aktivna u podršku političke ofenzive i defenzive u SDP-u se moglo govoriti o političkom programu, nužno

MARTINA DALIĆ
Na čelu HDZ-ova ureda koji je izradio Strateški okvir za razvoj 2006. - 2013.

Dr. Jurčić mora doći u situaciju ne samo da je dirigent nego da iza sebe ima i orkestar, kaže Vedriš

onomsku politiku Pravnog Nacionalnog vijeća za konkurentnost

skladu je s očekivanjima EU

ju stranke. SDP ga mora vratiti, kao svoj oficijelni stranački program. Koliko vidim, se drže fige u džepu. Dr. Jurčić ra doći u situaciju ne samo da je dirigent, nego da iza sebe ima i orkestar.

- Aktualna je vlast uvela reda u javnoj financiji i uspjela je zahvatiti acajanj dio sive ekonomije. To namrat njenim posebno vrijednim postignućima. Najveći minus, pogotovo u prvom potpuno korepondira s čitavim mandatom, nedovoljnim skim tendencijama. Jer, i u Hrvatskoj nastaje u svojevrsnoj neravnoteži između uspješne pro-europske politike i defenzive, koja je rezultirala stjecanjem statusa kandidata za članstvo u Europskoj uniji, i istodobne defenzive u gospodarskim temama. - Od ekonomije se očekuje da bude aktivna u podršku političke ofenzive i defenzive u SDP-u se moglo govoriti o političkom programu, nužno

HDZ U NERAVNOTEŽI
HDZ se našao u neravnoteži između uspješne proeuropske politike ofenzive i defenzive u gospodarskim temama

Globus je u razgovoru s petoricom vodećih hrvatskih ekonomista pokušao odgovoriti na ova pitanja:

1. koje su sličnosti a koje razlike između gospodarskih programa HDZ-a i SDP-a;
2. koji su najbolji a koji najlošiji aspekti HDZ-ova i SDP-ovih koncepta;
3. hoće li se predstojeća izborna utakmica, za razliku od svih dosadašnjih, voditi na ekonomskim temama ili će sve to ipak na koncu otići u vjetar;
4. odgovaraju li ponuđeni programi aktualnim potrebama Hrvatske.

DAMIR NOVOTNY, nezavisni ekonomski analitičar

Sanaderova Vlada ne razumije vlastitu ekonomsku strategiju

- Prvo, i kod SDP-a i kod HDZ-a teško se može govoriti o gospodarskim programima. Više je riječ o zbirkama političkih ciljeva. Ali kako se oni misle postići - to ne znamo. To nam stranke nisu objavile. HDZ svoj gospodarski program zapravo i nema, već se koristi jednim dokumentom što ga je izradio Vladin ured za strategiju. Ali to nije operativni program. Ne govori kojim se ekonomskim mjerama kane ostvariti postavljeni ciljevi. Slično je i sa SDP-om. S tim da je Ljubo Jurčić, za razliku od HDZ-a, postavio pragmatičnije ciljeve. Po njemu, ako se želi riješiti ključni problem, a to je visoka stopa nezaposlenosti i stizanje tranzicijskih zemalja, stopa rasta gospodarstva mora biti značajno viša od sadašnje. Ali opet nedostaje prijedlog mjera ekonomskih politika.

- Vrlo je teško prepoznati glavne razlike između "programa". Osim što je Jurčić prvi put do taknuo zapravo ključno pitanje porezne reforme. Predložio je uvođenje poreza na kapitalne dobitke, a nadam se da će uključiti i uvođenje imovinskih poreza, dakle oporezivanje imovine koja ne služi osobnoj upotrebi. Jer, funkcija poreza nije samo prikupljanje javnih prihoda, nego podrazumijeva i aspekt promicanja socijalne pravde.

- Veliki plus Sanaderove Vlade u tome je što se nastoji približiti standardima Europske Unije. Mislim da je to možda najsajnija točka ukupne HDZ-

ove politike. Glavni je nedostatak u tome što se ne ponaša sukladno vlastitoj Strategiji razvoja. Strategija se ne promiče jer Sanaderova Vlada niti razumije tim dokumentom zacrtani makroekonomski okvir niti je kadra kreirati zakone kojim bi se postavljeni ciljevi realizirali. Zato je veliko pitanje može li se uopće taj program smatrati HDZ-ovim ako nije komuniciran s Vladom i ministri ga ne provode.

Možda nije ni predviđen za provođenje, možda samo služi za prezentaciju. Uostalom, to je uobičajena HDZ-ova praksa: prema vani parada, prema unutra blokada.

- Jurčić zapravo još nije dobio podršku stranke u čije ime istupa. Najveća kvaliteta njegova programa je u naglašavanju nužnosti ubrzanijeg ekonomskog rasta. Osim neizbježnih Čačićevih izjava da će otvoriti nekoliko ili onoliko tisuća radnih mjesta, ovo je možda prvi put da neka politička stranka kao cilj postavlja intenziviranje ekonomskog rasta i najavljuje odgovarajuće politike. Nedostatak je što ih politika nema. Ne vidimo ih. Vrlo je veliki nedostatak Jurčićeva programa i u tome da ga stranka još nije podržala. Poznajem vodeće ljude SDP-a, ne vjerujem da oni razumiju o čemu njihov ekonomski strateg govori. Jurčićev je program zapravo incident u SDP-u.

JURČIČEV NEDOSTATAK
Vrlo je velik nedostatak Jurčićeva programa u tome što ga stranka još nije podržala

KAKO ŽIVE HRVATI?

GLOBUS OTKRIVA | Statistička istraživanja o standardu hrvatskih građana i studije stručnjaka pokazuju da je kupovna moć vrlo niska, ali i da prosječni, zaposleni građanin olako diže skupe potrošačke kredite

HRVATI: Bogati ili siromašni?

Što posjeduju hrvatska kućanstva

Gotovina: prosječno 512 eura

Fiksna kućna linija: 83 %
Telefonska sekretarica: 11 %
Kabelska televizija: 20 %
Internet: 36 %
DVD player: 50 %
Video-kamera: 10 %
Digitalni fotoaparati: 32 %
Sušilica za rublje: 8 %
Strojevi za pranje posuđa: 29 %
Mikrovalna pećnica: 42 %
Klima uređaji: 20 %
Motorski scooter: 3 %

Prosječna hrvatska obitelj većinu mjesečnih prihoda mora trošiti na najosnovnije životne potrebe, a o odlasku na večeru s prijateljima ne može razmišljati

ISTRAŽIVANJA O STANDARDU | ŽIVOT IZNAD MOGUĆNOSTI

Dužni, sirom

Prosječni građanin podigao je 70.724 kune potrošačkih kredita

PIŠE: TEA KVARANTAN
globe@gph.hr
SNIMKE: DARKO MIHALIĆ I SAŠA MIJOŽOR SUČIĆ/CROPIX
ISTRAŽIVANJE PROVEO: GfK

Prosječna hrvatska obitelj mjesečno raspolaže s 512 eura, većina ima telefon i perlicu rublja, automobil, računalo... Gotovo trećina kućanstava posjeduje i digitalni fotoaparati, mikrovalnu pećnicu, DVD player... Već svaka peta obitelj ima ugrađenu klimu, dok čak 85 posto građana ima mobilni. No, pokazuju li ovi podaci da su Hrvati siromašni narod, ili živimo bolje nego što mislimo? Hrvatska je, zapravo, siromašna zemlja.

S tim zaključkom slaže se i Siniša Zrinskić, profesor na studiju za socijalni rad Pravnog fakulteta, koji je zajedno s Teom Matkovićem i Zoranom Šućurcem autor znanstvene studije "Nejednakost, siromaštvo i materijalna uskraćenost u novim i starim članicama EU". Prema tim podacima Hrvatska se na ljestvici siromaštva zimalja Europske Unije nalazi na sredini, točnije na gornjoj polovici ljestvice, odmah do Velike Britanije, Slovačke i Španjolske.

USKRAĆIVANJE No, ističe Zrinskić, to nikako ne znači da Hrvatska i Velika Britanija imaju isti životni standard. Obje države imaju oko 20 posto siromaš-

nog stanovništva, ali Velika Britanija ima manju stopu nejednakosti između siromašnih i bogatih građana, te njeni stanovnici imaju puno bolji položaj u tzv. elementima materijalne deprivacije. Siromašne obitelji u Hrvatskoj su sve one obitelji koje žive s manje od 1800 kuna mjesečno. Taj je iznos 60 posto od medijana, odnosno najniže vrijednosti u sredini nacionalnog dohotka, koji iznosi oko 3000 kuna. Hrvati si, naime, zbog njihove ograničene kupovne moći, moraju uskratiti neke potrebe i navike koje su Britancima sa 60 posto prosječne plaće u toj zemlji, na primjer, posve dostupne. Tako si prosječna hrvatska

VAŠ KOMENTAR
Globe

1. Hoće li iznos koji mislite potrošiti na kupovinu sljedeće godine biti veći od prošlogodišnjeg?

2. Imate li sada, vi osobno, nešto novca u stranoj valuti? Koju valutu?

Siromašni i bezbrižni

Razmišlja o budućnosti, a svaki treći smatra se siromašnim

SINIŠA ZRINSKIĆ
Profesor na studiju za socijalni rad upozorava da si prosječna hrvatska obitelj ne može priuštiti odlaske na večeru, putovanja u inozemstvo, mijenjanje namještaja ili redovito kupovanje sezonske garderobe

obitelji, za razliku od prosječne britanske, ne može jednom tjedno priuštiti odlazak na večeru s prijateljima, ne može svake sezone kupovati novu garderobu, ne može mijenjati namještaj u stanu ili kući, ne može putovati na ljetovanja ili zimovanja u inozemstvo... Još slikovitije zvuči podatak da siromašni Britanac ima, zapravo, dva puta veću kupovnu moć od siromašnog hrvatskog građana.

Hrvatski građani se, na žalost, na ljestvici stvarnog životnog standarda nalaze na samom dnu, te si rijetke obitelji mogu priuštiti čašćenje prijatelja večerom ili izlaskom. No, ekonomski analitičari davno su se složili s tvrdnja-

ma da prosječan Hrvat s prosječnom plaćom ili mirovinom ne može zatvoriti mjesečne potrebe, ali smatraju da se ponekad i olako poseže za potrošačkim kreditima. To ni ne čudi jer prema istraživanju GfK, Hrvati žive za danas i ne razmišljaju o budućnosti. Vole uživati u životu te se očito ne zamaraju minusima na računima.

DEFINICIJA "U studiji smo temeljem europskih podataka dali prikaz najvažnijih indikatora siromaštva, nejednakosti i materijalne deprivacije. Siromaštvo se mjeri prema statističkoj definiciji EU-a koja glasi da su siromašni oni koji imaju ispod 60 posto medijana na-

09/11/2007 GLOBUS 33

KAKO ŽIVE HRVATI?

► cionalnog dohotka, odnosno odgovara postotku stanovništva koji živi s manje od 60 posto srednje najniže plaće", kaže Zrinščak. Rangiranost Velike Britanije uz bok s Hrvatskom je, ističe,

3. Kako uspoređujete sadašnje financijsko stanje vašeg kućanstva s onim od prije 12 mjeseci?

4. Što očekujete od kretanja cijena u sljedećih 12 mjeseci?

KUPOVNA MOĆ
Siromašnim se u Hrvatskoj smatraju svi oni koji imaju manje od 1800 kuna mjesečno. Ta je granica siromaštva u Britaniji dvaput veća

rezultat iznimno liberalnog britanskog socijalnog modela prema kojem se vrlo malo izdvaja za socijalna davanja. Ali, u kategoriji materijalne deprivacije, u koju ubrajamo opremanje stana, odlazak u kazališta, kina i večere, ne možemo se nikako usporediti s Britancima.

■ **OSJEĆAJ** Hrvati i ostale postkomunističke zemlje imaju jako izraženu stopu subjektivnog siromaštva. U zapadnim zemljama ta je stopa, kaže, niža od stope siromaštva, dok je u Hrvatskoj obrnuto. Također u Hrvatskoj postoji visoka percepcija visokih socijalnih nejednakosti do kojih se došlo, smatraju građani RH, na nemoralan i nezakonit način. To se posebno odnosi na privatizaciju 90-ih godina.

Kao važan pokazatelj nejednakosti u društvu Zrinščak i suradnici koristili su razliku između zarade 20 posto najsiromašnijih i 20 posto najbogatijih, te je otkriveno kako je ona najveća u Portugalu gdje najbogatiji zarađuju čak 8,2 puta više, a najmanje u Švedskoj i Slovačkoj, samo 3 puta.

■ **ŽIVOTNE POTREBE** Istraživanjem su Zrinščak i suradnici ustanovili kako su u Hrvatskoj bogati, u prosjeku, imaju pet puta više od siromašnih građana,

“Bogati građani u Hrvatskoj imaju pet puta više od onih koji se smatraju siromašnim”

odnosno 20 posto bogatih ima pet puta više dohotka od 20 posto najsiromašnijih. U zemljama Europske Unije taj je odnos približno isti, odnosno bogati su u EU od 4,6 do 4,8 puta bogatiji od siromašnih.

“Ipak za životni je standard jako važna tzv. materijalna deprivacija u koju smo mi ubrojali: imaju li građani automobil, mogu li prijatelja pozvati jednom mjesečno na večeru ili pice, imaju li grijanje, mogu li si priuštiti ljetovanje, zamijeniti stari namještaj novim, imati obrok s mesom ili

ribom, kupiti novu odjeću, a Hrvatska se, prema tim mjerilima, nalazi jako nisko”, zaključio je Zrinščak. Tome u prilog stoji podatak da čak u 80 posto hrvatskih kućanstava ostvareni mjesečni prihodi nisu dovoljni za podmirenje životnih potreba. Prema tom podatku prihodi bi trebali biti čak 40 posto viši da bi obitelji mogla preživjeti mjesec. Stoga ne čudi da 57 posto Hrvata uopće ne stedi.

Hoće li Hrvatska uspjeti doći do standarda zemalja EU? Znanstvenici nisu baš optimistični.

KUPOVNA MOĆ U UNIJI Stanovnik EU dva puta bogatiji od Hrvata

Predsjednik Nezavisnih hrvatskih sindikata Krešimir Sever izjavio je da više od 60 posto ovoga evidentiranoga duga kod poslovnih banaka otpada na zaduženost po kreditnim karticama, na minuse po tekućim računima građana i na nenamjenske gotovinske kratkoročne kredite, koji su u pravilu uzimaju zbog toga da se doslovice zatvori mjesec. S druge strane, 40 posto tog duga su stambeni krediti. Ipak, Hrvatskoj se čak 33 posto građana smatra siromašnima, što je i opravdano činjenicom da si hrvatski građanin može ku-

KREDITI Minusi na tekućim računima omogućuju preživljavanje pitu samo 49 posto onoga što može kupiti prosječan stanovnik EU. Čak dvije trećine građana nije putovalo u posljednje dvije godine izvan zemlje. Najavljena poskupljenja mlijeka mogla bi dodatno otežati standard građana. Prosječna neto plaća u kolovozu iznosila je 4670 kuna, a njome se moglo pokriti 80,87 posto

zivotnih troškova. Minimalni troškovi života dvoje umirovljenika u listopadu su iznosili 3317 kuna, a prosječna isplaćena mirovina iznosila je 1958 kuna, čime se moglo pokriti samo 59 posto troškova.

Organizacija za gospodarska i socijalna istraživanja “Lisbon Council” iz Bruxellesa nedavno je objavila da neke zemlje istočne Europe neće tako skoro doći do životni standard zemalja zapadne Europe.

■ **PROGNOZE** Hrvatska se tako našla među zemljama s najlošijim predviđanjima za poboljšanje standarda građana.

Hrvatsku su svrstali u grupu zajedno s Bugarskom i Poljskom, a stagnaciju su pripisali seljavanju obrazovanog stanovništva, a istovremenim os-

tankom nedovoljno obrazovanog stanovništva te malim brojem novorođene djece. Kako bi dosegli standard EU, Hrvati se sve više i više zadužuju. Zaposleni Hrvat danas bankama duguje čak 70.724 kune...

6. Koja od sljedećih tvrdnji najbolje opisuje financijsko stanje u vašem kućanstvu?

ANEXO B

ZA MAMU NA DIJETI ZA MOJ SENDVIČ DOK SAM U ŠKOLI ZA TATU I PRIVATE

VRIJEME PRIJENOSA UTAKMICE ZA MENE

U okusu je tajna

www.podravka.com

OMV, GE i Deripaska ne mogu do zajma

WOLFGANG RUTENSTORFER, prvi čovjek austrijskog OMV-a

Krizu bankarske nelikvidnosti velike kompanije već su počele osjećati. Zbog nemogućnosti dobivanja zajma austrijski OMV bio je prisiljen sklopiti ugovor o reotkupu 10 milijuna dionica MOL-a. U SAD-u industrijski div General Electric nije mogao doći do sredstava za podmirenje dospjelih dugova pa se uprava te kompanije odlučila za javnu ponudu dionica na burzi. U problemu je i ruski oligarh Oleg Deripaska koji je zbog dugova bio prisiljen prodati udio u kanadskoj kompaniji Magna.

JEFFREY IMMELT, glavni direktor General Electrica

Gospodarstvo u strahu od BANKROTA

ZBOG FINACIJSKE KRIZE banke su zaustavile plasman kapitala čime su mnoge kompanije ostale bez novca i mogućnosti za reprogramiranje dugova

Analitičari upozoravaju da će vlade nakon što saniraju banke povećati porez

Preporučio: Marko Bločina
marka.bločina@nacional.hr
Smatra: Reuters i Nacionalova dokumentacija

Nakon tjedan dana neizvjesnosti američki Kongres je prihvatio plan za sanaciju američkih financijskih institucija vrijedan više od 700 milijardi dolara. Radi se o najvećoj državnoj intervenciji u financijski sustav nakon krize 1930. Tako će kratkoročno biti ublažene posljedice financijske krize u SAD-u i u svijetu, no ekonomski analitičari nisu sigurni hoće li ova vladina intervencija biti dovoljna da bi se u potpunosti prebrodila kriza. Dokaz nepovjerenja investitora prema vladinu planu je činjenica da izglasavanje tog zakona u Kongresu nije uspjelo izazvati pozitivan pomak na američkim burzama.

Naime, u petak su svi relevantni burzovni indeksi u SAD-u završili u minusu, a generalno mišljenje među poznatijim ekonomskim prilikama u SAD-u je bilo da 700 milijardi dolara dugoročno neće biti dovoljno kako bi se saniralo sve ugrožene financijske institucije. Najveći problem mogao bi biti daljnji pad cijene nekretnosti koji se očekuje u bliskoj budućnosti, a koji bi mogao izazvati niz novih problema bankama koje su investirale u instrumente vezane uz cijenu nekretnosti, kao što su hipotekarni krediti.

Mnogi analitičari se boje da će američka država rizicirati biti prisiljena na tiskanje novca kako bi prikupila sred-

stva za sanaciju banaka, a to bi značilo porast inflacije i niz negativnih ekonomskih efekata, pa bi plan na kraju izazvao više štete nego koristi.

U Europi je slična situacija. U želji da spriječe njihovu propast, europske su vlade odlučile nacionalizirati velike banke koje su se našle u problemima. Tako su vlade Belgije, Nizozemske i Luksemburga pristale uložiti 11,2 milijarde eura u banku Fortis i tako spriječiti njegovu propast. Njemačka je vlada objavila kako je u suradnji s tamošnjim bankama spremna investirati 35 milijardi eura da bi spriječila propast hipotekarnog zajmopredava Hypo Real Estate.

U EU je problem što sanacijski potezi jedne vlade pogoršavaju stanje u drugim državama

KRIZA SE NASTAVLJA

UBLAŽAVANJE KRIZE

Nancy Pelosi, predsjednica američkog Kongresa, sa zastupnicima demokratske stranke pokazuje dokument kojim se odobrava Vladin plan o upumpavanju 700 milijardi dolara u financijski sustav

početi tiskati novac, što će povećati inflaciju i uzrokovati gospodarsku krizu

ka. One države koje nemaju dovoljno sredstava za to, bit će prisiljene povisiti poreze ili tiskati novac, što znači i rast inflacije. Takav razvoj događaja vjerojatno bi uzrokovao i pad gospodarskog rasta, tako da bi na kraju financijska kriza prešla u gospodarsku krizu. Gospodarsku krizu mogli bi izazvati i sve stroži kriteriji banaka pri izdavanju zajmova i kredita. Naime, prioritet banaka i ostalih financijskih institucija u sljedećem razdoblju bit će očuvanje likvidnosti. Zbog toga će biti prisiljene značajno smanjiti, a možda i potpuno ukinuti plasman kapitala na tržište. S obzirom na veliki rizik koji trenutno postoji na financijskom tržištu, one banke koje nastave izdavati kredite značajno će povećati kamate.

Time će biti pogodne tvrtke koje su posljednjih godina svoj poslovni rast

temeljile na zaduženju. Takvim tvrtkama će biti teško pronaći kredite kojima bi financirali povrat postojećih dugova ili daljnje poslovno širenje. Upravo je to razlog zbog kojeg mnogi ekonomski stručnjaci strahuju da bi kriza koja danas pogađa financijska tržišta uskoro mogla prerasti u krizu industrijskog sektora i uzrokovati recesiju svjetskog gospodarstva. Najranije kompanije u sljedećem će periodu biti one koje su se proteklih godina najviše zaduživale, tako da nije teško zaključiti da bi u Hrvatskoj porast kamata mogao pogoditi Agrokor i sve tvrtke koje su poslovno širenje financirale bankovnim kreditima i obveznicama.

O tome koliko je trenutno teško doći do kapitala na financijskom tržištu svjedoči i slučaj General Electrica, jedne od najvećih kompanija na svijetu. Tvrtka nije uspjela pronaći banku koja bi joj dala kredit za otplatu dospjelih obveza. U General Electricu su potom objavili da će novac pokušati skupiti javnom ponudom svojih dionica na burzi, no analitičari su procijenili da taj plan nema izgleda za uspjeh, s obzirom na nepovjerenje ulagača na burzama. Situacija se promijenila tek nakon što je američki investitor Warren Buffett prošlog tjedna objavio da će uložiti 3 milijarde dolara u General Electric, a čelnici kompanije sada najavljuju da će

ta investicija povećati povjerenje ostalih ulagača i da će kroz javnu ponudu uspeti prikupiti planiranih 12 milijardi dolara. Bolja situacija nije ni u Europi. Zbog sve restriktivnijeg poslovanja banaka, brojne tvrtke prisiljene su pronaći nove načine financiranja. Velika austrijska naftna kompanija OMV prošlog je tjedna objavila da je sklopila ugovor o reotkupu dijela svog vlasničkog udjela u mađarskoj naftnoj kompaniji MOL. Sponzorirani o reotkupu su kratkoročni instrumenti financiranja trajanja ne dužeg od godine dana. To znači da je OMV dio svog udjela u MOL-u, oko deset milijuna dionica, prodao na period od godinu dana, nakon čega će ga ponovno otkupiti, ali po nešto većoj cijeni. Austrijanci su se na taj potez odlučili zato što nisu mogli isposlovati pozajmicu kod banaka.

Najranije kompanije su one koje su se proteklih godina najviše zaduživale

Godina dužničke krize

GLOBUS ISTRAŽUJE | Kako dvije glavne oporbene stranke, SDP i HNS, ocjenjuju Vladin plan za suočenje s gospodarskom krizom koja je pred vratima i golemim inozemnim dugom što se iz godine u godinu povećava

PIŠE: SLAVICA LUKIĆ
slavica_lukic@eph.hr
SNIMKE: CROPIX

O pći je dojam da premijer Sanader prvi put u pet godina kako vodi Vladu pokazuje znake panike. U posljednjih mjesec dana u više je navrata morao pojašnjavati vlastite izjave, tvrditi da je krivo interpretiran i shvaćen, a ovdje je tjedna intervjuu Hrvatskom radiju naknadno ublažavao dramatičnu tvrdnju iznesenu na zatvorenom sastanku sa sindikatima da smo "u banani" i da "doslovce visimo o koncu". Hrvatski je premijer sredinom studenog postao bolno svjestan činjenice da globalna financijska kriza

ekonomski recesija Hrvatsku mogu zaljuljati opasnije nego mnoge druge u trenutku kad Hrvatske autoceste i Hrvatska banka za obnovu i razvoj europskim investicijskim bankama nisu mogle prodati državne obveznice kako bi dobile novi zajam. Kroz Banske je dvore tek u tom trenutku, kako doznajemo, strelovito prostrujala spoznaja

da dolazi doba kad će biti jako teško održavati hrvatski začarani krug: dobiti nove kredite kako bi se servisirali stari dugovi, a još teže nove kredite potrebne za poslovanje hrvatskih tvrtki i nastavak infrastrukturnih investicija. Sadašnju su Vladu u najneizgodnijem trenutku sustigle posljedice neprekidnog 15-godišnjeg zaduživanja kao i tra-

gične privatizacijske odluke da se golema većina prethodno saniranih hrvatskih banaka proda strancima.

UKUPNI DUG U ovoj se godini ukupni hrvatski inozemni dug nastavio povećavati. Prema podacima HNB-a s 33,3 milijarde eura, u siječnju, narastao je na 37 milijardi eura u studenom. Inozemni dug danas već

teži 88,2 posto bruto društvenog proizvoda, što je po općoj ocjeni visoka zaduženost. Visoko zadužene zemlje ekonomski su ranjive jer su iznimno osjetljive na sve potrese na svjetskom financijskom tržištu, a aktualna globalna financijska i gospodarska kriza tu ranjivost opasno prističu rubu dužničke krize. U ovoj je godini Hrvatskoj na na-

Godina dužničke krize

a posto: zemlju čeka dužnička kriza, udar na tečaj i inflacija

HDZ

Jedina mjera: stezanje remena

Sanaderova Vlada domaću krizu nastoji prikazati kao isključivu posljedicu globalne gospodarske krize. Jedna od prvih mjera, kojom je nastojala odgovoriti na nju, bilo je povećanje državnog depozita za štednju građana sa 100 na 400 tisuća kuna. Suočena s otežanim inozemnim zaduživanjem, Vlada je kao glavnu mjeru ponudila stezanje remena i štednju te veću poreznu disciplinu. Glavni joj je cilj u idućoj godini svodenje proračunskog deficita na nulu. No, nakon pregovora sa sindikatima zaposlenih u državnim i javnim službama Vlada je natjerana na kompromis koji pokazuje da nulti proračunski deficit i neće biti lako dohvatljiv cilj. Zbog stezanja remena kao ključne anti krizne mjere Sanader trpi prigovore dijela stručne javnosti uvjerenog da i domaće mjere po uzoru na one u EU prvenstveno moraju pomoći gospodarstvu i potaknuti široku potrošnju.

NEVJERICA
U Vladi kao da ni sami ne vjeruju da će u godini koja slijedi uspjeli napuniti proračun težak 120 milijardi kuna

“HNB je u ovoj godini obavezne rezerve smanjio sa 17 na 14 posto pustivši tako u optjecaj 8,5 milijardi kuna. To je vatrogasna mjera koju HNB može učiniti još jednom, ali ne i treći put, tvrde ekonomski stručnjaci”

platu stiglo 8,8 milijardi eura inozemnog duga (7,3 milijardi glavnice i 1,7 milijardi kamata). U kriznoj 2009. na naplatu stiže 27 posto više inozemnog duga nego u ovoj godini, ukupno 11,1 milijardu eura (9,4 milijardi glavnice i 1,7 milijardi kamata). Dug se servisira tako da se rekreditira. To znači da se uzimaju novi krediti kako bi se vratili stari ili preciznije otplate kamate starih kredita. Uz to uzimaju se i novi krediti za održavanje tekućih troškova i poslovanja.

■ **SKUPI KREDITI** No, u uvjetima globalne gospodarske recesije kredite je sve teže dobiti, a zbog porasta potražnje za njima postaju skuplji. Hrvatska je Vlada zauzela stajalište da se u idućoj godini središnja država kod inozemnih banaka uopće ne smije zaduživati, dakle da mora ograničiti potrošnju i državni deficit svesti na nulu. Zato Vlada za tešku i neizvjesnu 2009. predlaže proračun za 10 do 15 milijardi kuna manji od onoga što je planirala još u rujnu ove

godine. Planirani proračun temeljen je na projekciji gopodarskog rasta od 2 posto, ali čini se kako ni u taj skromni gopodarski rast više nitko nije siguran.

RADIMIR ČAČIĆ, HNS

Bankama se ne smije dati da samo pobiru vrhnje

“Država je u zadnje vrijeme napravila dva važna poteza: povećala je jamstvo za štednju građana sa 100 na 400 tisuća kuna, a HNB je smanjio obveznu pričuvu bankama sa 17 na 14 posto i tako pustila u sustav 8,5 milijardi kuna, čime je zasao otklonjena opasnost od nelikvidnosti. No to su zapravo potezi očigledni. Kad bi Vlada imala zdrave pameti, onda mjere kojima, istina, pomaže vlastitim

PRAVI POTEZ Vlada treba reći bankama: Sad kad se tresete, nemojte dizati kamate i isisavati još više našeg novca

građanima, ali itekako ide i na ruku bankama u stranom vlasništvu, ne bi poduzela bezuvjetno, već bi tražila i nešto zauzvat. Od 8,5 milijardi kuna koje je HNB pustio u optjecaj smanjenjem obveznih rezervi, 2 milijarde otišlo je državi a 6 milijardi u nove kredite. Pametna bi Vlada pozvala šest-sedam najvećih banaka i rekla: kanimu povući mjere koje pomažu i vama. U hrvatski bankarski sustav niste pušteni samo da

biste pobrali vrhnje već zato što smo očekivali da ćete tu donijeti i svoju bankovnu akumulaciju, svoje bankarske proizvode i racionalno poslovanje. Zato, sad kad se tresete, nemojte dizati kamate i još više našeg novca isisavati. Vlada je od inozemnih vlasnika banaka, koji su samo u prvoj polovici ove godine izvukli iz Hrvatske 4 milijarde kuna dividendi, trebala tražiti da ne povlače ni kunu dividendi iz u Hrvatske.

DR. DRAŽEN KALOĐERA

Interventni fond za izvoznike

“Ovo s čim se danas suočavamo nije posljedica europske gospodarske krize, već nam na naplatu dolazi ceh za 15 godina pogrešne ekonomske politike koja je imala četiri ključne karakteristike. Kroz privatizaciju je učinjena de-industrijalizacija i deagrarizacija Hrvatske, politikom tečaja i monetarnom politikom godinama smo forsirali uvoz a ne izvoz, živjeli smo na dvostrukom deficitu, trgovačkom i budžetskom, i četrto visoka zaduženost. Stvorili smo ekonomiju koja ne može živjeti bez neprekidnog zaduživanja: novim zajmovima vraćamo stare dugove i još dodatno moramo pozajmljivati za tekuće potrebe. Upali smo u vrtoglavicu iz koje ne uspijevamo izaći. U okolnostima globalne krize tržište kapitala je reducirano, sve te-

že je naći nekoga tko će nam posuditi novac. Situacija je krajnje ozbiljna. Moje viđenje mjera za ublažavanje krize razlikuje se od onog što nudi Vlada. Sve zapadne države upumpavaju novac u ekonomiju kako bi joj pomogli da nastavi proizvoditi, izvozi i da ne optušta zaposlene. Mi bismo morali učiniti isto: Vlada bi morala detektirati stotini najuspješnijih tvrtki u Hrvatskoj, pomoći im da ne umanjuju svoje poduzetničke aktivnosti. Hrvatska mora stvoriti interventni fond da pomogne onima koji izvoze i zaposljava. Ne treba pomagati sektorima, nego pojedincima koji su pokazali da stvar znaju pokrenuti s mrtve točke. Dakle, u ovim okolnostima ne smijemo mamuziti konja koji vuče, nego mu dati zobi.

NAPLATA Na naplatu dolazi ceh za 15 godina pogrešne ekonomske politike

smanjio sa 17 na 14 posto pustivši tako u optjecaj 8,5 milijardi kuna. To je vatrogasna mjera koja je privremeno otklonila rizik nelikvidnosti. HNB to može učiniti još jednom ali ne i treći put, tvrde ekonomski stručnjaci s kojima smo pripremajući tekst razgovarali jer bi dovela u pitanje stabilnost monetarnog tržišta u zemlji. Zadnjih tjedana, kako doznajemo u Vladi, Sanader se znatno više nego s vlastitim ministrima konzultira s ljudima izvan Vlade, ponajviše s dvojicom članova novoimenovanog Savjetaodavnog odbora dr. Željkom Lovrićevićem s

LJUBO JURČIĆ, SDP

Ova kriza može pomesti ne samo HDZ nego i SDP

“Ova je vlada državnu blagajnu dosad nažalost koristila kao samoposlugu: kad bi procijenili da odbijanje zahtjeva neke socijalne skupine stranci na vlasti može prouzročiti političku štetu, posezali su u državnu blagajnu. Sad više za to nema novca. Ako hrvatska Vlada ne izađe s radikalno novim konceptom ekonomske politike, mogao bi nas snaći pesimističan scenarij: službena kriza jer nećemo moći otplaćivati inozemne dugove, a moguće je udar i na tečaj kune. Dode li do inflacije, doći će i do bankarske krize jer bi inflacija onemogućila otplatu kredita, a to bi dovelo do urušavanja financijskog sustava. Ta radikalna promjena gospodarske politike treba imati dva segmenta: mora zaustaviti stagnaciju domaće proizvodnje i pripremiti gospodarstvo za nadolazeću

globalnu krizu i za novi ekonomski poredak koji dolazi. Što dulje budemo oklijevali s tim radikalnim promjenama, bit će sve teže. Ne vjerujem da to može učiniti ova Vlada jer nema gospodarsku strategiju. Isto tako mislim da ova kriza može pomesti ne samo vladajuću stranku nego i najjaču opozicijsku stranku ako na vrijeme ne prepozna što se u međunarodnoj ekonomiji događa i ne ponudi mjere koje će u novim okolnostima zaštititi vlastite građane i nacionalne ciljeve.

Ekonomskega instituta te predsjednikom Uprave T-Coma Ivićem Mudrićem.

Ove je jeseni Sanader jasnije nego ikada shvatio kako je teško stajati za kormilom Vlade, pogotovo ako se zna da tamni oblaci ček dolaze. Možda se i zato iz HDZ-ovih kulaura poslije nekoliko dana može čuti da

Sanader sve ozbiljnije razmišlja o kandidaturi na predsjedničkim izborima po-

četkom 2010. i prepuštanju premijerskog mjesta nekom drugom. No, ako se odluči za predsjedničku utrku, naći osobu spremnu da u se u kriznoj godini prihvati premijerskog posla i neće biti lako.

■ **ZAOKRET** Treba nam radikalni zaokret u ekonomskoj politici, inače propadamo

HRVATSKA

Najveće žrtve

Bez posla bi moglo
ostati još 50 tisuća
ljudi i bit će vrlo teško
pokrenuti novi trend
rasta zaposlenosti

Ilustr. Dink Tabaković/CROPIX

ALARMANTNO: Inozemni dug dosegnut će 45 milijardi eura i izjednačiti se s vrijednošću celog hrvatskog gospodarstva

U 2010. godini, u koju ulazimo s nadom da ne može biti gora od ekonomski katastrofalne 2009., nacionalno će gospodarstvo pretrpjeti još dublji pad: vrijedit će koliko i sam inozemni dug Hrvatske! Dug prema inozemstvu već je prešao 41 milijardu eura i porast će na 44 ili čak 45 mi-

lijardi, a kako se za 2010. očekuje tek neznatni rast BDP-a od 0,5 posto - ako ga uopće bude - to znači da će prvi put iznositi koliko i ukupni bruto-domaći proizvod (BDP). Svedeno na rječnik kućnog budžeta, hrvatsko gospodarstvo iduće godine neće "zaraditi" čak ni za otplatu kamata po inozemnim kreditima, za koje treba osigurati 1,8 milijardi eura.

Prilika za zaokret. To nije prognoza ekonomskih katastrofičara, nego realna procjena uglednih gospodarskih stručnjaka i poduzetnika - Vladimira Gligorova, Ljube Jurčića i mira Kuštraka i Ivice Mudrić - koji su za Globus, analizirali kakvi su izgledi Hrvatske za iduću godinu počne izlaziti iz krize. Po njihovu mišljenju, nema nikakve dvojbe

U NOVU GODINU SA STAROM KRIZOM

EKONOMSKI KALENDAR ZA 2010.

ČETNA PROGNOZA Četvorica uglednih ekonomista i poduzetnika - okupljenih u Globusov gospodarski *think tank* - analiziraju kakvi su izgledi Hrvatske da, nakon katastrofalne 2009., u idućoj godini počne izlaziti iz krize / Piše: Nikola Jelić • Snimke: CROPIX

Ivo Jovanović
Za vraćanje dugova uzimam čemo nove kredite pa će se inozemni dug povećati za tri milijarde eura

Ljubo Jurčić
Ključno je da gospodarske reforme počnu 2010., jer sigurno neće biti provedene 2011., koja je izborna godina

Đorđe Kuštrak
Tradicionalni pad potrošnje u siječnju sad će biti još izraženiji. Građevinska industrija i dalje će propadati

Vladimir Gligorov
Kraj recesije ne znači i početak oporavka jer Hrvatskoj nedostaju izvori gospodarskog rasta

segnut će 45 milijardi eura i izjednačiti se s vrijednošću celog hrvatskog gospodarstva

u 2010. posve odrediti dugoročni smjer razvoja domaćeg gospodarstva. Pri tome se slažu kako se iduće godine još stigne napraviti zaokret koji će izvesti Hrvatsku iz recesije i omogućiti joj da se vrati na starije razine razvoja. Ali jednako se tako slažu da će naša zemlja zapasti u višegodišnje probleme ako tada ne uspije svojim potezima i mjerama ostvariti gospodarski rast koji će se temeljiti

na povećanju proizvodnje, zaposlenosti i izvoza. I to mora učiniti sama, kažu, a ne računati na pomoć izvana. Ove je godine dio krize "uvezen" u Hrvatsku jer su smanjena potražnja za robom i uslugama te manjak kapitala na globalnom tržištu presjekli dotok novca, poslova i narudžbi Hrvatskoj. Po istoj bi logici trebalo očekivati da

će izlazak većine europskih zemalja iz recesije, a što se upravo događa, pomoći i Hrvatskoj da riješi svoje probleme. Ali, neće biti tako, upozorava Vladimir Gligorov, svjetski priznati analitičar s Bečkog instituta za financije. - Hrvatska u 2010. ne mora strahovati od novog uvoza krize jer je globalna recesija pri kraju. Ali, ne treba očekivati ni brzi oporavak »

ANEXOF

OŽUJAK 2010.

Vrhunac krize: dalji pad gospodarskih aktivnosti i smanjenje potrošnje. Vlade mjere za poticanje proizvodnje i Fonda za spas poduzeća još neće dati nikakve rezultate

» gospodarstva o kojima ovisi Hrvatska, pogotovo ne onih u regiji. To znači da se blagi oporavak ili stagnacija u hrvatskom okruženju još neće pozitivno odraziti na Hrvatsku, pa ona ne treba očekivati uvoz gospodarskog rasta iduće godine - govori Gligorov. Dakle, oporavak, primjerice, talijanskog, njemačkog ili austrijskog gospodarstva neće se prelići u Hrvatsku.

Jedan od glavnih razloga zašto europski val optimizma neće pomoći našoj zemlji jest taj što hrvatsko gospodarstvo nije temeljeno na izvozu. Za razliku od slovenskoga, primjerice, koje u izvoz usmjerava oko 60 posto svega što proizvede, hrvatsko gospodarstvo za izvoz radi tek oko 25 posto. Pojedine će kompanije profitirati od novih inozemnih narudžbi, ali to ne

Foto: Davor Pongračić/ICORP

REJTING Olakotna je okolnost što Hrvatska

LIPANJ 2010.

Rekordna nezaposlenost: bez posla će biti tri stotine i dvadeset tisuća ljudi. Blagi oporavak gospodarstva u susjednim zemljama još se neće pozitivno odraziti na Hrvatsku

može pokrenuti naše cjelokupno gospodarstvo. Zato Gligorov upozorava kako kraj recesije ne znači i početak oporavka jer hrvatskoj nedostaju izvori rasta.

Novi veliki dug. Možda najviše koristi od oporavka europske Hrvatske će imati kod novih zaduživanja u inozemstvu, pa će u 2010. lakše refinancirati svoje dugove. Za Vladu je to dobra vijest, budući da iduće godine planira i proračunski deficit - a riječ je o 0,6 milijardi kuna ili 2,5 posto BDP-a - financirati uglavnom na stranom tržištu. Ali, navika da domaće probleme rješava posuđivanjem tuđeg novca upravo i jest dovela zemlju u krizu, pa ekonomist Ljubo Jurčić tvrdi kako je mogućnost zaduživanja samo na prvi pogled olakotna okolnost.

- Europske banke kod kojih smo zaduženi pristat će refinancirati naše dugove i iz vlastitih interesa: ne žele ugroziti svoje banke - kćeri u našoj zemlji. Siguran sam da Hrvatska iduće godine neće imati problema s otplaćivanjem kredita. Ali problem je što ćemo za vraćanje dugova uzimati nove kredite, pa će Hrvatska u 2010. povećati svoj inozemni dug za još oko tri milijarde eura - procjenjuje Jurčić.

U takvoj situaciji, kad se očekuje da će sadašnji dug od 41 milijarde eura biti premašen, još alarmantnije zvuči upozorenje Vladimira Gligorova da Hrvatskoj za početak oporavka nedostaju izvori rasta gospodarstva. Državni proračun to više nije, taj je motor izvan funkcije. Vlada se nije usudila dirati, odnosno smanjiti javnu potrošnju "zacementiranu" za socijalu, plaće i mirovine, a subvencije su tek neznatno okružene. Zbog toga nije mogla osigurati novac koji bi usmjerila u proizvodnju. Tek sada, najavom dalja je nada da bi se početkom 2010. moglo nešto dogoditi u smjeru poticanja proizvodnje i novog investicijskog ciklusa.

Predsjednik HUP-a Damir Kuštrak drži kako je siječanj zadnji rok da po-

vuče takav potez. Njegova je procjena da će kriza doći vrhunac u prvoj polovici 2010. Kako će optimizam s europskih tržišta ostati neutralan za hrvatsko, problemi s kraja ove godine samo će se prelići u prve mjesec iduće. Tradicionalni pad potrošnje u siječnju sada će biti još izraženiji, što će koštati trgovinu. Građevinska industrija i dalje će padati jer nema novih narudžbi, a nema ni naplate za već obavljene poslove jer tisuće stanova stoji neprodano. Sve će to zaravati radna mjesta. Više od 50 tisuća izgubljenih radnih mjesta u 2009. neće biti kraj priče o rastu nezaposlenosti, slazet će se naši sugovornici.

320 tisuća nezaposlenih. Kraj godine Hrvatska dočekuje s oko 260 tisuća nezaposlenih i poraznim podacima da se svakoga dana izgubi između 160 i 200 radnih mjesta. Gligorov procjenjuje da bi u idućoj godini bez posla moglo ostati još 30 tisuća ljudi ako se rast BDP-a bude kretao oko mizernih 0,5 posto.

Jurčić je uvjeren da će već u ožujku broj nezaposlenih radnika premašiti 300 tisuća, a do ljeta dostići i brojku od 320 tisuća. Direktor HT-a Ivica Mudrić iznosi najcmju prognozu: bez posla bi moglo

Foto: Davor Pongračić/ICORP

Veći nameti

Uz smanjeni prihod od PDV-a, trošarina i doprinosa, što je realno očekivati u prvih šest mjeseci 2010., državi će nedostajati novca za tekuće obveze

najkasnije u svibnju ili lipnju krene u rebalans proračuna.

Smanjena potrošnja i gospodarska aktivnost, ali i pad broja zaposlenih, osjetit će planove ministra financija, koji je računao na čak 8,5 posto veće porezne prihode. Uz smanjeni prihod od PDV-a, trošarina i doprinosa, što je realno očekivati u prvih šest mjeseci 2010., državi će nedostajati novca za tekuće obveze. Ona će stoga ili povećati namete - što bi bilo politički vrlo riskantno - ili će se još zadužiti.

Početak oporavka. Jurčić procjenjuje kako bi Hrvatska mogla ostvariti turistički prihod od oko sedam milijardi eura. No, to neće spasiti domaće gospodarstvo i bilo bi pogubno da se Vlada pouzda u sezonske efekte turizma. Ako prije toga osigura poticaje za rast proizvodnje, to bi skupa s turističkom sezonom moglo donijeti tek početak izlaska iz krize.

Ni strane investicije iduće godine neće biti od pomoći.

- Ulaganja u industrijsku proizvodnju u manje razvijenim zemlja-

RUJAN 2010.

Turistička bilanca: očekuje se prihod od sedam milijardi eura. To neće spasiti gospodarstvo, no ako Vlada osigura poticaje za rast proizvodnje, to bi mogao biti početak izlaska iz krize

ma iduće godine završava pregovore o ulasku u EU, jer će joj to, sigurno, podignuti rejting i pomoći joj da privuče izravna strana ulaganja, bez kojih nema razvoja prijeko potrebnog za izlazak iz recesije.

Kalendar ekonomskih kretanja u 2010. godini, međutim, mogao bi biti poremećen i političkom situacijom u zemlji, na što su upozorili i naši sugovornici.

- Ako Vlada nastavi borbu protiv korupcije i započne reforme usmjerene na poticanje proizvodnje tijekom prve polovice godine, onda će to dati rezultata u drugoj polovici 2010. i mogće je početak oporavka. Godina 2010. ključna je da se to učini jer je 2011. izborna i te godine ne treba očekivati reforme zahvate - kaže Mudrić.

2010. završava pregovore o ulasku u EU

ostati još 50 tisuća ljudi. Glavni trošak krize, kako to vidi Jurčić, mogao bi se dogoditi prelomiti upravo preko tržišta rada, a to će dugoročno biti problem. Naravno, bit će vrlo teško pokrenuti novotrend rasta zaposlenosti.

Cijeli prvi kvartal treba očekivati pad gospodarske aktivnosti jer Vlada do sada nije učinila ništa da se to izmijeni. Fond za spas poduzeća može ublažiti situaciju, ali tek u drugoj polovici godine, jer se efekti ne mogu odmah očekivati - kaže Mudrić.

Najgora situacija najteže će Vladu da

ma kasnit će, budući da će biti puno neiskorištenih kapaciteta u industrijaliziranim zemljama koji će se najprije obnoviti - prognozira Gligorov i zato poručuje hrvatskoj Vladi da iduće godine poticaj gospodarstvu mora doći iznutra.

Kao otegotnu okolnost za veći priljev stranih ulaganja Mudrić opet ističe nespornost Hrvatske jer, kaže, i dalje postoje administrativne barijere ulaganjima, neriješeni pravni odnosi, kruto radno zakonodavstvo.

No, olakotna je okolnost što Hrvat-

PROSINAC 2010.

Mogući početak oporavka: ako Vlada nastavi borbu protiv korupcije i reforme usmjerene na poticanje proizvodnje, onda će to dati rezultat u drugoj polovici 2010. godine

eduro

ugradni ormari,

čuvari vaših tajni.

Čestit Božić i Nova 2010. godina!

KUPITE PROIZVODE HRVATSKIH PROIZVOĐAČA

ZAGREB, Medvedgradska 7, e-mail: medvedgradska@eduro.hr
Tel: 01/4689 113, 4689 114, Fax: 01/4689 115

ZAGREB, Center SOLIDUM - Škoričkova 11,
e-mail: solidum@eduro.hr
Tel: 01/3452 226, Fax: 01/3452 302

RIJEKA, Strossmayerova 13B (prijelaz Hotel NEBORE),
e-mail: rijeka@eduro.hr, Tel: 051/377 317, Fax: 051/377 318
OSIJEK, Sv. Ane 88, e-mail: osijek@eduro.hr
Tel: 031/373 744, Fax: 031/373 745

VARAŽDIN, Šestova 18a, e-mail: varazdin@eduro.hr
Tel: 042/232 490, Fax: 042/203 493

SL. BROI, Meskova 30, e-mail: slavonskobrod@eduro.hr
Tel: 035/411 339, Fax: 035/639 650

SP. IT, Dubrovačka 29, e-mail: sp@eduro.hr
Tel: 021/503 687, 503 688, Fax: 021/503 689

RAJA, Labinska 2/C, e-mail: raja@eduro.hr,
Tel: 020/17 775, Fax: 020/17 776

DUBROVNIK - V. LISINSKOG 15, e-mail: dubrovnik@eduro.hr
Tel/Fax: 020/438 664

**Zlatna medalja MOBIL OPTIMUM
ZA KVALITETU Ambien 2008.**

U novoj godini dat

DJELA, A NE PAROLE Ne smatram da sam nezamjenjiva. Ali za razliku od drugih, ne koristim parole o borbi protiv korupcije da bih došla na vlast

► PIŠE **Jadranka Kosor**

Premijerka
Jadranka
Kosor,
ekskluzivno
u Globusu,
otkriva
smjernice
svoje
političke i
gospodarske
strategije za
2010. te,
prvi put,
najavljuje
kadrovske
promjene u
svojem timu

Dok iza sebe ostavljamo najtežu godinu od ratnih vremena do danas, u 2010. ulazimo s nadom da ćemo uspostaviti zdrave i čvrste temelje za ponovni rast gospodarstva i razvoj cjelokupnog hrvatskog društva.

To je nešto što smo trebali davno učiniti, i sad među ostalim osjećamo posljedice propuštenih prilika. Možda je bespredmetno trošiti vrijeme u određivanju krivnje i procjenjivanju onoga što se moglo postići ili izbjeći da su se reforme uspješnije provodile kad su globalne prilike bile povoljnije. Ipak, hrvatski građani s pravom očekuju od političara iskrenost u priznavanju neiskorištenih šansi i krivih poteza te odgovornost u rješavanju nagomilanih problema.

Ni uoči nove godine neću se razbacivati obećanjima. Neću bježati od odgovornosti i nijedan problem neću marginalizirati. Dat ću sve od sebe da hrvatski narod dovedem do mirnih voda stabilnosti, razvoja i prosperiteta.

Tražim potporu i rad bez ostataka od svih svojih suradnika, bez iznimaka. U 2010. dat ću priliku novim ljudima koji svojim kvalitetama mogu pridonijeti boljitku Hrvatske.

Slijedeće godine obilježit ćemo 20. godišnjicu prvih slobodnih, demokratskih i višestranačkih izbora u Hrvatskoj. S vremenske distance, moramo sa zadovoljstvom i ponosom naglasiti da smo u ova dva desetljeća ostvarili mnogo toga što su prijašnji hrvatski naraštaji mogli samo sanjati.

Stvorili smo i obranili državu, živimo u slobodi i demokraciji, Hrvatska je sigurna zemlja. U samo nekoliko godina uspjeli smo promijeniti globalnu percepciju Hrvatske, iz ugrožene zemlje u vodeću turističku destinaciju. Svojim prirodnim ljepotama osvajamo svjetske simpatije, a članstvom u NATO-u i skorim ulaskom u Europsku uniju Hrvatsku smo konačno vratili tamo gdje joj je uvijek i bilo mjesto.

Hrvatska jest uspjeha priča.

Međutim, kada su se hrvatski građani plebiscitarno izjasnili za nezavisnost, tada su jasno iskazali nadu da će hrvatska država biti ujedno i u punom smislu riječi pravna država, u kojoj nitko neće biti iznad zakona, gdje će korupcija postati marginalna pojava, u kojoj će administracija služiti, a ne kočiti privatnu inicijativu.

Takvu Hrvatsku još dugujemo sebi, ali i svima onima koji su je sanjali i za nju ginuli.

Stoga, ako smo se devedesete okupili u borbi za stvaranje i obranu države, pozivam vas da se 2010. okupimo u borbi za pravnu državu, za Hrvatsku bez privilegiranosti i nedodirljivosti, za vladavinu zakona i rada.

Znam da će neki biti skeptični prema takvoj inicijativi, ali i prema meni i vladajućoj koaliciji u njezinoj provedbi. Ne vjeruju da ja to mogu, da mi to možemo. Misle da oni

Kao članica NATO-a Hrvatska će nastaviti pridonositi miru i sigurnosti u svijetu, posebice u Afganistanu, gdje su potrebni dodatni napor

to mogu bolje i traže prijevremene izbore. I to je njihovo demokratsko pravo.

Najskrenije, ne smatram da sam nezamjenjiva ni predodređena da vodim Hrvatsku. Ali za razliku od drugih ne koristim parole o borbi protiv korupcije da bih došla na vlast. Ja već jesam hrvatska premijerka i protiv korupcije se borim djelima, bez posustajanja i bez straha.

Vrlo ozbiljno shvaćam svoju dužnost predsjednice Vlade kao jedinstvenu priliku da pokrenem duboke promjene koje su Hrvatskoj prijeko potrebne, u gospodarstvu, ali i u mnogim drugim segmentima državne politike i društvenog života. Mnogi o tome govore već dugu niz godina. Sad je došlo vrijeme za djelovanje. Uz potporu hrvatskih građana i gradana, ja ću to i učiniti.

Novi gospodarski model, stoga, mora biti usmjeren na smanjivanje neproduktivne državne potrošnje, uz povećanje sredstava za jačanje gospodarstva. Ne implicira ni niz zakonskih promjena tijekom 2010. koje postojeće društvene odnose prilagodi novim okolnostima. socijalni dijalog pomaknuti iz borbe za raspodjelu neimaštine u raspravu o stvaranju novog bogatstva.

U priliku novim ljudima

PUT U EU Činjenica da se u Bruxellesu već piše Ugovor o pristupanju Hrvatske Europskoj Uniji jasno pokazuje da smo ušli u samu završnicu ovog povijesnog puta

tora za reduciranje hrvatske politike na puklo svrstavanje uz stajališta Bruxellesa, već se moramo pripremiti za aktivno sudjelovanje u kreiranju zajedničke EU politike. A za to nije potrebna manja, nego baš veća i razvijenija svijest i sposobnost promicanja nacionalnih interesa.

U tom pogledu, uz jasnu europsku vokaciju, tijekom 2010. Hrvatska će nastaviti jačati i svoje savezništvo sa Sjedinjenim Američkim Državama. Kao članica NATO-a nastavit ćemo pridonositi miru i sigurnosti u svijetu, posebice u Afganistanu, gdje su potrebni dodatni napor međunarodne zajednice u osiguravanju stabilnosti i razvoja.

Najveći doprinos svjetskom miru i sigurnosti, dakako, Hrvatska može i mora dati u susjednoj jugoistočnoj Europi. Jačanje euroatlantske perspektive za sve zemlje regije u našem je interesu i u tom ćemo smjeru djelovati i tijekom predstojeće godine. To se posebno odnosi na punu potporu Hrvatske euroatlantskoj budućnosti Bosne i Hercegovine kao jedinstvene države u kojoj će hrvatski narod biti jednako pravedan.

Hrvatske interese, posebice one gospodarske, promicat ćemo također razvojem prijateljskih odnosa sa zemljama koje sve više utječu na globalna kretanja, kao i onima koje u svom razvoju žele unaprijediti suradnju s Hrvatskom.

Inicijativa za novi gospodarski model, završetak pregovora s Europskom Unijom i aktivnija uloga Hrvatske u međunarodnim odnosima. Možda zvuči preambiciozno za 2010. u kontekstu i dalje teških uvjeta ekonomske krize.

No, upravo zbog toga potreban je hrabar, odlučan i ambiciozan program hrvatske Vlade. To je program teških, ali potrebnih odluka s jasnim ciljem izlaska iz krize i ponovnog rasta gospodarstva.

U mnogim segmentima provedba takva programa podrazumijevat će nova rješenja i modele. Naravno da ulaz u nove situacije uglavnom izaziva strah od nepoznatog. Zato podsjećam što je Franklin D. Roosevelt poručio američkim građanima za vrijeme Velike depresije: "Jedino od čega moramo strahovati jest strah sam."

Drage hrvatske građanke i građani,

"ne bojte se". Tim riječima je i Ivan Pavao II. započeo svoj pontifikat i ohrabrio mnoge koji su tada bili iza željezne zavjese da se usude poželjeti i izboriti slobodu.

I mi smo prije 20 godina bez straha izabrali put slobode, nezavisnosti i demokracije. Na nama je sada odluka da taj put nastavimo, prihvatimo nove izazove i postavimo temelje za bolju Hrvatsku za nas i za našu djecu.

U tom smislu, pozivam vas da to zajedno učinimo u 2010. Sretna vam Nova godina!

Niz zakonskih promjena pomaknut će socijalni dijalog iz borbe za raspodjelu neimaštine u raspravu o stvaranju novog bogatstva

OPRAVDANA OČEKIVANJA
Hrvatski građani s pravom očekuju od političara iskrenost u priznavanju neiskorištenih šansi i krivih poteza te odgovornost u rješavanju nagomilanih problema

As bolsas reviveram, nos últimos dias, a tensão das crises financeiras típicas da década passada: **13%** de queda em Paris, **12%** em Londres e **9%** em Nova York. Os papéis chineses chegaram a perder **22%** de seu valor.

A bolsa de valores brasileira a Bovespa, não ficou imune ao terremoto financeiro mundial e perdeu **16%**. O dólar recuperou seu valor em torno de **2 reais**

**Desta vez
os fundamentos
da economia
ajudaram a manter
a crise longe
dos brasileiros**

Giuliano Guandalini

A crise mundial arrefeceu na sexta-feira antes que atingisse a economia real brasileira. Não houve pressão inflacionária nem foram necessárias medidas emergenciais de mexidas nos juros e na taxa de câmbio

Em duas semanas, a economia mundial atravessava um dos períodos de maior prosperidade nos últimos trinta anos: as empresas nunca lucraram tanto, a China crescia a 10% ao ano, o Brasil exportava matéria-prima em volumes e preços recordes. Em total, contraponto a esse ambiente saudável, as bolsas de valores e as moedas de todo o planeta foram estremeçadas por um terremoto. Em duas semanas, trilhões de dólares evaporaram dos mercados de ações sem que houvesse um ataque terrorista, como o de 2001, ou a quebra de um país emergente — como a Tailândia, em 1997, a Rússia, em 1998, e o Brasil, em 1999. Um pânico de origem incerta e difusa dominou os agentes financeiros. Bancos europeus e americanos subitamente cortaram o crédito a empresas, mesmo as de primeira linha. Fundos de investimento tiveram de congelar saques. Os principais bancos centrais do mundo entraram em cena. Despejaram 350 bilhões de dólares nos mercados americano, europeu e japonês. Na sexta-feira passada, o banco central americano, o Federal Reserve, também diminuiu a taxa que cobra para emprestar dinheiro ao sistema financeiro. Tudo para evitar que o colapso da confiança no sistema financeiro levasse o mundo a uma recessão. A ação foi suficiente para estancar o pânico. Ao menos por enquanto. As lições dessa crise fora de hora e fora do script de prosperidade da economia mundial merecem uma reflexão.

A crise foi detonada, pelo que se sabe até agora, por uma razão inédita: pelo próprio medo de uma crise. Mais especificamente, pelo receio de que o vírus da inadimplência no setor imobiliário americano contaminasse a saúde da economia mundial. Nos últimos anos, foram criados fundos de investimento lastreados por papéis que carregavam os financiamentos de imóveis americanos. Como os

	RESERVAS (em dólares)	RISCO-PAÍS (pico em cada ano)	BALANÇA COMERCIAL (em dólares)	PARCELA EM DÓLAR DA DÍVIDA PÚBLICA
Crise asiática (1997)	50 bilhões	772	-6,7 bilhões (déficit)	15%
Crise eleitoral (2002)	38 bilhões	2436	+13 bilhões (superávit)	22%
Hoje	156 bilhões	229	+46 bilhões (superávit)**	0,9%

* Títulos federais indexados ao câmbio

** Dezembro de 2006

veja 22 de agosto, 2007 73

juros estavam baixos na Europa e no Japão, esses fundos, que ofereciam retornos maiores, tornaram-se atraentes para os pequenos e grandes investidores. Criou-se uma pirâmide de investimentos de cerca de 1 trilhão de dólares por meio da qual a poupança de milhões de empresas e aposentados, europeus e japoneses, foi usada para financiar a construção e a compra de casas nos Estados Unidos. Essas aplicações eram vendidas como extremamente seguras, mas, na prática, não era bem assim. Financiamentos imobiliários concedidos com liberalidade a quem não tinha bom histórico de crédito minavam todo o edifício. Ele começou a ruir no início do mês, quando, para aumentarem a solidez de suas carteiras, alguns fundos de investimento tentaram se desfazer das hipotecas americanas na esperança de passar adiante o mico do risco. Quando não conseguiram fazê-lo, venderam ações de empresas saudáveis, derrubando as bolsas no mundo. O pânico se alastrou depois que vários fundos começaram a reconhecer que seus ativos valiam menos do que haviam informado anteriormente.

Ninguém sabe ainda a extensão das perdas nem quanto tempo será necessário para varrer essa bagunça para fora

VISÕES SOBRE UM MESMO FENÔMENO

Otimistas e pessimistas concordam em um ponto: o Brasil está melhor

MAILSON DA HÓBRIGA
EX-MINISTRO DA FAZENDA

"Ao contrário de outros períodos de turbulência, este tem foco nos países ricos. Os fundos e bancos brasileiros estão sólidos. Estamos diante de um fenômeno localizado e transitório. O Brasil sairá ganhando"

SERGIO VALE
MD ASSOCIADOS

"A fase de incerteza não vai durar muito tempo, por sua própria natureza. Quando as coisas se acalmarem, os mercados voltarão a patamares ainda melhores que os anteriores. Recomendo paciência aos investidores"

ALEXANDRE SCHWARTSMAN
ABRIN AMRO, EX-DIRETOR DO BIC

"É cedo para avaliar como a queda nas ações vai afetar a atividade econômica. Com certeza diminuirá a euforia, mas não acredito que haverá uma desaceleração brutal. A economia mundial é hoje bem mais equilibrada"

ARMÍNIO FRAGA
EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

"O efeito da crise no ritmo de crescimento do Brasil será negativo, mas limitado. Enquanto o dólar oscilar entre 1,85 e 2,10 reais, não deve haver impacto sobre a inflação, e não será necessário elevar os juros"

JOEL BOEDANSKI
ECONOMISTA DO IUPERJ

"Faltam informações. Ninguém sabe quem será afetado. Essa incerteza pode escalar e bolar na economia real. Sorte que o Brasil não está com o chapéu na mão"

O METABOLISMO DO MEDO

Vulnerabilidade

As hipotecas dos compradores de casas nos Estados Unidos têm sido repassadas para milhares de fundos de investimento americanos e europeus. Esses fundos começaram a se sentir vulneráveis por ter em carteira um volume de crédito potencialmente incobrável, fruto de empréstimos concedidos indiscriminadamente nos EUA

Bolsas em queda

Para aumentar a solidez de suas carteiras, os fundos começaram a se desfazer das hipotecas americanas na esperança de passar adiante o mico do risco. Quando não conseguiram repassá-las, os fundos começaram a fazer caixa vendendo ações de empresas boas e com liquidez. Foi isso que derrubou as bolsas no mundo

Garrote no crédito

Os bancos reagiram como sabem: apertando o crédito. Os bancos centrais despejaram 350 bilhões de dólares nos mercados americano, japonês e europeu para compensar o arrocho na praça. Na sexta-feira, o banco central americano, o Fed, diminuiu a taxa que cobra para emprestar dinheiro aos bancos privados e aos bancos de investimento. Foi o suficiente para espantar o medo

A desconfiança quanto à saúde financeira do sistema imobiliário americano transformou-se em pânico sem nenhuma razão material para isso, já que os níveis de inadimplência permaneceram estáveis em torno de 5%

Impacto na economia brasileira

	CENÁRIO 1 A crise é temporária e deixa feridas superficiais	CENÁRIO 2 A crise acaba, mas deixa sequelas	CENÁRIO 3 Desaceleração em escala mundial
Bovespa	Recupera perdas e segue em forte alta	Recupera perdas gradualmente, mas o ritmo de valorização diminui	Segue em queda e fica abaixo dos 40.000 pontos
Dólar	Volta a ficar abaixo de 2 reais	Oscila em torno de 2 reais	Passa de 2,50 reais
Balança comercial	Mantém-se forte, com saldo superior a 40 bilhões de dólares	O superávit diminui para 30 bilhões de dólares	O saldo diminui para 20 bilhões de dólares
Inflação e juros	Os preços seguem sob controle e os juros podem cair mais	Os juros param de cair, mas não sobem	Os preços sobem, e o Banco Central aumenta os juros
PIB	Cresce acima de 4,5% em 2007 e 2008	Volta ao patamar mediano de 3% ao ano	Desacelera para 2%
Probabilidade	ALTA	MÉDIA	BAIXA

do sistema financeiro. Em primeiro lugar porque, por meio de complexas estruturas de créditos que nem existiam há dois anos (veja dicionário da crise, na pág. 78), os bancos pulverizaram o risco da inadimplência e, com isso, "contaminaram" fundos de investimento nos cinco continentes. Por isso os bancos e fundos começaram a desconfiar uns dos outros, negando-se a emprestar dinheiro a seus pares. Até prova em contrário, todos passaram a ser suspeitos de estar montados em cima de créditos podres. Tal desconfiança levou analistas mais apressados a atribuir a culpa pela crise à sofisticação do mercado financeiro. Balela. Essas inovações em contratos financeiros lubrificam os mercados e os tornam mais seguros. Isso porque diluem, para milhares de investidores, os prejuízos dos ciclos de turbulência inerentes ao capitalismo. É o que se vê hoje. Para não arcarem sozinhos com o risco de calote nos empréstimos que fizeram a consumidores americanos de segunda linha, os bancos fracionaram e empacotaram o crédito referente a esses empréstimos em títulos, repassados a milhares de fundos de investimento. A lógica é a seguinte: se os consumidores americanos pagarem suas hipotecas, os lucros serão dispersados entre todos os que compraram esses títulos; se houver calote generalizado, o prejuízo será socializado. O problema é que, ao dissiparem os riscos, esses mecanismos também aceleram e aumentam o alcan-

CARLOS LANGONI
DIRETOR DO CENTRO DE ECONOMIA MUNDIAL DA FGV

"Acabou a era dos problemas financeiros localizados. O desafio é impedir que eles afetem o setor produtivo. Já há impacto na economia americana. O Brasil está melhor e pode minimizar o estrago. Mas vai crescer menos"

FABIO GIAMBIAGI
IUPERJ

"O Brasil está mais bem preparado para atravessar uma turbulência financeira, mas isso não quer dizer que o país viva em outro mundo. Se a economia americana esfriar, os investimentos produtivos poderão diminuir no Brasil"

DARWIN DIB
UNIBANCO

"A queda nas ações ainda não atingiu o fundo do poço. Ninguém sabe ao certo o que deflagrou a correção no preço dos ativos. Não acho que o risco de perdas com hipotecas imobiliárias seja a única fonte de incertezas"

KENNETH ROGOFF
EX-ECONOMISTA-CHEFE DO FMI

"Há o risco de o atual stress persistir e até piorar. Vemos a aparição de um personagem novo: instrumentos financeiros complexos ainda não testados adequadamente. Eles podem trazer surpresas"

NOURIEL ROUBINI
UNIVERSIDADE DE NOVA YORK

"Vai haver um hard landing (pouso forçado) da economia americana. Talvez não ocorra uma recessão propriamente dita, mas os Estados Unidos terão um período de crescimento baixo. Com isso, menos capital vai fluir para os mercados emergentes"

ce das fases de turbulência. "A consequência é a rápida transmissão internacional de qualquer problema de inadimplência. Isso explica o processo de multiplicação de perdas, muito além dos Estados Unidos", diz Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da FGV. Mas não se podem culpar as inovações financeiras pelos excessos do mercado. Não era segredo que o setor imobiliário crescia dentro de uma bolha prestes a estourar. Os americanos haviam transformado suas casas em verdadeiras caixas eletrônicas, ao refinanciá-las, levantando mais dinheiro para tornar em bens de consumo. Ao contrário do que se previa, a crise começou sem que houvesse uma onda de inadimplência. Os atrasos no pagamento continuavam na faixa de 5%. Por que, então, a crise foi deflagrada? Ao que tudo indica, por medo, puro e simples, de que a crise, iminente, es-

UM SÓ MERCADO
Não há mais ciclos financeiros localizados. A turbulência que começou nos Estados Unidos contaminou bolsas tão distantes e assimétricas quanto a de Bagdá (cima), no Iraque, e a de Hong Kong, na China (à dir.)

NA BOLSA TUDO DEPENDE DE QUANDO...

...o investidor entrou. Quem entrou em alta perdeu muito. Quem entrou na baixa ainda está ganhando

76 22 de agosto, 2007 veja

COM O DÓLAR...

...tanto a subida quanto a queda produzem ganhadores e perdedores

veja 22 de agosto, 2007 77

LAR, AMARGO LAR

Comissão do Senado americano (acima) discute o impacto econômico da crise imobiliária; imóveis foram financiados para quem não tinha renda, emprego nem bens

das commodities e ao rápido crescimento da economia mundial". Se o fluxo de dólares para os emergentes diminuir drasticamente, serão mais afetados aqueles países que possuem déficits nas suas transações internacionais. Entre os mais vulneráveis estão a África do Sul, a Hungria e a Turquia. O Brasil, ao contrário, enfrentará a atual turbulência financeira em uma situação inédita: o país tem sobra de dólares e o drama da dívida externa faz parte do passado. Houve, sim, a fuga de capitais especulativos, o que justificou a alta na cotação do dólar, que voltou a ficar acima de 2 reais. Isso não deve ser entendido como o prenúncio de uma inevitável desvalorização descontrolada e maciça do real, como a ocorrência há cinco anos, durante a crise eleitoral. O balanço da crise para o Brasil, até agora, é um copo meio cheio e meio vazio. O país não vai quebrar. Mas é só isso que pode almejar, já que mandou para as calçadas gregas as reformas estruturais que poderiam dar mais eficiência ao setor público e estimulariam o crescimento

78 22 de agosto, 2007 veja

sustentado da economia. Os próximos dias serão decisivos para saber se o Brasil está preparado para caminhar com as próprias pernas. É muito provável que o país se mostre capaz de vencer essa primeira crise do século XXI. Para espantar as que inevitavelmente virão, será preciso que o Executivo, o Legislativo e a iniciativa privada se lancem de corpo e alma na tarefa de fazer as reformas que, de tão óbvias, só precisam sair do papel. ■

Com reportagem de Julia Bualibi

O DICIONÁRIO DA CRISE

Toda crise econômica populariza termos e expressões próprios do mercado financeiro. Não é diferente agora

PRIME

Em inglês, o melhor. No mercado de crédito, é a classificação conferida aos clientes mais confiáveis, de primeira linha

SUBPRIME

Clientes de segunda linha, menos confiáveis. Os juros cobrados são maiores, assim como o risco de calote

MORTGAGE

Hipoteca. No setor imobiliário, serve para garantir o financiamento imobiliário

SUBPRIME MORTGAGES

Hipoteca nos financiamentos para clientes de segunda linha

EMPRESTIMOS NINJA

Concedidos a pessoas sem renda, emprego ou bens (No INcome, Jobs or Assets)

CDOs (Collateralized Debt Obligations)

Na tradução literal, "títulos que têm dívidas como garantias". Por meio deles, os bancos pulverizaram o risco de calote no setor imobiliário para milhões de investidores

FUNDOS HEDGE

São fundos para grandes

investidores que prometem rentabilidade bem superior à dos títulos americanos. Investem em qualquer tipo de ativo, desde café do Vietnã até títulos da Eletrobrás. Atualmente estão entupidos de CDOs de péssima qualidade

CREDIT CRUNCH

Forte contração de crédito, um cenário em que nem os bons pagadores conseguem obter novas linhas de financiamento

Especial

A CAVALARIA SALVOU O DIA

O mundo financeiro parecia derreter na semana passada quando George W. Bush e seu secretário do Tesouro, Henry Paulson, comandaram a maior intervenção da história do capitalismo. Salvaram o dia, o sistema e nossos bolsos

Se as novelas de televisão são sempre histórias sobre ricos com problemas que o dinheiro não resolve, a maior crise dos mercados financeiros do século XXI é uma história sobre ricos e pobres com problemas que o dinheiro resolve — pelo menos em parte. A crise eclodiu na segunda-feira passada, quando um dos mais tradicionais bancos de investimento de Wall Street, o Lehman Brothers, foi a pique e afundou sem que seus pares ou o governo americano lhe estendessem uma mão salvadora. O naufrágio do Lehman foi fagulha no arsenal. Outro banco tradicional, o Merrill Lynch, correu para debaixo das asas do Bank of America, vendido por 50 bilhões de dólares, dois terços do seu valor de mercado. Lehman Brothers e Merrill Lynch, para quem não é familiarizado, eram astros de primeira grandeza. Logo outras estrelas começaram a se descolar do firmamento e cair sobre a cabeça dos investidores não mais apenas nos Estados Unidos, mas do outro lado do Atlântico. A maior hipotecária inglesa, o HBOS, foi vendida às pressas ao Lloyds.

O pânico virou terror quando a operação de salvamento pelo governo americano da maior seguradora do mundo, a AIG, teve o efeito de au-

mentar ainda mais a já ebulliente ansiedade geral. No meio da semana parecia que o mundo financeiro havia perdido a consistência interna e, sem as leis universais que o mantinham coeso, ameaçava derreter. Na quinta-feira, quando as bolsas mundiais já perdiam no total quase 4 trilhões de dólares, Washington mandou a cavalaria. Henry Paulson, secretário do Tesouro americano, anunciou que os Estados Unidos estavam dispostos a “gastar centenas de bilhões de dólares” para “desintoxicar” os bancos com dívidas podres em seus balanços. A promessa de mais dinheiro, o soar do clarim e o tremular da bandeira transformaram o pânico em euforia, e a semana terminou com as bolsas em altas históricas em todo o mundo. O sistema voltou a acreditar em si mesmo. O capitalismo está salvo. Fim do primeiro capítulo.

A novela continua. Seu final depende de que os investidores também voltem a acreditar no sistema a longo prazo. Sim, porque a euforia do fim da semana passada, que deu às bolsas a maior valorização da história na sexta-feira, é apenas o reverso do pânico. É o outro lado do mesmo sentimento. Os especialistas têm até um termo para o fenômeno — *pânico buying*, em inglês, como é todo o vocabulário desse universo em mutação. Nessa voracidade para comprar, exatamente como as donas-de-casa

ORDEM DE ATACAR

Bush e Paulson (na montagem) usaram a riqueza e a força para impedir o desastre. Vão cobrar caro por isso

ANEXO H

O PLANETA FINANÇAS, GIGANTE MAS GASOSO,...

Ele explodiu como uma bolha na "segunda-feira negra" da semana passada. O planeta finanças inchou de 12 trilhões de dólares para 170 trilhões em menos de três décadas

1980
ATIVOS
FINANCEIROS
12 trilhões de dólares

PIB MUNDIAL
10 trilhões de dólares

2006
ATIVOS FINANCEIROS
170 trilhões de dólares
(crescimento de 1300%)

PIB MUNDIAL
48 trilhões de dólares
(crescimento de 380%)

...SUPEROU
EM MUITO
O PLANETA REAL
E SEU PIB

O número de países com ativos financeiros superiores ao PIB aumentou

33 PAÍSES

1990

72 PAÍSES

2006

Alguns exemplos dessa relação ativos/PIB

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS

55 trilhões
Ações

Nos últimos 25 anos, o valor dos papéis negociados nas bolsas aumentou **1.700%**

45 trilhões
Depósitos bancários

Os bancos foram muito bem-sucedidos em atrair novos clientes e em menos de três décadas ampliaram os depósitos em **800%**

44 trilhões
Títulos de dívidas privadas

Pouco mais de **1** trilhão de dólares em hipotecas permitiu a criação de uma bolha 44 vezes maior, uma vez que as dívidas eram passadas para a frente em um processo chamado de securitização

26 trilhões
Reservas internacionais e títulos públicos

Os países em desenvolvimento nunca tiveram tanto dinheiro guardado no exterior para se proteger de crises. Algumas nações decuplicaram essas poupanças em apenas seis anos

Fonte: McKinsey

na famosa liquidação anual do Magazine Luiza, os investidores ignoram fundamentos e correm em busca das ações que eles acreditam terem se desvalorizado demais. Para vendê-las no dia seguinte, não mudam a cara. Recuperar a confiança no sistema é outra história (veja o quadro *Depois da fura*, na pág. 131). Apenas como exemplo, examine-se o ocorrido com os dois únicos bancos de investimento de primeira linha dos Estados Unidos que escaparam da crise — o Morgan Stanley (MS) e o Goldman Sachs (GS). O MS perdeu quase um quarto de seu valor em bolsa, suas ações caíram 24% e o banco agora procura furiosamente uma fusão com alguma instituição comercial tradicional.

O Goldman Sachs, o primeiro de sua classe, perdeu 14% de valor em bolsa. É o único que deve continuar existindo com o próprio nome e gerência depois da segunda-feira negra da semana passada. Sendo o melhor, o mais sólido e o mais reputado dos bancos de investimento, o Goldman Sachs serve como base para a análise do sistema financeiro mundial atual, o que esta reportagem e as seguintes se propõem a fazer. O sistema se apóia em duas pernas. Uma, bem fininha, chama-se liquidez — ou seja, a capacidade de devolver aos investidores o dinheiro investido e os lucros quando eles assim o desejarem. Se um banco tem capacidade de devolver cada dólar a cada um dos investidores de uma só vez, ele tem 100% de liquidez. Um banco assim não precisa ter a segunda perna de sustentação do sistema, a confiança. O Goldman Sachs tem apenas 1 dólar para cada 25 dólares investidos. No jargão técnico, ele tem uma alavancagem de 25 — em termos reais são 40 bilhões de dólares em dinheiro de clientes para 1 trilhão de dólares de investimentos. Relembrando, o Goldman Sachs é o mais sólido e o único que sobreviveu incólume. Imagine-se, então, a alavancagem dos que sucumbiram.

Pelos cálculos da consultora McKinsey, a alavancagem média do sistema financeiro americano é de 10 — ou seja, em caso

DESFILE NA ÍNDIA

A modernização dos países emergentes, o crescimento elevado da China e até a criação de uma nova classe média no Brasil se devem à bolha que estourou

de um colapso total cada pessoa salvaria 1 dólar de cada dez investidos. Um gráfico desta reportagem tem vários exemplos desse tipo de alavancagem, entendida como a produção de riqueza financeira a partir de riqueza real ou a partir de dívidas. A produção de riqueza financeira sobre dívidas, a securitização, está na base de toda a questão sobre a credibilidade do sistema e ajuda a explicar a crise de confiança da semana passada. Em resumo, algumas brilhantes mentes de Wall Street encontraram um meio de transformar dívidas, principalmente imobiliárias, em investimentos. Até aí nenhuma ousadia especial. O pulo-do-gato, que caiu de costas na semana passada, foi misturar em um mesmo pacote "dívidas podres", ou incobráveis, com dívidas contradas por pessoas com vontade e capacidade de honrá-las. E, claro, empacotar e rotular tudo como dívida boa. Isso equivale a misturar água de esgoto a água filtrada e vender o volume total do líquido como soro fisiológico. Assim, um título da dívida assinado por um comprador de casa honesto e com bom salário passou a ter o mesmo valor (ou quase, para sermos exatos) de um título de um comprador deliciosamente apelidado de *Ninja* (*no income, no job, no assets*), alguém sem salário, sem emprego e sem patrimônio.

A McKinsey mostrou que há menos de vinte anos esse universo financeiro era muito menor e bem menos complexo. Para um PIB real global de 10 trilhões de dólares em 1980, havia de ativos financeiros no planeta cerca de 12 trilhões de dólares. Em 2006, enquanto o PIB real mundial chegava a 48 trilhões de dólares, os ativos financeiros batiam em 170 trilhões de dólares — a maior parte desse valor fabricada com aquela mistura de dívidas boas e dívidas ruins de que se falou acima. O planeta finanças tornou-se gigantesco e formado por gases tóxicos misturados a gases respiráveis. Não por acaso, a expressão usada pelo secretário Henry Paulson foi "desintoxicar" os balanços

RODRIGO MANTOVANI/ATP

dos bancos de modo a identificar as dívidas podres. O governo americano vai bancar essas dívidas e procurar devolver ao sistema não apenas sua credibilidade, mas sua liquidez, além de, no processo, tentar que essas duas características não andem mais tão separadas.

Com o mundo salvo pela ação do governo americano, tem-se folga para calcular quanto vai custar a operação "desintoxicação" do sistema, imaginar como ele vai funcionar daqui para a frente e refletir sobre que efeitos positivos no mundo real teve a farra financeira. Começemos pela última questão. Bolhas destroem riquezas quando estouram, mas também criam, e muitas, quando são infladas. É justamente o caso da bolha que estourou na segunda-feira passada. Na sua fase de crescimento, essa mesma bolha, esse mesmo sistema tóxico e demonizado da semana passada, foi o que produziu a liquidez mundial capaz de tirar da miséria centenas de milhões de pessoas na China e no Brasil, principalmente. Graças ao sistema financeiro, quase meia centena de países antes estagnados hoje cresce a taxas de 7% ou mais por ano. O aumento do nível e da qualidade de consumo no Brasil, a economia pujante do país e, por consequência, a popularidade recorde do presidente Lula se devem a cabeças brilhantes e maquiavélicas de Wall Street que inventaram esses gigantes instrumentos de liquidez mundial. Por esse prisma, é uma pena que a bolha tenha estourado. Limpar a bagunça vai custar cerca de 1 a 2 trilhões de dólares — o mesmo custo de cinco a dez anos de guerra no Iraque. Quem vai pagar? O contribuinte americano. Mas boa parte disso será recuperada pelo Tesouro americano no mercado — e, a se fiar em operações salvadoras anteriores, com lucro. Finalmente, como vai funcionar o sistema daqui para a frente? Será menor, sem dúvida. No começo, com mais cautela e mais regulação. Depois, ninguém sabe. Com a palavra, Alan Greenspan, ex-presidente do Fed, o banco central americano: "Se um banco concede um empréstimo sem saber se o cliente pode pagar, quem vai saber? O governo? Impossível". ■

Depois da farra

O americano Norman Gall, diretor executivo do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, sugere quatro ajustes para evitar que os mercados produzam novas bolhas de irracionalidade financeira. Seu ensaio "Dinheiro, ganância, tecnologia" foi publicado no *Braudel Papers*, jornal do instituto, acessível no site www.braudel.org.br.

Qual é o papel dos governos nessa crise? Os bancos centrais precisam eliminar os juros negativos, para refrear o excesso de demanda e parar a inflação. Segundo indicadores financeiros publicados semanalmente pela *The Economist*, 24 de 41 países listados mantêm taxas de juros negativas, liderados pelos Estados Unidos, Japão, China, Índia, Rússia, Chile e Arábia Saudita. Cinquenta países já têm inflação anual acima de 10%. A eliminação dos juros negativos pode ser politicamente difícil para as nações individualmente, mas uma ação coletiva e cuidadosamente explicada de vários governos e bancos centrais a facilitaria.

E as taxas de câmbio? As taxas de câmbio subvalorizadas têm de ser eliminadas. Se as taxas de juros se tornassem positivas, as taxas de câmbio subvalorizadas subiriam para níveis mais

realistas, reduzindo as distorções no comércio mundial e nos fluxos financeiros e refreando a escalada da inflação mundial. Apesar da valorização recente, a taxa de câmbio da China ainda estaria entre um terço e metade abaixo do que seria necessário para o equilíbrio com seus parceiros comerciais. Outros exportadores asiáticos relutam em elevar seus juros, temendo perder competitividade se a China não agir primeiro.

Como regular o mercado financeiro? É preciso livrá-lo de atividades perigosas e frávolas, como a securitização irresponsável e a proliferação cancerosa de derivativos exóticos. Os contratos de derivativos que podem ser implementados devem ser limitados a instrumentos padronizados, comercializados em bolsas de compensação reconhecidas que assumam a responsabilidade pela execução final dos contratos.

O que os governos dos países afetados pela crise devem fazer? Respondendo às adversidades econômicas, os governos deveriam lançar programas de modernização da infra-estrutura comparáveis ao New Deal de Roosevelt nos anos 30, para consolidar a estabilidade política no momento em que os tempos difíceis se aproximam, mostrando preocupação com os setores que enfrentam adversidade e projetando esperança para o futuro. O New Deal não foi capaz de pôr fim à Grande Depressão, mas seus projetos de obras públicas ajudaram a sustentar o sistema político. As grandes economias, como Estados Unidos, Brasil, Rússia e Índia, e muitas menores também, precisam urgentemente de melhorias em infra-estrutura.

2008: ano de crise, investment grade e grandes fusões

O ano se encerra com uma coleção de conquistas para o Brasil – como o investment grade – e fusões importantes, a despeito da crise financeira global que achatou o Ibovespa, principal indicador do mercado de ações.

Retrospectiva Brasil 2008

Os principais fatos da economia e dos negócios no país

Um ano sem CPMF
O ano começou com o risco de racionamento de energia, levando o governo a anunciar medidas para garantir o abastecimento. No primeiro mês sem a CPMF, cobrança extinta no final de 2007, a receita tributária bateu um recorde: R\$ 62,5 bilhões. O déficit das transações em conta corrente também bateu recorde: US\$ 4.232 bilhões, o mais alto desde 1998. A Bolsa de Valores de São Paulo viu cair o investimento estrangeiro, e o Ibovespa teve queda de 6,88% no mês. No meio da crise, o Brasil foi o que sofreu a 22ª maior perda. Uma grande aquisição também foi anunciada: a compra da Brasil Telecom pela Oi.

O ano começou com uma boa notícia para todos os brasileiros. Ninguém mais precisaria pagar a CPMF, contribuição compulsória extinta em 2007. A novidade, entretanto, não prejudicou o Estado arrecadador. No primeiro mês sem a cobrança, a receita foi recorde de R\$ 62,6 bilhões, tendência seguida nos meses seguintes. Com o dinheiro no caixa, o otimismo ganhou novos incentivos em fevereiro com o anúncio do fim da dívida externa brasileira pela primeira vez na história. A conquista histórica encerrou décadas de arrocho monetário e manifestações políticas contra o FMI (Fundo Monetário Internacional), visto pela ultraesquerda como o grande carrasco da economia brasileira.

Como resultado do equilíbrio das contas públicas, o Brasil comemora, em maio, outra grande vitória. O país passa a ser considerado investment grade pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, agências de classificação de risco de títulos públicos e privados. O anúncio do "selo de qualidade" para investimentos reflete na Bolsa de Valores de São Paulo, que bate recordes de pontos e transações. Com o crescimento registrado no Produto Interno Bruto (PIB) desde o primeiro trimestre, o Brasil parecia caminhar alheio à crise mundial, ainda mais com as constantes descobertas de petróleo, que levaram o governo a cogitar uma nova estatal para dar conta dessa demanda. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a afirmar que havia quem torcesse para o Brasil quebrar, mas que isso não ia acontecer.

Nem só glórias

O país realmente não quebrou. Mas o ano não se encerra apenas com momentos gloriosos. O mercado de ações brasileiro sofreu fortemente com a saída de investidores, principalmente os estrangeiros. Em outubro, o pior mês, o Ibovespa, principal indicador do mercado acionário, fechou abaixo dos 30 mil pontos. Quem poderia imaginar um cenário tão negativo assim no primeiro semestre, quando a expectativa era que o ano se encerrasse em até 70 mil pontos, segundo os mais otimistas?

Além disso, 2008 trouxe outras surpresas pouco positivas. A inflação subiu acima do esperado, o desemprego tornou-se uma preocupação pública do governo e das empresas e os investimentos privados para 2009 começaram a ser suspensos. E mais: a rodada Doha na OMC (Organização Mundial do Comércio) não caminhou e, pelo visto, continuará paralisadas por mais um bom tempo.

Comparado aos outros países emergentes, o Brasil teve um destaque diante do cenário de crise justamente por ter uma economia local muito forte, como aponta Zeina Latif, economista chefe do ING no Brasil. "Não temos uma dependência elevada em linhas externas, em financiamento externo, o que ajudou a passarmos relativamente bem pelo auge da crise", afirma Zeina. "Mas o crescimento econômico poderia ter sido melhor se o país tivesse feito algumas reformas, como uma redução na carga tributária. O governo foi pouco ambicioso nessa agenda, se contentou em deixar somente a macroeconomia em ordem e não fez avanços adicionais."

Fusões e aquisições

Enquanto o Brasil tentava colocar ordem na casa, se precavendo de um cenário pior, grandes empresas de diversos setores tratavam arquitetar fusões ou aquisições a fim de aumentar a competitividade. A operação de grande repercussão do ano foi a fusão entre o Itaú e o Unibanco, que criou o maior grupo financeiro da América do Sul. Para Roberto Padovani, estrategista-sênior para América Latina do Banco West LB, esse processo de fusões ajudam o país. "O sistema bancário brasileiro é sólido e essa consolidação de bancos vai contribuir para o crescimento do Brasil." Pouco tempo depois, veio a notícia do Banco do Brasil comprando o banco paulista Nossa Caixa.

No setor da telefonia, a Oi também realizou uma grande aquisição para ganhar força e capilaridade. A companhia fechou a compra da Brasil Telecom, transformando a antiga Telemar em um dos maiores grupos empresariais do país. Nesse cenário de consolidação em setores-chave da economia, os brasileiros ainda viram a compra da cervejaria americana Anheuser-Busch pela belgo-brasileira InBev, o que transformou a companhia capitaneada por executivos brasileiros se tornar a maior cervejaria do mundo. Também nesse ano, a Petrobras foi avaliada como a sexta maior empresa do mundo em valor de mercado, quando o petróleo ainda vivia seu período de forte valorização de preços.

Liquidez em meio à crise

No ano de uma das maiores crises econômicas do mundo, o Brasil foi precavido e acabou sentindo menos os efeitos que outros países emergentes. Na análise de Luiz Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil, o país vem mantendo fundamentos muito bons. "Temos uma capacidade de injetar liquidez no sistema muito forte, além das reservas internacionais, o que garante uma certa tranquilidade."

Os efeitos da crise financeira global, entretanto, começam a ser sentidos. Empresários de São Paulo, o grande centro industrial brasileiro se mobilizam para evitar demissões em massa. Apesar de mostrar-se menos suscetível que os chamados países ricos, o Brasil não está blindado - como era de se esperar em uma economia globalizada. O ano termina com uma notória desaceleração nos Estados Unidos, Europa, China e Japão que começa a provocar dúvidas sobre o comportamento da economia em 2009.

Como manter seu emprego durante a crise
João Caminoto. Com reportagem de Andres Vera e Thaís Ferreira
23/01/2009
Dezesseis conselhos de especialistas em recursos humanos para que você consiga
proteger seu trabalho da desaceleração da economia mundial

Até o fim de 2008, ainda havia esperanças de que a crise econômica mundial fosse pegar o Brasil apenas de raspão. Mesmo quando a crise saiu do âmbito puramente financeiro (a queda das ações nas Bolsas de Valores) e viram-se os sinais de forte desaquecimento nas exportações, na atividade industrial, na venda de imóveis e no varejo, ainda havia fôlego para tratá-la como uma “marolinha”. Não mais. Na semana passada, o Ministério do Trabalho divulgou que o país perdeu 654.946 empregos de carteira assinada – o pior resultado mensal de toda a história do Brasil, tanto em números absolutos como em termos relativos (a porcentagem de trabalhadores demitidos em relação aos empregados). O desemprego foi mais sentido nos setores da agricultura, indústria alimentícia e construção civil. Na quinta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a taxa de desemprego recuou para 6,8%, a menor taxa mensal desde 2002. Mas a metodologia do IBGE é indireta: ela leva em conta a contratação de temporários (o número deles costuma ser alto perto do Natal) e não consegue captar o desemprego daqueles que já desistiram de procurar (e em dezembro menos pessoas batem à porta das empresas para procurar emprego). Analistas preveem que os números do IBGE relativos a janeiro já indicarão uma acentuada piora.

O governo deu sinais de que está muito preocupado com o salto do desemprego. Coincidência ou não, o Banco Central anunciou na quarta-feira um corte de 1 ponto porcentual na taxa básica de juros, a Selic, levando-a para 12,75% – uma forma de estimular a economia. No dia seguinte, foi anunciado que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) receberá uma injeção de mais R\$ 100

bilhões para financiar investimentos em petróleo e gás, energia elétrica e infraestrutura. E o ministro da Fazenda, Guido Mantega, quer vincular financiamentos oficiais a garantias das empresas de que não vão demitir. Isso já vale nas negociações para a concessão de alívios fiscais para as empresas. São medidas que estão na contramão da dinâmica natural dos mercados, e portanto têm chances limitadas de surtir efeitos relevantes. Tudo leva a crer que as demissões vão continuar, por algum tempo, aqui e no exterior. Só na semana passada, a Sadia anunciou o corte de 350 profissionais de gerência para cima. Nos Estados Unidos, a Microsoft anunciou a demissão de 5 mil empregados nos próximos 18 meses, em todo o mundo (o Brasil, aparentemente, será poupado). A Vale propôs a seus funcionários licença remunerada com pagamento de metade do salário. Aqueles que aceitarem terão seus empregos garantidos até 31 de maio.

Nesse ambiente, é natural que as pessoas fiquem apreensivas. Por isso, com a ajuda de empresários e especialistas em recursos humanos, preparamos este manual com 16 atitudes que podem ajudar você a garantir seu emprego.

1 - Não se desespere

A crise não vai varrer do mapa todos os empregos. A engrenagem econômica continua operando, apenas num ritmo mais lento. Espante o pânico e pense no futuro, no que fazer desde já para navegar nessas águas turvas. “Ter tranquilidade é fundamental. Aquele que se deixar influenciar pelo nervosismo e pessimismo vai afundar”, diz Marcelo de Lucca, diretor-executivo da Michael Page do Brasil, empresa de recrutamento especializada em executivos para média e alta gerência.

Falar é mais fácil que fazer, é claro. Uma pesquisa que a International Stress Management Association (Isma) deverá publicar em fevereiro revela que o medo do desemprego é a principal causa do estresse para 56% dos executivos brasileiros. A pesquisa foi feita com mil entrevistados de diversos setores. Diante de grandes responsabilidades e cobranças exageradas, é comum ver profissionais de qualquer nível hierárquico dentro de um perigoso ciclo de esgotamento. “O temor acaba consumindo todos os recursos que a pessoa tem para lidar com o problema”, diz a psicóloga Ana Maria Rossi, presidente da Isma Brasil. É um círculo vicioso: a ansiedade paralisa a criatividade e drena as energias que poderiam ser aplicadas no trabalho. Isso atrapalha o desempenho e, como numa profecia autorrealizável, aproxima o ansioso da lista de candidatos à demissão.

O que fazer? Exercícios físicos e encontros com amigos ajudam a controlar a tensão. Mais importante ainda é dar à crise sua devida importância – mas não mais que isso. “A pessoa tem de entender a crise e traçar uma estratégia para superá-la”, diz o psicólogo Esdras Vasconcellos, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

2 - Não esqueça seus maiores aliados

Na hora do aperto, é comum a pessoa se isolar e culpar a si mesma pelos problemas que esteja enfrentando. Se não é bom viver na ilusão de que somos perfeitos e o mundo é que não nos compreende, o extremo oposto também não ajuda ninguém. Quando o fardo do trabalho pesa, lembre-se de buscar apoio das pessoas próximas. “Conheci um executivo que passou 15 dias seguidos indo ao cinema para esconder a demissão da

família. Quando decidiu contar tudo, surpreendeu-se com a compreensão da filha, que se propôs a abrir mão das aulas de balé para cortar despesas”, diz Elaine Saad, gerente-geral da Right Management, consultoria especializada em recolocação profissional. A família e os amigos podem não ter como ajudar com problemas específicos do trabalho, mas a certeza de que eles vão continuar a seu lado, aconteça o que acontecer, dá aos problemas a dimensão que eles devem ter: restrita à esfera profissional. Isso pode, inclusive, facilitar a busca de soluções no trabalho, a aceitação dos riscos, a identificação de oportunidades (leia os itens a seguir).

3 - Cuide de suas finanças

“Quanto mais lastro financeiro você tiver, maior será sua tranquilidade e segurança ao lidar com o risco de perder o emprego”, afirma José Augusto Minarelli, sócio da consultoria Lens & Minarelli Associados, especializada em aconselhamento profissional. Nos tempos de bonança, os analistas aconselham um “colchão de emergência” equivalente a seis meses de despesas de sua família. Com a crise, essa reserva deve ser ampliada para 12 meses. Este deverá ser o novo período médio para um gerente ou um executivo demitido arrumar trabalho. Isso significa cortar gastos supérfluos, poupar mais.

4 - Saia da zona de conforto

Manter a calma não significa ficar passivo. Já passou da hora de você perceber que o ambiente econômico piorou para as empresas. É hora de adaptar-se à nova realidade. “Quem fica acomodado está em apuros”, afirma a especialista em gestão de carreira Karin Parodi, sócia da Career Center. “Independentemente da crise, você precisa se preparar para se tornar um profissional imprescindível para a empresa”. Essa mudança não é fácil. Nenhuma mudança é. Em geral, lutamos para atingir uma zona de conforto e, quando a atingimos, queremos ficar nela. Em tempos mais tranquilos, quando a

demanda é alta, a exigência é menor. E o natural é fazer mais do mesmo, acreditar que o que fazemos é suficiente.

O problema da zona de conforto é que em geral a sensação de conforto é ilusória. Enquanto os negócios iam de vento em popa, a atitude menos ativa tinha mais chance de ser tolerada. Seus resultados podiam até ser um pouco menores que a expectativa, mas havia espaço para todos. Agora, qualquer relaxamento será provavelmente interpretado como omissão. “Se você foi acomodado, agora é a hora da verdade. Não dá para apagar o comportamento do passado. Mas ele deve servir de lição para o futuro”, diz Oscar Motomura, diretor da Amana-Key, consultoria especializada em estratégia de empresas.

Esse processo de transformação pessoal exige uma série de iniciativas tanto no âmbito profissional quanto pessoal. O passo inicial é uma autoanálise honesta sobre sua situação atual. Algumas perguntas que você deve se fazer: Qual é o impacto da crise sobre meu empregador? Qual é a minha importância para a organização? Como posso me tornar mais relevante tanto na minha empresa como no mercado de trabalho em geral? Quais são os passos necessários – postura, iniciativas, contatos, cursos etc. – que vão me ajudar nessa transição? Após traçar essa estratégia pessoal, é hora de partir para a ação.

5 - Esteja preparado para mais sacrifícios

“Em tempos de crise, é preciso trabalhar mais, melhor e com menos”, afirma Minarelli. Por quê? Em geral, as empresas precisam reduzir seus custos. Funções que até recentemente eram terceirizadas são absorvidas pela equipe interna. Quando há demissões, a carga de trabalho dos sobreviventes aumenta. Mesmo as empresas que não pretendem demitir já estão promovendo cortes de custos – economia de telefonemas, papel, almoços, benefícios, gastos com consultorias – por causa da incerteza de uma economia em retração. É injusto? Não, é a nova realidade. Encare o aperto com tranquilidade. E aceite algum nível de frustração. “Você deve saber que alguns projetos que está tocando poderão ser cortados, que investimentos externos serão cancelados. Ou que terá de trabalhar sozinho, sem um reforço de equipe que havia sido prometido”, diz Fernanda Pomin, sócia-diretora da Korn/Ferry, empresa de recrutamento de executivos. “E mais uma coisa: não poderá perder o controle e brigar com as outras pessoas”.

6 – Reavalie seus sucessos

Se você brilhou em seu emprego nos últimos anos – superando metas, conquistando novos clientes, ganhando prêmios internos e externos, acumulando aumentos salariais polpidos –, parabéns. Mas não pense que isso seja garantia de estabilidade. “Quem está há muito tempo na empresa, contribuiu bastante mas não é mais tão eficiente, e sobrevive da consideração pelo que fez no passado, é candidato a rodar”, diz um grande empresário paulista, que atua nas áreas industrial e financeira – e na atual crise já demitiu cerca de 500 pessoas. Segundo esse empresário (que pediu anonimato para falar livremente sobre assuntos delicados), também estão em risco os profissionais que cuidam de projetos ligados ao futuro. “Este é o primeiro que dança”. E quem foi

contratado com salários muito altos, porque soube negociar na fase em que o mercado estava em alta, corre perigo. “Algum tempo atrás estava faltando gente no mercado e contratamos pagando mais do que deveríamos. Agora o mercado vai corrigir”.

O profissional mais velho está mais ameaçado, segundo o empresário. “Ele é mais bem remunerado e, chegando perto dos 50 anos, tem outras prioridades na vida além do trabalho, por isso se dedica menos”. O que alguém com esse perfil deve fazer? “Tem de ser produtivo. Tem de cortar custos, visar estratégias novas. Em geral, esse cara já é muito bom, mas terá de ser melhor ainda. Não pode se acomodar. Para ficar, vai ter de sacrificar a qualidade de vida”. (Leia o caso de Ademir Bilha abaixo).

Ele achou um cliente novo
“Não era um simples problema, era uma questão de sobrevivência”, diz **Ademir Bilha**, de 53 anos, diretor-comercial da CGE, uma fábrica de plásticos no município de Mauá, em São Paulo. Em outubro, ele percebeu que a crise atingira seus principais clientes, as montadoras de carros. E não tardaria a chegar a ele. Bilha havia sido contratado, há dois anos, para otimizar a produção. “De lá para cá, o faturamento da empresa dobrou”, diz Edoardo Campofiorito, dono da CGE. Mas o sucesso anterior não ia adiantar agora. Então, agiu. Conseguiu fechar um bom contrato com uma empresa do ramo eletroeletrônico para fabricar peças para impressoras, scanners e aparelhos multifuncionais. Para a CGE, que sempre via sua receita acompanhar a venda de veículos, o contrato veio em boa hora. Quando a produção de Volkswagen, General Motors e Toyota caiu quase pela metade, em dezembro, a CGE precisou demitir 5% de seus quase 500 funcionários, mas sobreviveu ao pior. “Foi fundamental contarmos com um diretor que usou toda a experiência para mostrar aos novos clientes que realmente somos capazes de fazer um produto diferente”, diz. Bilha ganhou uma comissão sobre o novo negócio – um prêmio inédito na empresa.

7 - Pense como a empresa

Motomura recomenda que o profissional tenha “empatia” com sua empresa. Isso significa tentar viver o que ela vive. “O profissional tem de se treinar para olhar o todo da empresa. Deve incorporar a visão dela, não apenas do cargo que ocupa. Preocupar-se com o todo”, diz. Se você pensa só em seu cargo, é alguém que apenas cumpre tarefas – e, portanto, mais facilmente substituível. Mais difícil é trocar alguém que dá ideias, entende processos, sabe as consequências de suas ações. Porque esse profissional se antecipa às ordens, sabe questionar as políticas sem nexo e pode enxergar coisas a serem melhoradas.

8 - É hora de planejar

Quando a empresa está colhendo bons resultados, a tendência é contentar-se com as rotinas. Se os resultados pioram, começa-se a pensar nas ações estratégicas. O profissional capaz de elaborar planos inovadores de curto, médio e longo prazos será muito mais valorizado nesse momento. Você não precisa ser um alto executivo para pensar estrategicamente. Qualquer que seja sua função, pode pensar nas necessidades da empresa, em como o seu trabalho poderia render mais frutos. Até pelas lições da atual crise, as empresas devem estar mais receptivas aos planos de construção de futuro. “Recompensa rápida, mas sem compromisso com o longo prazo, não é um bom caminho”, diz Vicky Bloch, consultora de carreiras e diretora da Vicky Bloch Associados. “Profissionais que entregavam resultados fantásticos no curto prazo, mas não estavam preocupados com as consequências de longo prazo – pois, provavelmente, não estariam mais na organização –, não terão mais espaço”, diz. Nessas horas, são mais valorizados os profissionais minuciosos e disciplinados, com perfil de auditores e controladores.

Ela investiu nos estudos

Sentindo-se estancada na carreira, após sete anos no mesmo cargo (analista de uma empresa de tabaco), a administradora **Marisa Camazano**, de 29 anos, decidiu investir nos estudos. Em abril, matriculou-se em um curso de MBA de gestão de negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo. “Eu queria mudar, mas não tinha coragem para procurar nada porque sentia que minha formação estava devendo”, diz Marisa. Um mês depois, foi contratada pela Comgas, distribuidora de gás natural, com um salário 80% maior e perspectivas de crescimento. “Não existe garantia de que você não seja cortado num momento de crise, mas nada substitui a segurança de ter algum diferencial”, diz Marisa.

9 - É hora de voltar às aulas

Cursos universitários, treinamentos específicos e aprendizado de idiomas já eram importantes e vão se tornar ainda mais. “Se você não cuidou do cérebro, chegou a hora de tentar recuperar o tempo perdido”, diz Minarelli. “Talentos podem até ser um dom natural, mas para ele ser aplicado com sucesso requer esforço. Os estudos devem ser encarados como hora extra, cujo pagamento virá no longo prazo, no emprego atual ou no próximo”.

10 - Estique as antenas

Nos tempos de bonança, o foco é importante. Concentrar-se no que está dando certo e extrair o máximo de resultados dali. “Agora não é hora do foco, mas sim de abrir as antenas 360 graus. Olhar para fora, tentar entender a situação e transcender os limites de sua especialidade”, diz Motomura. Isso significa falar com gente de ramos totalmente diferentes, dentro e fora da empresa, consultar clientes e fornecedores, interessar-se por áreas novas, ler artigos, exercitar a curiosidade – e tentar fazer conexões com o mundo que você conhece.

11 - Entre no time das soluções

Você deve encarar a crise como uma chance de valorizar seu trabalho. Pressionadas pela desaceleração econômica, as empresas estão abertas a sugestões criativas para o negócio. Para isso, é importante estar antenado. Por que não procurar novos clientes em segmentos ainda não explorados (leia a história de Marcelo Cuellar abaixo)? Ou uma redistribuição das funções em seu setor compatíveis com as novas prioridades da empresa? “Pessoas que trazem para a discussão fatores que realmente importam são sempre bem-vindas”, diz Vicky. “Os sujeitos negativos, pessimistas, deprimidos, é o pior perfil possível”, diz o empresário paulista, que demitiu 500 pessoas. “A gente precisa, nessas horas, de um cara prático, otimista, que, em vez de reclamar, tenta achar soluções”.

“Temos de olhar para a frente”

No fim do ano passado, a Michael Page do Brasil, empresa de recrutamento de executivos, preparava-se para demitir 20 de seus 155 funcionários. Nesse momento, o administrador de empresas **Marcelo Cuellar**, de 32 anos, foi promovido. Após um ano e meio de trabalho como consultor sênior da Divisão de RH, Cuellar virou gerente da equipe. Nos meses anteriores, ele antecipara que a crise mudaria o perfil dos profissionais de RH requisitados pelos clientes. “Nos tempos de forte crescimento econômico, a demanda era por profissionais da área de seleção. Com a chegada da crise, o foco mudou para a área de remuneração”, diz Cuellar. Essa percepção rápida ajudou sua divisão a manter os resultados positivos da Michael Page no último trimestre, quando a crise em seu setor começou. “Ele usou a dificuldade para gerar oportunidade, além de demonstrar resiliência e alta capacidade para atrair novos relacionamentos”, afirma Marcelo de Lucca, diretor-executivo da empresa. Cuellar já prepara um novo plano para a sua divisão, a ser implementado em breve. “Temos de olhar para a frente, sempre”, diz.

12 - Aceite o risco

Em ambientes tensos, as pessoas têm mais medo de errar, e tornam-se menos ousadas. Por isso, é tão importante manter-se tranquilo. Na hora da crise, você deve arriscar mais, não menos. “Nos bons momentos, a gestão de risco é menor, você administra com cautela”, diz Motomura. “Nas crises, é preciso ter mais ousadia, porque as empresas precisam de soluções novas. Apegar-se às decisões cautelosas demais pode ser suicídio”. Já brilham as pessoas inquietas, que provocam a equipe a fazer perguntas e pesquisar alternativas. Como ser uma dessas pessoas? Saia do casulo, converse com os colegas, tenha coragem de expor suas dúvidas (sobre seu trabalho, sobre o mercado, sobre os produtos, sobre os métodos da concorrência), busque respostas. E proponha caminhos novos.

13 - Circule mais, apareça

Um dos mantras dos profissionais de recursos humanos é o networking: a administração de sua rede de contatos. Não é para menos. Cerca de 60% das contratações de executivos são resultado de indicações de conhecidos. Antigamente, as pessoas se referiam ao fenômeno com a sigla QI, indicando não o quociente de inteligência, e sim a explicação pejorativa “quem indicou”. O networking é um pouco diferente. Só é indicado quem é competente. Sua tarefa, portanto, é tornar-se conhecido por suas habilidades. É bem diferente de buscar obsessivamente fazer contato com quem possa ajudá-lo. Um bom networking serve não só para contatos de emprego, mas também para ter um círculo de conselheiros e mentores, ou gente que pode compartilhar experiências, inspirar ideias para sua atividade, indicar cursos, trabalhar para você etc.

O networking vale nas duas mãos. No mundo do trabalho, indicar alguém bom para uma tarefa conta pontos em sua ficha, pois você fica conhecido como alguém que sabe encontrar soluções. Como funcionam as indicações? Da forma mais natural. Se você precisa de alguém para realizar uma tarefa, vai provavelmente recorrer a pessoas que já fizeram algo semelhante para um amigo seu. O mesmo raciocínio vale para alguém indicar você – será por causa dos bons trabalhos pelos quais você já foi reconhecido. O problema é que as pessoas costumam esquecer nomes, autorias, contatos. Então, além de bons trabalhos, você deve alimentar sua rede de contatos com conversas frequentes, manter a agenda atualizada, circular por eventos (seminários do seu setor, cursos, reuniões) em que possa conhecer amigos de seus amigos – e tornar-se conhecido por eles, também. Nessas horas, você precisa causar boa impressão. E a melhor maneira de ser lembrado pelas pessoas é fazer algo por elas. Dar uma opinião embasada, contribuir com uma ideia, apresentar alguém que ajude a resolver um problema. Em algum momento, esses favores vão retornar para você.

14 - Cuidado com a politicagem

Se a crise tornar o ambiente da empresa tenso, é normal que surjam as rodinhas de fofocas. Fuja delas. Mantenha-se informado sobre o que acontece ao redor, mas afaste-se dos fuxicos e boatos. Tenha cautela também com a tensão entre os colegas. A pressão pode tornar chefes e colegas mais agressivos, acentuar preferências e inimizades. Seja transparente e ético. E evite exagerar na propaganda pessoal. “Isso pode transformar o profissional num alvo de rancor e críticas entre os colegas”, diz Karin.

15 - Fique atento às oportunidades

Parece provérbio chinês: “É nos momentos de crise que surgem as grandes oportunidades”. O fato é que, para inúmeras pessoas, o provérbio funciona. Até porque a crise incentiva as pessoas a pensar em alternativas. Nos tempos tranquilos, oportunidade vem na forma de fazer mais daquilo que já funciona. “Nos tempos ruins, a oportunidade vem do abandono das coisas que não funcionam mais e na busca de outras, baseadas em novas necessidades”, diz Tony Jeary, consultor americano especializado em treinamento para executivos. “Agora estamos imersos no estresse real que uma economia em crise produz: o estresse da mudança e a necessidade de deixar nossas zonas de conforto. Às vezes, isso significa pegar uma nova estrada”. Nos dias de hoje, o profissional mais valorizado é o empreendedor: aquele que tem autonomia, tem noção do todo, sabe administrar a si mesmo, trabalha por projetos (em vez de pensar apenas em cumprir tarefas que outros lhe dão). Isso é muito parecido com ter o próprio negócio dentro do negócio da empresa. E isso está muito perto de ter o seu próprio fora da empresa. Por isso, busque oportunidades num sentido bem amplo. Se a sua empresa não puder ou não quiser aproveitá-lo, e você tiver certeza de que vale a pena, pode ser a hora de partir para o voo-solo (leia o caso de Adriana Bertolino abaixo).

A oportunidade sem carteira assinada
A administradora **Adriana Bertolino**, de 42 anos, trabalhava como supervisora de pessoal numa metalúrgica havia 15 anos. Em outubro, decidiu trocar a carteira assinada pelo negócio próprio. Adriana pesquisou e traçou estratégias para abrir uma loja de roupas femininas e perfumaria no bairro do Jardim Bristol, em São Paulo. Ela procurou ajuda do Sebrae, que presta consultoria empresarial para quem quer montar o próprio negócio, e abriu a loja Livia (nome de sua filha, de 4 anos), hoje com três funcionárias. “Eu estava cansada do meu trabalho, e demorei para acreditar que existiam oportunidades fora dali”, diz. “Mas, quando você acredita em seu potencial e pesquisa muito, tem informação e estratégia, pode dar certo.” Há duas semanas, Adriana sentiu ainda mais certeza de sua escolha. Ela soube que sua antiga empresa, afetada pela crise, acabou de abrir um programa de demissões voluntárias.

16 - E se tudo der errado?

Pode ser que não dê tempo de salvar seu emprego, seja porque não dá mais tempo ou porque a situação da empresa chegou a tal ponto que tem de demitir mesmo aqueles que ela gostaria de manter. Não desanime. Os conselhos listados acima continuam válidos. Estudar, ampliar sua rede de contatos, pensar estrategicamente, com ousadia, são atitudes que fortalecerão suas chances de conseguir um novo emprego – às vezes, até melhor que o antigo.

Perder o emprego, hoje em dia, não é tão desastroso como era na década de 1990. Naquela época, quando o país abriu sua economia, muitas empresas brasileiras acomodadas e obsoletas passaram a ter de enfrentar a concorrência internacional. Seus empregados estavam acostumados a um ambiente de carreira numa só empresa, e as demissões eram encaradas como um luto, uma traição. Hoje, é bem diferente. A maioria das pessoas já passou por mais de um emprego, ou conhece muita gente que passou, e está mais preparada para mudanças. A economia também se sofisticou: há mais terceirização (trabalhos feitos por gente que não é empregada direta) e o empreendedorismo vem aumentando. “Somos bem mais competentes”, afirma Bloch. “E essa crise, ao contrário das anteriores, veio de fora. A economia brasileira mudou, para melhor. Seus profissionais também”.

A crise, cedo ou tarde, vai passar. Os conselhos acima devem ajudar você não só a sobreviver, mas também a prosperar no próximo período de bonança.

Max Gehringer

Não é uma catástrofe

Nos últimos 25 anos, o Brasil passou por cinco crises. Esta é a sexta

Por Max Gehringer

Já passamos da fase em que nossas autoridades insinuaram que a crise era dos outros. Todos nós já estamos convencidos de que a crise é nossa também. Porque a economia brasileira depende muito das exportações e dos investimentos estrangeiros, duas coisas que diminuíram nos últimos meses.

O lado ruim é que toda crise sempre gera desemprego. Isso é uma desgraça? Uma tragédia? Uma catástrofe? Não. Essa é uma situação passageira. Nos últimos 25 anos, o Brasil passou por cinco crises. Esta é a sexta.

Segundo o IBGE, o Brasil tem cerca de 5 milhões de empresas privadas. Desde gigantes com mais de 50 mil colaboradores até micronegócios com apenas um funcionário. Juntas, essas empresas têm 30 milhões de empregados.

A boa notícia é que 29 milhões não vão ficar sem emprego. A notícia não tão boa é que a crise colocou 1 milhão de trabalhadores na zona de risco.

E a má notícia é que a maioria dos que poderão perder o emprego são metalúrgicos, ajudantes de chão de fábrica e operários da construção civil. Esse é o lado perverso da crise. Ela afeta mais quem ganha menos. Os maiores prejudicados são aqueles que nada tiveram a ver com a crise, e muitas vezes nem conseguem entendê-la.

Em novembro e dezembro do ano passado, duas medidas permitiram mascarar um pouco a situação. A primeira foi a contratação de temporários, principalmente pelo comércio. Para as estatísticas, temporário conta como empregado. A segunda medida foram as férias coletivas concedidas por muitas empresas.

A partir de janeiro, sem temporários nem férias, a situação fica mais clara, e um pouco mais preocupante.

Para quem está empregado, aqui vão três sugestões.

1. Não mude de emprego agora. Quando ocorrem demissões, os empregados mais recentes são os primeiros da fila de dispensados, porque o custo de demissão é mais baixo. Mesmo que você tenha bons motivos para mudar, seja paciente e aguarde até a tormenta passar.
2. Concentre sua energia em seu trabalho. Trabalhe cada dia como se fosse seu primeiro dia de trabalho. E não perca seu tempo discutindo a situação da empresa. A pior coisa que pode acontecer num momento de crise, em que a situação externa não está ajudando, é criar uma situação interna ruim, por meio de boatos e diz-que-diz.
3. Não seja pessimista, mas não exagere no otimismo. Não é preciso parar de comer ou de se divertir com a família, mas é prudente evitar fazer dívidas pesadas e de longo prazo. Se ficar sem emprego não é bom, ficar sem emprego e com dívidas é muito pior.

E duas dicas para quem ou perdeu o emprego ou pode vir a perder.

1. Não se sinta envergonhado nem deprimido. Quando as demissões são causadas por circunstâncias externas, não há culpa de ninguém. E não se esconda. Passar horas pensando no que deveria ter feito, ou deixado de fazer, não vai ajudar em nada. Fale abertamente sobre sua demissão com quem quiser ouvi-lo. Dessa forma, além de se sentir mais aliviado, você informará a muita gente que está procurando um novo emprego.

2. Depois de solicitar o auxílio-desemprego, não fique parado. Se surgir uma possibilidade de um serviço temporário, ou como autônomo, aceite, mesmo que seja em outro ramo de atividade. Fazer cursos rápidos de aperfeiçoamento também é uma boa ideia. Além da atualização, permite incrementar o círculo de relacionamentos, que aumenta muito de importância em uma situação de pouco empregos disponíveis.

O Brasil e a crise mundial Dez razões para o otimismo

Giuliano Guandalini, Benedito Sverberi e Cíntia Borsato

Avaliada pelos últimos indicadores de desempenho econômico e em vista de seu brilhante passado recente, a economia brasileira inspira preocupação. Milhares de profissionais valiosos perderam seu emprego nas indústrias mais dependentes do ambiente externo, como a Embraer, em que 4 200 demissões foram anunciadas – 20% de toda a força de trabalho da empresa. A

inadimplência das famílias atingiu em janeiro o maior nível desde maio de 2002. A desaceleração do PIB é severa. Parece, portanto, não haver espaço para otimismo. Mas, como o otimismo tem de ser encontrado justamente nesses momentos mais duros, VEJA foi buscar razões que, realisticamente, nos permitissem afirmar que o Brasil vai escapar – mesmo que com escoriações – da surra que a economia mundial está levando nos cinco continentes. Logo no começo da encrenca, VEJA afirmou em uma Carta ao Leitor que o Brasil tinha chance de ser um dos últimos países a entrar na crise e poderia estar entre os primeiros a sair dela. É o que esta reportagem reafirma.

Seis meses depois da eclosão do turbilhão econômico que varreu Wall Street, com reflexos no mundo todo, a fase mais aguda da crise pode estar chegando ao "fim do começo" sem que os prognósticos mais funestos tenham se abatido sobre o Brasil. A economia brasileira já sofre, e sobre isso não há dúvida. Mas é consenso que o Brasil será um dos países menos afetados. Concordam com esse diagnóstico organizações como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a OCDE, a organização econômica dos países ricos. Com a ajuda de alguns dos melhores economistas do país, VEJA escolheu as dez principais razões de otimismo, resumidas e classificadas por sua solidez. A reportagem avança com um alerta sobre o calcanhar-de-aquiles da economia brasileira, o descontrole do gasto público de péssima qualidade, e se completa com uma coluna também otimista do economista Maílson da Nóbrega, com o sugestivo título "Por que o Brasil não quebra".

1 RESERVAS DE 200 BILHÕES DE DÓLARES INTOCADAS DEPOIS DE SEIS MESES DE CRISE

Passada a fase mais aguda da crise financeira internacional, as reservas brasileiras em moeda forte estão praticamente no mesmo volume. Permanecem no patamar de 200 bilhões de dólares. Pequena parte dos recursos foi usada até aqui, enquanto outros países torraram suas economias na tentativa de defender suas moedas – as reservas russas, por exemplo, já encolheram em quase 100 bilhões de dólares. "Ter acumulado esse colchão foi, certamente, um dos principais fatores de estabilidade", afirma o economista José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e sócio da MCM Consultores. Graças a essas reservas, o setor público brasileiro liquidou o antigo drama da dívida externa, historicamente o grande calcanhar-de-aquiles do país em momentos de turbulência financeira. Basta lembrar que, nas crises de 1998 e 2002, o governo teve de recorrer a empréstimos emergenciais do Fundo Monetário Internacional (FMI) para restabelecer a confiança dos mercados e fechar as contas externas. Alexandre Schwartzman, economista-

CAIXA AINDA FORTE

O Brasil praticamente não queimou reservas externas desde o início da crise, em setembro

Em dólares

chefe do Santander e também ex-diretor do BC, diz que as reservas ainda trazem outro benefício essencial. Com elas, o país tornou-se credor em dólar. "Sendo credor, em vez de devedor, o país ganha com a desvalorização cambial ao ter sua dívida pública reduzida. Antes ocorria o contrário. Mais uma evidência forte de que, desta vez, o país não quebrará." Vale mencionar que o Banco Central também controla reservas internas de 186 bilhões de reais, correspondentes ao depósito compulsório retido dos bancos (esse valor era de 270 bilhões de reais antes da crise). Se houver uma nova fase de restrição ao crédito, como aconteceu de setembro a novembro de 2008, será possível usar ainda parte desse dinheiro para irrigar o sistema financeiro.

2 BANCOS COMPETENTES, REGULADOS, COM BAIXA EXPOSIÇÃO A RISCOS

O Tesouro americano anunciou na semana passada que vai tornar-se o maior acionista do Citigroup, com até 40% do capital do banco. Será uma forma de impedir o colapso da instituição, impensável até há pouco. É improvável que uma crise como a que assola o sistema financeiro dos Estados Unidos seja vista no Brasil. Os bancos americanos endividaram-se irresponsavelmente emprestando fortunas a quem não podia pagar. As instituições financeiras brasileiras (ao menos as maiores delas), ao contrário, possuem ativos saudáveis e são cautelosas. Essa prudência, fundamental na proteção do país contra a crise, resulta de traumas históricos e da ação exemplar do Banco Central (BC). Sobretudo na elaboração e na execução do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), implantado entre 1995 e 2000. O Proer é hoje tido como um dos mais bem-sucedidos planos da história. "Esse programa de saneamento foi a face mais visível de um processo que mudou a regulação bancária brasileira. Desde então, o BC manteve a seriedade na fiscalização e na supervisão do sistema financeiro", diz o economista Gustavo Loyola, que presidiu o Banco Central naquele período. Por sua parte, os maiores bancos nacionais entronizaram a cautela como critério fundamental de gestão financeira. Exemplo disso: os cinco maiores bancos do país elevaram em 7 bilhões de reais as provisões adicionais para créditos duvidosos no último trimestre do ano passado. Já nos Estados Unidos, o nível de empréstimos concedidos pelos bancos

continuou crescendo mesmo quando a inadimplência dava sinais de que poderia sair do controle. Bancos sólidos, num mundo em que o sistema financeiro derrete, representam um diferencial importante. Outro diferencial, não menos vital, é que os derivativos, instrumentos financeiros que saíram de controle em Wall Street, destruindo bancos de investimento centenários, no Brasil são liquidados em bolsa (na BM&F), o que assegura controle e ajustes adequados.

China Photos/Getty Images

LÁ FORA A CRISE É FEIA
Em feira de emprego, chineses apresentam suas credenciais na tentativa de encontrar trabalho: desemprego em alta no mundo inteiro

3 AUSÊNCIA DE BOLHAS DE CRÉDITO E IMOBILIÁRIA, COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO REAL DESSES SETORES

A situação financeira das famílias e da maioria das empresas brasileiras permanece sob controle. Não houve aqui o mesmo processo de formação de bolhas de crédito que volatilizou a economia de países como a Islândia, a Irlanda, a Hungria, a Inglaterra e, sobretudo, os Estados Unidos. O Brasil nem chegou perto de experimentar um boom imobiliário. "O país acabou tendo a sorte de ter chegado atrasado à forte expansão do crédito internacional", diz Claudio Haddad, presidente da escola de negócios Ibmec em São Paulo. "A única bolha que tivemos foi a da Bovespa, já desinflada." O total de crédito disponível hoje na economia brasileira equivale a 40% do PIB, um volume muito inferior àquele observado em nações desenvolvidas e até mesmo em boa parte das emergentes. Nos Estados Unidos, país que

gestou os maiores excessos financeiros da história, a relação crédito-PIB é o sêxtuplo da brasileira (veja o quadro ao lado). Para o economista José Júlio Senna, no entanto, essa atual "vantagem" da economia brasileira também decorre de mazelas estruturais. Diz Senna: "A baixa alavancagem de empresas e das famílias se deve em grande parte a deficiências de nosso sistema econômico. Exemplos: juros muito elevados, excesso de tributação de operações financeiras e direcionamento artificial do crédito para setores considerados prioritários". Para o economista Edmar Bacha, esses são alguns dos vícios que paradoxal e momentaneamente se transformaram em virtudes. "Em uma situação de normalidade, eles precisarão ser atacados com reformas". Bacha refere-se ao sistema bancário concentrado e com alta participação de letárgicos bancos públicos, às taxas de juros elevadas e aos compulsórios extravagantes".

4 MERCADO INTERNO FORTE, CRESCENDO EM PODER DE COMPRA E EM PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO

Com o declínio da pobreza, a chamada classe C (renda familiar entre 1.115 e 4.807 reais mensais) representa a maior parte da população brasileira e continua virtualmente imune à crise. É a nova classe dominante do país, formada por consumidores emergentes. O potencial de expansão é enorme. Ao lado da China e da Índia, o Brasil é um dos poucos países com parcelas significativas de sua população ainda não incorporadas ao mercado de consumo. Trata-se de um fator essencial na atração de investimentos. Segundo estudo coordenado por Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, o processo de diminuição da miséria prosseguiu em 2008, mesmo depois do agravamento da crise – ou seja, o mercado consumidor do país continuou a se expandir. Contribuem para isso a inflação sob controle e as políticas assistencialistas. "Se o pacote habitacional para a baixa renda sair do papel, a classe C sairá ganhando ainda mais", afirma André Torrettá, diretor da Ponte Estratégia, empresa especializada em marketing para classes baixas.

Marcia

Ribeiro/Folha

Imagem

ÂNCORA

VERDE

Feira de máquinas agrícolas: mesmo com a crise, a exportação de comida trará pelo menos 50 bilhões de dólares em divisas para o país

5 MATRIZ ENERGÉTICA MAIS "VERDE" DO MUNDO, COM INDEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO IMPORTADO

Metade dos combustíveis utilizados pela economia brasileira é originária de fontes renováveis, como a energia hidráulica e o etanol de cana-de-açúcar. O Brasil conta ainda com enorme potencial hídrico a ser explorado na Região Norte. Essas fontes renováveis não poluem o meio ambiente, são mais baratas e compatíveis com uma economia moderna e sustentável. "O Brasil é um dos poucos países que combinam recursos hidráulicos, domínio da tecnologia da energia renovável e tem agora a benesse das megareservas do pré-sal, que só dependem de uma atualização do marco regulatório para atrair a participação mais intensa do setor privado", afirma Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas. A descoberta das reservas de pré-sal, a 6 000 metros de profundidade, além de consolidar a autossuficiência do petróleo (que, a rigor, ainda não chegou), transforma o Brasil em exportador de petróleo.

6 ESTABILIDADE POLÍTICA, EM QUE A DEMOCRACIA FOI ENTRONIZADA COMO PATRIMÔNIO NACIONAL

A previsibilidade econômica de um país, alicerce primordial do desenvolvimento duradouro, começa pela previsibilidade política. Esses dois pilares distinguem fundamentalmente o Brasil de países-problema como a Venezuela de Hugo Chávez, que rasgou contratos e afugentou o capital externo. Diz Carlos Langoni, da FGV: "Há uma percepção, não apenas interna como do ponto de vista dos investidores internacionais, de que a democracia brasileira está consolidada. Esse será o grande legado do governo Lula. Independentemente de quem for eleito presidente, não haverá mudanças traumáticas na política econômica, e sim um processo gradual de modernização institucional e implementação de reformas básicas, entre elas a tributária, a previdenciária e a trabalhista". A rigor, as mudanças vieram antes de Lula e foram mantidas em seu governo. O Brasil de hoje é resultado de um processo ocorrido nos

últimos quinze anos, em que se estabeleceram no país poderosas restrições culturais institucionais ao populismo.

7 ESTABILIDADE ECONÔMICA E ARCAFOUÇO REGULATÓRIO IMPERFEITO MAS PREVISÍVEL

Pode parecer banal receber de troco uma moeda de 10 centavos cunhada em 1994, o ano do lançamento do Plano Real. Mas isso é indicador da maturidade de um país que, entre 1986 e 1994, teve quatro moedas diferentes. Hoje o Brasil funciona seguindo as regras de um arcabouço que, mesmo imperfeito, é previsível. O país acaba de completar dez anos sob o mesmo regime de câmbio flutuante e metas de inflação. Esses instrumentos, aliados às metas de superávits primários, asseguram a previsibilidade da gestão econômica, requisito essencial à atração de investimentos produtivos – o fator que determina o potencial de crescimento de um país. "A evolução que o Brasil teve desde meados dos anos 80 e a corajosa decisão de Lula de manter a política econômica do governo anterior colocaram o país em posição privilegiada neste momento. Quanto mais tempo o Brasil passar sem retrocessos significativos na gestão da economia, menor será o risco de sofrermos um estrago", afirma Maílson da Nóbrega.

8 MAIOR EXPORTADOR DE ALIMENTOS DO MUNDO, O QUE GARANTE VENDAS EXTERNAS VOLUMOSAS EM QUALQUER CENÁRIO

Em tempos de crise, as famílias tendem a reduzir a compra de bens duráveis, mais dependentes de crédito, como carros e eletroeletrônicos. E aumentam – ou ao menos mantêm – o consumo de produtos básicos, como alimentos. Existe uma explicação simples para isso: as pessoas não vão deixar de comer. Portanto, ainda que se verifique uma redução nas cotações das mercadorias exportadas pelo país, a venda de comida (soja e carne, principalmente) trará neste ano pelo menos 50 bilhões de dólares em divisas para o país. O Brasil tem a maior fronteira agrícola do mundo – isso sem avançar um centímetro na Floresta Amazônica. São 355 milhões de hectares

aráveis, dos quais apenas 20% são utilizados para plantações. Essas áreas equivalem a dez vezes o território da Alemanha ou 12% das terras que ainda podem ser ocupadas com a agricultura em todo o planeta. Um estudo do Ministério da Agricultura, divulgado na última sexta-feira, aposta em um "grande potencial de crescimento" do agronegócio nacional nos próximos anos. O entusiasmo do governo se justifica pela necessidade de reposição de estoques em um mundo que terá consumo crescente de produtos agrícolas.

9 MERCADO EXTERNO DIVERSIFICADO COM COMPRADORES EM TODO O MUNDO E MERCADORIAS DE VALOR AGREGADO CRESCENTE

As empresas exportadoras brasileiras vendem seus produtos para o mundo inteiro, o que as protege e ao país dos efeitos mais violentos de uma crise, como a atual, que se mostra mais intensa nos mercados americano e europeu. A título de comparação, cerca de 80% das exportações do México destinam-se aos Estados Unidos. Calcula-se que 20% do PIB mexicano dependa dos humores do vizinho do norte, hoje em recessão. Já o Brasil direciona apenas um sétimo de suas exportações ao mercado americano – o equivalente a 2% de seu PIB. A clientela dos produtos nacionais está relativamente bem distribuída, como ilustra o quadro ao lado. Uma ressalva necessária: a diversificação reduz os efeitos do contágio externo, mas, é claro, não impede que o país sofra os efeitos de um inverno nuclear no comércio externo. Diz a economista Eliana Cardoso, professora da FGV: "Temos uma pauta diversificada tanto em produtos quanto em compradores, e isso nos dá algum grau de flexibilidade. Contudo, isso não será suficiente para compensar as perdas com o recuo generalizado da demanda mundial".

Nicholas Roberts/AFP

COMÉRCIO PRÊT-À-PORTER
Desfile de coleção brasileira de biquínis
em Nova York: exportações diversificadas
reduzem o contágio internacional

10 AS MESMAS PROJEÇÕES QUE APONTAM ESTAGNAÇÃO NO MUNDO ESTIMAM CRESCIMENTO DO PIB DO BRASIL EM 2009

A economia brasileira cresceu em uma velocidade superior a 5% nos últimos dois anos, batendo a média mundial – algo que não ocorria havia mais de duas décadas. Em 2009, apesar da forte desaceleração, o país conseguirá ao menos se consolar com a proeza de, por mais um ano, avançar mais rápido que o mundo. Não é pouca coisa para um país que na década de 90 era o primeiro a ser cuspidor para fora do vagão quando o trem mundial brecava de repente. A expectativa é que o Brasil cresça em torno de 1,5%, contra projeções de uma sombria estagnação, de 0,5%, na média mundial. Na semana passada, a vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, Pamela Cox, afirmou que o Brasil e o Chile serão os países que menos sentirão os efeitos da crise financeira na região. Nesse sentido, um relatório da OCDE (organização que congrega os países mais industrializados do mundo) indicou que a maioria das economias analisadas sofrerá uma "forte desaceleração" – a mais intensa desde a crise do petróleo, há três décadas –, mas o Brasil é o único em que, ao menos até o momento, a freada não mereceu a classificação de "forte".

A PAREDE DA HISTÓRIA

Fotomontagem com a presidente eleita, Dilma Rousseff. Ela assumirá com o desafio de manter o crescimento num cenário global incerto

BRASIL ECONOMIA

controlar. Daí veio o aumento recente do pedágio cobrado do capital especulativo que ingressa no país, de 2% para 4% e depois de 4% para 6%, na semana passada. É uma medida paliativa, que cumpre um papel pontual.)

"Ainda estamos muito longe de um retorno pleno à saúde econômica", afirma o economista e jornalista Martin Wolf, principal comentarista e editor adjunto do jornal britânico *Financial Times*. "Apesar de a política monetária estar muito agressiva, com juros muito baixos, a retomada da economia está fraca."

Além disso, economistas têm alertado sobre uma espécie de guerra cambial, alimentada principalmente pela política da China de subvalorização de sua moeda, o iuane, para estimular exportações. A China parece empenhada em estimular o consumo interno, para depender menos das exportações, mas até agora resiste à mudança do câmbio.

Em contrapartida, os preços das matérias-primas exportadas pelo Brasil, como minério de ferro, soja e açúcar, já recuperaram boa parte das perdas que tiveram com a crise mundial, ajudados pelo crescimento de países emergentes como China e Índia. Isso ajuda, mas não é suficiente para compensar a retração econômica nos países desenvolvidos.

Há um aspecto benéfico para o Brasil na fraqueza mundial. Com os juros nos países desenvolvidos próximos de zero, há abundância de capitais no mundo à procura de oportunidades de investimento produtivo – e o Brasil, neste caso, também aparece no radar como um dos destinos preferidos. Há, portanto, uma janela para aproveitar os recursos externos para ajudar a financiar os investimentos que o Brasil precisa fazer. Calcula-se que essa janela seja de dois anos, até que a economia mundial se recupere e os juros voltem a subir no exterior, lá pelo final de 2012.

Se há dólares de sobra lá fora para investir, há poucos para consumir. Por isso, as exportações brasileiras enfrentam problemas. Dilma terá de se voltar para o mercado interno, reforçando a estratégia do governo Lula desde a explosão da atual crise global, em 2008. Naquela ocasião, o governo brasileiro adotou uma política antíciclica, de investir dinheiro público quando a economia está retraída. Deu tão certo que o Brasil foi um dos últimos países a entrar e um dos primeiros a sair da crise. Só que, junto com o bem-vindo estímulo,

o governo aproveitou para engordar a máquina administrativa e distribuir algumas benesses para servidores e aposentados – que cobram um preço alto no futuro.

A conta já está chegando, e Dilma terá de lidar com essa herança. Ela parece estar consciente disso. Em seu primeiro discurso como presidente eleita, adotou a defesa da austeridade fiscal, um tema que havia descartado na campanha. Aproximou-se do discurso dos ex-ministros da Fazenda Antonio Palocci e Antônio Delfim Netto. A proposta deles é permitir que as despesas públicas aumentem sempre menos que o Produto Interno Bruto (PIB) para levar a uma redução gradual da dívida do governo (que dobrou durante os oito anos do governo Lula, para R\$ 1,7 trilhão).

Dilma assumiu o compromisso de não fazer o tripé que permitiu a consolidação da estabilidade econômica do país na última década – o equilíbrio das contas públicas, o sistema de metas de inflação e a política de câmbio flutuante. "Cuidaremos de nossa economia com toda a responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. Não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável", afirmou.

QUEM DILMA OUVIU
Os economistas mais cotados para o próximo governo 1. Luciano Coutinho, do BNDES, foi professor de Dilma na Unicamp e mantém ótimo relacionamento com ela 2. Lula defende a permanência de Henrique Meirelles, do BC 3. Alexandre Tombini, diretor de Normas do BC, é cotado para garantir as metas rígidas de inflação 4. Nelson Barbosa, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, é o funcionário mais ouvido por Dilma 5. Antonio Palocci, muito ligado a Lula, tomou as rédeas da campanha de Dilma e coordena a transição de governo 6. José Sérgio Gabrieli não se dava tão bem com Dilma – até que veio o pré-sai

Dilma também anunciou na semana passada mais uma meta ousada: reduzir os juros reais (acima da inflação) da Selic, a taxa básica de juro da economia, dos atuais 5,5% ao ano para a faixa de 2% ao ano até 2014. É uma promessa difícil de cumprir. Mas, se seguir essa trilha, ainda que avance menos do que prometeu, já terá feito um bem enorme ao país. Poucas coisas são tão letais para o crescimento econômico do país quanto os juros altos.

Dilma ainda se disse disposta a promover uma reforma tributária e reduzir o peso dos impostos sobre a produção e o consumo. Um dia depois, porém, deu a entender que poderá ressuscitar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja rejeição no Congresso Nacional em 2007 foi a maior derrota política de Lula em seus dois mandatos. É uma contradição – e é provável que ainda ouçamos muitas neste período de transição de governo.

Os rumos da futura administração Dilma ficarão mais claros quando forem anunciados os primeiros nomes de sua equipe econômica. O presidente Lula defende a permanência da atual equipe, com o ministro

Guido Mantega na Fazenda e o presidente do BC, Henrique Meirelles, no mesmo lugar. Dilma tem boa relação com Mantega, a quem costuma chamar de Guidinho, e também com Meirelles. Outra figura importante é o economista Luciano Coutinho, atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ex-professor de Dilma na Universidade de Campinas, Unicamp, no interior de São Paulo, um núcleo de ideias desenvolvimentistas, Luciano transformou o BNDES num dos polos mais dinâmicos do governo Lula. Articulou complexas fusões para a formação de grandes grupos de capital nacional em condições de disputar o mercado global e goza da admiração de Dilma.

Também é comentado nos corredores do poder o nome do empresário Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar. Fala-se que ele pode ir para a pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, hoje ocupada pelo ex-jornalista Miguel Jorge. É dada como certa a permanência de José Sérgio Gabrielli à frente da Petrobras, para liderar a epopeia da empresa na exploração do pré-sal e a transformação do Brasil numa potência petrolífera global, e da pernambucana Maria Fernanda Ramos Coelho na

presidência da Caixa, pelos excelentes resultados que obteve na expansão do crédito para a habitação.

Além do cenário externo adverso, Dilma terá de enfrentar inúmeros desafios no país. Do equilíbrio das contas públicas à queda dos juros, da questão cambial aos impostos que massacraram o setor produtivo e o consumidor, ela precisará demonstrar que pode não apenas manter tudo aquilo que o país conquistou no governo Lula, mas ir além. Como ex-ministra-chefe da Casa Civil e, nas palavras de Lula, "mão do PAC", o Programa de Aceleração do Crescimento, que mapeou algumas das principais necessidades de infraestrutura do país no atual governo, ela está aparentemente aparelhada para enfrentá-los. Seu maior desafio, talvez, será criar as condições para o Brasil acelerar o crescimento econômico de forma sustentável, acima dos 5% ao ano, sem gerar pressões inflacionárias que possam comprometer a estabilidade.

O Brasil, hoje, é o país dos gargalos. Há o gargalo da energia, dos portos, dos aeroportos, da logística, das estradas, sem falar nos mais sentidos pela população, como educação, rede de esgotos, saúde. O país precisa de centenas de bilhões de reais para modernizar sua infraestrutura, que provoca ineficiências mortais para a competitividade das empresas brasileiras no mercado mundial. Tem também de concretizar o projeto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Fora isso, é preciso elaborar uma política agrícola consistente, melhorar a qualificação dos trabalhadores e formar mão de obra especializada – que já está em falta até em atividades como a construção civil, na qual há escassez de pedreiros, e no agronegócio. "Hoje, dentro de um programa de mecanização da colheita que estamos implementando, usamos uma máquina que custa US\$ 1 milhão – toda automática, com GPS, entradas de computador, ar-condicionado", diz o executivo Marcos Lutz, presidente executivo da Cosan, uma das maiores produtoras de açúcar e álcool de cana-de-açúcar do mundo. "Mas está difícil encontrar operador de colheitadeira para contratar."

Para enfrentar os gargalos e tornar o desenvolvimento brasileiro sustentável, Dilma precisará de todo o investimento com que puder contar, inclusive o estrangeiro (que desdenhou durante a campanha). E, para ter capacidade de investimento federal, terá de resolver várias armadilhas que estão à sua frente. É o que veremos nas próximas páginas.

8 de novembro de 2010 EPOCA 51

Os 13 desafios econômicos

1

Controlar as contas públicas

POR QUE É UM PROBLEMA

O governo gastou além de sua capacidade nos últimos anos. Isso aumenta a dívida pública, o que leva a mais inflação, juros maiores e menos investimentos.

COMO RESOLVER

Controlar gastos de custeio do governo

AS DIFICULDADES

Enfrentar funcionários públicos federais e aposentados, que exigem aumentos e são uma das bases de apoio do PT

A POSIÇÃO DE DILMA

Na campanha, ela negou a necessidade de ajustar as contas públicas. Depois de eleita, disse que administrará com austeridade

Pergunte a qualquer economista qual será o maior desafio do novo governo. A resposta será o controle dos gastos públicos, conhecido no jargão dos economistas como ajuste fiscal. Faz sentido: sem o ajuste, o governo não conseguirá gerar os recursos necessários para realizar os enormes investimentos prometidos em todas as áreas. E só com o aumento dos investimentos o país conseguirá crescer em ritmo acelerado – acima dos 5% ao ano – de forma sustentável, sem gerar pressões inflacionárias. Sem ajuste, também não será possível promover a redução dos juros para um patamar civilizado, porque a demanda continuará aquecida, estimulada pelos gastos públicos. Nesse caso, o Banco Central (BC) terá de agir para evitar um repique da inflação. Com a manutenção dos juros altos – ou sua elevação –, o Brasil continuará a atrair o capital especulativo, pressionando o dólar para baixo. "Nós somos hoje o único peru com fa-

rofa disponível na mesa do mercado internacional", diz o economista Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento. "O maior risco é que há espaço para a situação piorar", afirma o economista Roberto Macedo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "Se o governo continuar com a ganância, as contas vão se deteriorar e a economia vai deslizar".

De repente, sumiu a relativa austeridade que marcou os primeiros seis anos da gestão Lula e que lhe permitiu conquistar credibilidade entre os financistas do país e do exterior. Com o argumento de que os gastos tinham o objetivo de amenizar o impacto da crise global, praticou-se uma espécie de vale-tudo financeiro. O resultado foi um aumento do rombo no caixa do governo e um crescimento da dívida pública, mesmo num período em que a arrecadação bateu sucessivos recordes.

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente eleita Dilma Rousseff terem negado durante a campanha

eleitoral a existência de um desequilíbrio nas contas públicas, os números mostram que o governo gastou bem mais do que deveria nos últimos anos. Segundo o BC, o governo fechou 2009 com um saldo negativo total (o déficit nominal, que inclui o pagamento dos juros da dívida) de R\$ 104,6 bilhões. Foi o equivalente a 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB), quase o dobro do déficit de 2008. Neste ano, as estimativas são de um resultado semelhante, principalmente porque o governo deixou de lado a economia que vinha fazendo para bancar o pagamento dos juros (o superávit primário). Para não admitir o relaxamento do rigor, recorreu a manobras contábeis criativas, como computar antecipadamente receitas de US\$ 30 bilhões da exploração do pré-sal, que ainda nem começou. "Isso foi uma brincadeira do governo para fingir que está cumprindo a meta de superávit primário (de 3,3% do PIB)", diz Alexandre Schwartzman, economista-chefe do banco Santander e ex-diretor do BC.

Endividamento preocupante

Com o salto do déficit nominal* nas contas públicas, o Brasil tem hoje uma das maiores dívidas entre os emergentes – porém, com baixo nível de risco**

* Deficit nominal é o somatório das contas do governo federal após o pagamento dos juros da dívida pública.

** O nível de risco mede a chance de o país não cumprir as dívidas, segundo as avaliações de agências de classificação internacional.

52 EPOCA 8 de novembro de 2010

O que mais incomodou os analistas foi que boa parte dos gastos adicionais veio da contratação de funcionários públicos e da concessão de aumentos generosos para os servidores. Segundo o Contas Abertas, uma ONG de fiscalização das finanças do país, foram contratados 127 mil servidores por concurso durante o governo Lula, equivalentes a 11% do total. A folha de pagamentos do funcionalismo mais que dobrou no período, para R\$ 166,2 bilhões. Além disso, Lula concedeu aumentos significativos para o salário mínimo, que corrigiu o valor do piso dos benefícios dos aposentados, contribuindo para agravar o déficit da Previdência Social.

Segundo o economista Mauro Leos, vice-presidente de risco soberano da Moody's, uma das principais agências de classificação de risco, a manutenção da atual situação fiscal poderá impedir que o Brasil melhore sua nota quando for feita uma nova avaliação do país, no segundo trimestre de 2011. "O Brasil não vai perder o grau de investimento, porque os riscos agora são muito menores que no passado", afirma. "Mas, se o governo não tomar medidas para reverter o crescimento dos gastos, não vai receber um upgrade."

EXCESSO
Compradores em uma loja de brinquedos em São Paulo. Os gastos do governo estimulam o consumo.

2 Manter a inflação baixa

POR QUE É UM PROBLEMA

A inflação deverá ser de 5,2% em 2010. A meta é 4,5% e já se prevê 5% em 2011.

COMO RESOLVER

Controlar as despesas do governo e desacelerar a expansão do crédito dos bancos públicos. Senão, será preciso elevar os juros.

AS DIFICULDADES

Resistir à pressão por gastos.

A POSIÇÃO DE DILMA

Ela diz que não vai "brincar" com a inflação e acena até com redução da meta de 4,5%. Mas negou a necessidade de ajuste fiscal.

Nenhuma política social traz mais benefícios à população do que o controle da inflação, que permite ter confiança na estabilidade dos preços. Por isso, se conseguir manter a inflação baixa, o novo governo já terá obtido uma grande conquista. Embora esteja relativamente estável, tudo leva a crer que a inflação medida pelo IPCA, do IBGE, deverá fechar o ano na faixa de 5,2%, acima da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Segundo Ilan Goldfajn, economista-chefe do Itaú e ex-diretor do BC, o excesso de gastos do governo estimula a demanda, que está crescendo em torno de 8% ao ano – mais que o crescimento do PIB, estimado em 7,5%. O excesso de gastos públicos acaba por injetar recursos adicionais na economia e estimula o consumo. Em seu último relatório de inflação, o BC mostrou que está atento à elevação das despesas do governo e à política de crédito expansionista dos bancos públicos. Deu sinais de que, se isso continuar, poderá levar a um novo aumento da Selic, a taxa de juros básica da economia, hoje de 10,75% ao ano. Com o aumento dos juros, aumenta o interesse do capital especulativo para investir no país, forçando uma queda ainda maior do dólar. "Se a demanda continuar a crescer e não tivermos um ajuste fiscal, haverá uma combinação de mais inflação e mais déficit nas contas externas do país", afirma Goldfajn.

Comprando demais

As vendas do comércio cresceram mais que o estimado para o PIB (7,5% em 2010) – em % ao mês sobre igual período do ano anterior.

BRASIL ECONOMIA

3 Diminuir o peso dos impostos

POR QUE É UM PROBLEMA

A carga tributária de 37% do PIB drena recursos do setor privado, encarece produtos e compromete a competitividade do país.

COMO RESOLVER

Fixar um limite para a expansão dos gastos públicos abaixo do crescimento do PIB.

AS DIFICULDADES

Há no governo a noção de que o Estado deve ser forte – e, para isso, precisa cobrar altos impostos.

A POSIÇÃO DE DILMA

Dilma diz ser favorável à reforma tributária e à redução de taxas para micro e pequenas empresas.

Poucas questões despertam tantas paúlos na área econômica quanto os impostos. Entre os países emergentes, o Brasil tem hoje a maior carga tributária. Ela deverá chegar a 37% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Cada brasileiro tem de trabalhar, em média, 148 dias por ano só para pagar os impostos. Isso encarece os produtos e os serviços, limitando o consumo, e diminui a competitividade das empresas brasileiras no exterior. "Não dá para competir com a China com uma carga tributária que, em média, é o dobro da deles", afirma o economista Paulo Leme, do banco de investimentos Goldman Sachs.

Os impostos não são só altos, são complicados. Segundo uma pesquisa da consultoria Ernst&Young e do Banco Mundial, o Brasil é o país em que as empresas mais perdem tempo com a burocracia tributária: 2.600 horas por ano. No México, são 517 horas. Na Argentina, 453.

Com o governo aumentando seus gastos em vez de poupar, é improvável que aceite discutir uma redução nos impostos. Ao contrário. O presidente Lula declarou que o governo precisa de impostos altos

para fortalecer o Estado. Cresce, porém, a resistência na sociedade à sede tributária. O Movimento Brasil Eficiente e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) planejam coletar 1 milhão de assinaturas em apoio a um projeto para diminuir a carga tributária e dar maior transparência aos impostos. O movimento articula também uma bancada de apoio à causa no Congresso. A ideia é aprovar um dispositivo pelo qual as despesas de custeio do governo terão de crescer a cada ano 1 ponto percentual a menos que o PIB. O objetivo é reduzir a carga tributária para 30% do PIB até 2030. Cobrando um percentual menor, a arrecadação pode até aumentar. "Se liberar recursos para o setor privado, o Brasil poderá chegar lá com um PIB de R\$ 9 trilhões", diz Carlos Schneider, organizador do Brasil Eficiente. "Caso contrário, ele ficará em R\$ 6 trilhões."

Renda emergente, imposto de rico

Entre os países em desenvolvimento, o Brasil é o líder mundial dos impostos – carga tributária (em % do PIB) em relação à renda per capita (em US\$/ano).

4

Reformar as aposentadorias

POR QUE É UM PROBLEMA

O sistema da Previdência Social tem um déficit de R\$ 44,5 bilhões em 2010

COMO RESOLVER

Aprovar regras mais duras para quem está entrando agora no mercado e individualizar os planos: cada um recebe benefícios de acordo com suas contribuições

AS DIFICULDADES

Como a conta só vai estourar no futuro, não há incentivo para arcar com o custo político agora

A POSIÇÃO DE DILMA

Acredita que o déficit pode ser coberto com o crescimento da economia

Não é de hoje que a Previdência Social é a principal causa de desequilíbrio nas contas públicas do país. No ano passado, segundo dados oficiais, o governo teve de destinar R\$ 90 bilhões do Orçamento para cobrir o rombo da Previdência, incluindo os trabalhadores do setor privado e do setor público. É o equivalente a quase oito vezes o valor desembolsado no período pelo Bolsa Família e o dobro do que foi aplicado pelo governo federal em educação.

O governo ainda concedeu aumentos reais, bem acima da inflação, para o salário mínimo. Como a maioria dos aposentados recebe um benefício equivalente a um mínimo, que funciona como o piso da Previdência, o déficit potencial se multiplica. Ele foi neutralizado em parte pelo crescimento econômico, que trouxe para o sistema mais 783 mil contribuintes apenas em 2009. Mas pode voltar a crescer a qualquer suspiro da economia, como aconteceu recentemente, consumindo os já escassos recursos para investimento.

O sistema tem uma grande distorção. Embora os aposentados do setor público sejam apenas 1 milhão, eles responderam

por R\$ 47 bilhões do déficit do ano passado. Os aposentados do setor privado, que somam 27 milhões, geraram um déficit de R\$ 42,9 bilhões. Quer dizer que o déficit por beneficiário na esfera pública é 32 vezes maior que o da esfera privada. Outro dado da injustiça do sistema: o valor médio do benefício no setor privado em 2009 foi de R\$ 722 e no setor público de R\$ 5.600. Para evitar essa comparação incômoda, o Ministério da Previdência Social deixou de divulgar mensalmente os dados dos trabalhadores do setor público. Agora, a divulgação traz apenas as informações do sistema privado, separadas entre trabalhadores urbanos e rurais. O rombo da Previdência dos servidores só fica transparente uma vez por ano, quando o governo envia ao Congresso o Orçamento do ano seguinte.

Nas próximas décadas, a situação deverá piorar. Hoje, apenas 6,5% dos brasileiros têm mais de 65 anos. Em 2020, serão 9,2%. Hoje há dez pessoas ativas para cada aposentado. Em dez anos, serão oito. Haverá menos gente contribuindo e mais aposentados recebendo benefícios. Por isso é tão importante equacionar o déficit da Previdência desde já.

Há uma série de projetos em tramitação no Congresso Nacional que podem ter um tremendo impacto nas contas públicas. Talvez o mais explosivo deles seja o do deputado Paulo Paim (PT-RS), que prevê a recomposição dos benefícios dos aposentados com base no número de salários mínimos recebidos na época da aposentadoria. Como o salário mínimo vem recebendo aumentos reais bem acima da inflação, só esse projeto poderá gerar um gasto de quase R\$ 80 bilhões por ano, segundo estimativa do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco.

Alguns projetos que representariam despesas extras foram encaminhados ao Congresso pelo próprio presidente Lula. Um deles é o Vale Cultura, que Dilma apoia. A ideia é oferecer créditos a ser gastos em cultura para assalariados com renda de até cinco salários mínimos por mês, servidores públicos e aposentados. Se aprovado dessa forma, implicará aumento de despesas de R\$ 4,5 bilhões por ano. Outro projeto afeta as contas dos Estados: prevê a criação de um piso salarial igual ao estabelecido no Distrito Federal para os soldados da Polícia Militar. O impacto total deverá ser de R\$ 3,5 bilhões.

A CASA DAS LEIS
O Congresso Nacional.
Os projetos em análise ali podem custar mais R\$ 160 bilhões ao ano

5

Negociar os esqueletos do Congresso

POR QUE É UM PROBLEMA

O Congresso tem uma série de projetos para concessão de benesses, que podem representar despesas de 5% do PIB

COMO RESOLVER

Usar a maioria no Congresso para minimizar a aprovação desses projetos

AS DIFICULDADES

É complicado dizer não a pressões populares, amparadas por forças no Congresso

A POSIÇÃO DE DILMA

Ela apoia alguns dos projetos

6

Segurar a valorização do real

POR QUE É UM PROBLEMA

Com a queda do dólar, as exportações brasileiras ficam mais caras e as importações se tornam baratas. Além de aumentar o rombo nas contas externas, esse processo estimula o consumo de importados e pode levar à desindustrialização

COMO RESOLVER

Controlar os gastos públicos permitiria reduzir os juros, o que tornaria o país menos atraente para o capital especulativo e diminuiria a pressão de baixa sobre o dólar

AS DIFICULDADES

Vontade política para controlar as despesas do governo

A POSIÇÃO DE DILMA

Ela diz que vai manter o câmbio flutuante e que pretende agilizar a devolução dos créditos tributários aos exportadores para amenizar o problema. É favorável ao aumento do pedágio para o capital especulativo

Sempre que o dólar está em queda há uma gritaria entre os empresários. Os exportadores reclamam que o dólar baixo prejudica a competitividade dos produtos brasileiros. Os industriais criticam o barateamento das importações

TUDO DE FORA
Pilhas de contêineres no Porto de Santos, São Paulo. O real valorizado reduz o volume de exportações brasileiras e estimula a importação

e dizem que a continuidade desse processo acabará por levar à desindustrialização, em razão da incapacidade de competir com os fabricantes estrangeiros. Uma parcela dos insatisfeitos concentra suas reclamações nos produtos da China, beneficiados pela subvalorização da moeda chinesa, o iuane. Surgem até vozes influentes pedindo a adoção de medidas protecionistas, como o aumento de alíquotas de importação.

Em Brasília, as pressões para o Banco Central (BC) impedir a valorização excessiva do real aumentam de intensidade. O governo, às vezes, até adota medidas paliativas, com efeito de curta duração, para tentar segurar a moeda americana. Foi o que aconteceu no mês passado, com os dois aumentos seguidos do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) – de 2% para 4% e depois de 4% para 6% – para desestimular o ingresso de investimentos no mercado financeiro do país. Mas o governo, ao que se sabe, jamais cogitou o abandono do câmbio flutuante, adotado em 1999. “Com o juro baixo nos países desenvolvidos, a liquidez aumenta muito e

não há problema de financiamento”, afirma o economista Alexandre Schwartzman, do banco Santander. “Viver em ambiente de abundância de liquidez e de capital externo vai pressionar a taxa de câmbio para baixo”, diz Paulo Leme, do Goldman Sachs.

A equipe econômica sabe que o câmbio livre ajuda a segurar a inflação, permitindo a concorrência entre os produtos importados e nacionais. Sabe, também, que num momento de demanda aquecida, como agora, as importações ajudam a suprir o mercado. “Algumas indústrias podem estar perdendo mercado externo, mas isso não significa que esteja havendo uma desindustrialização”, afirma Ilan Goldfajn, do banco Itaú. “Eles estão compensando a perda com o aumento das

O dólar cai...

No início de novembro, a cotação do dólar estava abaixo do valor do final de 2000 - em R\$

...o déficit externo aumenta...

Saldo anual em conta-corrente⁽¹⁾ - em US\$ bilhões

...e o investimento direto já não cobre o rombo

Saldo dos investimentos estrangeiros na produção - em US\$ bilhões

vendas no mercado interno. Também não é que as importações estejam tomando o lugar das indústrias locais. Tem tanta demanda que os importados estão evitando o desabastecimento porque a indústria local está vendendo tudo o que produz.

É possível, porém, trabalhar para que o dólar possa subir em relação ao real, sem colocar em xeque o câmbio flutuante e sem adotar nenhum tipo de bruxaria heterodoxa. É provável que a melhor saída para evitar a queda do dólar seja o controle dos gastos públicos. Ao gastar além do que pode, o governo ajuda a encorpar a demanda. Isso acaba levando o BC a promover uma alta dos juros, atraindo ainda mais capital especulativo e pressionando o dólar para baixo. Com o dólar barato, as importações crescem, e o saldo em conta-corrente do país fica negativo. O governo se torna de certa forma dependente do ingresso de dólares para fechar as contas externas. Se ele desacelerasse os gastos, os juros poderiam cair e a atração do Brasil para os investidores estrangeiros diminuiria, permitindo uma valorização do real ao longo do tempo.

A pergunta que se faz é até quando isso vai continuar. Espera-se que, em algum momento de 2012, mais para o fim do ano, os bancos centrais dos países desenvolvidos comecem a subir os juros novamente, provocando uma reversão dessa situação. O receio é que o déficit na conta-corrente se acentue e provoque algum tipo de instabilidade no país. Com US\$ 286 bilhões de moeda forte em caixa, o Brasil está hoje muito mais fortalecido para enfrentar uma adversidade do gênero. Ainda assim, o melhor seria se preparar desde já, reduzindo os gastos públicos.

7 Reduzir os juros

POR QUE É UM PROBLEMA

O Brasil ainda é o campeão mundial dos juros altos. As taxas reais do país (ajusta a inflação) roçam os 6% ao ano.

COMO RESOLVER

A receita é a mesma: corte de gastos públicos, redução de impostos sobre o crédito e manutenção do câmbio flutuante.

AS DIFICULDADES

Cortar gastos e mudar o regime de rendimento da poupança (senão ela roubaria recursos de outros investimentos).

A POSIÇÃO DE DILMA

Quer chegar ao final do governo, em 2014, com um juro real de 2% ao ano.

Passados 16 anos da implantação do Plano Real, o Brasil ainda figura no topo da lista dos países com os maiores juros do mundo. A taxa básica de juro real (descontada a inflação) está hoje na faixa de 5,5% ao ano. Os juros cobrados na praça das pequenas e médias empresas e do consumidor estão muito acima disso. É imprescindível reduzir as taxas para patamares civilizados, diminuindo as transferências de renda do setor produtivo para a banca, fortalecendo a capacidade financeira dos indivíduos e dos negócios e alavancando o desenvolvimento. A presidente eleita Dilma Rousseff declarou depois das eleições que um dos principais objetivos de seu governo é chegar a uma taxa básica real de 2% ao ano no final de seu governo, em 2014. Se levar o plano a sério e for bem-sucedida, provavelmente marcará seu lugar na história.

A grande questão é como chegar lá. Nesse caso, como em diversos outros dos grandes desafios econômicos do país nos próximos anos, o sucesso dependerá de sua determinação em conter o crescimento dos gastos públicos, a origem de todos os males da economia

do país. Quando o governo expande os gastos, ajuda a estimular a demanda quase sempre o Banco Central tem de aumentar os juros para evitar que isso gere o aumento da inflação e coloque em xeque a estabilidade do real. O BC depende do equilíbrio das contas públicas para reduzir as taxas. Se o governo é perdidário, fica difícil adotar também uma política expansionista. Ele só pode fazer isso se o governo adotar uma política de austeridade fiscal. "O aumento da taxa de crescimento do gasto corrente e do crédito dos bancos públicos teve um papel importante no pós-crise", afirma Paul Leme, do Goldman Sachs. "A prioridade imediata é cortar a onda de gastos", diz o economista Roberto Macedo.

Nessa batalha pela queda dos juros o governo e o BC terão também de adotar medidas para que a redução da taxa chegue à clientela dos bancos. O governo precisará reduzir os impostos que incidem sobre o crédito para o setor privado, e o BC terá de repensar os depósitos compulsórios dos bancos sem nenhuma remuneração. Como não há almoço grátis, o custo desse dinheir parado no BC é repassado para os tomadores de crédito. Caso a queda nas taxas se concretize, outro ponto importante será viabilizar a oferta de operações de longo prazo pelo sistema bancário par tirando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o monopólio desses negócios.

Agilização oficial

Na lista dos países com a maior taxa de juro real (já descontada a inflação), o Brasil está no topo.

PAÍS	TAXA REAL AO ANO ⁽¹⁾
BRASIL	5,5%
África do Sul	2,2%
Rússia	2,1%
China	1,9%
Polónia	1,5%
Austrália	1,4%
Hungria	1,2%
Japão	1,0%
Malásia	1,0%
México	0,8%

(1) Pesquisa realizada em 40 países. (2) Taxa básica de juro menos inflação projetada para os próximos 12 meses. Fontes: analistas Joo Paulo da Barra e do Conselho de Juro e Tesouro (Banco de Portugal) e do Banco de Juro e Tesouro (Banco de Portugal).

9 de novembro de 2010 EPOCA 1

BRASIL ECONOMIA

8 Melhorar o ambiente de negócios

POR QUE É UM PROBLEMA

Um ambiente hostil aos negócios favorece a informalidade, desestimula o empreendedorismo e inibe a geração de empregos.

COMO RESOLVER

Reduzir impostos e diminuir a burocracia para a criação de empresas. Tornar mais flexível a legislação trabalhista.

AS DIFICULDADES

Para não entrar em conflito com os sindicatos, Dilma já declarou que não pretende realizar a reforma trabalhista. Também é pouco provável que reduza impostos.

A POSIÇÃO DE DILMA

Ela prometeu realizar uma reforma tributária e ampliar os limites do Supersimples, o sistema simplificado de tributação das empresas de pequeno porte. Disse que vai criar um ministério para atender micro e pequenas empresas.

Só quem já montou um negócio próprio no Brasil sabe quanto é difícil fazê-lo. De um lado, a burocracia é desestimulante. Segundo uma pesquisa da consultoria Ernst & Young e do Banco Mundial, leva-se, em média, 120 dias para conseguir montar uma empresa no país. O Brasil ocupa a 127ª posição no ranking dos países mais amigáveis para os negócios, entre os 183 pesquisados, atrás de Uganda (122), Bangladesh (107) e El Salvador (86). Depois, quando o negócio estiver funcionando, o peso dos impostos suga os recursos que seriam necessários para fortalecê-lo. As obrigações trabalhistas representam um custo adicional de 100% sobre o salário dos empregados. Pelo custo de dois funcionários, o empreendedor pode

contratar apenas um. Resultado: muita gente cai na informalidade e realiza contratos de gaveta com o pessoal.

Dilma Rousseff afirmou que pretende criar o ministério da micro e da pequena empresa para estimular o empreendedorismo, sem dar detalhes sobre sua atuação. No governo Lula, o prêmio Nobel da Paz de 2006, o bengali Muhammad Yunus, pediu apoio para a abertura de uma subsidiária de seu Grameen Bank aqui, especializada em microcrédito para a população de baixa renda desenvolver um pequeno negócio. Seria, talvez, uma boa saída para os beneficiários do Bolsa Família deixarem de depender do Estado. Yunus propunha um investimento de apenas US\$ 5 milhões para montar a primeira base.

Atividade vigilada

No Brasil, o nível de liberdade econômica é baixo, o que limita o desenvolvimento das empresas, dos trabalhadores e, em última instância, de toda a sociedade.

(1) O índice reflete o nível de liberdade econômica em 100 países, baseado em sete fatores: abertura comercial, liberdade fiscal, gastos governamentais, liberdade monetária, liberdade de investimento, liberdade financeira, direito de propriedade e nível de corrupção. Fonte: The Heritage Foundation.

9 Ampliar a poupança interna

POR QUE É UM PROBLEMA

O Brasil precisa poupar mais para viabilizar mais investimentos.

COMO RESOLVER

Controlar gastos do governo. Estimular a consciência da poupança na população.

AS DIFICULDADES

Falta de vontade política para controlar os gastos, principalmente com a contratação e o reajuste de funcionários públicos.

A POSIÇÃO DE DILMA

Ela se propõe a aumentar a poupança doméstica, mas afirmou que o país não precisa promover um ajuste nas contas públicas, o que é uma contradição.

A cultura consumista dos brasileiros não favorece a poupança de longo prazo. "Não é aspiração brasileira poupar uma boa parte da renda como os japoneses", diz o economista Eduardo Giametti da Fonseca, autor do livro *O valor de amanhã*. "Nossa formação cultural é muito

desfavorável a essa visão de longo prazo."

Assim como os indivíduos, o governo também não tem o hábito de poupar. Acontece o oposto, gastar mais do que tem, algo que os economistas chamam de "despoupança". Daí o Brasil ter uma taxa de poupança doméstica de apenas 15% do PIB, ante 52,3% na China, 37,5% na Índia e 24,9% na Argentina. "O Brasil é um país com vocação de crescimento, mas sem a vocação da poupança", afirma Fonseca.

Para viabilizar os investimentos que sustentam um ciclo de crescimento acelerado, o país terá de aprender a poupar. "Como vai levar algum tempo para o brasileiro aprender a poupar mais, o governo precisa controlar suas despesas de custo", diz Carlos Schneider, do Movimento Brasil Eficiente.

10

Aumentar os investimentos

POR QUE É UM PROBLEMA

Sem infraestrutura adequada, a produção encarece e o país perde competitividade

COMO RESOLVER

Gastar menos com a máquina administrativa e destinar o dinheiro para obras. Atrair a iniciativa privada para grandes projetos

AS DIFICULDADES

Estabelecer regras que atraiam a iniciativa privada para as obras mais caras. Arranjar dinheiro para suprir tantas carências

A POSIÇÃO DE DILMA

Lider do PAC, ela defende o fortalecimento do Estado nos investimentos e na gestão de alguns projetos depois de prontos

MAU ESTADO
Estrada esburacada, no Ceará. Os problemas de infraestrutura diminuem a eficiência do país - e cobram vidas

Cosan decidiu aproveitar a carência do país no setor e anunciou investimentos de R\$ 1,3 bilhão para construir, por meio de sua controlada, a Rumo, um centro de infraestrutura logística. O projeto, composto de vagões, trilhos, porto e terminal

Marcha lenta

Apesar do crescimento recente, o Brasil ainda é um dos países emergentes que realizam menos investimentos¹¹ - em % do PIB

(1) Dados de 2009-12; Estimativa para 2010
Fonte: Banco Mundial

de transbordo para escoamento da safra, atenderá o próprio grupo e terceiros. "Esse projeto vai melhorar muito nossa competitividade externa e permitir um novo salto de crescimento", diz Lutz.

A iniciativa da Cosan é um exemplo de como as empresas privadas podem contribuir para a modernização da infraestrutura. Mas, enquanto a China investe cerca de 45% do PIB e a Índia 35%, o Brasil investe 18%. Segundo um estudo da consultoria Ernst & Young, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), serão precisos R\$ 142 bilhões nos próximos quatro anos só para os investimentos relacionados à Copa do Mundo (estádios, transporte, telecomunicações, segurança, hotelaria etc). "Existem cargas no Brasil que chegam a se deslocar 2.000 quilômetros para chegar a um aeroporto para ser exportadas - e algumas vezes são cargas perecíveis", afirma Paulo Resende, coordenador do núcleo de infraestrutura e logística da Fundação Dom Cabral.

Ainda que as empresas desenvolvam os próprios projetos, o governo precisará fazer bem mais do que tem feito. Estima-se que o governo terá investido em 2010 apenas 1,5% do PIB. Nos anos 60, chegava a investir 4%. Alguns economistas calculam que, para realizar todas as obras de que o Brasil precisa, seriam necessários pelo menos 6% do PIB ao ano. Para o governo ampliar sua fatia nos investimentos é preciso reduzir os gastos com o custo da máquina. ▶

BRASIL ECONOMIA

11

Preparar o cidadão para o trabalho

POR QUE É UM PROBLEMA

A falta de trabalhadores qualificados diminui a eficiência das empresas e encarece produtos e serviços

COMO RESOLVER

No longo prazo, investir no ensino fundamental. No curto prazo, adequar o ensino técnico às necessidades regionais e aprimorar faculdades das empresas

AS DIFICULDADES

Os professores resistem a reformas e à aproximação com o mercado. Os brasileiros ainda são pouco exigentes em relação à qualidade do ensino

A POSIÇÃO DE DILMA

Oferecer mais bolsas para ensino superior, aumentar o número de vagas no ensino técnico e elevar a qualidade do ensino fundamental

O governo Dilma vai começar com o nível de desemprego perto de 6%, o mais baixo em duas décadas. Há duas boas consequências: mais

gente ganha salário e, com menos gente pedindo emprego, fica mais fácil pedir aumentos. Mas essas notícias escondem uma armadilha: o Brasil forma menos profissionais do que precisa, e muitos dos formados não têm as condições necessárias para assumir as vagas. "O consumo interno está aquecido, os setores de serviços precisam de gente bem treinada, o Nordeste está crescendo... assim, falta mão de obra qualificada", diz o economista José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (USP).

A carência se manifesta de diversas maneiras: empresas de computação e telecomunicações não encontram recém-formados com bom nível de conhecimento técnico; exportadoras de produtos e serviços têm dificuldade para achar gente que fale inglês; os setores petrolífero e de construção naval precisam de mais soldadores, eletricitistas e técnicos do que o mercado oferece. "Pelos meus cálculos, a construção civil poderia ter contratado mais 40 mil pessoas no país em 2010", afirma Eduardo Zaidan, economista do Sindicato da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP).

Dilma, enquanto candidata, garantiu "acesso a uma escola de qualidade, que combine ensino e capacitação para o trabalho". Trata-se de um desafio que não admite soluções parciais: o novo governo precisará reforçar o ensino superior - principalmente de engenharia, matemática e outras áreas de ciências exatas -, aumentar a rede de ensino técnico, atentando para as necessidades regionais, e melhorar a qualidade do ensino fundamental, para formar gente que continue aprimorando seus conhecimentos por toda a vida.

FALTA GENTE
Construção de edifício em São Paulo. Setores em expansão, como a construção civil, crescem menos do que poderiam

12

Conciliar crescimento e preservação

POR QUE É UM PROBLEMA

O Brasil precisa crescer sem aumentar suas emissões de gases que contribuem para o aquecimento global

COMO RESOLVER

Investir em fontes alternativas de energia. Impedir que o novo Código Florestal aumente o desmatamento

AS DIFICULDADES

Incorporar a ideia de que desenvolvimento com destruição não é sustentável

A POSIÇÃO DE DILMA

Lançou a meta brasileira para o clima, mas planeja obras que podem comprometer esse objetivo

Dilma terá de garantir o crescimento do Brasil em um mundo que exige uma economia mais limpa. As consequências das mudanças do clima mostram que crescer sem considerar as emissões de gases do efeito estufa já não é uma opção viável, mesmo se não houver acordo formal entre as nações para cortar poluentes. Consumidores e investidores estão mais atentos às questões ambientais e é provável que influem nas decisões das empresas.

A julgar pelos primeiros discursos, Dilma parece não ter incorporado a preocupação em seu plano de governo. Sua fala esverdeou ao longo da campanha, mas não há estratégias bem definidas para uma economia menos poluidora. "Ela precisa olhar este novo momento pela ótica da baixa intensidade de carbono", afirma Rachel Biderman, coordenadora adjunta do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces). "Se vier com a ótica do desenvolvimentismo puro e simples, vamos andar para trás."

Por um lado, o Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo ▶

EQUILÍBRIO
Área de floresta
inundada na Amazônia.
O desmatamento está
caindo, mas as grandes
obras do PAC podem
acelerá-lo de novo

(47% da energia é gerada por fontes renováveis). Além disso, o desmatamento, nossa maior fonte de emissões, vem caindo. No ano passado, Dilma lançou a meta brasileira para o clima, se comprometendo a cortar as emissões de gases poluentes em até 38,9% em 2020. Mas há outras questões.

A primeira são os impactos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Grandes obras, como estradas, hidrelétricas e mineração, aumentam a pressão por ocupação ilegal em áreas sem regularização fundiária. Isso é a principal causa da derrubada de floresta na Amazônia. Para evitá-la, é preciso regularizar as terras e criar áreas de exploração sustentá-

vel, como florestas nacionais de produção de madeira no entorno das obras. Isso não está previsto.

A segunda questão é o novo Código Florestal. O texto que deverá ser votado pelo Congresso no início do ano que vem não evitará o desmatamento. O Brasil necessita produzir mais grãos, legumes, frutas

e carne. O crescimento vai exigir mais terras destinadas à agricultura. Mas, segundo a Embrapa, as terras já desmatadas e subutilizadas ou abandonadas seriam suficientes. Com a onda verde globalizada, é preciso rigor para entrar no exigente mercado internacional. Dilma terá de conciliar os interesses dos ruralistas com os dos ambientalistas.

O terceiro ponto é manter a matriz energética limpa e investir no desenvolvimento de tecnologias verdes. A política energética atual defendeu a expansão das termelétricas, inclusive algumas movidas a carvão, mais poluidoras, para atender ao crescimento da demanda do mercado nacional. Não mostrou a intenção de usar o potencial eólico e investir em energia solar, ainda mais cara, mas que deverá se tornar viável em breve. Faria mais sentido num mundo que promete cobrar pelas emissões individuais dos países. Outras nações estão mais avançadas. A China, apesar de líder em emissões, é a que mais investe em pesquisa de tecnologias limpas.

O Brasil ainda pode sair na frente se der um destino correto aos recursos do pré-sal. Se usar o dinheiro do petróleo para fazer pesquisas, estará se preparando para um futuro sem petróleo. O desafio de Dilma é não ficar amarrada ao passado. O programa de biocombustíveis foi um sucesso, mas é preciso ir além. Acompanhar a transição para os carros elétricos. E apostar no potencial dos ventos, do sol e da biomassa para gerar energia. "Não adianta bater na tecla da matriz energética limpa e do álcool de cana", diz Rachel. "Precisamos avançar com as pesquisas, seguir a tendência das grandes potências."

O mapa das emissões

Os países que mais contribuem para o aquecimento global - em bilhões de toneladas de gases poluentes

As emissões brasileiras

Um inventário mais recente do Ministério da Ciência e Tecnologia mostra quanto o Brasil emite por setor em 2005

BRASIL ECONOMIA

13

Estimular a inovação

POR QUE É UM PROBLEMA

Um país que inova pouco tem de ocupar os mercados mais baratos - e ganha menos

COMO RESOLVER

Aproximar as empresas dos cientistas, reduzir os custos para as firmas inovarem

A POSIÇÃO DE DILMA

Ela prometeu integrar as políticas de inovação e industrial, investir mais, estimular o surgimento de empresas tecnológicas

AS DIFICULDADES

Não há cultura de inovação no Brasil. O país está indo bem com a venda de matérias-primas, de pouco valor agregado

Ter uma boa ideia e colocá-la em prática parece difícil - e é mesmo. No mundo das empresas, uma ideia original transformada em vantagem real na disputa pelo mercado recebe o nome de inovação. Economias que inovam mais, como as dos Estados Unidos, da Alemanha e da Coreia do Sul, costumam se adaptar melhor a mudanças e enriquecem geração após geração. Economias que inovam pouco limitam-se a poucos mercados e sofrem mais com mudanças. É esse perigo que o Brasil precisa escapar. "Hoje, dependemos de alguns poucos mercados de matérias-primas, como soja, minério, petróleo. Esses setores também inovam, mas não podemos nos acomodar nisso", diz Guilherme de Lima, vice-presidente da Anpe, a associação das empresas inovadoras.

Uma pesquisa do IBGE evidencia a dificuldade de aplicar boas ideias no Brasil: em três anos, aumentou de 35% para 50% o número

CAMINHO DIFÍCIL
Laboratório da Bioactive, empresa de saúde na incubadora Cietec, na USP. Inovar no Brasil ainda é custoso e arriscado

de empresas que se queixaram de dificuldades para adotar mudanças (leia o quadro abaixo). O IBGE também mostrou que a fatia média do faturamento destinada a implementar inovações ficou estagnada no período (de 2005 a 2008). Outro estudo mostra estancamento da inovação: o número de empregos gerados em incubadoras (ambientes de apoio para negócios inovadores recém-nascidos), que havia quintuplicado na primeira metade da década, cresceu apenas 25% na segunda metade, de acordo com a Anprotec, a associação das incubadoras.

Enquanto candidata, Dilma classificou a inovação como "indispensável" e se comprometeu

a facilitar a adoção de novas tecnologias nas empresas. Sua equipe informou à Anpe que o governo planeja investir mais na área e incentivar a produção de bens e serviços mais diversificados e valiosos. Não será simples, já que esse esforço não mostra resultados no curto prazo. "Precisamos de continuidade e de políticas para os setores em que há desafios, como saúde, educação e sustentabilidade ambiental", diz Guilherme Ary Plonski, presidente da Anprotec.

Com Alice Roberto, Humberto Maia Junior e Marcos Coronato

A inovação avança devagar

Mais empresas reclamam de obstáculos e o nível de investimento privado estagnou

Entre empresas que produzem ou compram inovação (2 Estimativa - fontes: IBGE e Anprotec)

	Empresas que inovaram ou adotaram alguma inovação	Fatia do faturamento investida na inovação	Empresas que enfrentam obstáculos para inovar ou adotar inovação	Postos de trabalho em microempresas inovadoras recém-nascidas
2005	34,4%	3,0%	35,7%	28.449
2008	38,6%	2,9%	49,8%	-
2010	-	-	-	35.000 ^{est}

Fonte: Relatório Anprotec